

ANATOMIA DE UM INSTANTE

JAVIER CERCAS



BIBLIOTECA AZUL



JAVIER CERCAS

*Anatomia de
um instante*



BIBLIOTECA AZUL

Copyright © Javier Cercas, 2009
Copyright da tradução © 2012 by Editora Globo, S.A.
Todos os direitos reservados.

Texto fixado conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº 54, de 1995)

Editor responsável: Andressa Veronesi

Assistente editorial: Juliana de Araujo Rodrigues

Revisão: Cláudia Cantarin, Carmen T. S. Costa e Cecília Ramos

Capa: Luciana Facchini

Imagem de capa: Latinstock/Millennium Images/Millennium Images.

Imagens de Antonio Tejero durante o golpe de 23 de fevereiro de 1981: Latinstock/© Bettmann/coesas/Corbis (Dc).

Imagens: TVe Espanha.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIE)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cercas, Javier Anatomia de um instante / Javier Cercas; tradução Ari Roitmann e Maria Alzira Brum. — São Paulo : Globo, 2012

ISBN 978-85-250-5175-2

I. Ensaio II. Ficção III. Ficção espanhola

12-06154

CDD-863

Índice para catálogo sistemático: 1. Ficção : Literatura espanhola 863

Direitos de edição em língua portuguesa

adquiridos por Editora Globo S.A. Av. Jaguaré, 1485 — 05346-902 — São Paulo, SP

Contracapa

“Nenhum personagem real se torna fictício por aparecer na televisão nem por ser um personagem eminentemente televisivo, mas é muito provável que a televisão polua de irrealdade tudo o que toca, e que a retransmissão de um acontecimento histórico pela televisão altere de alguma forma a natureza deste, pois a TV distorce o modo como o percebemos (se é que não banaliza ou degrada). O golpe de estado espanhol de 23 de fevereiro de 1981 convive com uma anomalia: que eu saiba, é o único na história registrado pela televisão, e o fato de ter sido gravado é ao mesmo tempo a garantia da sua realidade e a garantia da sua irrealdade; somada ao assombro repetido que as imagens causam, à dimensão histórica do acontecimento e às zonas de sombra reais ou supostas que ainda o inquietam, essa característica talvez explique o emaranhado inaudito de ficções em forma de teorias sem fundamento, ideias fantasiosas, especulações romanescas e lembranças inventadas que o envolvem.”



JAVIER CERCAS nasceu em Ibahernando (Espanha), em 1962. Além de escritor e tradutor, é professor de literatura espanhola na Universidade de Girona e colaborador do jornal *El País*. Lecionou durante dois anos na

Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, período durante o qual publicou sua primeira obra, a novela *El móvil*, em 1987. Atualmente, com dez livros publicados e traduzidos para cerca de trinta idiomas, Cercas vem se destacando entre os novos autores espanhóis. *Anatomia de um instante* já foi publicado em oito línguas e recebeu em 2010, entre outros, o Prêmio Nacional de Narrativa e o Terenci Moix (Espanha), além do Prêmio Salone Internazionale del Libro (Torino, Itália) e o Prêmio Internacional Literário Mondello (Palermo, Itália), em 2011. Foi indicado pela revista *The New Yorker* como um dos principais livros de 2011, eleito um dos melhores livros do ano pela *The economist*, e o melhor do ano pelos jornais espanhóis *El País* e *El Mundo*. Dele a Globo Livros também publicou *Soldados de Salamina*.

Orelhas

No dia 23 de fevereiro de 1981 o exército espanhol, sob o comando do tenente-coronel Antonio Tejero, invadiu a câmara dos deputados na tentativa de impor um governo militar. Apenas seis anos após a morte do ditador Franco, a Espanha engatinhava em seu processo de transição para a democracia. Câmeras de televisão filmaram durante meia hora essa tentativa de golpe, mostrando todos os congressistas assustados com as balas dos fuzis se atirando no chão. As exceções foram o presidente Adolfo Suárez, que se manteve na sua cadeira, impávido; o general e vice-presidente Gutiérrez Mellado e o líder comunista Santiago Carrillo.

Esse é o instante que serve de ponto de partida para Javier Cercas. O autor pretendia escrever um relato misturando realidade e ficção (a exemplo de seu aclamado *Soldados de Salamina*, sobre a guerra civil espanhola), mas desistiu ao perceber que poderia, por meio de uma análise profunda e detalhada do instante do golpe, levantar questões sobre o ato em si, as teorias sem fundamento que o embasaram, as ideias fantasiosas e especulações que o cercam e, principalmente, retratar e refletir sobre a situação político-social do país.

Anatomia de um instante tornou-se uma reflexão corajosa e extremamente bem sustentada sobre a nem sempre evidente relação entre ética e política. Uma obra fundamental para o entendimento da história de um país em transição.

À mem6ria de Jos6 Cercas
Para Raül Cercas e Merc6 Mas

Colui che fece... il grande rifiuto
DANTE, *Inferno*, III, 60

Prólogo

EPÍLOGO DE UM ROMANCE

1

Em meados de março de 2008 li que, segundo uma pesquisa publicada no Reino Unido, um quarto dos ingleses pensava que Winston Churchill era um personagem de ficção.¹

Naquela época eu acabava de terminar o rascunho de um romance sobre o golpe de Estado de 23 de fevereiro, estava cheio de dúvidas em relação ao que tinha escrito e lembro de ter me perguntado quantos espanhóis deviam pensar que Adolfo Suárez era um personagem de ficção, que o general Gutiérrez Mellado era um personagem de ficção, que Santiago Carrillo ou o tenente-coronel Tejero eram personagens de ficção. Continuo achando que não é uma pergunta fora de propósito. É verdade que Winston Churchill morreu há mais de quarenta anos, que o general Gutiérrez Mellado morreu há menos de quinze e que, quando escrevo estas linhas, Adolfo Suárez, Santiago Carrillo e o tenente-coronel Tejero ainda estão vivos, mas também é verdade que Churchill é um personagem histórico de primeira linha e que, embora Suárez compartilhe essa condição com ele, pelo menos na Espanha, é duvidoso que o façam o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, sem falar no tenente-coronel Tejero; além do mais, no tempo de Churchill a televisão ainda não era o principal fabricante de realidade e ao mesmo tempo o principal fabricante de irrealidade do planeta, ao passo que um dos traços que definem o golpe de 23 de fevereiro é que foi gravado pela televisão e retransmitido para todo o planeta. De fato, quem sabe se a esta altura dos acontecimentos o tenente-coronel Tejero não seja um personagem eminentemente televisivo para muita gente; talvez até Adolfo Suárez, o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo o sejam em alguma medida, mas não tanto quanto ele: além dos anúncios de grandes redes de eletrodomésticos e das capas das revistas de fofocas que reproduzem a sua figura, a vida pública do tenente-coronel golpista se limita aos poucos segundos repetidos todo ano na televisão nos quais, com o seu tricórnio na cabeça e brandindo a pistola nove milímetros de cano curto regulamentar, ele irrompe no plenário da Câmara e humilha a tiros os deputados lá reunidos. Apesar de sabermos que se trata de um personagem real, é um personagem irreal; apesar de sabermos que se trata de uma imagem real, é uma imagem irreal: a encenação de uma espanholada que saiu do cérebro envenenado de

clichês de um imitador medíocre de Luis García Berlanga. Nenhum personagem real se torna fictício por aparecer na televisão nem por ser um personagem eminentemente televisivo, mas é muito provável que a televisão polua de irreabilidade tudo o que toca, e que a retransmissão de um acontecimento histórico altere de alguma forma a natureza deste, pois a tevê distorce o modo como o percebemos (se é que não banaliza ou degrada). O golpe de 23 de fevereiro convive com uma anomalia: que eu saiba, é o único golpe na história registrado pela televisão, e o fato de ter sido gravado é ao mesmo tempo a garantia da sua realidade e a garantia da sua irreabilidade; somada ao assombro repetido que as imagens causam, à dimensão histórica do acontecimento e às zonas de sombra reais ou supostas que ainda o inquietam, essa característica talvez explique o emaranhado inaudito de ficções em forma de teorias sem fundamento, ideias fantasiosas, especulações romanescas e lembranças inventadas que o envolvem.

Dou um exemplo ínfimo destas últimas; ínfimo, mas não banal, pois tem a ver justamente com a vida televisiva do golpe. Nenhum espanhol com um mínimo de discernimento no dia 23 de fevereiro de 1981 esqueceu o que estava fazendo naquela tarde, e muitas pessoas de boa memória se lembram com todos os detalhes — que horas eram, onde estavam, com quem estavam — de ter visto ao vivo e pela televisão a entrada do tenente-coronel Tejero e seus guardas-civis na Câmara, tanto que estariam dispostas a jurar pelo mais sagrado que se trata de uma lembrança real.



Não é: o rádio transmitiu o golpe ao vivo, mas as imagens da televisão só foram ao ar após a libertação da Câmara sequestrada, pouco depois das 12h30 do dia 24, e praticamente só foram vistas ao vivo por um punhado de jornalistas e técnicos da Televisión Española, cujas câmeras gravavam a sessão parlamentar interrompida e passavam as imagens pela rede interna da casa para serem editadas e transmitidas nos flashes informativos da tarde e no telejornal da noite. Foi isso o que aconteceu, mas ninguém admite extirpar as próprias lembranças, que são a base da nossa identidade, e alguns sobrepõem o que lembram ao que aconteceu, de modo que continuam lembrando que viram o golpe de Estado ao vivo. É uma reação neurótica, imagino, embora lógica, sobretudo falando do golpe de 23 de fevereiro, em que quase sempre é difícil distinguir o real do fictício. Afinal, há razões para entendê-lo como fruto de uma neurose coletiva. Ou de uma paranoia coletiva. Ou, mais precisamente, de um romance coletivo. Na sociedade do espetáculo ele foi, em todo caso, mais um espetáculo. Mas isso não significa que seja uma ficção: o golpe de 23 de fevereiro existiu, e 27 anos depois, quando seus principais protagonistas talvez já tivessem começado a perder para muita gente o status de personagens históricos e a entrar no reino do fictício, eu tinha acabado de terminar o rascunho de um romance em que tentava transformar o 23 de fevereiro em ficção. E estava cheio de dúvidas.

¹ A pesquisa aludida, em Umberto Eco, “Érase una vez Churchill”, *El Mundo*, 20 março 2008. p. 14. O artigo se intitula “La tragedia y el tiempo”, *La Repubblica*, 23 fevereiro 2006, incluído em *La verdad de Agamenón*. Barcelona: Tusquets, 2006, pp. 39-42.

2

Como me passou pela cabeça escrever uma ficção sobre o 23 de fevereiro? Como me passou pela cabeça escrever um romance sobre uma neurose, sobre uma paranoia, sobre um romance coletivo?



Não há romancista que nunca teve a sensação presunçosa de que a realidade está lhe pedindo um romance, de que não é ele quem procura o romance, é o romance que está à sua procura. Eu senti isso em 23 de fevereiro de 2006. Pouco antes, um jornal italiano havia me pedido que escrevesse um artigo contando as minhas lembranças do golpe de Estado. Aceitei; escrevi um artigo em que contei três coisas: a primeira era que eu tinha sido um herói; a segunda era que eu não tinha sido um herói; a terceira era que ninguém tinha sido herói. Eu tinha sido um herói porque naquela tarde, depois de ficar sabendo pela minha mãe que um grupo de guardas-civis interrompera à mão armada a votação do novo presidente do governo, saí correndo para a universidade com a imaginação dos meus dezoito anos fervilhando de cenas revolucionárias de uma cidade em armas, de uma cidade convulsionada por manifestações contra o golpe e inflamada por barricadas em cada esquina; eu não tinha sido um herói porque na verdade não saí correndo para a universidade com o objetivo intrépido de me unir à defesa da democracia contra os militares rebeldes, mas com o propósito libidinoso de localizar uma colega de curso por quem estava apaixonado como um bocó e talvez aproveitar aquelas horas românticas, ou que me pareciam românticas, para conquistá-la; ninguém tinha sido herói porque, quando cheguei à universidade naquela tarde, não encontrei ninguém exceto a minha colega e outros dois alunos, tão mansos quanto desorientados: ninguém na universidade em que eu estudava — e nem em qualquer outra universidade — fez o menor gesto de se opor ao golpe; ninguém na cidade onde eu morava — e nem em qualquer outra cidade — foi para as ruas enfrentar os militares rebeldes: com exceção de um punhado de pessoas que demonstraram estar dispostas a arriscar a pele

para defender a democracia, o país inteiro se trancou em casa para esperar que o golpe fracassasse. Ou vencesse. Em síntese, foi isso o que contei no artigo e, certamente porque o fato de escrevê-lo reativou lembranças esquecidas, naquele 23 de fevereiro acompanhei com mais interesse que de costume artigos, reportagens e entrevistas com que os meios de comunicação comemoraram o 25º aniversário do golpe. Fiquei perplexo: eu tinha contado o golpe de 23 de fevereiro como um fracasso total da democracia, mas a maioria daqueles artigos, reportagens e entrevistas o descrevia como uma vitória total da democracia.

E não apenas eles. Naquele mesmo dia a Câmara dos Deputados aprovou uma nota institucional em que se lia o seguinte: “A falta de qualquer sinal de apoio social, a atitude exemplar dos cidadãos, o comportamento responsável dos partidos políticos e dos sindicatos, assim como dos meios de comunicação e, particularmente, das instituições democráticas, [...] foram suficientes para frustrar o golpe de Estado”.¹ É difícil acumular mais falsidades em menos palavras, ou pelo menos foi o que pensei quando li esse parágrafo: eu tinha a impressão de que nem o golpe carecia de apoio social, nem a atitude da população foi exemplar, nem o comportamento dos partidos políticos e sindicatos foi responsável, nem, com raríssimas exceções, os meios de comunicação e as instituições democráticas fizeram qualquer coisa para frustrar o golpe. Mas não foi a enorme discrepância entre a minha lembrança pessoal do 23 de fevereiro e a lembrança pelo visto coletiva o que mais me impressionou e despertou este palpite presunçoso de que a realidade estava me pedindo um romance, e sim uma coisa muito menos chocante, ou mais elementar — embora provavelmente ligada a essa discrepância. Foi uma imagem onipresente em todas as reportagens televisivas sobre o golpe: a imagem de Adolfo Suárez petrificado na sua poltrona enquanto, segundos depois da entrada do tenente-coronel Tejero no plenário da Câmara, as balas dos guardas-civis zuniam ao seu redor e todos os outros deputados presentes — todos menos dois, o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo — se jogavam no chão para fugir do tiroteio. Obviamente, eu tinha visto essa imagem dezenas de vezes, mas, por algum motivo, naquele dia a vi como se fosse a primeira vez: os gritos, os tiros, o silêncio aterrorizado do plenário e aquele homem encostado no couro azul da sua poltrona de presidente do governo, sozinho, estatuário e spectral em meio a um deserto de poltronas vazias. De repente aquilo me pareceu uma imagem hipnótica e radiante,

minuciosamente complexa, preñe de sentido; talvez porque o verdadeiro enigma não seja aquilo que ninguém viu e sim o que todo mundo já viu muitas vezes, porém, ainda assim, não revela o seu significado.

De repente aquilo me pareceu uma imagem enigmática. Foi ela que disparou o alarme. Diz Borges que “qualquer destino, por mais longo e complicado que seja, consiste em um único instante: o momento em que o homem sabe para sempre quem é”.² Vendo Adolfo Suárez sentado na sua poltrona naquele 23 de fevereiro enquanto ao seu redor zuniam as balas no plenário deserto, eu me perguntei se naquele instante Suárez soube para sempre quem era e que significado teria aquela imagem remota, se é que tinha algum significado. Essa Pergunta dupla não me largou durante os dias seguintes e, para tentar respondê-la — ou melhor, para tentar formulá-la com precisão —, resolvi escrever um romance. Imediatamente pus mãos à obra. Não sei se é preciso esclarecer que o objetivo do meu romance não era reabilitar a figura de Suárez, nem denegri-la, nem sequer avaliá-la: eu só queria explorar o significado de um gesto. Mas seria mentira se dissesse que naquela época Suárez me inspirava muita simpatia: quando ele estava no poder, eu era adolescente e nunca o considerei mais que um arrivista do franquismo que havia progredido na base de reverências, um político oportunista, reacionário, carola, superficial e astucioso que encarnava o que eu mais detestava no país e que identificava com meu pai, suarista ferrenho; com o tempo minha opinião sobre o meu pai melhorou, mas não sobre Suárez, ou não muito: hoje, um quarto de século depois, eu o considerava apenas um político limitado cujo principal mérito consistia em ter estado no lugar certo na hora certa, coisa que lhe rendeu o protagonismo fortuito de uma mudança, a da ditadura para a democracia, que de qualquer jeito o país iria realizar com ele ou sem ele; devido a essa reticência, eu via com mais sarcasmo que espanto os festejos de sua canonização em vida como grande estadista da democracia — festejos, aliás, em que eu sempre reconhecia o aroma de uma hipocrisia superior à habitual nestes casos, como se ninguém acreditasse realmente neles ou como se, mais que homenagear Suárez, os festejadores estivessem homenageando a si mesmos. Mas, em vez de empobrecer, o pouco apreço que eu sentia por ele enriquecia de complexidades o personagem e seu gesto, principalmente à medida que me aprofundava em sua biografia e me documentava sobre o golpe.

Minha primeira providência foi tentar conseguir na Televisión Española uma cópia completa da gravação da entrada do tenente-coronel Tejero na Câmara. O processo foi mais difícil do que eu esperava, mas valeu a pena; a gravação — realizada em sua maior parte por duas câmeras que depois do ataque ao câmara continuaram em funcionamento até serem desligadas por acaso — é deslumbrante: as imagens que vemos em cada aniversário do 23 de fevereiro duram no máximo cinco, dez, quinze segundos; as imagens completas duram cem vezes mais: 34 minutos e 24 segundos. Quando foram passadas na televisão, ao meio-dia de 24 de 17 fevereiro, o filósofo Julián Marías opinou que mereciam o prêmio de melhor filme do ano;³ quase três décadas depois, senti que era um elogio modesto: são imagens muito densas, de uma potência visual extraordinária, transbordantes de história e imantadas de verdade, que vi muitas vezes sem quebrar seu sortilégio. Ao mesmo tempo, nesse período inicial li várias biografias de Suárez, vários livros sobre os anos em que ele esteve no poder e sobre o golpe de Estado, folheei jornais da época, entrevistei políticos, militares, jornalistas. Uma das primeiras pessoas com quem falei foi Javier Pradera, um antigo editor comunista que se tornou uma eminência parda da cultura espanhola e também uma das poucas pessoas que em 23 de fevereiro, quando escrevia os editoriais de *El País* e o jornal fez uma edição especial com um texto claramente antigolpista escrito por ele, demonstrou estar disposto a arriscar a pele pela democracia. Contei o meu projeto a Pradera (eu o enganei: disse que planejava escrever um romance sobre o 23 de fevereiro; ou quem sabe não o enganei: quem sabe eu preferia imaginar desde o começo que o gesto de Adolfo Suárez continha em código o 23 de fevereiro). Pradera se mostrou entusiasmado; como ele não é um homem muito propenso a entusiasmos, fiquei em guarda: perguntei a ele por que tanto entusiasmo. “Muito simples”, respondeu. “Porque o golpe de Estado é um romance. Um romance policial. O argumento é o seguinte: Cortina monta o golpe e Cortina o desmonta. Por lealdade ao rei.” Cortina é o comandante José Luis Cortina; em 23 de fevereiro era o chefe da unidade de operações especiais do CESID, o serviço de inteligência espanhol: pertencia à mesma camada militar do rei, atribuíam a ele uma relação estreita com o monarca e depois de 23 de fevereiro foi acusado de participar do golpe, ou melhor, de desencadeá-lo; foi preso, interrogado e absolvido pelo Conselho de Guerra que julgou o caso, mas nunca se dissiparam as suspeitas contra ele. “Cortina monta o golpe e

Cortina o desmonta”: Pradera riu, zombeteiro; eu também ri: mais que argumento de um romance policial, achei que aquilo era o argumento de uma sofisticada versão de *Os três mosqueteiros*, com o comandante Cortina num papel que misturava D'Artagnan e o senhor de Tréville.

Essa ideia me atraiu. Por acaso, pouco depois de falar com Pradera li um livro que caía como uma luva na ficção que o velho editorialista do *El País* tinha na cabeça, só que o livro não era uma ficção: era um trabalho de jornalismo investigativo. O autor desse trabalho é o jornalista Jesús Palacios; sua tese é que, ao contrário do que parece à primeira vista, o golpe de 23 de fevereiro não foi uma gambiarra improvisada por uma conjunção imperfeita de militares ferrenhamente franquistas e militares monárquicos com ambições políticas, e sim “um golpe de autor”, uma operação planejada até o último detalhe no CESID — pelo comandante Cortina, mas também pelo tenente-coronel Calderón, superior imediato dele e na época homem forte dos serviços de inteligência —, cuja finalidade não era destruir a democracia, e sim reformá-la ou mudar seu rumo, afastando Adolfo Suárez da presidência e colocando em seu lugar um militar à frente de um governo de salvação integrado por representantes de todos os partidos políticos; segundo Palacios, para atingir esse objetivo Calderón e Cortina não só contaram com a anuência implícita ou o apoio do rei, ansioso para superar a crise a que as crises crônicas dos governos de Suárez haviam levado o país: Calderón e Cortina escolheram o líder da operação — o general Armada, antigo secretário do rei —, encorajaram os seus braços executores — o general Milans del Bosch e o tenente-coronel Tejero — e teceram uma milimétrica teia conspirativa de militares, políticos, empresários, jornalistas e diplomatas que uniu ambições dispersas e contrapostas na causa comum do golpe. Era uma hipótese irresistível: de repente o caos do 23 de fevereiro fazia sentido; de repente tudo era coerente, simétrico, geométrico, como nos romances. É claro que o livro de Palacios não era um romance, e que certo conhecimento dos fatos — para não mencionar a opinião dos estudiosos mais aplicados — fazia pensar que Palacios havia tomado algumas liberdades com a realidade a fim de que esta não desmentisse a sua hipótese; mas eu não era historiador, nem sequer jornalista, era somente um escritor de ficção, de modo que estava autorizado pela realidade a tomar quantas liberdades fossem necessárias, porque o romance é um gênero que não tem que prestar contas à realidade, apenas a si mesmo. Feliz, pensei que Pradera e

Palacios estavam me oferecendo uma versão melhorada de Os três mosqueteiros: a história de um agente secreto que, com o objetivo de salvar a monarquia, trama uma gigantesca conspiração destinada a derrubar o presidente do rei com um golpe de Estado, exatamente o único político (ou quase único) que na hora H se nega a acatar a vontade dos golpistas e permanece em sua poltrona enquanto ao seu redor zunem balas no plenário da Câmara. No outono de 2006, quando achei que sabia o suficiente sobre o golpe para desenvolver este roteiro, comecei a escrever o romance; por motivos que não vêm ao caso, abandonei o trabalho no inverno, mas no final da primavera de 2007 voltei a escrever, e menos de um ano mais tarde tinha terminado um primeiro rascunho: aquilo era, ou queria ser, o rascunho de uma estranha versão experimental de Os três mosqueteiros, narrada e protagonizada pelo comandante Cortina e cuja ação, em vez de girar em torno dos ferretes de diamantes entregues pela rainha Ana da Áustria ao duque de Buckingham, girava em torno da imagem solitária de Adolfo Suárez sentado no plenário da Câmara na tarde de 23 de fevereiro. O texto tinha quatrocentas páginas; eu o escrevi com uma fluidez inusitada, quase triunfal, enxotando as dúvidas com o raciocínio de que o livro estava em estado embrionário e que, à medida que eu fosse me introduzindo no seu mecanismo, a incerteza acabaria se dissipando. Isso não aconteceu, e quando terminei o primeiro rascunho a sensação de triunfo se evaporou e as dúvidas, em vez de desaparecerem, se multiplicaram. Para começar, depois de passar meses manuseando na imaginação as entranhas do golpe, eu já pensava que estava entendendo plenamente o que antes só intuía com temor ou inapetência, ou seja, que a hipótese de Palacios — que constituía o alicerce histórico do meu romance — era fundamentalmente falsa; o problema não é que o livro de Palacios estivesse totalmente errado ou fosse ruim: o livro dele era tão bom que quem não estivesse familiarizado com o que aconteceu no 23 de fevereiro podia acabar pensando que por uma vez a história tinha sido coerente, simétrica e geométrica, e não desordenada, infeliz e imprevisível, como é na realidade; em outras palavras: a hipótese em que se baseava o meu romance era uma ficção que, como qualquer boa ficção, tinha sido construída à base de informações, datas, nomes, análises e conjeturas exatas, selecionadas e dispostas com truques de romancista para conseguir que tudo se ligasse com tudo e a realidade adquirisse um sentido homogêneo. Então, se o livro de Palacios não era

propriamente um trabalho de investigação jornalística, e sim um romance superposto a um trabalho de investigação jornalística, não seria redundante escrever um romance baseado em outro romance? Se um romance tem que iluminar a realidade por meio da ficção, impondo geometria e simetria onde só existem desordem e acaso, será que não deveria partir da realidade, e não da ficção?

Não era supérfluo acrescentar geometria à geometria e simetria à simetria? Se um romance tem que derrotar a realidade, reinventando-a para substituí-la por uma ficção tão persuasiva quanto ela, não seria indispensável conhecer antes a realidade para derrotá-la? Não seria obrigação de um romance sobre o 23 de fevereiro abrir mão de certos privilégios do gênero e tentar dialogar com a realidade além de fazê-lo consigo mesmo?

Eram perguntas retóricas: na primavera de 2008 decidi que a única forma de fazer uma ficção sobre o golpe de 23 de fevereiro consistia em conhecer com o maior rigor possível a realidade do golpe de 23 de fevereiro. Só então mergulhei a fundo na massa de construções teóricas, hipóteses, incertezas, fabulações, falsidades e lembranças inventadas que envolvem aquele dia. Durante vários meses, em tempo integral, viajando com frequência a Madri e voltando repetidas vezes à gravação do ataque à Câmara — como se essas imagens escondessem na sua transparência a chave secreta do golpe —, li todos os livros que encontrei sobre o 23 de fevereiro e sobre os anos anteriores, consultei jornais e revistas da época, mergulhei na súmula do julgamento, entrevistei testemunhas e protagonistas.

Falei com políticos, com militares, com guardas-civis, com espiões, com jornalistas, com pessoas que viveram os anos da transição do franquismo à democracia na linha de frente da política e conhecido Adolfo Suárez e o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, e com pessoas que viveram o 23 de fevereiro nos lugares onde se decidiu o destino do golpe: no palácio de La Zarzuela, junto ao rei, na Câmara dos Deputados, no quartel-general do Exército, na Divisão Encouraçada Brunete, na sede central do CESID e na sede central da AOME, a unidade secreta do CESID comandada por Cortina. Foram meses obsessivos, felizes, mas à medida que avançava nas minhas pesquisas e mudava a minha visão do golpe de Estado, não só comecei a compreender que estava entrando em um labirinto espelhado de memórias quase sempre irreconciliáveis, um lugar praticamente sem certezas nem documentos

por onde os historiadores precavidamente quase não haviam circulado, como, sobretudo, que a realidade do 23 de fevereiro era de tal magnitude que no momento era imbatível, pelo menos para mim, e que portanto era inútil que eu me propusesse a façanha de derrotá-la com um romance; demorei mais tempo para entender algo ainda mais importante: compreendi que os acontecimentos de 23 de fevereiro continham em si toda a força dramática e o potencial simbólico que exigimos da literatura e que, embora eu fosse um escritor de ficção, desta vez a realidade me importava mais que a ficção ou me importava a ponto de querer reinventá-la, substituindo-a por uma realidade alternativa, porque nada do que eu pudesse imaginar sobre o 23 de fevereiro me tocava e me excitava tanto e poderia ser mais complexo e persuasivo que a pura realidade do 23 de fevereiro.

¹ A declaração institucional do Congresso pode ser lida em Amadeo Martínez Inglés, *Juan Carlos I, el último Borbón*.

² Jorge Luis Borges, “Biografía de Tadeo Isidoro Cruz”, em *El Aleph. Obras completas*, vol. II, Barcelona, Círculo de Lectores, 1992, p. 155. Barcelona: Styria, 2007, p. 264.

³ Julián Marías, *Una vida presente*, Madrid, Páginas de Espuma, 2008, p. 740.

3

Foi assim que decidi escrever este livro. Um livro que é antes de mais nada — é melhor que eu reconheça isso desde o começo — o humilde testemunho de um fracasso: incapaz de inventar o que sei sobre o 23 de fevereiro, iluminando com uma ficção a sua realidade, afinal me resignei a contá-lo. O objetivo das páginas seguintes é dar certa dignidade a esse fracasso. Isso significa de cara tentar não tirar dos fatos a força dramática e o potencial simbólico que eles têm, nem sequer sua inesperada coerência e simetria e geometria ocasionais; também significa tentar torná-los um pouco inteligíveis, contando-os sem esconder sua natureza caótica nem apagar os rastros de uma neurose ou uma paranoia ou um romance coletivo, mas com a máxima nitidez, com toda a inocência de que for capaz, como se ninguém os tivesse contado antes ou como se ninguém mais se lembrasse deles —, em certo sentido como se fosse verdade que para quase todo mundo Adolfo Suárez e o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo e o tenente-coronel Tejero já fossem personagens fictícios, ou no mínimo contaminados de irrealidade, e o golpe de 23 de fevereiro uma lembrança inventada, no melhor dos casos como os contaria um cronista da Antiguidade ou um cronista de um futuro remoto; e isso finalmente significa tentar contar o golpe de 23 de fevereiro como se fosse uma história minúscula e ao mesmo tempo como se essa história minúscula fosse uma das histórias decisivas dos últimos setenta anos da história espanhola.

Mas este livro também é — e é bom que eu também reconheça isto desde o começo — uma tentativa pretensiosa de transformar o fracasso do meu romance sobre o 23 de fevereiro em um sucesso, porque tem o atrevimento de não renunciar a nada. Ou a quase nada: não renuncia a chegar o mais perto possível da pura realidade do 23 de fevereiro, e por isso, embora não seja um livro de história, e ninguém deva se enganar buscando nele informação inédita ou contribuições relevantes para a conhecimento do nosso passado recente, não renuncia de todo a ser lido como um livro de história;¹ também não renuncia a dialogar consigo mesmo além de dialogar com a realidade, e por isso, apesar de não ser um romance, não renuncia de todo a ser lido como um romance, nem sequer como uma estranha versão experimental de Os três

mosqueteiros; e, sobretudo — e este talvez seja o pior atrevimento —, este livro não renuncia de todo a entender por meio da realidade aquilo que renunciou a entender por meio da ficção, e por isso não versa no fundo sobre o 23 de fevereiro, mas apenas sobre uma imagem ou um gesto de Adolfo Suárez em 23 de fevereiro e, colateralmente, sobre uma imagem ou um gesto do general Gutiérrez Mellado e sobre uma imagem ou um gesto de Santiago Carrillo em 23 de fevereiro. Tentar entender esse gesto ou essa imagem é tentar responder à pergunta que me fiz quando, em um 23 de fevereiro, senti presunçosamente que a realidade me pedia um romance; tentar entendê-lo sem os poderes e a liberdade da ficção é o desafio que este livro se propõe.

¹ Como se aspirasse a ser um livro de história, este livro parte da primeira evidência documental do 23 de fevereiro: a gravação das imagens do ataque à Câmara; não pôde usar, porém, a segunda e quase última evidência: a gravação das conversas telefônicas que aconteceram durante a tarde e a noite de 23 de fevereiro entre os ocupantes da Câmara e o exterior. A gravação foi realizada por ordem de Francisco Laína, diretor-geral de Segurança e chefe de um governo de emergência formado naquela tarde por ordem do rei com políticos do segundo escalão da administração do Estado para substituir o governo sequestrado na Câmara. Essa gravação ou parte dela foi ouvida na tarde do dia 24 pela Junta de Defesa Nacional presidida pelo rei e por Adolfo Suárez, no palácio de La Zarzuela (e certamente foi decisiva para que o governo ordenasse a prisão imediata do líder do golpe, o general Armada); é possível que também tenha sido ouvida pelo juiz instrutor da causa de 23 de fevereiro, que não aceitou usá-la em suas diligências porque tinha sido obtida sem autorização judicial; depois desapareceu, e não se voltou a ter notícias seguras dela. Há quem diga que está nos arquivos dos serviços de inteligência, o que é falso. Há quem diga que foi destruída. Há quem diga que, se não foi destruída, só pode estar nos arquivos do Ministério do Interior. Há quem diga que esteve nos arquivos do Ministério do Interior e alguns anos depois do golpe desapareceu. Há quem diga que, ao sair do governo, Adolfo Suárez levou consigo uma cópia de uma parte da gravação. Há muitas outras conjeturas. Eu não sei mais nada. [N. A.]

Primeira parte

A PLACENTA DO GOLPE

Dezoito horas e vinte e três minutos de 23 de fevereiro de 1981. No plenário da Câmara dos Deputados se realiza a votação para a eleição de Leopoldo Calvo Sotelo, que está prestes a ser eleito presidente do governo em substituição a Adolfo Suárez, demitido há vinte e cinco dias e ainda presidente em exercício depois de quase cinco anos de mandato, durante os quais o país acabou com uma ditadura e construiu uma democracia. Sentados em suas poltronas vermelhas enquanto aguardam a vez de votar, os deputados conversam, cochilam ou divagam no torpor da tarde; a única voz que ecoa com clareza na sala é a de Víctor Carrascal, secretário da Câmara, que lê da tribuna a lista dos parlamentares para que, à medida que ouçam os seus nomes, se levantem e apoiem ou recusem a candidatura de Calvo Sotelo com um sim ou um não, ou então se abstenham. Essa já é a segunda votação e não há mais incertezas: na primeira, realizada há três dias, Calvo Sotelo não conseguiu o apoio da maioria absoluta dos deputados, mas nesta segunda basta o apoio de uma maioria simples, de modo que — como já garantiu essa maioria —, a menos que surja algum imprevisto, em alguns minutos o candidato será eleito presidente do governo.

Mas o imprevisto surge. Víctor Carrascal lê o nome de José Nasarre de Letosa Conde, que vota sim; depois lê o nome de Carlos Navarrete Merino, que vota não; depois lê o nome de Manuel Núñez Encabo, e neste momento se ouve um rumor anômalo, talvez um grito vindo da porta direita do plenário; Núñez Encabo não vota ou seu voto é inaudível ou se perde no meio do rebuliço perplexo dos deputados, alguns dos quais se entreolham, hesitando entre dar crédito ou não aos seus ouvidos, enquanto outros se levantam para tentar descobrir o que está acontecendo, provavelmente menos preocupados que curiosos. Nítida e desconcertada, a voz do secretário da Câmara pergunta “O que está acontecendo?”, balbucia alguma coisa, volta a perguntar “O que está acontecendo?”. E ao mesmo tempo um meirinho uniformizado entra pela porta direita, atravessa com passos urgentes o semicírculo central do plenário, onde se sentam os taquígrafos, e começa a subir as escadarias de acesso às poltronas; no meio para, troca algumas palavras com um deputado e se vira; depois sobe mais três degraus e se vira de novo. É

então que se ouve um segundo grito, impreciso, vindo da entrada esquerda do plenário, e em seguida, também ininteligível, um terceiro, e muitos deputados — e todos os taquígrafos, e também o meirinho — se viram para olhar a entrada da esquerda. O plano muda; uma segunda câmera enfoca a ala esquerda do plenário: de revólver em punho, o tenente-coronel da Guarda Civil Antonio Tejero sobe com cuidado as escadarias da presidência da Câmara, passa atrás do secretário e para junto ao presidente Landelino Lavilla, que olha para ele com incredulidade. O tenente-coronel grita “Todo mundo quieto!”, e a seguir transcorrem alguns segundos enfeitados durante os quais não acontece nada e ninguém se mexe e parece que ali não vai acontecer nada com ninguém, exceto o silêncio.

O plano muda, mas não o silêncio: o tenente-coronel sumiu porque a primeira câmera enfoca a ala direita do plenário, onde todos os parlamentares que tinham se levantado voltaram a sentar, e a única pessoa que permanece em pé é o general Manuel Gutiérrez Mellado, vice-presidente do governo em exercício; ao lado dele, Adolfo Suárez continua sentado em sua poltrona de presidente do governo, com o torso inclinado para a frente, uma das mãos apoiada no parapeito do plenário, como se também estivesse se levantando. Quatro gritos próximos, distintos e inapeláveis desmancham então o feitiço: alguém grita: “Silêncio!”; alguém grita: “Todo mundo quieto!”; alguém grita: “No chão!”; alguém grita: “No chão todo mundo!”. O plenário se prepara para obedecer: o meirinho e os taquígrafos se ajoelham ao lado da sua mesa; alguns deputados parecem se encolher nas poltronas. O general Gutiérrez Mellado, no entanto, vai ao encontro do tenente-coronel rebelde, enquanto o presidente Suárez tenta em vão impedir, segurando-o pelo paletó. Agora o tenente-coronel Tejero volta a aparecer no plano, descendo a escadaria da tribuna, mas no meio do caminho se detém, confuso ou intimidado pela presença do general Gutiérrez Mellado, que anda em sua direção exigindo com gestos peremptórios que se retire imediatamente do plenário, enquanto três guardas-civis irrompem pela entrada direita e se lançam sobre o velho e esquelético general, a quem empurram, seguram pelo paletó, sacodem, quase jogam no chão. O presidente Suárez se levanta e vai em busca do seu vice-presidente; o tenente-coronel está no meio da escadaria da tribuna, sem se decidir a descê-la até o fim, observando a cena. Soa o primeiro tiro; em seguida soa o segundo, e o presidente Suárez pega pelo braço o general

Gutiérrez Mellado, impávido diante de um guarda-civil que ordena com gestos e gritos que se jogue no chão; soa então o terceiro tiro e, ainda desafiando o guarda-civil, o general Gutiérrez Mellado retira o braço do presidente com violência; por fim começa o tiroteio. Enquanto as balas arrancam do teto pedaços visíveis de reboco e os taquígrafos e o meirinho se escondem, um após o outro, debaixo da mesa e as poltronas engolem os deputados até que nenhum deles fica visível, o velho general permanece de pé em meio ao fogo das metralhadoras, com os braços caídos ao lado do corpo e olhando para os guardas-civis insubordinados que não param de atirar. Quanto ao presidente Suárez, ele volta devagar para a sua poltrona, senta, se apoia no encosto e fica ali, ligeiramente inclinado para a direita, sozinho, estatuário e espectral em meio a um deserto de poltronas vazias.

Capítulo 1

Esta é a imagem; este é o gesto: um gesto diáfano que contém muitos gestos.

No final de 1989, quando a carreira política de Adolfo Suárez já chegava ao fim, Hans Magnus Enzensberger comemorou em um ensaio o nascimento de um novo tipo de herói: o herói da retirada. Segundo Enzensberger, em contraste com o herói clássico, que é o herói do triunfo e da conquista, as ditaduras do século XX iluminaram o herói moderno, que é o herói da renúncia, da demolição e do desmonte: o primeiro é um idealista de princípios nítidos e inflexíveis; o segundo, um duvidoso profissional do conluio e da negociação; o primeiro chega à plenitude impondo as próprias posições; o segundo, abandonando-as, solapando a si mesmo. Portanto o herói da retirada não é só um herói político: é também um herói moral. Enzensberger dava três exemplos dessa figura novíssima: um era Mikhail Gorbachev, que na época tentava desmontar a União Soviética; outro, Wojciech Jaruzelski, que em 1981 tinha impedido a invasão soviética à Polônia; outro, Adolfo Suárez, que havia desmontado o franquismo. Adolfo Suárez, um herói? E herói moral, não apenas político? Tanto para a direita como para a esquerda esse era um sapo difícil de engolir: a esquerda não esquecia — e não tinha por que esquecer — que, embora a partir de determinado momento ele tenha tentado ser um político progressista, e até certo ponto conseguido, Suárez foi durante muitos anos um colaborador leal do franquismo e o protótipo perfeito de arrivista que a corrupção institucionalizada do franquismo criou; e a direita não esquecia — e não tinha por que esquecer — que Suárez nunca aceitou ser classificado como um homem de direita, que muitas políticas que aplicou ou defendeu não eram de direita e que nenhum político espanhol da segunda metade do século XX exasperou tanto a direita quanto ele. Será então que Suárez foi um herói do centro, esta quimera política que ele mesmo cunhou para colher votos da direita e da esquerda? Impossível, porque a quimera se desvaneceu quando Suárez deixou a política, ou até antes, como a magia se desvanece quando o mágico deixa o cenário. Agora, vinte anos depois da afirmação de Enzensberger, quando a doença anulou Suárez e sua figura é elogiada por todos, provavelmente porque não pode mais incomodar ninguém, toda a classe dirigente espanhola concorda em

atribuir a ele um papel destacado na fundação da democracia; mas uma coisa é ter participado da fundação da democracia, e outra, ser o herói dela. Será que ele o foi? Terá razão Enzensberger? E se esquecêssemos por um instante que ninguém é herói para os seus contemporâneos e aceitássemos como hipótese que Enzensberger está certo, neste caso o gesto de Suárez na tarde de 23 de fevereiro não adquiriria o valor de um gesto fundacional da democracia? O gesto de Suárez não se transformaria no emblema de Suárez como herói da retirada?

A primeira coisa a dizer é que não se trata de um gesto gratuito; o gesto de Suárez tem significado, embora não saibamos exatamente qual é ele, da mesma forma que tem significado e não é gratuito o gesto de todos os outros parlamentares — todos, menos Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo — que, em vez de permanecerem sentados durante o tiroteio, obedeceram às ordens dos golpistas e se refugiaram debaixo das poltronas: o gesto dos outros parlamentares é, para que vamos negar, um gesto pouco honroso, que justificadamente nenhum dos interessados quis lembrar muito, ainda que um deles — uma pessoa fria e ponderada como Leopoldo Calvo Sotelo — não tenha hesitado em atribuir o descrédito do Parlamento àquele deserto de bancos vazios. O gesto mais óbvio que o gesto de Suárez contém é de coragem; uma coragem notável: todos os que viveram aquele instante na Câmara se lembram unanimemente do estrondo apocalíptico das rajadas de metralhadora no espaço fechado do plenário, o pânico de uma morte imediata, a certeza de que aquele Armagedom — como descreve Alfonso Guerra, número 2 socialista, que estava sentado na frente de Suárez — não seria superado sem um massacre, que é a mesma certeza que afligiu os técnicos e diretores de televisão que viram a cena ao vivo nos estúdios de Prado del Rey. Naquele dia havia cerca de 350 parlamentares no plenário, alguns dos quais — Simón Sánchez Montero, por exemplo, ou Gregorio López Raimundo — tinham demonstrado sua coragem na clandestinidade e nas prisões do franquismo; não sei se há motivos para condená-los: de qualquer ponto de vista que se encare, ficar sentado no meio da refrega era uma temeridade que beira o desejo de martírio. Num tempo de guerra, no calor irrefletido do combate, não seria uma temeridade insólita; mas seria num tempo de paz e no tédio solene e consuetudinário de uma sessão parlamentar. Além do mais, a julgar pelas imagens, o gesto de Suárez não é uma temeridade ditada

pelo instinto, e sim pela razão: quando soa o primeiro tiro, Suárez está em pé; quando soa o segundo, ele tenta fazer o general Gutiérrez Mellado sentar-se de novo na poltrona; quando soa o terceiro e começa o tiroteio, ele se senta, se acomoda na poltrona e se encosta esperando que o tiroteio termine ou que uma bala o mate. É um gesto moroso, reflexivo; parece um gesto ensaiado, e provavelmente em certo sentido foi: aqueles que conviveram com Suárez na época dizem que havia muito tempo ele estava tentando se preparar para um final violento, como se fosse perseguido por uma obscura premonição (levava no bolso um pequeno revólver fazia meses; durante o outono e o inverno anteriores mais de um visitante do palácio de La Moncloa ouviu-o dizer: só saio daqui perdendo as eleições ou dentro de um caixão); pode ser, mas mesmo assim não é fácil se preparar para a morte e não é fácil, principalmente, não fraquejar quando chega a hora.

Sendo um gesto de coragem, o gesto de Suárez é um gesto de graça, porque todo gesto de coragem é, como observou Ernest Hemingway, um gesto de graça sob pressão. Nesse sentido é um gesto afirmativo; em outro, é um gesto negativo, pois todo gesto de coragem é, como observou Albert Camus, um gesto de rebeldia de um homem que diz não. Em ambos os casos trata-se de um gesto soberano de liberdade; não entra em contradição com isso que também se trate de um gesto de histrionismo: o gesto de um homem que interpreta um papel. Se não me engano, só foram publicados dois romances totalmente centrados no golpe de 23 de fevereiro; como romances não são grande coisa, mas um deles tem mais interesse porque o autor é Josep Melià, um jornalista que foi um crítico feroz de Suárez antes de se tornar um de seus colaboradores mais próximos. Como romancista, à certa altura do relato Melià se pergunta qual foi o primeiro pensamento de Suárez ao ouvir o primeiro tiro no plenário; e responde: a capa do The New York Times do dia seguinte. Essa resposta, que pode parecer inócua ou mal-intencionada, pretende ser cordial; eu acho que é, acima de tudo, correta. Como qualquer político puro, Suárez era um ator consumado: jovem, atlético, muito bem-apessoado e sempre vestido com um esmero de galã provinciano que encantava as mães de família da direita e provocava gozações das jornalistas da esquerda — blazers cruzados com botões dourados, calças cinza de mescla, camisas azul-claro e gravatas marinho —, Suárez explorava conscientemente seu porte kennediano, concebia a política como espetáculo e havia aprendido

durante seus longos anos de trabalho na Televisión Española que não era a realidade que criava as imagens, eram as imagens que criavam a realidade. Poucos dias antes de 23 de fevereiro, no momento mais dramático da sua vida política, quando comunicou num discurso a um pequeno grupo de companheiros de partido sua renúncia à presidência do governo, Suárez não conseguiu evitar um comentário de protagonista incorrigível: “Percebem?”, disse a eles. “Minha renúncia vai ser notícia de primeira página em todos os jornais do mundo.” A tarde de 23 de fevereiro não foi a mais dramática da sua vida política, foi simplesmente a tarde mais dramática da sua vida, e apesar disso (ou exatamente por isso) é possível que, enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário, uma intuição treinada em anos de estrelato político lhe ditasse a evidência instantânea de que, fosse qual fosse o papel que aquele espetáculo bárbaro lhe reservava no final, nunca mais ele voltaria a atuar diante de um público tão cativo e tão numeroso. Se pensou assim, não se enganou: no dia seguinte sua imagem ocupava a capa do The New York Times e de todos os outros jornais e também as televisões do mundo todo. O gesto do Suárez é, assim, o gesto de um homem posando. É isso o que Melià imagina. Mas, pensando bem, talvez sua imaginação peque por falta; pensando bem, na tarde de 23 de fevereiro Suárez talvez não estivesse posando só para os jornais e televisões: como faria a partir daquele momento em sua vida política — e como se naquele instante tivesse sabido realmente quem era —, talvez Suárez estivesse posando para a história.

Este é talvez outro gesto que o seu gesto contém: por assim dizer, um gesto póstumo. Porque é fato que, ao menos para seus principais líderes, o golpe de 23 de fevereiro não foi exatamente um golpe contra a democracia: foi um golpe contra Adolfo Suárez; ou, se preferirmos: foi um golpe contra a democracia que Adolfo Suárez encarnava para eles. Suárez só foi entender isso horas ou dias mais tarde, mas naqueles primeiros segundos não podia ignorar que, durante quase um lustro de democracia, nenhum político havia atraído o ódio dos golpistas tanto quanto ele e que, se ia correr sangue na Câmara naquela tarde, o primeiro seria o dele. Talvez a explicação do seu gesto seja a seguinte: desde que ouviu o primeiro tiro, Suárez entendeu que não podia se defender da morte, entendeu que já estava morto. Reconheço que é uma explicação embaraçosa, uma combinação de mau gosto entre ênfase e melodrama; mas isso não a torna falsa, sobretudo porque o gesto de

Suárez no fundo não deixa de ser um gesto de ênfase melodramática característica de um homem cujo temperamento se inclinava na mesma medida para a comédia, a tragédia e o melodrama. Mas certamente ele recusaria essa explicação. De fato, sempre que alguém lhe perguntava o porquê do seu gesto, ele se refugiava na mesma resposta: porque eu ainda era presidente do governo e o presidente do governo não pode se jogar no chão. A resposta, creio que sincera, é previsível, e revela um traço muito importante de Suárez: sua devoção sacramental ao poder, a exagerada dignidade que atribuía ao cargo que ocupava; é também uma resposta sem jactância: pressupõe que, se naquele momento ele não fosse mais presidente, teria agido com o mesmo instinto de prudência que os seus colegas, protegendo-se dos tiros debaixo da poltrona; mas, além disso ou principalmente por isso, é uma resposta insuficiente: esquece que todos os outros parlamentares representavam a soberania popular quase com o mesmo direito que ele — para não falar de Leopoldo Calvo Sotelo, que assumiria a presidência naquela tarde, ou de Felipe González, que o faria um ano e meio depois, ou de Manuel Fraga, que aspirava a assumir, ou de Landelino Lavilla, que era o presidente da Câmara, ou de Rodríguez Sahagún, que era ministro da Defesa e responsável pelo Exército. Seja como for, uma coisa é inquestionável: o gesto de Suárez não é o gesto forte de um homem que enfrenta a adversidade com a plenitude de suas forças, e sim o de um homem politicamente acabado e pessoalmente abalado que sente há meses que a classe política como um todo conspira contra ele e também que a entrada inoportuna dos guardas-civis rebeldes no plenário da Câmara é resultado dessa confabulação universal.

Capítulo 2

O primeiro sentimento é muito acertado; o segundo, nem tanto. É verdade que durante o outono e o inverno de 1980 a classe dirigente espanhola se entregou a uma série de estranhas manobras políticas com o objetivo de derrubar Adolfo Suárez do governo, porém só é parcialmente verdade que o ataque à Câmara e o golpe militar tenham sido resultado dessa confabulação universal. No 23 de fevereiro se acoplam duas coisas distintas: por um lado, o golpe é uma série de operações políticas contra Adolfo Suárez, mas não contra a democracia, pelo menos a princípio; por outro, é uma operação militar contra Adolfo Suárez, e também contra a democracia. As duas coisas não são totalmente independentes — mas tampouco são totalmente solidárias: as operações políticas foram o contexto que possibilitou a operação militar; foram a placenta do golpe, não o golpe: esse matiz é essencial para entender o golpe. Por isso, não se devem dar ouvidos aos políticos da época que afirmam que sabiam com antecedência o que ia ocorrer na Câmara naquela tarde, ou que muita gente no plenário sabia, ou até que todo o plenário sabia; quase certamente são lembranças fictícias, vaidosas ou interessadas: a verdade é que, como as operações políticas e a operação militar praticamente não tinham comunicação, ninguém ou quase ninguém no plenário sabia, assim como muito pouca gente fora dele sabia.

O que todo mundo sabia é que naquele inverno o país inteiro respirava uma atmosfera de golpe de Estado. Em 20 de fevereiro, três dias antes do golpe, Ricardo Paseyro, correspondente da *Paris Match* em Madri: escrevia: “A situação econômica da Espanha está à beira da catástrofe, o terrorismo aumenta, o ceticismo em relação às instituições e seus representantes fere profundamente a alma do país, o Estado está desmoronando sob o ataque do feudalismo e dos excessos autonômicos, e a política externa espanhola é um fiasco”. E concluía: “Sente-se no ar o cheiro de golpe de Estado, de sublevação”. Todo mundo sabia que podia acontecer, mas ninguém ou quase ninguém sabia quando, como e onde; em relação ao quem, o que não faltava no Exército eram candidatos a dar um golpe de Estado, mas com certeza todos ou quase todos os deputados, assim que o tenente-coronel Tejero irrompeu no plenário, devem tê-lo reconhecido imediatamente, porque seu rosto havia ocupado

as páginas da imprensa, em meados de novembro de 1978, quando o jornal *Diario 16* informou que ele tinha sido preso por planejar um golpe que consistia em sequestrar o governo durante uma reunião de ministros no palácio de La Moncloa e aproveitar o vazio de poder para assumir o controle do Estado; depois de preso, Tejero foi submetido a julgamento, mas sua condenação pelo tribunal militar acabou sendo irrisória, e poucos meses mais tarde já estava em liberdade outra vez e numa situação de disponibilidade forçada, ou seja, sem uma ocupação profissional concreta — sem outra ocupação além de organizar os preparativos da sua segunda intentona com a máxima reserva e o mínimo de pessoas, para impedir a infiltração que levava a primeira ao fracasso. Assim, no mais absoluto segredo, com um número reduzidíssimo de militares conjurados e alto grau de improvisação, o golpe foi urdido, e assim se explica em grande parte por que foi esta, dentre todas as ameaças golpistas que se abatiam sobre a democracia espanhola no verão anterior, a que finalmente acabou se concretizando.

Mas as ameaças contra a democracia espanhola não haviam se iniciado no verão anterior. Muito tempo depois de Suárez deixar o poder, um jornalista lhe perguntou em que momento tinha começado a desconfiar de que podia ocorrer um golpe de Estado. “No instante em que fiz uso da razão presidencial”, respondeu Suárez. Não estava mentindo. Menos que um acidente da história, na Espanha o golpe de Estado é um rito vernáculo: todas as experiências democráticas na Espanha terminaram em golpes de Estado, e nos dois últimos séculos aconteceram mais de cinquenta; o último havia sido em 1936, cinco anos depois de instaurada a República; em 1981 também estávamos a cinco anos do início do processo democrático e, combinada com o momento difícil que o país atravessava, essa coincidência se transformou numa superstição numérica, que por sua vez estimulou a psicose do golpe de Estado na classe dirigente. Mas não se tratava apenas de uma psicose, nem de uma superstição. Na verdade, Suárez teve mais motivos que qualquer outro presidente democrático espanhol para temer um golpe de Estado desde o instante exato em que demonstrou na prática que seu objetivo não era, como parecia no princípio do seu mandato, mudar alguma coisa para que tudo continuasse igual, mantendo a base do franquismo sob uma forma maquiada, e sim restaurar um regime político semelhante no essencial àquele contra o qual Franco havia levantado o Exército em armas quarenta anos antes: a questão não era apenas que,

quando Suárez chegou ao poder, o Exército era quase uniformemente franquista, e sim de que era, por mandato explícito de Franco, o guardião do franquismo. A frase mais famosa da transição da ditadura para a democracia (“Tudo está amarrado e bem amarrado”) não foi pronunciada por nenhum dos protagonistas da transição; foi pronunciada por Franco, o que provavelmente sugere que foi ele o verdadeiro protagonista da transição, ou pelo menos um dos protagonistas. Todo mundo se lembra dessa frase, pronunciada em 30 de dezembro de 1969 no discurso de fim de ano, e todo mundo a interpreta exatamente como aquilo que é: uma garantia que o ditador dava aos seus fiéis de que depois da sua morte tudo continuaria exatamente igual a antes da sua morte ou de que, como disse o intelectual falangista Jesús Fuego, “depois de Franco, as Instituições”; por outro lado, nem todo mundo se lembra de que sete anos antes, num discurso em uma assembleia de ex-combatentes da guerra civil reunidos na colina de Garabitas, Franco pronunciou uma frase quase idêntica (“Tudo está amarrado e garantido”), e nessa ocasião acrescentou: “Sob a guarda fiel e insuperável do nosso Exército”. Era uma ordem: depois da sua morte, a missão do Exército consistia em preservar o franquismo. Mas, pouco antes de morrer, Franco deu aos militares uma ordem diferente no seu testamento: que obedecessem ao rei com a mesma lealdade com que haviam obedecido a ele. Obviamente, nem Franco nem os militares imaginavam que as duas ordens podiam chegar a ser contraditórias e, quando as reformas políticas introduziram o país na democracia demonstrando que de fato eram, pois o rei desertara do franquismo, a maioria dos militares hesitou: tinham que escolher entre obedecer à primeira ordem de Franco, evitando a democracia pela força, ou obedecer à segunda, aceitando que era contraditória com a primeira e a anulava, e aceitando, por conseguinte, a democracia. Essa hesitação é uma das chaves do 23 de fevereiro; também explica por que, praticamente desde o primeiro momento em que chegou à presidência, em julho de 1976, Suárez viveu rodeado por boatos de golpe de Estado. No começo de 1981 os boatos não eram mais insistentes que em janeiro ou em abril de 1977, mas nunca a situação política havia sido tão favorável para um golpe.

Desde o verão de 1980, a crise do país é cada vez mais profunda. Muita gente concorda com o diagnóstico do correspondente da Paris Match: a saúde da economia vai mal, a descentralização está desmontando o Estado e exasperando os militares, Suárez se revela

incapaz de governar enquanto seu partido se desagrega e a oposição trabalha com afinco para acabar de afundá-lo, o encanto inaugural da democracia parece ter se desvanecido em poucos anos e se sente nas ruas uma mistura de insegurança, pessimismo e medo;¹ além disso, há o terrorismo, principalmente o terrorismo do ETA, que chega a dimensões até então desconhecidas enquanto se encarniça com a Guarda Civil e o Exército. O panorama é alarmante, e se começa a falar em soluções de emergência: não apenas os eternos partidários do golpe militar — franquistas irredentos e despojados dos seus privilégios que incendeiam diariamente os quartéis com arengas patrióticas, mas também gente de antiga militância democrática, como Josep Tarradellas, um velho político republicano e ex-presidente do governo autônomo catalão que desde o verão de 1979 vinha pedindo uma virada de leme capaz de mudar o rumo equivocado da democracia e em julho de 1980 exigia “um golpe de bisturi para endireitar o país”. Virada de leme, golpe de bisturi, mudança de rumo: essa é a temível terminologia que impregna, desde o verão de 1980, as conversas nos corredores da Câmara, os jantares, almoços e reuniões políticas e as matérias da imprensa na pequena Madri do poder. Essas expressões são simples eufemismos, ou melhor, conceitos vazios que cada um preenche segundo o seu interesse, e que só têm, além das ressonâncias golpistas que evocam, um ponto em comum: tanto para os franquistas como para os democratas, tanto para os ultradireitistas de Blas Pinar ou Girón de Velasco como para os socialistas de Felipe González e muitos comunistas de Santiago Carrillo e muitos centristas do próprio Suárez, o único responsável pela crise é Adolfo Suárez e a condição número um para acabar com a crise é tirá-lo do governo. É uma pretensão legítima, no fundo sensata, porque Suárez já é um político inoperante desde bem antes do verão; contudo a política também é uma questão de forma — principalmente a política de uma democracia com muitos inimigos dentro do Exército e fora dele, uma democracia recém-estreada cujas regras estão em teste e ninguém domina completamente e cujas costuras ainda são extremamente frágeis — e aqui o problema não é de fundo, mas de forma: o problema não consistia em derrubar Suárez, e sim em como derrubá-lo. A resposta que a classe política espanhola deveria dar a essa questão é a única possível em uma democracia frágil como a de 1981: mediante eleições; mas a resposta que a classe dirigente espanhola deu à questão não foi essa e foi praticamente uniforme: a qualquer preço. Era uma resposta selvagem,

fruto em grande parte da arrogância, da ganância pelo poder e da imaturidade de uma classe dirigente que preferiu correr o risco de criar condições propícias para a atuação dos sabotadores da democracia a continuar tolerando a presença intolerável de Adolfo Suárez no governo. Não há outra maneira de explicar por que políticos, empresários, dirigentes sindicais e eclesiásticos e jornalistas desde o verão de 1980 exageravam quase delirantemente a gravidade da situação para poder falar todo dia em soluções duvidosamente constitucionais que faziam cambalear o já cambaleante governo do país, inventando atalhos extraparlamentares, ameaçando travar a nova engrenagem institucional e criando uma barafunda que constituía o combustível ideal para o golpismo. No grande esgoto madrilenho, como Suárez chamava na época a pequena Madri do poder, essas soluções — as viradas de leme e os golpes de bisturi, essas mudanças de rumo — não eram segredo para ninguém, e era raro o dia em que a imprensa não reproduzia alguma delas, quase sempre para encorajá-la: um dia se falava de um governo de gestão presidido por Alfonso Osorio — deputado da direita e vice-presidente do primeiro governo de Suárez — e no dia seguinte se falava de um governo de união presidido por José María de Areilza — também deputado da direita e ministro de Relações Exteriores do primeiro governo do rei; um dia se falava da Operação Quirinal, destinada a fazer de Landelino Lavilla — presidente da Câmara e líder do setor democrata cristão do partido de Suárez — presidente de um governo de coalizão, e no dia seguinte se falava da Operação De Gaulle, destinada a transformar um militar de prestígio, Álvaro Lacalle Leloup, ou Jesús González del Yerro, ou Alfonso Armada, antigo secretário do rei e depois líder do 23 de fevereiro, em presidente de um governo de unidade; praticamente não passava uma semana sem que vozes que discordavam em quase tudo concordassem em pedir um governo forte, o que era interpretado por muitos como uma demanda de um governo presidido por um militar ou com a presença de militares, um governo que protegesse a Coroa de qualquer turbulência, que corrigisse o caos de improvisações em que transcorrera a passagem da ditadura para a democracia e refreasse o que alguns chamavam de excessos, que enfrentasse o terrorismo, ressuscitasse a economia, racionalizasse o processo das autonomias e devolvesse a calma ao país. Tudo aquilo era uma mixórdia cotidiana de propostas, falatórios e conluios, e em 2 de dezembro de 1980 Joaquín Aguerre Bellver, cronista parlamentar do

jornal ultradireitista *El Alcázar*, descrevia assim o ambiente político na Câmara: “Golpe à Turca, Governo de Gestão, Governo de União... Uma corrida de cavalos de Pavía [...] A esta altura quem não tem uma fórmula de golpe é um João-ninguém. Enquanto isso, Suárez passeia sozinho pelos corredores, sem que ninguém lhe dê atenção”. Puxando a brasa para a sardinha do golpismo, Aguerre Bellver misturava conscientemente na sua lista golpes militares — o protagonizado na Turquia havia pouco pelo general Evren ou o protagonizado na Espanha mais de um século antes pelo general Pavía — com operações políticas teoricamente constitucionais. Era uma mistura enganosa, letal; dessa mistura surgiu o 23 de fevereiro: as operações políticas foram a placenta que nutriu o golpe, fornecendo-lhe argumentos e álibis; ao discutir abertamente a possibilidade de oferecer o governo a um militar ou de pedir ajuda aos militares para sair da encrenca, a classe dirigente entreabriu a porta da política para um Exército que clamava por intervir na política para destruir a democracia, e em 23 de fevereiro o Exército irrompeu por essa porta à força. Quanto a Suárez, a descrição que Aguerre Bellver faz dele no inverno do golpe é muito exata, e é inevitável pensar que sua imagem solitária nos corredores da Câmara prefigura a sua imagem solitária no plenário durante a tarde de 23 de fevereiro: é a imagem de um homem perdido e de um político abatido que nos meses anteriores ao golpe sente que toda a classe política, que toda a classe dirigente do país conspira contra ele. Não é o único que sente isso: “Todos nós estamos conspirando” é o título de um artigo, publicado no começo de dezembro por Pilar Urbano no jornal ABC, que relata as maquinações contra Suárez de um grupo de jornalistas, empresários, diplomatas e políticos de diversos partidos reunidos para jantar num salão da capital. Ele não é o único que sente isso: no grande esgoto madrileno, na pequena Madrid do poder, muitos sentem que a realidade como um todo conspira contra Adolfo Suárez, e durante o outono e o inverno de 1980 nenhum membro da classe dirigente deixa de colocar, consciente ou inconscientemente, seu grãozinho de areia na grande montanha da conspiração. Ou daquilo que Suárez sente como uma conspiração.

¹ A palavra do momento é desencanto; se ela fez fortuna como descrição daquela época é porque refletia uma realidade: na segunda

metade de 1976, pouco depois da chegada de Suárez ao poder, 78% dos espanhóis preferiam que as decisões políticas fossem tomadas por representantes escolhidos pelo povo, e em 1978, ano em que foi aprovada a Constituição, 77% se definiam como democratas incondicionais; mas, segundo o Instituto Metroscopia, em 1980 só a metade dos espanhóis preferia a democracia a qualquer outra forma de governo: o resto hesitava ou não tinha interesse, quando não defendia a volta à ditadura. [N. T.]

Capítulo 3

Os jornalistas conspiram contra Suárez (ou Suárez sente que conspiram). Obviamente, jornalistas da ultradireita, que diariamente o atacam porque acham que destruí-lo equivale a destruir a democracia. É verdade que não são muitos, mas são importantes porque seus 43 jornais e revistas — *El Alcázar*, *El Imparcial*, *Heraldo Español*, *Fuerza Nueva*, *Reconquista* — são praticamente os únicos que entram nos quartéis, persuadindo os militares de que a situação é ainda pior do que é e, a menos que aceitem, por irresponsabilidade, egoísmo ou covardia, ser cúmplices de uma classe política indigna que está levando a Espanha para o precipício, mais cedo ou mais tarde terão que intervir para salvar a pátria em perigo. As exortações ao golpe eram constantes desde o início da democracia, mas desde o verão de 1980 deixaram de ser sibilinas: a edição de 7 de agosto do semanário *Heraldo Español* estampava na capa um enorme cavalo empinado e uma manchete de página inteira: “Quem montará este cavalo? Procura-se um general”; nas páginas internas um texto assinado com pseudônimo pelo jornalista Fernando Latorre propunha trocar um golpe militar duro por um golpe militar brando com um general na presidência de um governo de unidade, cogitava alguns nomes — entre eles o do general Alfonso Armada — e apresentava ao rei uma alternativa imperiosa entre os dois tipos de golpe: “Ou Pavia ou Prim: quem puder que escolha”.

No outono e no inverno de 1980, mas principalmente nas semanas anteriores ao 23 de fevereiro, tais arengas eram cotidianas, sobretudo no jornal *El Alcázar*, talvez a publicação mais combativa da ultradireita, e sem dúvida a mais influente: nele, entre os últimos dias de dezembro e os primeiros de fevereiro, foram publicados três artigos assinados por Almendros — pseudônimo que provavelmente escondia o general da reserva Manuel Cabeza Calahorra, que por sua vez aglutinava a opinião de um grupo de generais reformados — exigindo a interrupção da democracia por parte do Exército e do rei, como também fez, quinze dias antes do golpe, o general da reserva Fernando de Santiago — que cinco anos antes havia sido vice-presidente do primeiro governo de Suárez — em um artigo intitulado “Situação-limite”; nele, em 24 de janeiro, o diretor do jornal, Antonio Izquierdo, escrevia: “Misteriosos e oficiosos emissários, que dizem estar a par de tudo, andam informando nos

últimos dias a conhecidos personagens do mundo da continuação e do mundo das finanças que “o golpe está para sair, que em menos de dois meses estará tudo resolvido”; e nele, apesar do sigilo com que o golpe foi tramado, na véspera de 23 de fevereiro alguns leitores avisados souberam que o dia seguinte ia ser o grande dia: a capa da edição do *El Alcázar* do domingo, dia 22, mostrava uma foto ocupando 3/4 da largura da página mostrando o plenário da Câmara vazio sob a qual, como o jornal já fizera outras vezes, uma esfera vermelha advertia que a capa continha uma informação pré-combinada; essa informação era obtida traçando uma linha reta entre a ponta de uma grossa flecha voltada para o plenário (em cujo interior se lia: “Tudo pronto para a sessão de segunda-feira”) com o texto do artigo do diretor que figurava à direita da foto; a frase do artigo apontada pela linha reta dava a hora quase exata em que o tenente-coronel Tejero entraria na Câmara no dia seguinte: “antes que sejam 18h30 da próxima segunda-feira”. Portanto, embora seja mais provável que nenhum dos deputados presentes na Câmara na tarde de 23 de fevereiro soubesse com antecedência o que ia acontecer, pelo menos o diretor do *El Alcázar* e algum dos seus colaboradores sabiam. As perguntas são quatro: quem deu essa informação a eles? Quem mais sabia? Quem foi capaz de interpretar essa capa? Quem o jornal pretendia avisar com ela?¹

EL ALCAZAR

Director: Antonio GIL-VERDE

Madrid, domingo, 22 de noviembre de 1981 / 10 céntimos

PRAKTIKA

PERISCOPIO ALUMINADO
A POCO PRECIO

Todo dispuesto para la sesión del lunes

UCD INTENSIFICA SU ACTIVIDAD EN BUSCA DE VOTOS

En cualquier caso, la victoria del señor Calvo Sotelo será inestable

10 pág. 10

Un seguro perdedor

El hecho de que se ha decidido a tomar la iniciativa de la campaña electoral, en el día de hoy, el señor Calvo Sotelo, a pesar de haber sido derrotado en las elecciones de mayo, es un hecho que no puede ser considerado como un signo de debilidad. Por el contrario, es una muestra de su voluntad de seguir luchando por la democracia. El hecho de que se ha decidido a tomar la iniciativa de la campaña electoral, en el día de hoy, el señor Calvo Sotelo, a pesar de haber sido derrotado en las elecciones de mayo, es un hecho que no puede ser considerado como un signo de debilidad. Por el contrario, es una muestra de su voluntad de seguir luchando por la democracia.

El señor Calvo Sotelo, a pesar de haber sido derrotado en las elecciones de mayo, es un hecho que no puede ser considerado como un signo de debilidad. Por el contrario, es una muestra de su voluntad de seguir luchando por la democracia.

SIN NOTICIAS DE LOS CONSULES SEQUESTRADOS

10 pág. 10

Mas não conspiram contra Suárez — e contra a democracia — só os jornalistas da ultradireita; também conspiram contra ele — ou Suárez sente que conspiram contra ele — os jornalistas democratas. É o sentimento de um homem encurralado, no entanto provavelmente não é um sentimento falso. Os últimos tempos do franquismo e os primeiros da transição tinham ensejado uma singular simbiose entre jornalismo e política, um compadrio entre políticos e jornalistas que permitiu a estes se sentirem protagonistas de primeira grandeza na passagem da ditadura para a democracia; por volta de 1980, porém, essa cumplicidade se rompeu, ou pelo menos a cumplicidade entre Suárez e a imprensa, que se considera menosprezada pelo poder e atribui a esse menosprezo a responsabilidade ou parte da responsabilidade pelo péssimo momento do país.

A crise de autoestima que a imprensa vive àquela altura é uma tradução da crise de autoestima que Suárez está vivendo (e também

uma tradução da crise de autoestima que o país está vivendo) e, como alguns jornalistas importantes se atribuem a missão de ditar a política do governo e consideram Suárez praticamente um usurpador e um político execrável, em muitos meios de comunicação a crítica a ele é de uma aspereza brutal e contribui para estimular o golpismo, alimentando o fantasma de uma situação de emergência e abrindo espaço em suas páginas para rumores constantes de operações políticas e golpes duros ou brandos em andamento que, mais que servir para preveni-los, servem para preparar o terreno. De resto, quatro anos e meio no poder — e principalmente quatro anos intensos como os anos vividos por Suárez — são tempo suficiente para criar muitos inimigos: há jornalistas despeitados que trocam num instante a adulação pelo desdém; há jornalistas críticos que se transformam em jornalistas camicases; há grupos editoriais — como o Grupo 16, proprietário do *Diario 16* e da revista *Cambio 16*, o mais importante semanário político daquele momento — que no verão de 1980 iniciam uma campanha feroz contra Suárez instigada por líderes do seu próprio partido; há casos como o de Emilio Romero, certamente o jornalista mais influente do pós-franquismo, que, ao ser destituído por Suárez do seu espaço privilegiado na imprensa do Movimento, o partido único de Franco, foi tomado por um ódio permanente contra o presidente e poucos dias antes do golpe propôs na sua coluna do ABC o general Armada como candidato a presidente do governo depois do golpe de bisturi ou da virada de leme que iria derrubar Suárez. Já o caso de Luis María Anson, destacadíssimo jornalista da democracia, é diferente e mais complexo.

Anson era um veterano defensor da causa monárquica que Suárez havia ajudado nos anos 1960, quando temia ser processado por ofensas a Franco em virtude de um artigo publicado no ABC; depois, em meados de 1970, foi Anson quem ajudou Suárez: incentivado pelo futuro rei, o jornalista apoiou a carreira política de Suárez quando dirigia a revista *Blanco y Negro*, impulsionou sua candidatura à presidência do governo e comemorou a nomeação na *Gaceta Ilustrada* com um entusiasmo insólito na imprensa reformista; por fim Suárez voltou a ajudar Anson: dois meses depois de chegar à presidência, nomeou-o diretor da agência de notícias estatal EFE. Embora Anson tenha permanecido à frente da agência até 1982, essa mútua troca de favores foi truncada poucos meses depois, quando o jornalista começou a sentir que Suárez era um político fraco e complexado por seu passado falangista e estava

entregando o poder da nova democracia à esquerda. A partir de então se transformou em um crítico implacável da política do presidente; implacável e público: Anson reunia periodicamente políticos, jornalistas, financistas, religiosos e militares no refeitório da agência EFE, e nesses encontros sempre promovia o descontentamento contra o seu antigo patrocinado; também, segundo Francisco Medina, discutiu desde o outono de 1977 um plano para retificar a democracia — na verdade um golpe de Estado encoberto — inspirado nos acontecimentos de junho de 1958, que permitiram ao general De Gaulle voltar ao poder e fundar a República francesa: tratava-se de fazer o Exército pressionar discretamente o rei para obter a renúncia de Suárez e obrigá-lo a constituir um governo teoricamente apolítico presidido por um técnico, um governo de unidade ou de salvação que pusesse entre parênteses por algum tempo a legalidade constitucional para restabelecer a ordem, estancar a sangria do terrorismo e superar a crise econômica; acrescentando um militar à frente do governo, grandes doses de improvisação e aturdimento, e rompendo frontalmente com a ordem constitucional, foi esse mesmo plano que os golpistas tentaram executar na tarde de 23 de fevereiro. A relação de Anson com o general Armada — mencionado em suas memórias como “um bom amigo” com quem manteve contato por “muitos anos” —, as férreas convicções monárquicas que os uniam, o fato de que, segundo certos testemunhos, Anson figurava como ministro no governo que pelos planos de Armada iria resultar do golpe, a resistência da EFE depois do 23 de fevereiro a aceitar o papel do general como líder da rebelião, a beligerância de Anson com a política de Suárez e sua fama de conspirador perpétuo aumentaram com o tempo as suspeitas em relação ao jornalista. A verdade, no entanto, é que a relação de Anson com Armada não era tão estreita como o general proclamava, que o jornalista figurava na suposta lista do governo de Armada ao lado de numerosos políticos democratas que ignoravam o papel que o general desejava atribuir a eles como avalistas do golpe, e que a resistência da EFE a admitir que o antigo secretário do rei houvesse liderado o levante militar era um reflexo de uma incredulidade bastante generalizada nos dias imediatamente posteriores ao 23 de fevereiro; quanto à ideia do golpe, o mais provável é que tenha sido o próprio general — que chegara a Paris como estudante da École de Guerre pouco depois da ascensão de De Gaulle ao poder na França e vivera de perto as suas consequências — que a concebeu e

difundiu com tanto êxito que desde o verão de 1980 ela circulava profusamente pela pequena Madri do poder e quase não havia partido político que não considerasse a hipótese de colocar um militar à frente de um governo de coalizão ou concentração ou unidade como uma das formas possíveis de tirar Suárez do poder. Em suma, não existe nenhum indício sério de que Anson tenha sido um promotor direto da candidatura de Armada à presidência de um governo unitário — e muito menos de que estivesse vinculado ao golpe militar —, embora não se possa descartar que em algum momento do outono e do inverno de 1980 ele tenha considerado razoável essa solução de urgência, porque não há dúvida de que estimulava qualquer esforço destinado a substituir o quanto antes um chefe de governo que, na sua opinião, assim como na de quase toda a classe dirigente, estava levando a Coroa e o país ao desastre.

¹ Não tenho respostas para essas perguntas, mas tenho conjecturas. É provável que o jornal tenha recebido a informação do general Milans del Bosch, que no dia seguinte se revoltou em Valencia, ou de algum dos seus colaboradores diretos, ou, mais provavelmente, de Juan García Carrés, antigo chefe dos sindicatos verticais franquistas, que nos meses anteriores ao golpe atuou como intermediário entre Milans del Bosch e Tejero: tanto Milans del Bosch como García Carrés tinham vínculos estreitos com *El Alcázar*. É provável que José Antonio Girón de Velasco, líder de um setor da ultradireita, presidente da Confederação de Combatentes e íntimo de García Carrés, também soubesse; assim como generais da reserva ligados a Cabeza Calahorra e Fernando de Santiago e ex-ministros franquistas ligados a Girón de Velasco, mas não o único parlamentar da ultradireita que ocupava uma poltrona na Câmara: o líder do Fuerza Nueva, Blas Pinar. Na certa outras pessoas sabiam, porém não muitas. Seja como for, esse é um terreno especialmente fértil para a fantasia ou, simplesmente, para a alucinação: no dia 5 de fevereiro, Manuel Fraga, líder do partido da direita, escreve em seu diário: “Tudo são rumores [...]. Uma vidente menciona um golpe para o dia 24”; no dia 13 a polícia recebe um relatório de um informante que está para ser despedido por sua falta de credibilidade anunciando um golpe para o dia 23; no dia 18 é publicado em *Spic*, uma revista mensal de aviação

comercial dedicada ao lazer e ao turismo, um artigo assinado por seu diretor em que se lê: “Não é verdade que eu pretenda dar um golpe na segunda-feira dia 23 de fevereiro... *además no sé* [além do mais não sei]” (mais alucinação: seis letras compõem a palavra “además”; duas, a palavra “no”; outras duas a palavra “sé”; resultado: 6h22, quase exatamente a hora em que o tenente-coronel Tejero irrompeu na Câmara). É importante dizer que nem no dia 5, nem no dia 13, nem mesmo no dia 18 já haviam sido marcadas a data e a hora do golpe. [N. T.]

Capítulo 4

Também conspiram contra Suárez (ou Suárez sente que conspiram contra ele) os financistas e os empresários e o partido da direita apoiado pelos financistas e empresários: a Alianza Popular. Nem sempre foi assim: nem sempre os empresários e financistas apoiaram o partido da direita, ou nem sempre o fizeram com o mesmo entusiasmo. Mas é bem provável que no seu foro íntimo desprezassem Suárez desde que ele chegou ao poder (e não só porque o considerassem ignorante em assuntos de economia); o fato é que no início do seu mandato financistas e empresários apoiaram sem reservas o novo presidente do governo porque entenderam que apoiá-lo era apoiar a monarquia, e porque a monarquia os convenceu de que aquele simpático mequetrefe, que tinha começado como contínuo na sede do Movimento e o conhecia como a palma da mão depois de tê-lo varrido de cabo a rabo, era o capataz ideal para dirigir a obra de demolição da arquitetura obsoleta que durante quarenta anos havia sido de enorme utilidade para eles, mas que agora só atrapalhava os seus negócios e os fazia passar vergonha diante dos colegas europeus. Suárez fez a sua parte: realizou a tarefa com êxito; uma vez realizada, no entanto, teria que ir embora: majoritariamente, era essa a opinião de financistas e empresários. Porém Suárez não foi embora; ao contrário: o que aconteceu foi que o contínuo promovido a capataz se julgou arquiteto e começou a construir o edifício da nascente democracia sobre o terreno arrasado do edifício da ditadura. Aí começou o problema: depois de passar anos desejando a sua aprovação, encorajado pelo repetido referendo dos votos, Suárez começou a driblá-los, a recusar conselhos e tapinhas nas costas, a evitá-los ou ignorá-los ou desprezá-los ou a fazer gestos que eles interpretavam como de desprezo, e terminou por não recebê-los em La Moncloa nem atender seus telefonemas e nem sequer acusar o recebimento das advertências e corretivos com que tentaram trazê-lo de volta para o bom caminho. Foi assim que acabaram descobrindo algo que no fundo, provavelmente, sempre haviam desconfiado: o antigo e complacente contínuo encobria um galo de briga provinciano que incubava rancorosamente o sonho de enfrentar o galo mais forte da capital. Foi assim também que acabaram descobrindo, à medida que notavam com preocupação que os negócios iam de mal a pior, a tardia ou improvisada vocação social-democrata de

que Suárez padecia e que atribuíam indistintamente à sua incapacidade de se livrar da educação de jovem falangista com a revolução pendente, ao seu afã de imitar Felipe González, o jovem e brilhante líder socialista, e à sua obsessão de conquistar os créditos de pureza democrática conferidos pelo beneplácito do jornal *El País*. E foi assim, definitivamente, que ao longo de 1980 decidiram que a política de Suárez só prestava para piorar a crise econômica e esquartejar o Estado; também decidiram que aquele plebeu estava exercendo a presidência de forma fraudulenta, porque o seu poder vinha da direita, que era quem lhe dava votos e o sustentara durante quatro anos, mas ele governava para a esquerda. A conclusão não se fez esperar: era preciso acabar de qualquer maneira com a presidência equivocada do arrivista desclassificado e respondão.

É por isso que, no outono e no inverno que antecederam o golpe, financistas e empresários fomentaram o pesadelo de um país que se precipitava na catástrofe, apoiaram as operações políticas contra o governo de Suárez montadas pela direita e diariamente injetavam mais decepção na decepção dos setores mais conservadores do partido que sustentava o governo, com o objetivo de desmembrá-lo, incorporar os dissidentes à minoritária Alianza Popular e formar com ela um novo governo presidido por um político ou um técnico independente ou um militar de prestígio, um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade — de qualquer forma um governo forte apoiado em uma nova maioria parlamentar. Como iria restabelecer a ordem natural das coisas rompida por Suárez, essa maioria foi chamada de maioria natural; como o líder natural dessa maioria natural só podia ser o líder da Alianza Popular, os empresários e financistas transformaram Manuel Fraga em seu líder. Que Fraga conspirasse contra Suárez (ou que Suárez sentisse que Fraga conspirava contra ele) no outono e no inverno de 1980 era um fato praticamente incontornável que obedecia a uma lógica não apenas política: afinal, quase ninguém tinha motivos mais fortes que Fraga para considerar Suárez um usurpador. Fraga havia sido o menino prodígio da ditadura, durante anos participou dos conselhos de ministros de Franco e no princípio dos anos 1970, coberto com uma pátina liberal, parecia ser o homem eleito pela história para conduzir o pós-franquismo, entendendo por isso um franquismo reformado que ampliasse os limites do franquismo sem destruí-lo, que era o que Fraga pretendia. Ninguém nunca lhe negou capacidade intelectual para realizar esse trabalho. O

episódio é celeberrimo: tentando adular o líder de Alianza Popular e humilhar Suárez, no debate do voto de censura que apresentou contra este em maio de 1980, Felipe González afirmou na tribuna da Câmara que o Estado cabia na cabeça de Fraga; se a metáfora é válida, também é incompleta: se é verdade que o Estado cabia na cabeça de Fraga, então também é verdade que nela não cabia absolutamente mais nada. Neste sentido, como em quase todos, Fraga era a antítese de Suárez: estudante nota dez, opositor compulsivo, escritor oceânico, durante os anos da mudança de regime era um político que dava a impressão de saber tudo e não entender nada, ou pelo menos não entender o que teria que entender, ou seja, que os limites do franquismo não podiam ser ampliados sem destruí-lo porque o franquismo era irreformável, ou só era reformável se a reforma consistisse justamente em destruí-lo; essa dramática fraqueza intelectual — somada ao seu autoritarismo genético, à sua falta de astúcia, à desconfiança sem muito motivo que provocou desde o final dos anos 1960 em setores poderosos do franquismo e à sua pobre sintonia pessoal com o monarca — explica por que o presidente eleito pelo rei para dirigir a mudança de regime não tenha sido o previsto Fraga, e sim o inesperado Suárez, e que nos anos seguintes o seu aspecto intimidante, a sua falta de sutileza política e a inteligência estratégica de Suárez (que naquele momento dava a impressão de entender tudo ou pelo menos de entender o que tinha que entender, embora não soubesse nada) tenham encurtado o seu espaço até confinar o teórico liberal do começo dos anos 1970 no campo dos reacionários, condenando a desabafar suas ambições frustradas arrastando uma fila de dinossauros franquistas por um pedregal sem redenção. Nos meses anteriores ao golpe, porém, os papéis se invertem: enquanto Suárez afunda sem entender nada, Fraga parece pletórico, como se soubesse e entendesse tudo; não obstante seu poder na Câmara continue sendo pequeno, pois a coalizão trabalhosamente moderada com que concorreu nas últimas eleições só tem um punhado de parlamentares, sua imagem pública não é mais de um incurável nostálgico do franquismo: sentem falta dele na Casa Real, onde teve durante anos um aliado fiel no general Alfonso Armada; suas relações com o Exército e a Igreja não podem ser melhores; é elogiado pelos mesmos empresários e financistas que antes o abandonaram e procurado por figuras proeminentes do partido de Suárez, que já o escolheram como seu verdadeiro líder e planejam com ele o melhor

modo de derrubar o governo e substituí-lo por um governo de coalizão ou de concentração ou de gestão ou de unidade, qualquer coisa menos permitir que Suárez permaneça no poder e acabe de arruinar o país. Qualquer coisa inclui um governo de coalizão ou de união ou de gestão ou de unidade presidido por um militar; se esse militar for o seu amigo Alfonso Armada, melhor. Como tanta gente naqueles dias, talvez mais do que ninguém naqueles dias, Fraga, que tem consciência de ser o ponto de referência político de muitos militares com inclinações golpistas, avalia essa possibilidade: seus diários da época estão cheios de anotações sobre jantares com políticos e militares em que se fala dela; muitos membros proeminentes da Alianza Popular, como Juan de Arespacochaga, ex-prefeito de Madri: a aprovam sem rodeios; segundo Arespacochaga, muitos membros da executiva do partido também. Enquanto se reúne dia sim, dia não com dirigentes do partido de Suárez, incluindo o seu porta-voz parlamentar, Fraga tem algumas dúvidas, mas não tem dúvida de que é preciso acabar de qualquer maneira com aquele subalterno que, quatro anos antes, por um erro ou frivolidade do rei, impediu o seu destino de presidente: antes do verão ele inquietou o país com a advertência de que, “se não forem tomadas medidas, o golpe será inevitável”; em 19 de fevereiro, quatro dias antes do golpe, adverte na Câmara: “Se quiserem dar a virada de leme, a mudança de rumo que todos sabem ser necessária, nos encontrarão dispostos a colaborar. E se não, não. [...] Temos que colocar o navio no estaleiro e examinar a fundo o casco e as máquinas”. Suárez fez mal a transição política, chegou a hora de remodelá-la ou retificá-la: foi esse exatamente o objetivo do 23 de fevereiro. Virada de leme, golpe de bisturi, mudança de rumo: foi essa exatamente a terminologia da placenta do golpe. De resto, durante a tarde e a noite de 23 de fevereiro empresários e financistas ficaram em silêncio, sem repudiar nem aprovar o golpe, como quase todo mundo. Só por volta das duas da madrugada, quando já parecia certo o fracasso da intentona militar depois que o rei se pronunciou contra ela na televisão, o presidente da CEOE, pressionado pelo chefe do governo provisório, finalmente resolveu repudiar publicamente o sequestro da Câmara e proclamar seu respeito pela Constituição. Os partidos políticos, entre eles a Alianza Popular, não o fizeram até as sete da manhã.

Capítulo 5

A Igreja também conspira contra Suárez? Suárez sente que a Igreja também conspira contra ele? Da mesma forma que nos últimos tempos ele entrou em atrito com os jornalistas e os financistas e os empresários e com toda ou quase toda a classe política do país, pouco antes do golpe Suárez entra em atrito com a Igreja; esta, por sua vez, o abandona à própria sorte, se é que não faz o que pode para derrubá-lo. Para Suárez, homem religioso, cristão de missa semanal e educado nos seminários e associações da Ação Católica, muito consciente do enorme poder que a Igreja ainda exerce na Espanha e de que seu apoio é um dos poucos que lhe restam na debandada sem retorno daqueles meses finais, o golpe é muito duro. A Igreja — ou pelo menos a cúpula da Igreja ou uma parte importante da cúpula da Igreja — havia defendido, às vésperas da morte de Franco, a passagem da ditadura para a democracia e, a partir da chegada de Suárez ao poder, o cardeal Tarancón, presidente da Conferência Episcopal Espanhola desde 1971, estabeleceu uma cumplicidade com ele que ao longo dos anos a determinação da Igreja de manter o seu eterno status de privilégio diante das transformações políticas não conseguiu abalar. No outono de 1980, porém, a relação entre Suárez e Tarancón se rompe; o que provoca essa ruptura é a lei do divórcio, uma revolução inaceitável para grande parte da Igreja e da direita espanhola. Naquela época a lei já estava em tramitação havia quase dois anos, sempre controlada por ministros democratas cristãos e sempre tutelada por um pacto pessoal entre Suárez e Tarancón que restringe severamente o seu alcance; mas em setembro daquele ano, em decorrência de uma das crises cíclicas que abalam o governo, a lei vai para as mãos do líder do setor social-democrata do partido do presidente, que acelera a tramitação e consegue que em meados de dezembro a comissão de justiça da Câmara aprove um projeto de lei do divórcio muito mais permissivo que o pactado entre Suárez e Tarancón. A resposta deste último é imediata: furioso, sentindo-se traído, corta todos os laços com Suárez e, a partir desse momento, desconcertado com a manobra do presidente — ou com sua fraqueza, que o impede de cumprir as promessas —, Tarancón fica à mercê dos bispos conservadores partidários de Manuel Fraga que, ainda por cima, veem as suas posições reforçadas com a chegada a Madri de um núncio

extraordinariamente conservador do extraordinariamente conservador papa Wojtyla: monsenhor Innocenti. Assim, pelo lado da Igreja Suárez também ficava desguarnecido; aliás, mais que desguarnecido: é fato sabido que tanto a nunciatura como membros da Conferência Episcopal inspiraram as operações contra Suárez organizadas pelos democratas cristãos do seu partido, e é bem provável que o núncio e alguns bispos tenham sido informados nos dias anteriores ao golpe de que era iminente uma reformulação ou uma retificação da democracia com o aval do rei. É difícil acreditar que tudo isso seja alheio ao comportamento da Igreja no 23 de fevereiro. Naquela tarde a assembleia plenária da Conferência Episcopal estava reunida na Casa de Exercícios do Pinar de Chamartín, em Madri: para escolher o substituto do cardeal Tarancón; quando chegou a notícia do ataque à Câmara, a assembleia se dissolveu sem pronunciar uma palavra favorável à democracia nem fazer um único gesto de condenação ou de protesto contra aquele atropelo à liberdade. Nem uma palavra. Nem um único gesto. Nada. É verdade: como quase todo mundo.

Capítulo 6

Certamente conspira contra Suárez (ou Suárez sente que conspira contra ele) o principal partido da oposição: o PSOE. Mas, diferentemente de Fraga e seu partido, dos empresários e financistas, e até dos jornalistas, os dirigentes do PSOE não têm a menor experiência de poder e mal estão entrando nas galerias do grande esgoto madrilenho, de forma que agem com uma ingenuidade estúpida de novatos que os torna facilmente manipuláveis pelos que tramam o golpe.

Os socialistas foram a surpresa da democracia: dirigido desde 1974 por um grupo impetuoso de jovens com um limpo pedigree democrático (embora de pouca ou nenhuma relevância na luta antifranquista), o PSOE é a partir de então um partido aglomerado em torno da liderança de Felipe González, e em 1977, depois das primeiras eleições democráticas, se transforma no segundo partido do país e no primeiro da esquerda, superando o Partido Comunista de Santiago Carrillo, que durante todo o franquismo foi na prática o único partido da oposição clandestina. O sucesso eleitoral deixa os socialistas numa perplexidade eufórica, e durante os dois anos seguintes eles praticam, como fazem a direita de Fraga e os comunistas de Carrillo, uma política de acordos com Suárez que culmina com a aprovação da Constituição, mas no princípio de 1979, pouco antes das primeiras eleições constitucionais, entendem que a sua hora tinha chegado: como tanta gente à direita e à esquerda, pensam que, uma vez demolido o edifício do franquismo e, com a Constituição, erguido o edifício da democracia, Suárez tinha concluído a tarefa que o rei lhe encomendara; não o desprezam (ou não o desprezam por enquanto, ou não em público, ou não de todo) por ser um ambicioso contínuo promovido às pressas a capataz e por fim transformado em arquiteto, embora tenham absoluta certeza de que só eles podem administrar com sucesso a democracia, enraizá-la no país e integrar o país na Europa; pensam que a Espanha pensa como eles e também pensam, nervosos como crianças famintas diante da vitrine de uma confeitaria, que, se não ganharem aquelas eleições, nunca mais ganharão outra; pensam que vão ganhar. Mas não ganham, e essa decepção é a principal responsável por quatro decisões que tomam nos meses seguintes: a primeira consiste em atribuir a inesperada derrota ao último discurso de Suárez na tevê durante a

campanha eleitoral, na qual o presidente conseguiu assustar o eleitorado alertando contra o radicalismo marxista de um PSOE que, pelos seus estatutos, continuava a ser um partido marxista, mas que pelos seus atos e palavras já era um partido social-democrata; a segunda consiste em interpretar o discurso de Suárez na tevê como uma forma de jogo sujo e em assumir que não se pode jogar limpo com alguém que joga sujo; a terceira consiste em aceitar que só chegarão ao governo se conseguirem destruir política e pessoalmente Suárez, acabando com a reputação do líder que os venceu em duas eleições consecutivas; a quarta é o corolário das três anteriores: consiste em se jogar de cabeça contra Suárez.

A partir do outono de 1979 — uma vez eliminado dos estatutos do PSOE o termo “marxismo” e reforçado o poder de Felipe González na direção do partido —, a ofensiva, cada vez mais justificada pela incapacidade de Suárez para frear a deterioração do país, é desumana: os socialistas pintam diariamente um quadro apocalíptico da administração do presidente, desenterram e jogam na cara dele seu passado de contínuo falangista e de arrivista no Movimento, acusam-no de destruir o projeto democrático, de estar disposto a vender a Espanha para continuar no palácio de La Moncloa, de analfabeto, de jogador, de golpista em potencial. Ao mesmo tempo, optam por dar um golpe de efeito, e em meados de maio de 1980 apresentam na Câmara um voto de censura contra Suárez. A manobra, destinada teoricamente a fazer de Felipe González presidente, é um fracasso aritmético porque o líder socialista não consegue votos suficientes para tirar o cargo de Suárez, mas, acima de tudo, é um sucesso propagandístico: durante o debate as câmeras de televisão mostram um González jovem, persuasivo e presidencial diante de um Suárez envelhecido e derrotado, incapaz de se defender dos ataques do adversário. Esse sucesso, contudo, marca um limite: com o voto de censura os socialistas esgotaram os mecanismos parlamentares de tomada da presidência; e é assim que, levados pelo desespero, pelo medo, pela imaturidade e pela cobiça de poder, começam a explorar os limites da democracia recém-inaugurada forçando ao máximo as suas regras sem ainda tê-las dominado bem; e é assim que se transformam em instrumentos úteis para os golpistas.

Desde antes do verão, aqueles recém-chegados aos salões, reuniões e restaurantes da pequena Madri do poder também falaram e ouviram falar de golpes de Estado, de governos de união, de governos

de gestão, de governos de salvação, de operações De Gaulle; sua atitude diante disso é ambígua: por um lado os boatos os inquietam; por outro, não querem ficar à margem da substituição de Suárez, porque estão impacientes para demonstrar que, além de saber ser oposição, sabem ser governo, e também começam a considerar a hipótese de formar um governo de coalizão ou concentração ou unidade presidido por um militar, proposta para a qual pedem apoio na última semana de agosto a Jordi Pujol, presidente do governo autônomo catalão. Certamente com essa ideia na cabeça, no outono os socialistas fazem sondagens sobre o estado de ânimo do Exército e sobre os rumores de golpe militar, e em meados de outubro, depois de uma reunião interna em que Felipe González pergunta se já não estão acesas todas as luzes de alerta da democracia e se discute a eventual entrada do partido em um governo de coalizão, vários dirigentes do PSOE se reúnem com o general Sabino Fernández Campo, secretário do rei, e com o general Alfonso Armada, seu antecessor no cargo, citado insistentemente havia meses como possível presidente de um governo de unidade. Felipe González participa da reunião com Fernández Campo; do encontro com Alfonso Armada, não: quem o faz é Enrique Múgica, número 3 do partido e até recentemente presidente da comissão de Defesa da Câmara. A partir dos fatos de 23 de fevereiro, a conversa entre Múgica e Armada adquire um sentido importante, e seus protagonistas a contaram em público mais de uma vez. A reunião, que dura quase quatro horas, acontece no dia 22 de outubro durante um almoço na casa do prefeito de Lérida, província da qual o general é governador militar desde o início do ano, e dela também participa, além do anfitrião, Joan Raventós, líder dos socialistas catalães. Múgica e Armada parecem combinar pessoalmente; politicamente também, pelo menos em relação ao ponto decisivo: ambos concordam que a situação do país é catastrófica, o que, segundo Armada, preocupa muito o rei e está pondo a Coroa em perigo; ambos concordam que o único responsável pela catástrofe é Suárez e ambos concordam que a saída dele do poder é a única solução possível para as arbitrariedades, embora segundo Armada a solução não seria completa se logo em seguida não se formasse um governo de concentração ou unidade com participação dos principais partidos políticos e presidido por um independente, de preferência um militar. Múgica não rechaça esta última sugestão; então Raventós intervém e pergunta a Armada se ele estaria disposto a ser o militar que encabeça o governo; Armada também

não rechaça essa sugestão. O almoço termina sem promessas nem compromissos, mas Múgica escreve um relatório sobre o encontro para o Comitê Executivo do partido; nas semanas seguintes diversos membros desse órgão sondam dirigentes de partidos minoritários sobre a possibilidade de formar um governo de coalizão presidido por um militar, e durante o outono e o inverno se espalham por Madri diversos boatos — o PSOE planeja propor um novo voto de censura apoiado por um setor do partido de Suárez, o PSOE planeja entrar em um governo de gestão ou de união com o partido de Fraga e um setor do partido de Suárez — unidos pelo denominador comum de um general com o qual os socialistas pretendem desalojar Suárez de La Moncloa.

Isso foi tudo. Ou isso é tudo o que sabemos, porque na época os dirigentes do PSOE discutiram muito o papel que o Exército podia desempenhar em situações de emergência como a que a seu ver o país atravessava, o que não deixava de ser uma forma de sinalizar a pista de aterrissagem para a intervenção militar. Em todo caso, a longa conversa de pós-almoço entre Enrique Múgica e o general Armada em Lérida e os movimentos e boatos que essa conversa provocou foram um respaldo para as inclinações golpistas de Armada e um bom álibi para que nos meses anteriores ao golpe o antigo secretário do rei insinuasse ou declarasse aqui e ali que os socialistas participariam de bom grado de um governo unitário presidido por ele ou mesmo que o estavam estimulando a formá-lo, e para que na própria noite de 23 de fevereiro, brandindo de novo a bandeira da aquiescência do PSOE, tentasse impor esse governo pela força. Tudo isso certamente não significa que durante o outono e o inverno de 1980 os socialistas tenham conspirado a favor de um golpe militar contra a democracia; significa apenas que uma forte dose de aparvalhamento irresponsável provocada pela comichão do poder levou-os a intensificar temerariamente o assédio ao presidente legítimo do país e que, julgando manobrar contra Adolfo Suárez, acabaram manobrando sem saber a favor dos inimigos da democracia.

Capítulo 7

Mas quem mais conspira contra Suárez (quem Suárez sente que mais conspira contra ele) é seu próprio partido: União de Centro Democrático. A palavra partido é incorreta; na realidade, a UCD não é um partido, é um complicado coquetel de grupos de ideologias díspares — de liberais e democratas cristãos a social-democratas, passando pelos chamados azuis, provenientes como Suárez das próprias vísceras do aparato franquista —, uma marca eleitoral improvisada na primavera de 1977 para concorrer às primeiras eleições livres nos últimos quarenta anos com o nome de Adolfo Suárez que, segundo a previsão unânime, ganharia graças ao sucesso da sua trajetória como presidente do governo, durante a qual conseguiu desarmar em menos de um ano o esqueleto institucional do franquismo e convocar as primeiras eleições democráticas. Afinal as previsões se realizam, Suárez conquista a vitória e ao longo dos dois anos seguintes a UCD permanece unida com a cola do poder, a liderança indiscutida de Suárez e a urgência histórica de construir um sistema de liberdades. A primavera de 1979 foi o momento estelar de Suárez, o auge do seu domínio e também do domínio do seu partido: em dezembro aprovou a Constituição, em março ganhou suas segundas eleições gerais, em abril as primeiras municipais, e o edifício do novo Estado parece prestes a ser concluído com a tramitação dos estatutos de autonomia da Catalunha e do País Basco; exatamente nesse momento de plenitude, porém, Suárez começa a cair em um tipo de letargia da qual não sairá até deixar a presidência, e o seu partido a rachar irremediavelmente. O fenômeno é estranho, mas não inexplicável.

Entretanto, não tem uma única explicação, tem várias. Aqui adianto duas: uma é política, pois Suárez, que soube fazer o mais difícil, é incapaz de fazer o mais fácil; a outra é pessoal, pois Suárez, que até então parece um político de ferro, desmorona psicologicamente. Acrescento uma terceira explicação, ao mesmo tempo política e pessoal: o ciúme, as rivalidades e as divergências que proliferam no seio do seu partido.

De fato: em fins de março de 1980, quando não se podem mais ocultar o retrocesso do país nem o entristecedor pessimismo das pesquisas à disposição do governo, três amargas derrotas nas urnas (no País Basco, na Catalunha e na Andaluzia) deixam claras na UCD

ambições insatisfeitas e desavenças ideológicas até então encobertas pelos oupéis da vitória, de maneira que qualquer assunto relevante (a política econômica, a política das autonomias, a política educacional, a lei do divórcio, a integração na Otan) e mais de um irrelevante provocam controvérsias que são adiadas para evitar uma explosão interna e que o tempo não faz mais que inflamar; Suárez, por seu lado, está cada vez mais ausente, mais perplexo e mais encerrado no labirinto doméstico do palácio de La Moncloa; ele perdeu a energia de seus primeiros anos no governo e parece incapaz de acalmar a balbúrdia turbulenta em que seu partido se transformou, talvez porque suspeite há algum tempo que, estimulados pela sua própria debilidade, como animais que farejam o medo na presa, os líderes dos grupos teoricamente fundidos na UCD voltaram a considerá-lo o que no fundo, provavelmente, nunca deixaram de considerar: um falangistinha provinciano consumido pela ambição, um mequetrefe ignorante, um arrivista de manual que cresceu no caldo corrompido do franquismo graças à adulação e à manipulação e que depois continuou crescendo porque o rei o encarregou de desmontar com truques de falsário e verborreia de camelô a máquina do Movimento, um espertalhão que anos antes talvez tenha sido um mal necessário, pois conhecia os porões do franquismo melhor que ninguém, mas que agora está levando o país ao abismo com suas ridículas pretensões de estadista. É assim que Suárez começa a suspeitar que os líderes do seu partido o veem; suas suspeitas não deixam de ter fundamento: juristas arrogantes, prestigiosos profissionais de boas famílias, altos funcionários de carreira, homens cultos e cosmopolitas ou que se imaginam cultos e cosmopolitas, os líderes da UCD que antes adulavam Suárez, atribuindo-lhe uma supremacia de líder carismático, passaram a denunciar cada vez mais claramente suas limitações pessoais e intelectuais, sua nulidade como governante, seus péssimos dotes de parlamentar, sua ignorância dos costumes democráticos — que o autoriza a pensar que pode continuar governando como nos seus tempos de presidente nomeado, quando só prestava contas ao rei —, seu desprezo pela Câmara e pelos deputados do seu partido na Câmara, seu método de trabalho caótico, seu populismo pseudoesquerdista e seu isolamento de foragido em La Moncloa, onde vive abduzido por uma récula de bajuladores incompetentes e descoordenados. Em abril de 1980 esta é a realidade que para Suárez ainda não passa de uma suspeita: todos os dirigentes

do seu partido o desprezam, assim como muitos dos seus seguidores, e todos sentem que poderiam substituí-lo no cargo com vantagem.

Esse sentimento íntimo dos dirigentes da UCD tem uma confirmação pública um pouco mais tarde, e a suspeita de Suárez se transforma em certeza. Nocauteado pela oratória demolidora de Felipe González, no debate do voto de censura apresentado em maio pelos socialistas Suárez envergonha os deputados do seu partido fugindo do embate dialético e deixando para os seus ministros a tarefa de defender o governo na tribuna enquanto o número 2 socialista, Alfonso Guerra, fulmina o presidente com um segredo de polichinelo. “Metade dos deputados da UCD se entusiasma quando ouve Felipe González falar”, proclama Guerra na Câmara. “E a outra metade se entusiasma quando ouve Manuel Fraga falar.” Suárez sobrevive a duras penas ao voto de censura, mas consciente de que a frase de Guerra não é mera estocada retórica de escaramuça parlamentar, que seu prestígio político está quase a zero, que seu partido corre o risco de se desintegrar e que, se quiser evitar o fim do governo e recuperar o controle da UCD, tem que tomar a iniciativa imediatamente. De maneira que, assim que pode, reúne os dirigentes do partido em um prédio do Ministério das Obras Públicas, em Manzanares el Real, perto de Madri. O encontro dura três dias e representa a pior humilhação que ele sofreu até então em sua vida política; de fato, é fácil imaginar que, assim que o debate é iniciado, os olhos dos seus companheiros mostram a Suárez a verdade, e que Suárez lê neles a palavra falangistinha, a palavra mequetrefe, a palavra arrivista, a palavra adulator, a palavra ignorante, a palavra vigarista, a palavra camelô, a palavra malandro, a palavra populista, a palavra incompetente. Mas não é preciso imaginar coisa nenhuma, porque a realidade é que durante esses três dias os dirigentes da UCD dizem a Suárez de frente tudo o que vêm dizendo há meses pelas costas, e que só não acabam definitivamente com ele porque ainda não têm um substituto viável — nenhum deles conta com o apoio dos outros, e as bases e quadros do partido ainda estão com o presidente — e porque Suárez aproveita essa carência para tentar uma saída: depois de receber como pôde as críticas infligidas por todos, Suárez promete corrigir seu comportamento pusilânime como presidente e acima de tudo assume o compromisso de dividir o poder com eles, de modo que a partir desse momento deixa de ser na prática o chefe do partido e do governo para tornar-se um *primus inter pares*. Concluída a reunião, Suárez tenta

cumprir a promessa imediatamente; e também o compromisso, de forma que no final de agosto planeja com alguns fiéis uma estratégia que implica reestruturar o governo pela segunda vez em poucos meses e entregar ministérios fortes aos dirigentes da UCD. O arranjo inclui contrapartidas prejudiciais para o seu futuro — a pior delas: talvez precipite a saída do governo do vice-presidente Abril Martorell, um amigo de muitos anos que nos últimos tempos lhe serviu ao mesmo tempo de escudo e de faz-tudo —, mas Suárez acredita que assim pode sufocar a revolta e prolongar sua presidência agonizante e se vingar das ofensas recebidas demonstrando aos seus críticos que estão enganados. Quem está enganado, porém, é ele, porque não sabe ou não consegue entender que respeito perdido não se recupera mais e que a rebelião dentro do partido é irrefreável.

Em 17 de setembro, recém-formado o novo governo, um Suárez que parece ter despertado da letargia ganha com folga um voto de confiança na Câmara, que, como deve permitir-lhe governar sem problemas nos próximos meses, confirma durante algumas horas o otimismo das suas previsões. No dia seguinte, contudo, explode o motim. Miguel Herrero de Miñón — um dos líderes do setor democrata cristão do partido — publica um artigo no *El País* que finge ser uma relativização bem fundamentada do resultado do voto de confiança, mas que na verdade é um ataque frontal à forma de fazer política do presidente. Poucos dias depois, os deputados da UCD elegem-no para o cargo de porta-voz do partido na Câmara; como Herrero de Miñón havia se apresentado na eleição como antídoto contra os abusos e negligências de Suárez, e como este havia apoiado uma candidatura derrotada, a eleição foi uma severa derrota para o presidente, que só então intui que suas promessas e concessões do verão não haviam dissolvido a aversão acumulada contra ele, e sim incrementado. A intuição agora é correta, mas tardia: àquela altura, o poderoso setor democrata cristão da UCD conspira publicamente para tirá-lo da presidência; os liberais e os social-democratas e os falangistas também fazem o mesmo e, à medida que avança o outono e tem início o inverno, até os mais leais ao presidente se desfazem às escondidas dessa lealdade e tomam posições para um futuro sem ele: pressionados, cortejados e apoiados por jornalistas, empresários, financistas, militares e religiosos, alguns pretendem formar uma nova maioria com Fraga; pressionados, cortejados e apoiados pelo ímpeto juvenil, pela ambição desmedida e pela fé absoluta em si mesmos dos socialistas, outros

pretendem formar uma nova maioria com González; todos ou quase todos — democratas cristãos e liberais e social-democratas e falangistas, antissuaristas de sempre e antissuaristas de última hora — discutem como substituir Suárez sem passar pelas urnas e quem colocar em seu lugar. Nos primeiros dias de 1981, enquanto a UCD prepara o seu segundo congresso, que deve ser realizado em Palma de Mallorca no fim de janeiro, a confusão no partido é total, e nesses dias um documento exigindo mais democracia interna, redigido pelos adversários do presidente, já tinha sido assinado por mais de quinhentos representantes centristas, o que significava uma ameaça muito séria para o controle que Suárez ainda tinha sobre as bases e quadros do partido, seu último reduto. Como na Alianza Popular, como no PSOE, como em toda a pequena Madri do poder, na UCD também se discute a hipótese de que um militar ou um político de prestígio à frente de um governo de coalizão ou de concentração ou de gestão ou de unidade seria o melhor instrumento para tirar Suárez do governo e superar a crise; essa hipótese é acarinhada por certos deputados de peso no partido — especialmente deputados do setor democrata cristão bem relacionados com os militares, sobretudo com Alfonso com quem um ou outro discute a ideia pessoalmente — e em meados de janeiro se exacerbam os boatos em circulação desde o verão com intensidade variável, boatos de golpes duros ou brandos e boatos segundo os quais está sendo preparado um novo voto de censura contra o presidente, um voto provavelmente apresentado pelo PSOE, mas apoiado por um setor da UCD, quem sabe gerado dentro desse setor, o que deve garantir o seu sucesso e provavelmente a formação do governo de emergência do qual todo mundo fala e para o qual todo mundo, a começar pelo próprio Suárez, sabe que o general Armada se postula. Na realidade, os boatos sobre o voto de censura são muito mais que boatos — não há dúvida de que o voto de censura foi discutido seriamente no partido —, mas, seja como for, a um mês de 23 de fevereiro a UCD é muito mais um amontoado de políticos que maquina o tempo todo contra o presidente do governo do que o partido político que apoia o governo. No meio desse amontoado cresce o golpe: esse amontoado não é a placenta do golpe, mas é uma parte substancial dela.

Capítulo 8

Isso acontece na Espanha, onde tudo parece conspirar contra Adolfo Suárez (ou onde Adolfo Suárez sente que tudo conspira contra ele). Fora da Espanha a situação também não favorece muito o presidente; favorecia, mas não favorece mais, entre outras razões porque desde que chegou ao poder Suárez fez o contrário do que o mundo estava fazendo: enquanto ele tentava desesperadamente virar para a esquerda, o mundo virava tranquilamente para a direita.

Em julho de 1976, quando o rei entrega a presidência do governo a Suárez, a Europa assiste com uma simpatia não isenta de ceticismo à passagem pacífica da ditadura para a democracia; os Estados Unidos, com uma simpatia não isenta de apreensão; àquela altura o seu ideal para a Espanha — do ponto de vista estratégico, um país-chave em caso de guerra com a União Soviética — é uma monarquia parlamentar dócil e uma democracia com limites, que impeça a existência de um partido comunista legal e integre o país na Otan. A princípio a nomeação de Suárez, catalogado como um jovem leão do franquismo, agrada muito mais aos Estados Unidos que à Europa, mas logo depois as preferências se invertem: Suárez legaliza o Partido Comunista, leva o país para uma democracia plena e, em face das constantes pressões exercidas contra ele — incluindo a dos próprios correligionários da UCD —, adia indefinidamente o pedido de ingresso na Aliança Atlântica; e não é só isso: convencido de que, ficando à margem da divisão em blocos imposta pela Guerra Fria, a Espanha pode desempenhar um papel internacional mais eficaz ou mais visível do que como figurante na disciplina do bloco americano, durante seu último ano de governo Suárez recebe em La Moncloa o líder palestino Yasser Arafat e envia um observador oficial à Conferência dos Países Não Alinhados. Quatro anos antes, esses gestos de independência — que na Espanha irritam a direita e quase todos os líderes do partido do presidente, mas não uma opinião pública majoritariamente antiamericana — teriam causado em Washington uma tênue inquietação mesclada com assombro; mas, somados à instabilidade do país, no outono de 1980 causam visível alarme. Naqueles quatro anos as coisas tinham mudado de forma radical, e não só para os Estados Unidos: em outubro de 1978 Karol Wojtyła foi escolhido papa da Igreja católica; em maio de 1979 Margaret Thatcher foi

designada primeira-ministra do Reino Unido; em novembro de 1980 Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos. Uma revolução conservadora se espalha pelo Ocidente e, no intuito de sufocar a União Soviética com um círculo de pressões concêntricas, Reagan relança a corrida armamentista e aquece a Guerra Fria. Nessas circunstâncias, se há uma coisa que Washington quer evitar são transtornos no Sul da Europa: em setembro apoiou com sucesso um golpe militar na Turquia, e agora teme que a fragilidade daquele Suárez inclinado à esquerda e acossado pela crise política e econômica e por um Partido Socialista cada vez mais forte acabe facilitando uma revolução semelhante à portuguesa de 1974. De modo que, nos meses anteriores ao 23 de fevereiro, quando a embaixada americana em Madri e a agência da CIA começam a receber notícias sobre a iminência de um golpe de bisturi ou uma virada de leme na democracia espanhola, sua reação, mais que favorável, é entusiasta, particularmente a do embaixador Terence Todman, um diplomata ultradireitista que anos antes, como responsável pela política norte-americana na América Latina, apoiara abertamente as ditaduras latino-americanas, e que conseguiu fazer com que os dois únicos políticos espanhóis recebidos pelo presidente Reagan na Casa Branca antes do golpe fossem dois significativos franquistas inativos — Gonzalo Fernández de la Mora e Federico Silva Muñoz; e que no dia 13 de fevereiro ele se reúne com o general Armada em um sítio próximo a Logrono. Não conhecemos o conteúdo dessa reunião, mas há fatos que demonstram sem nenhuma dúvida que o governo norte-americano foi informado do golpe antes que este ocorresse: desde o dia 20 de fevereiro as bases militares de Torrejón, Rota, Morón e Zaragoza estavam em estado de alerta e navios da vi Frota foram postados nas proximidades do litoral mediterrâneo, e ao longo da tarde e da noite do dia 23 um avião AWACS de espionagem eletrônica pertencente ao 86º Esquadrão de Comunicações estacionado na base alemã de Ramstein sobrevoou a península com o objetivo de vigiar o espaço radioelétrico espanhol. Esses detalhes só foram conhecidos dias ou semanas ou meses mais tarde, mas na própria noite de 23 de fevereiro, quando o secretário de Estado americano, o general Alexander Haig, enviou uma mensagem indagando o que estava acontecendo na Espanha sem uma palavra de censura ao ataque à Câmara ou uma palavra a favor da democracia — para ele a tentativa de golpe de Estado não passava de “um assunto interno” —, ninguém deixou de entender a única coisa que

se podia entender: que os Estados Unidos aprovavam o golpe e que, se este fosse vitorioso, o governo americano seria o primeiro a comemorar.

Capítulo 9

Nos últimos dias de 1980 e nos primeiros de 1981 a realidade em peso parece conspirar contra Adolfo Suárez (ou Adolfo Suárez sente que a realidade em peso conspira contra ele): os jornalistas, os empresários, os financistas, os políticos da direita, do centro e da esquerda, Roma e Washington. E até alguns líderes comunistas, que se manifestam pública ou reservadamente a favor de um governo de concentração presidido por um militar. E até os líderes dos principais sindicatos, que falam de situações-limite, de situações de emergência, de crise não de governo, mas de Estado. E até o rei, que à sua maneira tenta se livrar de Suárez e açula todo mundo contra ele.

Com todas essas matérias-primas foi fabricado o golpe: as manobras Políticas contra Adolfo Suárez foram o húmus do golpe; com todas essas matérias-primas se fabricou a placenta do golpe. Dito isso, a palavra “conspiração” provavelmente pode parecer inadequada para definir a campanha de perseguição política contra Adolfo Suárez; em outras palavras: nos meses anteriores ao golpe Suárez sem dúvida sentia que a realidade inteira conspirava contra ele, mas isso não seria simplesmente um sentimento sem respaldo nos fatos de um homem politicamente acabado e pessoalmente abalado? Será que o que realmente ocorreu na Espanha durante esses dias não foi uma simples confluência de estratégias políticas, interesses e ambições legítimos destinados a tirar um presidente inepto do poder? Foi, mas uma conspiração política é exatamente isto: a aliança de um conjunto de pessoas contra quem está no poder. E foi exatamente isso que se deu na Espanha nos últimos dias de 1980 e nos primeiros de 1981. Repito que essa conspiração no fundo era legítima, porém não o era na forma e, pelo menos na política espanhola de então, após quarenta anos de ditadura e menos de quatro de democracia, a forma era o fundo: esticar até o limite as fragilíssimas formas da democracia, provocando grande agitação política enquanto se recorria aos militares permanentemente tentados a destruir o sistema político como recurso para acabar com a presidência de Suárez, significava entregar aos inimigos da democracia o instrumento para acabar com Suárez e com a democracia.

Poucos se recusaram a participar dessa bagunça suicida; entre estes estavam o general Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo, dois dos

pouquíssimos políticos do primeiro time que não se incorporaram ao assédio contra o presidente e escaparam assim ao erro comum de toda uma classe dirigente cuja paixão conspirativa contra Adolfo Suárez fez com que conspirasse consciente ou inconscientemente contra a democracia. Quanto ao próprio Suárez, ele certamente era um político puro e, como tal, apesar de estar politicamente acabado e pessoalmente abalado, naqueles meses continuava lutando para se manter no poder; ele lutava por si mesmo, mas, ao lutar por si mesmo e para se manter no poder também lutava para escorar o edifício que havia construído durante os anos em que exerceu a presidência: embora os militares golpistas desde o começo o considerassem a encarnação da democracia — e por isso sentiam, quando finalmente partiram para o golpe, que era um golpe contra Suárez mais que um golpe contra a democracia —, Suárez provavelmente nunca encarnou de fato a democracia até os dias anteriores ao golpe, e provavelmente nunca a encarnou com plenitude até a tarde de 23 de fevereiro quando, sentado em sua poltrona de presidente, as balas zuniam ao seu redor no plenário da Câmara, porque lutar por si mesmo e para se manter no poder nunca foi tão equivalente como naquele instante a lutar pela democracia.

Capítulo 10

Deixei de lado o principal conspirador: o exército. O golpe de 23 de fevereiro foi um golpe militar contra Adolfo Suárez e contra a democracia, mas quem conspirava no exército durante o outono e o inverno de 1980? E com que finalidade? Será que os serviços de inteligência, que na época eram parte do Exército, também conspiravam? Será que o CESID, que era o órgão que agrupava a maior parte dos serviços de inteligência, também conspirava? E, em caso afirmativo, conspirava para derrubar Adolfo Suárez do poder ou conspirava a favor do golpe? Será que o CESID participou do golpe de 23 de fevereiro? Este é um dos pontos mais controvertidos do golpe e, por motivos óbvios, sem dúvida o que suscitou mais especulações: explorá-lo permite explorar também as manobras golpistas que se maquinavam no Exército durante os meses anteriores ao 23 de fevereiro.

O processo pelo golpe indiciou somente dois membros do CESID: o comandante José Luis Cortina, chefe da AOME, a unidade de operações especiais do centro, e o capitão Vicente Gómez Iglesias, subordinado de Cortina. O comandante foi absolvido; o capitão foi condenado: a verdade judicial sobre o 23 de fevereiro diz portanto que o CESID como instituição não participou do golpe, e que apenas um de seus membros o fez por iniciativa própria. Será que a verdade judicial é a verdade dos fatos? Naturalmente, os responsáveis pelos serviços de inteligência da época — seu chefe, o coronel de infantaria da Marinha Narciso Carreras, e seu secretário-geral e homem forte, o tenente-coronel Javier Calderón — sempre negaram não apenas que o CESID houvesse participado do golpe, como que tivesse o menor indício prévio de que estava em preparação, o que por outro lado equivale ao reconhecimento de um fracasso retumbante, porque uma das missões básicas que o governo confiara aos serviços de inteligência — senão a missão básica — consistia em preveni-lo da eventualidade de um golpe. Será que Carreras e Calderón dizem a verdade? O CESID realmente falhou no 23 de fevereiro? Ou, pelo contrário, não falhou e sabia dos preparativos do golpe e, no entanto, não preveniu o governo porque estava envolvido na revolta? Dois fatos parecem a princípio inquestionáveis: o primeiro é que, mesmo que não conhecesse com antecedência os detalhes exatos do golpe — quem, quando, como e onde —, o CESID tinha informações fidedignas da

conspiração contra Adolfo Suárez e das tramas militares que de uma forma ou de outra acabariam desembocando no 23 de fevereiro; o outro é que comunicou isso ao governo. Pelo menos é o que se depreende de um relatório frequentemente atribuído ao CESID, datado de novembro de 1980 e intitulado “Panorama de las operaciones en marcha”, um relatório que, segundo uma versão aceita pelos que o publicaram em diversos livros anos depois, foi enviado ao rei, a Adolfo Suárez, ao general Gutiérrez Mellado e ao ministro de Defesa, Agustín Rodríguez Sahagún.

Trata-se talvez do documento mais útil de que dispomos para entender os antecedentes diretos do golpe, pois contém uma descrição contemporânea, detalhada e em grande parte verídica das conspirações políticas e militares da época e uma previsão bastante exata do que ocorreria em 23 de fevereiro. Esse relatório é dividido em um prólogo e três partes; cada uma das partes examina um tipo de operação: a primeira examina as operações civis; a segunda, as operações militares; a terceira, uma operação mista, cívico-militar. O prólogo se limita a expor uma obviedade e uma advertência: a obviedade é afirmar que o denominador comum das operações ali escritas é o desejo de derrubar Adolfo Suárez para acabar com “o clima de anarquia e desordem sociopolítica existentes”; a advertência é que, dadas a anarquia e a desordem existentes, “não há nenhuma razão para pretender que não existam outras operações em andamento” e, melhor dizendo, “tememos que estas possam ser quase infinitas”. A primeira parte do relatório descreve quatro operações civis, ou seja, quatro operações políticas, três delas articuladas no interior do partido do presidente e a quarta no Partido Socialista: o relatório minimiza a viabilidade das primeiras, mas enfatiza o interesse de cada um de seus organizadores — democratas cristãos, liberais e azuis da UCD — na operação cívico-militar; importância bem maior concede à operação socialista. Esta deveria ser desencadeada no mês de janeiro ou fevereiro de 1981 e consistiria na proposição de um voto de censura pelo PSOE, após um pacto com um grande grupo dissidente da UCD, com o qual Suárez seria derrubado do poder e se formaria um governo de concentração presidido por um militar de tendência liberal e bem-visto pela Coroa, o que neutralizaria as tentações golpistas do Exército e, supondo que seus organizadores contassem com um militar adequado e disposto e com a aprovação do rei, daria ao projeto “credibilidade quase total”. O perfil do militar adequado e disposto era o do general Armada ou o que se costumava

atribuir ao general Armada, que, como certamente sabia o autor do relatório, tinha acabado de se reunir com dirigentes socialistas em Lérida. Essa parte do relatório também registra o interesse do PSOE pela operação cívico-militar exposta ao final, e que não passa de uma variante da operação socialista.

A segunda parte examina três operações militares: a dos generais de divisão, a dos coronéis e a de um grupo que denomina “os espontâneos”. Aqui a informação do autor é especialmente farta e confiável. Segundo ele, as três operações são autônomas mas têm pontos de contato e em qualquer momento podem se unir; além disso, as três são altamente viáveis e perigosas. A operação dos generais de divisão, cujo civil de referência é Manuel Fraga, consistiria em um pronunciamento coletivo desses oficiais — os centros de poder do Exército em cada uma das regiões militares em que se encontrava dividido o país —, o que, tal como ocorrera dois meses antes na Turquia, daria ao golpe um tom ou aparência institucional; o relatório omitiu o nome dos generais de divisão envolvidos na operação (dentre eles o do mais conspícuo: Jaime Milans del Bosch, comandante militar de Valencia), mas considerava “mais do que provável” a concretização do golpe caso a deterioração política continuasse. Tal como a anterior, revela-se que a operação dos coronéis ainda não está completamente madura; ao contrário da anterior, a dos coronéis, que são “frios, racionais e metódicos”, está sendo planejada com cuidado, e por isso — e “pela qualidade humana e profissional” dos organizadores —, uma vez ativada, “seria irrefreável”; também ao contrário da anterior, essa operação desconsidera a Coroa: os coronéis têm uma mentalidade social “avançada, beirando um socialismo muito nacionalista e nada marxista” e o seu ideal político não é a monarquia, e sim uma república presidencialista. O relatório vincula de novo o nome de Manuel Fraga a essa operação; omite de novo o de seus organizadores, um dos quais talvez fosse o coronel José Ignacio San Martín, chefe do principal serviço de inteligência do pós-franquismo e na época chefe do Estado-Maior da Divisão Encouraçada Brunete. Quanto à terceira operação, a dos chamados espontâneos, segundo o relatório é a mais perigosa: não apenas por ser a mais violenta e iminente, mas também porque não tem a menor vocação monárquica. Os espontâneos consideram que a única forma de galvanizar o Exército em torno de um golpe consiste em lançar um ataque demolidor contra um ponto nevrálgico do país (“não se

excluindo execuções sumárias em caso de resistência ou negativas de demissão”): o relatório não menciona a Câmara dos Deputados, mas menciona o palácio de La Moncloa, ministérios decisivos, centros de comunicação; segundo as previsões dos espontâneos, uma vez consumado o golpe, “o resto das Forças Armadas se integraria a ele ou pelo menos não o impediria pela força” e, uma vez eliminada “totalmente” a classe política, os chefes da operação “se colocariam sob as ordens de comandantes militares provados, os quais dariam a forma definitiva ao golpe militar total”. Segundo o relatório, o plano dos espontâneos teve um precedente na famosa “Operação Galáxia”, que é como a imprensa batizou o golpe que dois anos antes Tejero planejava mas não conseguiu executar, de maneira que o autor aponta o tenente-coronel como o protagonista da nova intentona.

Até aqui o relatório abordou as operações civis e militares em andamento; a seguir passa a considerar a operação mista, cívico-militar. Esta deve ser um golpe brando destinado a afastar o risco dos três golpes duros recém-descritos; seus organizadores são um grupo de civis sem militância mas com experiência política e um grupo de generais da ativa “com históricos, brilhantes e capacidade de mobilização”; seu mecanismo de ação é formalmente constitucional, “embora tal formalidade seja apenas para manter as aparências legais mínimas e evitar a qualificação de golpismo”: consistiria em forçar a renúncia de Suárez mediante uma série contínua de pressões de diversas origens (partidos políticos e meios financeiros, empresariais, religiosos, militares e jornalísticos) que culminaria com a pressão do rei, que, logo depois e com o apoio dos principais partidos, proporia como presidente do governo um general “apoiado pelo resto da estrutura militar” que formaria um governo “de gestão ou de salvação nacional” com pelo menos cinquenta por cento de civis independentes ou propostos pela UCD, pelo PSOE e a Alianza Popular. Além de liquidar o terrorismo e recuperar a economia, esse governo — cujo mandato acabaria a princípio junto com a legislatura — reformaria a Constituição, eliminaria os governos autônomos, reduziria o poder dos partidos e colocaria os comunistas e nacionalistas na ilegalidade.

Não se trata de destruir a democracia: trata-se de recortá-la ou restringi-la ou encolhê-la e transformá-la em uma semidemocracia. Ainda segundo o relatório, essa operação mista não contava apenas com o apoio de líderes da UCD e do PSOE, que teriam sido persuadidos de que

era a única alternativa ao golpe duro; também buscava a aceitação dos organizadores das operações militares, garantindo a eles que, se a operação mista fracassasse, o terreno ficaria livre para a sua ação (“para a qual teriam a mesma colaboração que tivessem prestado a esta”). O relatório concluía afirmando: “A viabilidade dessa operação é muito alta”; arriscava até uma data: “Estima-se que o seu prazo de execução poderia culminar antes da primavera de 1981 (salvo imprevistos)”.

Esse é em resumo o conteúdo do “Panorama de las operaciones en marcha”. Afinal houve imprevistos, mas não muitos: fundamentalmente as informações fornecidas pelo relatório eram corretas; suas previsões também: no final das contas, o golpe de 23 de fevereiro foi uma tentativa improvisada de realizar a operação cívico-militar com o apoio das quatro operações civis e a colaboração das três operações militares; ou, dizendo com todas as letras: uma tentativa fracassada -de entregar o poder ao general Armada usando a força dos conspiradores militares — os generais de divisão de Milans del Bosch, os coronéis de San Martín e os espontâneos de Tejero — para obrigar os conspiradores civis — a UCD, a Alianza Popular e o PSOE — a aceitar aquela solução de emergência. Assim, se é verdade que esse relatório foi redigido pelo CESID, não há dúvida de que — embora não soubesse com exatidão quem, quando, como e onde do golpe — em novembro de 1980 o serviço de inteligência tinha informação suficientemente confiável sobre as tramas golpistas para predizer sem grande margem de erro o que acabaria acontecendo em 23 de fevereiro. Acontece, porém, que, apesar de atribuído ao CESID, o relatório não é obra do CESID: seu autor é Manuel Fernández-Monzón Altolaquirre, na época tenente-coronel do Exército e chefe do departamento de imprensa do Ministério de Defesa. Fernández-Monzón era um ex-membro dos serviços de inteligência que mantinha muitos contatos entre os seus ex-companheiros e que durante anos vendeu relatórios político-militares para uma seleta clientela de políticos, financistas e empresários madrilenhos, além de ser na época assessor de Luis Maria Anson na agência de notícias EFE. Seu relatório — que foi remetido ao ministro da Defesa e de fato chegou até o rei, o presidente do governo e seu vice-presidente, e que sem dúvida circulou pela pequena Madri do poder no outono e no inverno de 1980 — constitui um resumo bem-feito do enxame de conspirações que fervilhava às vésperas do 23 de fevereiro, sobretudo no que se refere às conspirações militares. Embora algumas fossem de domínio público, a

maior parte das informações que o relatório continha era proveniente do CESID, o que demonstra que o serviço de inteligência conhecia o plano geral das operações em andamento, mas que não conhecia com exatidão, nos dias anteriores à intentona militar, quem, quando, como e onde. Será que conhecia? Será que o CESID falhou em sua missão de informar e prevenir o governo? Ou não fracassou e não preveniu o governo porque estava do lado dos rebeldes? A interrogação mais controvertida sobre o 23 de fevereiro por ora continua em pé: será que o CESID participou do golpe de Estado?

Capítulo 11

23 de fevereiro

Era uma segunda-feira. O dia amanheceu ensolarado em Madri; por volta de uma e meia da tarde o sol parou de brilhar e rajadas de vento invernal varriam as ruas do centro; por volta das 6h30 já estava escurecendo. Bem a essa hora — mais precisamente, às 6h23 —, o tenente-coronel Tejero entrava na Câmara dos Deputados no comando de uma tropa improvisada composta por dezesseis oficiais e 170 suboficiais e praças recrutados no Centro de Transportes da Guarda Civil, na rua Príncipe de Vergara. Era o princípio do golpe. Um golpe cujo plano básico não correspondia ao plano de um golpe duro e sim ao de um golpe brando, ou seja, de um golpe sem sangue que devia usar a ameaça das armas apenas o suficiente para que o rei, a classe política e a população se rendessem às pretensões dos golpistas: depois da tomada da Câmara, o comandante militar de Valencia, general Milans del Bosch, sublevaria a sua região e tomaria a capital, o coronel San Martín e alguns oficiais da Divisão Encouraçada Brunete sublevariam a sua unidade e com ela tomariam Madri: e o general Armada iria ao palácio de La Zarzuela para convencer o rei a autorizá-lo a ir à Câmara em seu nome para solucionar o problema criado pelos militares rebeldes, libertar os parlamentares sequestrados e conseguir formar com os principais partidos políticos um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade sob a sua presidência. Esses quatro movimentos táticos correspondiam de certa maneira às quatro operações militares anunciadas em novembro pelo relatório de Fernández-Monzón: a tomada da Câmara, que era o movimento mais complexo (e o detonante), correspondia à operação dos espontâneos; a tomada de Valencia, que era o movimento mais preparado, correspondia à operação dos generais de divisão; a tomada de Madri: que era o movimento mais improvisado, correspondia à operação dos coronéis; e a tomada de La Zarzuela, que era o movimento mais simples (e o essencial), correspondia à operação cívico-militar. Havia, porém, uma diferença muito importante entre o golpe como previa o relatório de Fernández-Monzón e o golpe tal como se deu na realidade: enquanto no primeiro caso a operação cívico-militar

era um recurso político destinado a impedir as três operações militares, no segundo caso as três operações militares eram um recurso de força destinado a impor a operação cívico-militar. Por outro lado, embora o plano do golpe fosse simples, sua execução, ou certos aspectos de sua execução, não era, e mesmo assim na manhã do 23 de fevereiro poucos golpistas tinham dúvidas da sua vitória: todos ou quase todos pensavam que não apenas o Exército, como também o rei, a classe política e grande parte da população estavam propensos a aceitar a vitória do golpe; todos ou quase todos pensavam que o país inteiro o receberia com mais alívio que resignação, senão com ardor. Adianto aqui uma informação: agentes do CESID participaram de dois dos quatro movimentos do golpe; adianto outra: pelo menos em um desses movimentos essa participação não foi ocasional.

Vejam só: às cinco da tarde daquele dia o capitão Gómez Iglesias, subordinado do comandante Cortina no CESID, esclarecia no Centro de Transportes da Guarda Civil as últimas dúvidas dos oficiais que iriam acompanhar o tenente-coronel Tejero no ataque à Câmara. Gómez Iglesias, que era amigo do tenente-coronel desde que ambos conviveram anos antes no comando da Guarda Civil de San Sebastián, provavelmente estava vigiando Tejero havia meses por ordem do comandante Cortina; ele conhecia perfeitamente os planos do seu amigo e nos últimos dias o estava ajudando a materializá-los. A ajuda que lhe deu naquele momento e naquele lugar — uma hora e meia antes do ataque à Câmara e no escritório do coronel Miguel Manchado, chefe do Centro de Transportes — foi vital. Desde minutos antes da chegada de Gómez Iglesias ao escritório do coronel Manchado, o tenente-coronel tentava convencer a todo custo os oficiais ali reunidos de que fossem com ele à Câmara realizar uma operação de ordem pública de grande alcance nacional — essa foi a fórmula que empregou repetidas vezes —, uma operação realizada por ordem do rei, sob o comando do general Armada, que naquele momento já devia estar em La Zarzuela, e do general Milans del Bosch, que ia impor o estado de exceção em Valencia. Nenhum dos oficiais que o escutava desconhecia o histórico rebelde e as tendências golpistas do tenente-coronel e, embora a maior parte deles estivesse comprometida havia dias ou horas com o segredo do seu projeto e o aprovasse, os que não estavam comprometidos manifestavam dúvidas, principalmente o capitão Abad, um oficial muito competente que comandava um grupo muito competente e bem treinado

de guardas-civis imprescindível para, uma vez tomada a Câmara, montar um dispositivo de cerco e controle do local; a entrada de Gómez Iglesias, que naqueles dias fazia um curso no Centro de Transportes, mudou tudo: as reticências de Abad e os eventuais escrúpulos de outros oficiais desapareceram assim que o capitão garantiu com sua autoridade incontestável de agente do CESID que era verdade o que Tejero tinha contado, e todos os presentes puseram imediatamente mãos à obra, lotando com a tropa os seis ônibus que o coronel Manchado havia conseguido e organizando a partida rumo à Câmara, onde, pelos planos do tenente-coronel, o grupo deveria se juntar aos ocupantes do ônibus que àquela mesma hora, no outro extremo de Madri: o capitão Jesus Muñecas estava enchendo: guardas-civis do Esquadrão do Primeiro Comando Móvel de Valdemoro. Foi assim o movimento inicial do golpe, e foram esses os homens que o dirigiram. No entanto, muitos pesquisadores do 23 de fevereiro sustentam que, além do capitão Gómez Iglesias, vários agentes do CESID colaboraram naquele momento com o tenente-coronel golpista; segundo eles, a coluna de Tejero e a coluna de Muñecas eram coordenadas ou conectadas por veículos dirigidos por homens do comandante Cortina — o sargento Miguel Sales, os cabos Rafael Monge e José Moya — e equipados com placas falsas, emissores de baixa frequência e transmissores portáteis. A meu ver, isso só pode ser parcialmente verdade: é quase impossível que as duas colunas estivessem conectadas pelo CESID, entre outras razões porque os emissores de baixa frequência que os agentes usavam naquela época tinham um alcance de apenas um quilômetro e os radiotransmissores, de quinhentos metros (além disso, se as colunas estivessem conectadas, chegariam à Câmara ao mesmo tempo, como sem dúvida era o que pretendiam, e não uma muito depois da outra, como realmente aconteceu); é possível, porém, que algum dos veículos do CESID tenha escoltado as colunas, não com o propósito de guiá-las até a Câmara (o que seria absurdo: nenhum morador de Madri necessita ser guiado até lá), mas de abrir caminho avisando-os de obstáculos que pudessem surgir pela frente.¹ Seja como for — e teremos que voltar ao assunto —, uma coisa é certa: pelo menos um agente do CESID subordinado ao comandante Cortina deu uma ajuda decisiva ao tenente-coronel Tejero para que o ataque à Câmara fosse bem-sucedido.



Também foi bem-sucedido o segundo movimento do golpe: a ocupação de Valencia. Às cinco e meia daquela tarde, depois de uma manhã de agitação não usual na sede do comando militar, Milans del Bosch tinha reunido no seu gabinete os generais sob as suas ordens na cidade para informar-lhes o que ia ocorrer uma hora depois: falou sobre o ataque à Câmara, a tomada de Madri pela Encouraçada Brunete, sobre a decretação do estado de exceção na região de Valencia e disse que tudo isso tinha a anuência do rei, que estaria no palácio de La Zarzuela na companhia do general Armada, último responsável pela operação e futuro presidente de um governo que o nomearia chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, o órgão máximo do Exército. Secundado pelo subchefe do Estado-Maior, o coronel Ibáñez Inglés, e por seu ajudante, o tenente-coronel Mas Oliver, o general Milans — um dos militares com mais prestígio do Exército espanhol, um dos mais fervorosamente franquistas, um dos mais declaradamente monárquicos — tinha sido a alma ou uma das almas da conspiração: o golpe foi incubado em Valencia, foi lá que se estimulou a compulsão golpista de Tejero, foi lá que Milans articulou seus planos com os de Armada, e foi lá que conquistou o apoio ou a benévola neutralidade de cinco dos onze comandos militares em que a geografia militar espanhola estava dividida (o II, com sede em Sevilha; o V, com sede em Zaragoza; o VII, com sede em Valladolid; o VIII, com sede em La Coruña; o X, com sede nas Baleares), foi de lá que ele desencadeou na véspera a sublevação da Encouraçada Brunete em Madri: foi de lá que se tornou o líder militar dos rebeldes. Na véspera do golpe, Milans quis cuidar dos detalhes: vários dias antes mandara a seção valenciana do CESID enviar duas mensagens confidenciais para o comando — uma, sobre um possível atentado terrorista do ETA; a outra, sobre possíveis atos violentos protagonizados por militantes de sindicatos de esquerda —, as quais, embora qualificadas com um índice de confiabilidade mínimo e baseadas em informações falsas, iriam servir como cobertura adicional para a prontidão das tropas e a implantação do estado de exceção previsto no decreto redigido a seu pedido pelo coronel Ibáñez Inglés na manhã de 23

de fevereiro; também quis cuidar dos detalhes do dia do golpe: as duas mensagens do CESID haviam sido elaboradas por algum membro do serviço de inteligência, mas. Milans não considerava esse organismo um aliado e sim um potencial inimigo do golpe, e uma das primeiras medidas que tomou depois de decretar o estado de exceção foi reter em Valencia o chefe do CESID e paralisar as ações do órgão enviando ao seu escritório na cidade um destacamento composto por um comandante e vários soldados. Pelo menos no seu território Milans tinha ou julgava ter sob controle todos os elementos necessários para o golpe: naquela manhã enviara aos chefes militares da região ordens secretas em envelopes lacrados que só deviam ser abertos quando recebessem por teletipo uma palavra-chave (“Miguelete”) e, quando às seis da tarde encerrou a reunião de generais no seu gabinete e os enviou para dar início às operações nos seus postos de comando, não havia nenhum indício do fracasso do golpe em Valencia.

Tampouco havia qualquer indício em El Pardo, a poucos quilômetros de Madri: onde ficava o quartel-general da Divisão Encouraçada Brunete, a unidade mais poderosa, moderna e aguerrida do Exército, e também a mais próxima da capital. Em todo caso, não havia nenhum indício por volta das cinco da tarde, no momento em que, quase ao mesmo tempo que o tenente-coronel Tejero dissipava com a ajuda do capitão Gómez Iglesias os receios dos oficiais cooptados para acompanhá-lo à Câmara e o general Milans comunicava aos seus subordinados a iminência do golpe, transcorria uma reunião anômala na sala do chefe da divisão, o general José Juste. A reunião era anômala por vários motivos, dos quais o principal é que tinha sido convocada com toda urgência por um simples comandante, Ricardo Pardo Zancada, a quem no dia anterior o general Milans entregara a tarefa de sublevar a Brunete e com ela tomar Madri. Naquela época Pardo Zancada era um influente chefe de Estado-Maior que havia participado de motins contra o governo e tinha contatos com a conspiração dos coronéis ou mantinha relações estreitas com alguns deles, especialmente com o coronel San Martín, seu superior imediato e chefe do Estado-Maior da divisão; também era estreito o vínculo ideológico e pessoal que o ligava a Milans desde que o general comandara a Brunete na segunda metade dos anos 1970. Isso explica por que no domingo de manhã Milans mandou chamá-lo com urgência e, sem pedir esclarecimentos nem hesitar um instante, depois de informar ao coronel San Martín sobre aquele chamado intempestivo, Pardo

Zancada entrou no seu carro e partiu para Valencia. Quando o comandante chegou à cidade, depois de uma viagem de quase quatro horas, Milans descreveu o plano do dia seguinte tal como o descreveu no dia seguinte para seus generais, e lhe deu a missão de sublevar sua unidade com a ajuda de San Martín e de Luis Torres Rojas, um general que tinha participado de reuniões preparatórias para o golpe e chefiara a Brunete antes de ser destituído do cargo por uma ameaça de rebelião e transferido para o governo militar de La Coruna; embora confiasse que para sublevar a divisão bastariam a sua aura de guerreiro invicto e a atmosfera insurrecional que, como em quase todas as unidades do Exército, se respirava lá, Milans também fez Pardo Zancada ouvir uma conversa telefônica com o general Armada da qual o comandante deduziu que o rei estava a par do golpe. Pardo Zancada captou tudo com seus cinco sentidos e, apesar da incerteza que as palavras de Milans e o diálogo entre este e Armada lhe provocaram — o plano lhe parecia pobre, mal-ajambrado e imaturo —, aceitou com entusiasmo a tarefa; suas dúvidas não se dissiparam quando naquela meia-noite, de volta a Madri: informou San Martín, mas seu entusiasmo também não diminuiu: ambos estavam esperando esse momento havia anos, e ambos concordaram que a estupidez e a improvisação com que o golpe parecia ter sido preparado não os autorizavam a recuar e impedir uma vitória que consideravam indubitavelmente certa.

A manhã seguinte foi a mais frenética da vida do comandante Pardo Zancada: praticamente sozinho, sem a ajuda de Torres Rojas — para quem telefonou em vão inúmeras vezes no seu gabinete no governo militar de La Coruna —, sem a ajuda de San Martín — que saiu cedo para um campo de manobras próximo a Zaragoza a fim de fiscalizar uns exercícios táticos em companhia do general Juste —, Pardo Zancada preparou a Brunete para uma missão que esta ainda desconhecia e esboçou o plano de operações que cada uma das suas unidades deveria desenvolver: a tomada das emissoras de rádio e televisão, a tomada de posições de espera em lugares estratégicos de Madri — no Campo del Moro, no Retiro, na Casa de Campo e no parque do Oeste —, seu posicionamento posterior na cidade. Afinal conseguiu falar no meio da manhã com Torres Rojas, que imediatamente embarcou em um voo comercial para Madri usando seu uniforme de combate e a boina de tanquista, disposto a sublevar sua antiga unidade com o prestígio de chefe duro e leal aos seus oficiais adquirido durante seus anos recentes

de comando. Pardo Zancada foi buscar Torres Rojas no aeroporto de Barajas logo depois das duas da tarde, e um pouco mais tarde almoçou com ele no refeitório do quartel-general em companhia de outros chefes e oficiais surpresos com a visita inesperada do antigo comandante, ao mesmo tempo que, na parada de Santa María del Pomar, onde estava almoçando com o general Juste a caminho de Zaragoza, o coronel San Martín recebia um sinal pré-combinado de Pardo Zancada avisando que na divisão tudo estava pronto para o golpe. Nesse momento San Martín deve ter hesitado: voltar com Juste para o quartel-general implicava o risco de que o chefe da Brunete abortasse o complô; não voltar implicava talvez abrir mão da glória e dos dividendos da vitória: a ambição de desfrutar ambas as coisas, somada à sua arrogância de chefe todopoderoso dos serviços de inteligência franquistas e ao conhecimento da dificuldade de deslocar uma divisão sem ser o seu chefe natural, o convenceu de que poderia controlar Juste e de que devia voltar ao seu posto de comando em El Pardo, o que acabaria sendo uma das causas do fracasso do golpe. Às quatro e meia da tarde Juste e San Martín reaparecem de surpresa no quartel-general, e alguns minutos antes das cinco, depois de ordenado o estado de prontidão das tropas, o comandante Pardo Zancada por fim toma a palavra para dirigir-se aos chefes e oficiais de todas as patentes que ele mesmo convocara para aquela anômala reunião e que agora estão apinhados na sala de Juste. O discurso de Pardo Zancada é breve: o comandante informa que em questão de minutos ocorrerá um fato de grande relevância em Madri; explica que logo após esse fato o general Milans tomará Valencia; também explica que Milans conta com a Brunete para ocupar a capital; e, ainda, que a operação é dirigida pelo general Armada em La Zarzuela com o consentimento do rei. A reação majoritária do grupo às palavras de Pardo Zancada oscila entre a alegria reprimida e a seriedade ansiosa, mas não descontente; os chefes e oficiais aguardam a decisão de Juste, a quem Torres Rojas e San Martín tentam conquistar para a causa do golpe com palavras tranquilizadoras e com apelos ao rei, à Armada e a Milans, é a quem San Martín convence a não telefonar para seu superior imediato, o general Quintana Lacaci, comandante de Madri: que não está a par de nada. Depois de alguns minutos de aflitiva hesitação, durante os quais passa pela cabeça de Juste a sublevação de 1936 e a possibilidade de que, caso decida opor-se ao golpe, seus oficiais lhe arrebatem o comando da divisão e o executem no ato, às cinco e dez

minutos da tarde o chefe da Encouraçada Brunete faz um gesto insignificante — que alguns dos presentes interpretam como uma tentativa frustrada de ajeitar os óculos de madrepérola ou de alisar o bigode ralo e grisalho, outros como um gesto de concordância ou resignação —, puxa sua poltrona para a mesa do escritório e pronuncia quatro palavras que parecem o penúltimo sinal de que o golpe triunfará: “Bem, então vamos em frente”.

A essa mesma hora, na sede do quartel-general do Exército no palácio de Buenavista, a apenas quinhentos metros da Câmara, tudo está preparado também para que se dê o último sinal. Lá, em seu recém-estreado gabinete de subchefe do Estado-Maior do Exército, o general Alfonso Armada acaba de chegar de Alcalá de Henares, onde participara naquela manhã dos festejos comemorativos da fundação da Brigada de Paraquedistas; depois de trocar o uniforme de gala pelo de uso diário, fica esperando sem impaciência, sem sequer ouvir pelo rádio o debate da votação do novo presidente do governo, a entrada de algum subordinado anunciando o ataque à Câmara. Mas o que Armada mais espera — ele que talvez seja o militar mais monarquista do Exército espanhol, secretário do rei até quatro anos antes, e há vários meses candidato de muitos na pequena Madri do poder a presidir um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade — é o subsequente telefonema do rei pedindo que vá a La Zarzuela explicar-lhe o que está acontecendo na Câmara. Armada tem boas razões para esperar isso: não só porque tem certeza de que o rei, após quase três lustros como seu homem de confiança máxima, confia nele mais que em ninguém ou quase ninguém, mas também porque ambos se reconciliaram depois da sua dolorosa saída de La Zarzuela e nas últimas semanas ele advertiu muitas e muitas vezes o monarca sobre o risco de um golpe e insinuou que conhece a sua trama e que, se afinal vier a ocorrer, poderá dominá-lo. Então, uma vez em La Zarzuela, Armada se encarregará do problema, como costumava fazer nos velhos tempos: respaldado pelo rei, respaldado pelo Exército do rei, irá à Câmara e, sem necessidade de muito esforço para convencer os partidos políticos a aceitar uma solução que de qualquer maneira a maioria já considerava razoável bem antes que os militares saíssem do quartel, libertará os deputados, formará um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade sob a sua presidência e devolverá a calma ao Exército e ao país. É isso que

Armada espera que aconteça e é isso que, segundo as previsões dos golpistas, acabará inevitavelmente acontecendo.

Às seis da tarde de 23 de fevereiro todos os elementos essenciais do golpe se encontravam a postos no lugar indicado pelos golpistas: seis ônibus cheios de guardas-civis sob as ordens do tenente-coronel Tejero estavam prontos para sair do Centro de Transportes em direção à Câmara (e mais um sob as ordens do capitão Muñecas se punha a fazê-lo em Valdemoro); os comandos militares da região de Valencia haviam aberto os envelopes lacrados com as instruções de Milans e, uma vez abastecidas e municiadas as unidades, os quartéis começavam a abrir as portas; os chefes de brigada e de regimento da Brunete tinham acabado de sair do quartel-general para os seus respectivos postos de comando levando planos de operação escritos por Pardo Zancada e aprovados por Juste com instruções concretas sobre objetivos prioritários, áreas de atuação e missões de ocupação e vigilância; não em seu escritório, mas no do general Gabeiras — seu superior imediato e chefe do Estado-Maior do Exército, que o chamara para discutir um assunto de rotina —, o general Armada aguardava a ligação de La Zarzuela no quartel-general do Exército. Meia hora mais tarde, o tenente-coronel Tejero irrompeu na Câmara e desencadeou o golpe. A tomada da Câmara foi um êxito talvez mais fácil do que o esperado: nem os policiais que protegiam o edifício nem os seguranças dos deputados ofereceram a menor resistência aos atacantes, e poucos minutos depois de entrar no plenário, quando tanto o interior como o exterior da Câmara já estavam sob o seu controle e o estado de ânimo dos seus homens era de euforia, o tenente-coronel Tejero ligava para Valencia e contava euforicamente as novidades ao general Milans; foi um êxito fácil, mas não completo. Como tudo aquilo devia ser a antessala de um golpe brando, Tejero tinha ordens de que a ocupação da Câmara fosse incruenta e discreta: tratava-se apenas de interromper a votação do novo presidente do governo, reter os parlamentares no local e manter a ordem enquanto o Exército já amotinado viesse substituir os seus guardas-civis e o general Armada arranjasse uma saída política para o sequestro; milagrosamente, Tejero conseguiu que a ocupação fosse incruenta, mas não que fosse discreta, e esse foi o primeiro problema dos golpistas, pois um tiroteio no plenário da Câmara transmitido ao vivo para todo o país pelo rádio dava uma cenografia de golpe duro àquilo que queria ser um golpe brando ou manter a aparência de golpe brando, dificultando que o rei, a classe

política e a população o aceitassem de bom grado. Poderia ter sido muito pior, é óbvio; se, como no início parecia inevitável para quem ouviu o tiroteio pelo rádio (para não falar de quem o padeceu no plenário), além de indiscreta, a operação tivesse sido sangrenta, então tudo teria sido bem diferente: como os mortos não voltam, o golpe brando teria se transformado em golpe duro e provavelmente o banho de sangue seria inevitável. Mas do jeito que transcorreram as coisas, apesar da violência da mise-en-scène da operação, dez minutos depois do golpe nada de essencial atrapalhava o caminho dos golpistas: afinal de contas, uma mise-en-scène é apenas uma mise-en-scène e, embora o tiroteio no plenário sem dúvida exigisse certos ajustes no plano previsto, a realidade era que a Câmara estava sequestrada, que o general Milans tinha decretado o estado de exceção na sua região e invadido Valencia com quarenta tanques e 1.800 soldados da Divisão Motorizada Maestrazgo nº 3, que a Encouraçada Brunete estava sublevada e seus carros de combate AMX-30 prontos para sair dos quartéis e que em La Zarzuela o rei se preparava para telefonar ao quartel-general do Exército e falar com o general Armada. Se for verdade que a sorte de um golpe é decidida durante os seus primeiros minutos, então também é verdade que, dez minutos depois do seu início, o golpe de 23 de fevereiro tinha vencido.

¹ Também há indícios de que, junto com agentes do CESID, participaram da tomada da Câmara agentes do Serviço de Informação da Guarda Civil (SIGC) que estavam sob o comando do coronel Andrés Cassinello. Segundo um relatório de um membro desse serviço publicado pela imprensa em 1991, às cinco da tarde de 23 de fevereiro vários oficiais e vinte guardas-civis do Grupo Operacional do SIGC sob o comando de um tenente começaram a se postar na Câmara e nos seus arredores, e às cinco e meia já tinham vasculhado a área para ter certeza de que, quando chegasse o momento, os policiais encarregados da segurança do prédio não se oporiam à entrada do tenente-coronel Tejero e seus guardas-civis. Essa informação nunca foi desmentida. [N. T.]

Segunda parte

UM GOLPISTA PERANTE O GOLPE

A imagem, congelada, mostra o plenário deserto da Câmara dos Deputados. Ou quase deserto: no centro da imagem, ligeiramente escorado à direita, sozinho, estatuário e espectral em meio a uma desolação de poltronas vazias, Adolfo Suárez permanece sentado em sua poltrona azul de presidente. À sua esquerda, o general Gutiérrez Mellado está em pé no semicírculo central, os braços caídos ao longo do corpo, de costas para a câmera e olhando em silêncio para os seis guardas-civis que disparam suas armas, como se quisesse impedir a entrada deles no plenário ou como se tentasse proteger o corpo do presidente com seu corpo. Atrás do velho general, mais próximos do espectador, outros dois guardas disparam no plenário com o fogo de metralhadoras enquanto, de revólver na mão, na escadaria da tribuna, o tenente-coronel Tejero exige dos seus homens, com gestos alarmados e vozes inaudíveis de comando, o fim daquele tiroteio que desbarata as instruções que recebeu. Acima do presidente Suárez umas poucas mãos de deputados escondidos brotam no vermelho ininterrupto das poltronas; em frente ao presidente, embaixo e em torno de uma mesa com livros abertos e uma luminária acesa, três taquígrafos e um meirinho estão encolhidos, espalhados no tapete cheio de cenas históricas do plenário central; mais para cá, na parte inferior da imagem, quase mimetizadas com o azul das poltronas do governo, se distinguem as costas deitadas de alguns ministros: uma fileira de carapaças de crustáceos. Toda a cena está envolta em uma luz aquosa, escassa e irreal, como se transcorresse dentro de um lago ou como se a única iluminação do plenário viesse da penca barroca de globos de luz que pende de uma parede, no canto superior direito da imagem; talvez por isso, a cena inteira tem também uma sugestão de dança ou de um fúnebre retrato de família e uma avidez de significado que não é satisfeita pelos elementos que a integram nem pela ficção de eternidade que sua quietude ilusória lhes dá.

Mas se descongelamos a imagem a quietude se desvanece e a realidade recupera seu movimento. Lentamente, enquanto os tiros vão se espaçando, o general Gutiérrez Mellado se vira, põe as mãos

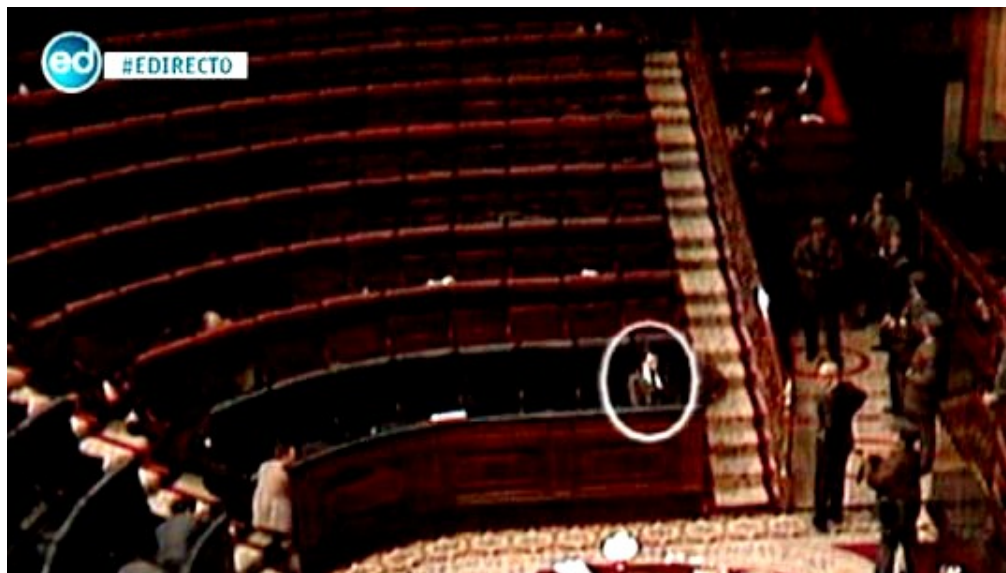
na cintura e, dando as costas para os guardas-civis e para o tenente-coronel Tejero, observa o plenário vazio, como um oficial meticuloso fazendo um inventário visual dos estragos quando a batalha ainda não terminou completamente; entrementes, o presidente Suárez se encosta na sua poltrona, endireitando um pouco o tronco, e o tenente-coronel finalmente consegue fazer os guardas obedecerem às suas ordens e o plenário cair num silêncio intensificado pelo estrondo recente, denso como o que se segue a um terremoto ou uma catástrofe aérea. Nesse momento o plano muda; agora a imagem mostra o tenente-coronel de frente, de revólver em punho na escadaria da tribuna; à sua esquerda, o secretário da Câmara, Víctor Carrascal — que ainda tem no colo os papéis com a lista de deputados que poucos segundos antes recitava monotonamente durante a votação —, observa em pânico, jogado no chão, dois guardas-civis apontando as armas para o general Gutiérrez Mellado, que por sua vez os observa com as mãos na cintura. Então, percebendo de repente que o velho general continua ali, de pé e desafiante, o tenente-coronel desce a escadaria a toda velocidade, pula nas suas costas, agarra-o pelo pescoço e tenta derrubá-lo diante do olhar dos dois guardas-civis e de Víctor Carrascal, que então esconde o rosto nos braços como se não tivesse coragem de ver o que vai acontecer ou como se sentisse uma vergonha incalculável por não poder evitar aquilo.

O plano volta a mudar. É um plano também frontal do plenário, só que mais amplo: os deputados continuam encolhidos embaixo das poltronas e as cabeças de alguns deles se erguem com prudência para ver o que está acontecendo no plenário central, em frente à tribuna, onde o tenente-coronel não conseguiu derrubar o general Gutiérrez Mellado, que se manteve erguido agarrando-se com todas as forças no parapeito do plenário. Agora o tenente-coronel e três guardas-civis o rodeiam, apontando as armas, e o presidente Suárez, a apenas um metro de distância do general, se levanta e vai até lá, e também se segura no parapeito: por um instante os guardas-civis parecem prestes a atirar; por um instante, no parapeito, a mão do jovem presidente e a mão do velho general parecem buscar-se, como se os dois homens quisessem enfrentar juntos o destino. Porém o destino não chega, nem chegam os tiros, ou pelo menos não naquele instante, mas os guardas-civis

aumentam o cerco ao general — não são mais quatro, são oito — e, enquanto um deles o insulta e exige aos berros que obedeça e se deite no tapete do plenário central, o tenente-coronel se aproxima pelas costas e lhe dá uma rasteira e desta vez quase consegue derrubá-lo, entretanto o general resiste outra vez, agarrando-se de novo no parapeito salva-vidas. Só então o tenente-coronel se dá por vencido, e ele e seus guardas se afastam do general enquanto o presidente Suárez volta a buscar sua mão, segura-a por um instante antes que o general a puxe com raiva, sem tirar a vista dos agressores; o presidente, no entanto, insiste, tenta apaziguar sua ira com palavras, pede que ele volte para o seu lugar e consegue acalmá-lo: puxando-o pela mão como se fosse um menino, Suárez o atrai para si, levanta-se e lhe dá passagem, e o velho general — depois de desabotoar o paletó com um gesto que mostra a sua camisa branca, o seu colete cinza e a sua gravata escura — finalmente se senta em sua poltrona.

Capítulo 1

Eis um segundo gesto diáfano que como o primeiro talvez contenha muitos gestos. Como o gesto de Adolfo Suárez ao manter-se sentado em sua poltrona enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário, o gesto do general Gutiérrez Mellado enfrentando furiosamente os militares golpistas é um gesto de coragem, um gesto de graça, um gesto de rebeldia, um gesto soberano de liberdade. Talvez seja também, por assim dizer, um gesto póstumo; o gesto de um homem que sabe que vai morrer ou que já está morto, porque, com exceção de Adolfo Suárez, desde o início da democracia ninguém havia monopolizado tanto ódio militar quanto o general Gutiérrez Mellado, que quando o tiroteio começou provavelmente sentiu, como quase todos os presentes, que aquilo só poderia terminar num massacre e que, se sobrevivesse, os golpistas não hesitariam em eliminá-lo. Não creio que seja, entretanto, um gesto histriônico: embora estivesse na política havia cinco anos, o general Gutiérrez Mellado nunca foi essencialmente um político; sempre foi um militar, e por isso, porque sempre foi um militar, seu gesto daquela tarde foi antes de mais nada um gesto militar, e por isso também, de algum modo, foi um gesto lógico, obrigatório, quase fatal: Gutiérrez Mellado era o único militar presente no plenário e, como qualquer militar, tinha o imperativo da disciplina nos genes e não podia tolerar que alguns militares se insubordinassem contra ele. Não assinalo isso para diminuir o mérito do general; faço-o apenas para tentar esclarecer o significado do seu gesto. Um significado que, por outro lado, talvez não se possa esclarecer de todo se não imaginarmos que, enquanto desafiava os golpistas negando-se a obedecer ou enquanto exigia aos berros que saíssem da Câmara, o general se via espelhado nos guardas-civis que contestavam a sua autoridade atirando no plenário, porque 45 anos antes ele mesmo havia desobedecido ao imperativo genético da disciplina e se insubordinado contra o poder civil encarnado em um governo democrático; ou, em outras palavras: talvez a fúria do general Gutiérrez Mellado não fosse apenas a fúria visível contra os guardas-civis rebeldes, mas também uma fúria secreta contra si mesmo, e talvez não seja de todo impróprio entender o seu gesto de desafiar os golpistas como o gesto de contrição extremo de um antigo golpista.



O general não aceitaria essa interpretação, ou pelo menos não a aceitaria em público: não aceitaria que 45 anos antes tinha sido um oficial rebelde que apoiou um golpe militar contra um sistema político fundamentalmente idêntico ao que ele representava agora no governo. Mas ninguém se livra da própria biografia, e a biografia do general o corrige: em 18 de julho de 1936, quando tinha apenas 24 anos e era um tenente recém-saído da Academia de Artilharia, filiado à Falange e servindo num regimento acantonado a poucos quilômetros de Madri: Gutiérrez Mellado colaborou para sublevar sua unidade contra o governo legítimo da república, e no dia 19, até que a insurreição militar foi derrotada em Madri: passou a manhã toda encarapitado no telhado do seu quartel atirando com uma metralhadora convencional nos Breguet XIX que decolavam do aeroporto de Getafe e estavam bombardeando os rebeldes desde o amanhecer. O general nunca negou esses fatos, mas negaria a comparação entre a democracia de 1936 e a de 1981 e entre os golpistas de 18 de julho e os de 23 de fevereiro: jamais se arrependeu em público de ter se amotinado em 1936, jamais teria admitido que o regime político contra o qual se insubordinou na juventude era fundamentalmente idêntico ao que contribuiu para criar na velhice e agora representava, e sempre afirmou que o golpe de Estado do general Franco tinha sido necessário porque a democracia de 1936, que havia

provocado em poucos meses trezentas mortes violentas em incidentes políticos, era de uma imperfeição escandalosa e insustentável e tinha deixado o poder largado na rua, onde o Exército se limitou a apanhá-lo. Esse, ou algo muito parecido, era o argumento do general (um argumento compartilhado pelo vasto setor da direita espanhola, que ainda não rompera sua adesão histórica ao franquismo); sua incoerência é evidente: por acaso os golpistas de 1981 não tinham argumentos parecidos com os de 1936? Não diziam que a democracia de 1981 era escandalosamente imperfeita? Não afirmavam que o poder estava largado na rua, pronto para que alguém o apanhasse? E não tinham tantas ou quase tantas razões para dizer isso quanto os golpistas de 1936? Quantos mortos são necessários para que um regime democrático deixe de sê-lo ou fique insustentável e acabe exigindo uma intervenção militar? Duzentos? Duzentos e cinquenta? Trezentos? Quatrocentos? Não bastariam menos? Na semana de 23 a 30 de janeiro de 1977, quando o general Gutiérrez Mellado já estava à frente havia quatro meses da vice-presidência do primeiro governo de Adolfo Suárez, dez pessoas foram assassinadas na Espanha por motivos políticos, houve quinze feridos graves e dois sequestros de altas personalidades do regime (Antonio María de Oriol y Urquijo, presidente do Conselho de Estado, e o general Emilio Villaescusa, presidente do Conselho Supremo de Justiça Militar); só em 1980 houve mais de 450 atentados terroristas, mais de 430 feridos, mais de 130 mortos, o que equivale a mais de um atentado diário, a mais de um ferido diário, a quase um morto a cada três dias. Seria isso uma situação sustentável? Essa democracia permitia uma democracia real? Era necessária uma intervenção militar em 1977 ou em 1981? Uma resposta a essas perguntas é evidente: se, como declarou o general Gutiérrez Mellado até o final dos seus dias, em 1936 a república era um regime insustentável, em fevereiro de 1981 a monarquia constitucional também o era e quem tinha razão não era o general e sim os guardas-civis que naquela tarde assaltaram a Câmara.

Mas há outra resposta: uma resposta menos lógica, porém mais verdadeira, e também mais complexa. A resposta é que uma coisa é a teoria e outra, a prática: na teoria o general jamais renegou a sublevação de 18 de julho, e talvez nem sequer, como qualquer militar da sua geração, tenha renegado Francisco Franco; mas na prática, pelo menos desde o momento em que Adolfo Suárez o levou para a política e o encarregou dos assuntos militares do seu governo, o general não fez

outra coisa senão renegar Francisco Franco e a sublevação de 18 de julho.

Explico. Um clichê historiográfico afirma que a passagem da ditadura para a democracia na Espanha foi possível graças a um pacto de esquecimento. É mentira; ou, o que significa a mesma coisa, é uma verdade fragmentária, que só pode se completar com o clichê oposto: a passagem da ditadura para a democracia na Espanha foi possível graças a um pacto de lembrança. Falando de maneira geral, a transição — o período histórico que nomeamos com essa palavra equívoca, que sugere a falsa ideia de que a democracia foi uma consequência inevitável do franquismo, e não fruto de uma voluntariosa e improvisada concatenação de acasos facilitada pela decrepitude da ditadura — consistiu em um pacto pelo qual os vencidos da guerra civil abriram mão de acertar as contas pelo que ocorreu durante 43 anos de guerra e ditadura, enquanto, em contrapartida, depois de 43 anos acertando as contas com os vencidos, os vencedores aceitavam a criação de um sistema político que incluísse tanto uns como outros e que no essencial fosse idêntico ao sistema derrotado na guerra. Esse pacto não incluía esquecer o passado: incluía congelá-lo, esquivá-lo, deixá-lo de lado; incluía abrir mão de usá-lo politicamente, mas não incluía esquecê-lo. Do ponto de vista da justiça, o pacto foi um erro, porque implicava congelar, esquivar ou deixar de lado o fato de que os responsáveis últimos pela guerra foram os vencedores, que a provocaram com um golpe de Estado contra um regime democrático, e também porque implicava abrir mão de ressarcir plenamente as vítimas e de julgar os responsáveis por um ignominioso acerto de contas que incluiu um plano de extermínio dos vencidos; mas, do ponto de vista político — e mesmo do ponto de vista da ética política —, o pacto foi um acerto, porque seu resultado foi uma vitória política dos vencidos, que restauraram um sistema idêntico no essencial àquele que tinham defendido na guerra (um se chamava república e o outro monarquia, mas ambos eram democracias parlamentares), e porque provavelmente o erro moral teria sido tentar acertar as contas com os que tinham cometido o erro de acertar as contas, acrescentando mais opróbrio ao opróbrio: pelo menos foi o que pensaram os políticos que fizeram a transição, como se todos tivessem lido Max Weber e pensassem como ele que não há nada eticamente mais abjeto que praticar uma ética espúria que só pretende ter razão, uma ética que, “em vez de se preocupar com o que realmente concerne

ao político, ao futuro e à responsabilidade à sua frente, perde-se em discussões, politicamente estéreis por serem insolúveis, sobre as culpas no passado” e que, incorrendo nessa indignidade culpada, “também deixa de lado a inevitável falsificação de todo o problema”, uma falsificação que é resultado do interesse voraz de vencedores e de vencidos em obter vantagens morais e materiais da confissão da culpa alheia. De qualquer forma, se os políticos da transição puderam cumprir o pacto que esta implicava, abrindo mão de usar o passado no combate político, não foi porque tivessem se esquecido desse passado, mas porque se lembravam muito bem dele: porque se lembravam e porque decidiram que era indigno e abjeto acertar as contas com o passado só para ter razão, correndo o risco de mutilar o futuro, talvez de mergulhar o país em uma nova guerra civil. Durante a transição pouca gente na Espanha se esqueceu de nada, e a lembrança da guerra estava mais presente que nunca na memória da classe política e da população; esta foi exatamente uma das razões pelas quais ninguém ou quase ninguém se opôs ao golpe de 23 de fevereiro: durante aqueles anos, todo mundo desejava evitar a qualquer preço que se repetisse a cruel orgia de sangue de quarenta anos antes, e todo mundo transmitiu esse desejo a uma classe política que era o seu reflexo. Não se tratava de um desejo heroico, sedento de justiça (ou de apocalipse); era apenas um valoroso e razoável desejo burguês, e a classe política o cumpriu, valorosa e razoavelmente: embora no outono e no inverno de 1980 a classe política tenha agido com uma irresponsabilidade que quase devolve o país à barbárie, entre 1976 e 1980 seu comportamento foi muito menos incompetente do que os dois últimos séculos de história faziam supor. Tudo isso é válido, particularmente, para a geração que havia feito a guerra e se conjurou para que nada parecido voltasse a acontecer.



Tudo isso é válido, sem dúvida, para o general Gutiérrez Mellado, que, dissesse o que dissesse em público, pelo menos desde a sua chegada ao governo sempre agiu como quem renuncia de antemão a ter razão ou a ter tido razão, ou seja, agiu como se soubesse a verdade: que a democracia que estava contribuindo para construir era idêntica no

essencial à que quarenta anos antes havia contribuído para destruir, e que de algum modo ele era responsável pela catástrofe da guerra. Daí que, como se o general também fosse um herói da retirada — um profissional da renúncia e da desmontagem que abandona suas posições solapando a si mesmo —, toda a sua ação política era dirigida não a discutir ou reconhecer as suas culpas, mas a limpá-las, assumindo a responsabilidade de impedir um novo 18 de julho e, para isso, desmontando o Exército que o provocara: o seu próprio Exército, o Exército da Vitória, o Exército de Francisco Franco. E daí também que — além de um gesto de coragem e graça e rebeldia, além de um gesto soberano de liberdade e um gesto póstumo e um gesto militar — o seu gesto de desafiar os guardas-civis rebeldes no plenário da Câmara pode ser entendido não apenas como uma forma de conseguir um indulto definitivo para as suas culpas de juventude, mas igualmente como um resumo ou emblema dos seus dois principais esforços desde que Adolfo Suárez o nomeara vice-presidente cinco anos antes e o encarregara da política de defesa do governo: submeter o poder militar ao poder civil e proteger o presidente da ira dos seus companheiros de armas.

Capítulo 2

No princípio de setembro de 1976, quando ocupava a chefia do Estado-Maior do Exército e faltavam poucos dias para que Adolfo Suárez o introduzisse na política nomeando-o vice-presidente do seu primeiro governo, o general Gutiérrez Mellado era um dos militares mais respeitados por seus companheiros de armas; poucos meses depois, era o mais odiado. Muita gente atribui essa mudança fulminante aos erros da política militar de Gutiérrez Mellado; é bem provável que esses erros tenham existido, mas é indubitável que, se não tivessem existido, o resultado seria o mesmo: para o Exército — para a maioria do Exército, ferreamente preso à mentalidade do franquismo —, o erro de Gutiérrez Mellado foi seu apoio sem restrições às reformas democráticas de Adolfo Suárez e seu papel de avalista militar e de para-raios militar do presidente. Ele pagou caro por ambas as coisas: Gutiérrez Mellado passou os últimos anos de sua vida sob o desprezo dos seus companheiros de armas, tentando em vão digerir sua fuga coletiva, transformado em uma sombra do militar orgulhoso que fora, admirado por pessoas cuja admiração o envaidecia mas não importava muito e repudiado por gente cujo afeto nunca deixara de almejar. Amava com paixão o Exército, e o ódio que recebeu dele o derrotou; essa também foi a causa da drástica metamorfose que sofreu durante sua breve carreira política: no início dos anos 1970, quando servia no Alto Estado-Maior sob as ordens do general Manuel Díez Alegría — um militar de espírito liberal e laivos ilustrados de quem se considerou discípulo a partir de então —, Gutiérrez Mellado era um homem sério, cordial, comedido e aberto ao diálogo; menos de uma década mais tarde, quando saiu do governo depois do 23 de fevereiro, transformou-se num homem áspero, nervoso, desconfiado e irascível, com dificuldade para encarar com paciência alguma objeção ou uma crítica. A política o triturou: embora tenha desenvolvido forte vocação política nos anos 1970 — fruto em parte de seus contatos com chefes militares de países democráticos, que o persuadiram da ineficácia do Exército espanhol, do anacronismo terceiro-mundista do papel tutelar que ele desempenhava no país e da sua capacidade para realizar uma reforma inadiável —, não estava preparado para a política; embora a reforma militar que ele realizou no governo tenha acarretado a modernização de um Exército envelhecido, carente,

arcaico, superdimensionado e pouco operativo, a reforma política, a intransigência de seus companheiros e os seus próprios erros acabaram por escondê-la; embora seu principal objetivo tenha sido tirar o Exército da política (“Ou se faz política e se deixa de ser militar, ou se é militar e se deixa a política”, dizia), não conseguiu que seus companheiros de armas aceitassem um divórcio que ele foi o primeiro a praticar passando para a reserva e se tornando general reformado, nem conseguiu que não o acusassem de continuar sendo militar enquanto fazia política; embora tivesse passado a vida entre militares, não parecia conhecer a mentalidade dos militares do seu tempo, ou talvez não quisesse conhecê-la ou reconhecer que a conhecia: nunca reconheceu a evidência de que a maior parte do Exército não aceitava a democracia ou só a aceitava a contragosto; nunca reconheceu a evidência de que a maior parte do Exército resistia a submeter-se ao poder civil encarnado no governo e pretendia gozar de uma margem de autonomia tão ampla que lhe permitisse, sob o comando direto do rei, administrar o funcionamento da democracia com critérios próprios e orientar ou vigiar a trajetória do país; talvez porque quase nunca tivesse exercido um comando direto de tropa, ele não entendeu, ou esqueceu, que, ao lidar com seus superiores, um militar não quer motivos, sugestões nem trocas de opinião, e sim ordens, e que no Exército qualquer coisa que não seja uma ordem corre o risco de ser interpretada como sinal de fraqueza. Essas e outras contradições, que ele não soube evitar ou conciliar — talvez porque era impossível fazê-lo nos anos em que lhe coube governar —, deixaram muitos flancos abertos para as críticas daqueles que se opuseram, desde o começo da transição, à perda de poder do Exército como fiador da continuidade do franquismo, e afinal acabaram prevalecendo, de modo que, quando ele se deu conta, já estava implantada entre os seus companheiros a insídia de que tinha traído o Exército e a pátria por causa de uma suja ambição política e um desejo de protagonismo público, e ele não tinha prestígio nem poder suficientes para rebatê-la.

Foi um calvário que começou na tarde de 21 de setembro de 1976, quando o general Gutiérrez Mellado assumiu a vice-presidência do primeiro governo de Adolfo Suárez em substituição ao general Fernando de Santiago. Naquela mesma manhã, De Santiago havia ameaçado o presidente com sua renúncia caso, como o ministro das Relações Sindicais tinha anunciado, os sindicatos de esquerda fossem legalizados;

Suárez, que herdara De Santiago do governo que o antecedeu e sabia que o seu franquismo inquebrantável seria uma barreira para os seus planos de reforma, captou a oportunidade no ar e aceitou a renúncia (ou a impôs) e, assim que De Santiago saiu do seu gabinete, ligou para Gutiérrez Mellado e o chamou à presidência para lhe oferecer o cargo. Só havia conversado com ele duas vezes, mas não tinha a menor dúvida de que era o seu homem: todo mundo conhecia sua perícia técnica, seu ânimo tolerante e suas ideias e seu vocabulário de militar moderno, e várias pessoas com influência sobre ele — do rei ao próprio Díez Alegria — o recomendaram como o general de que necessitava para renovar o Exército. Além disso, não era a primeira vez que Suárez lhe oferecia um ministério: ao formar seu primeiro governo em julho daquele ano o presidente lhe propusera ocupar a pasta do Interior, mas Gutiérrez Mellado recusou a oferta alegando que não tinha conhecimentos suficientes para desempenhar o cargo (um fato que desmente por si mesmo a paixão incondicional pelo poder que seus inimigos sempre lhe atribuíram); daquela vez, porém, não hesitou em aceitar: a vice-presidência abrangia vastos poderes na área da defesa, e nesse âmbito o general de fato considerava que sabia o que era preciso fazer e que estava preparado para fazê-lo. Quanto ao projeto político que o governo do qual ia ser vice-presidente levaria a cabo, não é nenhum segredo que Gutiérrez Mellado era um homem de poucas ideias políticas e de um conservadorismo elementar, de maneira que o mais provável é que naquele momento pensasse, como quase todo mundo pensava, como talvez pensasse o próprio Suárez, que a tarefa do governo seria apenas adaptar as velhas estruturas do franquismo à nova realidade do país; pela mesma razão, é provável que, só à medida que a realidade impunha a sua disciplina e que Suárez se submetia à disciplina da realidade, afinal Gutiérrez Mellado tenha entendido — talvez com alguma perplexidade, mas quando já era tarde, porque estava comprometido demais com Suárez e com o que ele representava para poder retroceder — que o sistema político que estava contribuindo para construir não era essencialmente diferente daquele que meio século antes tinha contribuído para destruir, e que construí-lo significava construir um Exército democrático sobre o próprio Exército de Franco. Designar Gutiérrez Mellado vice-presidente do governo foi uma jogada perfeita de Suárez: o prestígio ainda intacto do general tranquilizava os militares e os ultradireitistas, garantindo com sua presença relevante no governo

que o Exército controlava as reformas; tranquilizava também os chamados aberturistas do regime e a oposição democrática ainda ilegal, garantindo com sua reputação de militar aberto às mudanças que as reformas eram para valer; e tranquilizava uma imensa maioria do país para a qual a lembrança da guerra trazia o temor aos sobressaltos, garantindo que as reformas iriam se realizar de forma organizada e sem violência.

Em contrapartida, aceitar a designação de Suarez significou para Gutiérrez Mellado abrir uma brecha no seu prestígio militar, e assim que assumiu o cargo o general percebeu que aqueles que até então o admiravam ou apreciavam aproveitariam a partir de então qualquer oportunidade para atacá-lo. Um deslize do próprio governo deu a eles a primeira e terminou de abrir a brecha. Poucos dias depois da nomeação de Gutiérrez Mellado, o general De Santiago enviou aos seus companheiros de armas um texto justificando a sua renúncia como vice-presidente por considerar incompatível com a honra de um soldado avalizar com sua presença no governo a volta à legalidade dos sindicatos esquerdistas proscritos pelo franquismo. Essa declaração foi aplaudida e ampliada pelo general Carlos Iniesta Cano num artigo publicado no El Alcázar em que considerava desonroso para um militar aceitar o cargo que De Santiago havia deixado, acusando o novo vice-presidente de perjúrio. Decidido a reprimir qualquer indício de desacato militar, Suárez sancionou os dois militares com a imediata reforma; essa medida era justa e valente, mas também era ilegal e, quando percebeu o equívoco, o governo não teve outro remédio senão se retratar, o que não evitou a primeira campanha de imprensa contra o general nas publicações ultradireitistas, que envenenaram os quartéis denunciando a cumplicidade de Gutiérrez Mellado com um governo disposto a esquecer as leis para humilhar o Exército.

Foi a primeira vez que o chamaram de traidor. A segunda ocorreu sete meses mais tarde, quando seu governo legalizou o Partido Comunista, mas dessa vez não foi apenas uma minoria do Exército que recorreu ao insulto. Para os historiadores, esse episódio é central na passagem da ditadura para a democracia; para os pesquisadores de 23 de fevereiro, é uma das origens remotas do golpe; para o general Gutiérrez Mellado foi outra coisa: foi a ultrapassagem de uma linha sem retorno na sua vida pessoal e política. O Partido Comunista foi durante quarenta anos a besta negra do franquismo; também dos militares, que

consideravam que quarenta anos antes o tinham derrotado no campo de batalha e não estavam dispostos de modo algum a permitir eu retomo à vida política. É provável que, quando chegou ao poder em julho de 1976, Suárez não tivesse a intenção de legalizar os comunistas, mas não ignorava que a legalização podia constituir a pedra de toque da sua reforma, porque os comunistas tinham sido a principal e quase única oposição ao franquismo e porque uma democracia sem comunistas seria uma democracia truncada, talvez internacionalmente aceitável, mas nacionalmente insuficiente. Foi isso em todo caso que Suárez percebeu pouco a pouco durante seus primeiros meses de governo e que, depois de superar muitas dúvidas, o convenceu de que devia tomar a decisão de legalizar o Partido Comunista mesmo com a oposição dos militares. Aconteceu em 9 de abril de 1977, e foi um abalo histórico. Nos dias seguintes, enquanto o país começava a sair da incredulidade, o Exército esteve à beira de um golpe de Estado: salvo Gutiérrez Mellado, os ministros militares do governo disseram ter sabido da notícia pela imprensa; o da Marinha, almirante Pita Da Veiga, pediu demissão do cargo, e o do Exército, general Álvarez Arenas, convocou uma reunião do Conselho Superior do Exército na qual se ouviram insultos ao governo e ameaças de colocar as tropas na rua e da qual saiu um duro comunicado de repúdio à decisão governamental; toda a raiva dos militares convergiu para o presidente (e, naturalmente, para o vice-presidente): repetiram-se amplificadas as acusações de perjuro e de traição; acrescentou-se a acusação de que os havia enganado. Nenhuma das acusações carecia de fundamento: não há dúvida de que, ao legalizar o Partido Comunista, Suárez violava os princípios do Movimento que tinha jurado defender; além disso, é verdade que em certo sentido ele enganou o Exército.

Oito meses antes, em 8 de setembro de 1976, Suárez havia convocado uma reunião de comandantes militares na sala da presidência do governo para lhes explicar pessoalmente a natureza e o alcance das mudanças políticas que projetava. Participaram do encontro os integrantes dos conselhos superiores dos três Exércitos — no total mais de trinta generais e almirantes, entre eles Gutiérrez Mellado — e, ao longo de três horas de conversa ininterrupta, Suárez exibiu toda a sua habilidade dialética e todas as suas artes de sedutor para convencer os presentes de que não deviam temer algumas reformas que, como dissera meses antes para as Cortes franquistas, iriam “elevar à categoria

política de normal o que no nível das ruas é simplesmente normal” e que, como entenderam os ouvintes (e Suárez não fez nada para que não entendessem assim), equivaliam, definitivamente, a uma sofisticada reformulação do franquismo, ou à sua continuidade disfarçada. Essa foi a coluna vertebral do discurso de Suárez; mas o momento crucial do encontro (ou aquele que o tempo acabou transformando no momento crucial do encontro) não se deu enquanto Suárez falava, mas enquanto distribuía gracejos, abraços e sorrisos nas rodinhas que se formaram em torno de um vinho de confraternização. Numa delas alguém lhe perguntou o que ia acontecer com o Partido Comunista; a resposta do presidente foi cuidadosa, mas terminante: Enquanto tiver os seus atuais estatutos, não será legalizado. Pouco depois a reunião se dissolveu em meio ao entusiasmo e aplausos dos generais (“Presidente, viva a mãe que o pariu!”, gritou o general Mateo Prada Canillas), que saíram da sala da presidência do governo convencidos de que o Partido Comunista não voltaria a ser legal na Espanha e que Adolfo Suárez era uma bênção para o país. Oito meses depois a realidade demonstrou o seu erro. Não se pode dizer, no entanto, que naquela manhã Suárez tenha mentido para os militares: por um lado, a condição que continha a sua resposta à pergunta-chave (“Enquanto tiver seus atuais estatutos”) era uma forma de se blindar contra o futuro, e a verdade é que antes de legalizar o partido Suárez teve a astúcia e a prudência de recorrer a ela, conseguindo que o PCE modificasse certos aspectos dos seus estatutos; por outro, em setembro de 1976 Suárez continuava sem saber se ia legalizar os comunistas: não sabia em setembro, nem em outubro, nem em novembro, nem em dezembro, nem sequer em janeiro, porque a transição não foi um processo planejado de antemão, mas sim uma contínua improvisação que o levou a territórios que poucos meses antes ele nem sequer imaginava que pisaria. Mas também se pode dizer que Suárez enganou os militares fazendo-os pensar até o último minuto que não legalizaria os comunistas, mesmo com a condição que acrescentou em seguida, e que também enganou meio mundo, incluindo os próprios comunistas, incluindo talvez ele próprio. Frequentemente alguns militares e políticos democratas o condenam por essa forma de agir: para eles, se o presidente avisasse a tempo, os militares teriam acatado sua decisão sem escândalos nem ameaças de rebelião (e portanto não teriam iniciado uma conspiração permanente que culminou no 23 de fevereiro); eu acho este argumento fraco, senão falacioso: prova disso é que

convencer um Exército solidamente anticomunista da legitimidade do Partido Comunista acabou sendo uma tarefa de anos, totalmente incompatível com a velocidade que Suárez imprimiu a suas reformas e que afinal foi uma das razões fundamentais do seu sucesso. De todo modo, fosse ou não necessário enganar o Exército e junto com ele meio mundo, o fato é que assim que souberam que Suárez tinha legalizado o inimigo da vida toda ignorando ou esquecendo o que havia prometido ou o que eles achavam que havia prometido, os generais substituíram o entusiasmo e os aplausos com que o receberam meses antes pela indignação virtuosa de quem se sente vítima da maldade de um renegado.

Nunca mais confiaram em Suárez. Nem em Suárez nem no general Gutiérrez Mellado, que não apenas acatou a decisão do presidente, como, uma vez legalizados os comunistas e realizadas as primeiras eleições democráticas em junho de 1977, continuou sendo o único militar no governo de Suárez, e a partir daquele momento tornou-se o alvo predileto de ataques que no fundo não estavam dirigidos contra ele, mas contra Suárez. Foi uma campanha de anos, feroz e inflexível, que incluiu ataques cotidianos pela imprensa, insultos pessoais, calúnias retrospectivas e motins diários, e que não isentou da sua virulência inusitada aqueles que trabalharam com ele, de perto ou de longe. Gutiérrez Mellado sobreviveu como pôde a essa campanha, porém nem todos seus colaboradores tiveram a mesma sorte ou a mesma integridade: não conseguindo suportar mais ser chamado de traidor de merda e destruidor do Exército, pouco depois do golpe de Estado o general Marcelo Aramendi se matou com um tiro em seu escritório do quartel-general do Exército. As agressões que Gutiérrez Mellado suportou não foram menos cruéis que as que quebraram a resistência do general Aramendi, mas incomparavelmente mais assíduas e mais divulgadas. Foi acusado de covardia e falsidade porque não tinha participado da guerra na frente de combate e porque grande parte de sua carreira se deu nos serviços de inteligência, uma dupla acusação provavelmente previsível num Exército como o franquista, em que a valentia, mais que uma virtude, era uma retórica de botequim, e em que a péssima reputação dos serviços de inteligência foi consagrada por uma frase atribuída a Franco, uma frase à qual, como o próprio Gutiérrez Mellado ficou sabendo de primeira mão, o franquismo procurou se ater: “Os espões se pagam, não se condecoram”; além de previsível e

estúpida, a acusação era falsa: era verdade que a sua carreira militar estivera ligada à espionagem praticamente desde o começo, entretanto Gutiérrez Mellado não só havia combatido de metralhadora em punho durante a sublevação de 18 de julho como também, mais tarde, se transformado em um dos chefes da quinta coluna madrilenha; ao longo de três anos arriscou a vida na escuridão da retaguarda republicana com muito mais frequência que a maioria dos valentões que o recriminavam por ter terminado a guerra sem dar um tiro. Foi acusado de liderar a UMD — uma minúscula associação militar clandestina que no ocaso do franquismo tentou promover a criação de um regime democrático —, mas na verdade, apesar de ter proximidade pessoal e ideológica com alguns dos oficiais que a integravam, Gutiérrez Mellado a combateu sem hesitações porque a seu ver quebrava a disciplina das Forças Armadas e punha em perigo a sua unidade; uma vez que seus membros foram julgados e expulsos do Exército, ele se opôs a que fossem readmitidos nos seus empregos, o que não o impediu de interceder com frequência para que cessasse a perseguição que os companheiros de armas desencadearam contra eles (e não, contudo, contra os membros de outras associações também clandestinas, como a União Militar Patriótica, que defendiam a continuidade do franquismo e que àquela altura floresciam livremente no Exército). Foi acusado de querer desmilitarizar a Guarda Civil — coisa que originou uma campanha de matérias na imprensa, abaixo-assinados e atos públicos em que o tenente-coronel Tejero teve briososa participação —, mas na verdade ele só pretendia que, sem deixar de ser militar, o corpo aumentasse a sua eficiência passando a depender do Ministério do Interior nas funções relativas à ordem e à segurança pública. Foi acusado de querer perverter, abolir ou destroçar a ética do Exército com a sua reforma dos Reais Regulamentos de Carlos III — o código que regia a moral militar desde que foi promulgado pelo conde da Aranda em 1787 —, porém na verdade só queria adaptar a ética ultraconservadora da instituição à ética do século XX, permeando-a com valores laicos e liberais da sociedade democrática. Foi acusado de todas as infâmias possíveis, e exploraram a sua biografia com microscópio em busca de manchas para sujar sua reputação: desenterraram um episódio ocorrido quarenta anos antes, durante a caça às bruxas contra a maçonaria desencadeada no fim da guerra pelas autoridades franquistas, afirmando que ele tinha sido cúmplice ou autor ou indutor de um assassinato, o do comandante Isaac Gabaldón,

baleado numa noite de julho de 1939 em que, segundo certos testemunhos, tinha consigo uma pasta com documentos que acusavam alguns de seus companheiros do SIMP, o serviço de inteligência de Franco, de pertencer à maçonaria; Gutiérrez Mellado era um dos integrantes do SIMP e, embora o juiz que instruiu a causa tenha sentenciado que o comandante foi assassinado por *partisanos* da república e absolvido Gutiérrez Mellado e os outros membros do SIMP de todas as acusações, o incidente turvou o início da sua carreira militar e foi usado no final para plantar novas dúvidas sobre a sua lealdade ao Exército e a sua honestidade pessoal.



A honestidade pessoal e a lealdade ao Exército de Gutiérrez Mellado eram, até onde sabemos, inquestionáveis; até onde sabemos, o general foi um homem decente, congenitamente incapacitado para a astúcia e o engano, e por isso provavelmente inábil para o exercício da política, ou pelo menos para o exercício da política em tempos convulsionados. Isso obviamente não significa que possam ser qualificadas de falsas ou injustas todas as acusações que espalharam contra ele. Nem tudo na política militar do general foram acertos; mas, dadas as circunstâncias excepcionais que teve que enfrentar, era difícil, senão impossível, evitar muitos dos erros que cometeu. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a política de promoções, o melhor instrumento que o governo dispunha para expurgar as Forças Armadas do seu plúmbeo lastro franquista. Como a escala hierárquica era intocável no Exército, neste ponto, como em quase todos os outros, Gutiérrez Mellado quase sempre se via entre dois fogos: ou respeitava a hierarquia, permitindo que a velha guarda radical monopolizasse os primeiros degraus do comando e ameaçasse o avanço da democracia, ou ignorava o escalão e promovia militares confiáveis, enfurecendo os militares relegados e dando argumentos aos partidários da quartelada.

Gutiérrez Mellado enfrentou muitas vezes essa alternativa insolúvel; a mais conhecida, e também a mais ilustrativa, ocorreu em maio de 1979, com a indicação do novo chefe do Estado-Maior do Exército depois da passagem do general De Liniers para a reserva. Os

candidatos a substituí-lo eram o general Milans del Bosch, àquela altura comandante militar de Valencia, e o general González del Yerro, então comandante militar das Canárias; como Gutiérrez Mellado não confiava em nenhum dos dois, mandou nomear o general Gabeiras — um militar que carecia de crédito entre os seus companheiros, mas que gozava de toda a confiança do vice-presidente -; foi obrigado não apenas a promovê-lo de forma artificiosa e precipitada, como também a promover junto com ele os generais que o precediam no escalão a fim de evitar acusações de favorecimento e de fazer gato e sapato das normas militares. O estratagema foi inútil, e o escândalo nos quartéis monumental, sem falar da indignação de Milans e de González del Yerro. Teria sido possível evitar as duas coisas administrando de outra forma a mudança na cúpula do Exército? Talvez, mas não é fácil imaginar de que forma; o que é fácil imaginar é o que aconteceria se em 23 de fevereiro Milans estivesse em Madri no comando do Estado-Maior do Exército em vez de estar em Valencia no comando de uma região militar secundária (o mesmo ou quase o mesmo vale para González del Yerro, que durante o 23 de fevereiro teve uma atitude perigosamente equívoca): com toda certeza seria muito mais difícil que o golpe fracassasse. Por outro lado, em 23 de fevereiro Gabeiras se demonstrou, senão o chefe contundente de que um Exército democrático necessitava para enfrentar o golpe, pelo menos um militar leal, e de todo modo o episódio da sua nomeação foi apenas mais um dentre os muitos que inflamaram a relação entre o governo e as Forças Armadas e permitiram que a ultradireita mantivesse continuamente os quartéis em pé de guerra contra o governo, espalhando a versão de que a política militar de Gutiérrez Mellado era uma soma de arbitrariedades caciquistas que a democracia pretendia usar para castigar o Exército, desmoralizá-lo e eliminar todo e qualquer rastro do seu antigo prestígio.

Mas o descontentamento militar que crucificou Gutiérrez Mellado e acabou desembocando no 23 de fevereiro não se alimentava somente de ofensas profissionais, de humilhações imaginárias e de intransigência política; os militares golpistas não tinham razão, mas tinham razões, e algumas delas muito poderosas. Não me refiro à inquietação com que viam por volta de 1980 a deterioração da situação política, social e econômica, nem ao seu franco desagrado — eles que foram encarregados pela Constituição de 1978 da defesa da unidade da Espanha, mas se sentiam ligados a essa missão por um imperativo

enterrado no seu DNA — com a proliferação de bandeiras e reivindicações nacionalistas e a descentralização impulsionada pelo Estado das Autonomias, uma combinação de palavras que para a imensa maioria dos militares não passava de um eufemismo que ocultava ou antecipava a explosão controlada da pátria; eu me refiro a uma questão muito mais aguda, definitivamente uma das causas diretas do golpe de Estado: o terrorismo, particularmente o terrorismo do ETA, que naqueles dias se encarniçava com o Exército e a Guarda Civil ante a indulgência de uma esquerda que ainda não havia retirado dos etarras sua aura de lutadores antifranquistas. É fácil entender essa atitude da esquerda: basta lembrar o funesto papel de sustentáculo da ditadura que o Exército, a Guarda Civil e a polícia exerceram durante quarenta anos, para não mencionar a enorme lista das suas atrocidades; mas é impossível justificá-la: se as Forças Armadas deviam proteger com todos os meios disponíveis a sociedade democrática contra seus inimigos, a sociedade democrática devia proteger com todos os meios disponíveis as Forças Armadas da matança a que estavam sendo submetidas, ou pelo menos devia se solidarizar com seus membros. Não foi o que fez, e em consequência desse erro as Forças Armadas se sentiram abandonadas por uma parte considerável da sociedade democrática e então acabar com a matança se tornou, aos olhos de uma parte considerável das Forças Armadas, um argumento irresistível para acabar com a sociedade democrática.

Pouca gente era tão consciente desse estado de coisas quanto o general Gutiérrez Mellado, pouca gente fez tantos esforços quanto ele para corrigi-lo e pouca gente o sofreu tanto na própria pele, porque foi ele que a indignação militar insuflada pela ultradireita responsabilizou desde o começo por permitir os assassinatos dos seus companheiros de armas e pela condescendência de um setor do país com esses fatos. Essa indignação provocou repetidos atos de indisciplina e motins públicos contra o general que eram, a seu modo, anúncios ou prefigurações do 23 de fevereiro; o terrorismo nem sempre foi a causa ou a desculpa desses atos — nem sempre eles ocorreram no calor dos enterros de militares, guardas-civis ou policiais assassinados: também ocorreram em reuniões informativas de comandos, em visitas de rotina aos quartéis, e até em cerimônias protocolares ou confraternizações —, mas sempre foi a causa ou a desculpa dos mais extensos e violentos. Talvez o mais grave deles tenha ocorrido na tarde de 4 de janeiro de

1979, no quartel-general do Exército, durante as homenagens fúnebres ao governador militar de Madri Constantino Ortín, morto na véspera em um atentado do ETA, e é preciso dizer que, como a maioria dos levantes militares daqueles anos, não foi fruto espontâneo da emoção do momento, e sim um ato preparado por uma aliança prévia de oficiais partidários do golpe e grupos ultradireitistas. A cena, que foi narrada em numerosas ocasiões por numerosas testemunhas presenciais, pode ter ocorrido como segue.

Gutiérrez Mellado, amigo pessoal do general Ortín e único membro do governo que comparece ao ato, preside o funeral. O pátio de armas do quartel-general está tomado por uma multidão de militares. Sob um céu fechado de inverno, a cerimônia transcorre em uma atmosfera de luto, mas também de exasperação induzida, até que em determinado momento, exatamente depois que a banda executa o toque de oração e o hino da infantaria e os funcionários do cerimonial se encarregam do caixão enquanto as formações de chefes, oficiais e suboficiais em frente à tribuna de autoridades rompem filas, começam a brotar aqui e ali gritos contra o governo e insultos ao vice-presidente, que logo em seguida é abordado por vários oficiais, sacudido com violência, encurralado contra a porta sul do pátio, injuriado e agredido. A poucos metros de onde isso acontece, outro grupo de oficiais arranca o caixão dos funcionários do cerimonial e, depois de ameaçar a guarda que protege o local de abrir as portas a tiros, consegue chegar com o caixão nos ombros à rua Alcalá, onde uma multidão gritando “O Exército no poder!” saúda entusiasmada as várias centenas de chefes e oficiais sublevados, junta-se a eles e os segue por três quilômetros pelo centro de Madri até o cemitério de La Almudena, enquanto Gutiérrez Mellado, abatido, sem óculos e alheio ao ensaio de intentona militar que inunda as ruas da capital, num gabinete do quartel-general tenta se recuperar da humilhação cercado pelo punhado de companheiros de armas que acabava de impedir o seu linchamento.

Esta é a cena: para proteger o seu amor-próprio ferido, e o do Exército, Gutiérrez Mellado sempre negou ter sido vítima desse ataque, mas dois anos depois não pôde repetir a negação, porque na tarde de 23 de fevereiro as câmeras de televisão gravaram um ultraje que, com variantes mais ou menos atenuadas, ele já havia conhecido várias vezes antes na intimidade dos quartéis. Nesse sentido, também, seu gesto de enfrentar os golpistas no plenário da Câmara foi um resumo ou um

emblema da sua carreira política; pelo mesmo motivo, foi a última batalha de uma guerra impiedosa contra os seus que o deixou exausto, a ponto de desabar: tal como Adolfo Suárez, em 23 de fevereiro Gutiérrez Mellado era um homem politicamente acabado e pessoalmente abalado, com o moral naufragado e os nervos em frangalhos depois de cinco anos de escaramuças cotidianas. É possível, entretanto, que em 23 de fevereiro o general também fosse um homem feliz: naquela tarde Adolfo Suárez ia deixar o poder, e com sua queda ele havia prometido a si mesmo abandonar uma carreira política que provavelmente nunca teria começado sem Adolfo Suárez.

Cumpriu a promessa: a despeito de Leopoldo Calvo Sotelo, que substituiu Suárez na presidência, lhe propor continuar no governo, e a despeito do próprio Suárez, que tentou atraí-lo para o partido com que voltou à política depois do 23 de fevereiro, Gutiérrez Mellado se dispôs a passar o resto dos seus dias como aposentado, sem outras ocupações além de presidir fundações beneficentes, jogar longas partidas de cartas com amigas da sua mulher e passar longos veraneios em Cadaqués com amigos catalães. Em seus cinco anos de trabalho político muitos companheiros de armas se aborreceram com ele por tentar em vão liquidar o Exército de Franco e por assentar com sucesso as bases do Exército da democracia. Sua passagem para a reserva não atenuou esse sentimento: o primeiro pedido dos altos-comandos do Exército ao ministro da Defesa após a sua saída do governo foi que o general não se aproximasse das unidades, e algum tempo depois de Gutiérrez Mellado ter deixado o cargo de vice-presidente foi preciso desistir de organizar um ato de desagravo para rebater uma nova campanha de imprensa contra ele por medo de que a ideia dividisse as Forças Armadas. Nunca mais voltou a pisar num quartel, salvo no dia em que a Academia militar onde havia se formado lhe fez uma homenagem de última hora e o general — pelo menos enquanto ouvia sem derramar uma lágrima a ovação de cinco minutos que lhe tributaram de pé os cadetes que naquele dia lotavam o auditório — pôde ter a certeza fictícia e sentimental de que todos os dissabores dos seus anos de governo eram justificados. Morreu pouco depois dessa jornada enganosa, em 15 de dezembro de 1995, quando o Opel Omega em que viajava a Barcelona para dar uma conferência derrapou no gelo ao fazer uma curva e saiu da pista. Com sua morte desapareceu o político mais fiel que Adolfo Suárez teve ao seu lado, o último militar espanhol que ocupou uma poltrona na

Câmara, o último figurão fardado da história da Espanha. Quem conviveu com ele em seus últimos dias lembra de um homem humilde, abatido, silencioso e um pouco ausente, que nunca fazia declarações à imprensa, que nunca falava de política, que nunca mencionou o 23 de fevereiro. Não gostava de lembrar daquela tarde, na certa porque não considerava o seu gesto de desafiar os guardas-civis golpistas um gesto de coragem ou de graça ou de rebeldia, nem tampouco um gesto soberano de liberdade ou um gesto extremo de contrição ou um emblema da sua carreira, mas simplesmente o maior fracasso da sua vida; no entanto, quando alguém conseguia que falasse, ele encerrava o assunto com as mesmas palavras: “Fiz o que me ensinaram na Academia”. Não sei se alguma vez acrescentou que quem dirigia a Academia onde se formou era o general Francisco Franco.

Capítulo 3

Volto a uma imagem da gravação: em pé, com os braços caídos ao lado do tronco e desafiando os seis guardas-civis que estão metralhando o plenário da Câmara, o general Gutiérrez Mellado parece querer — tanto quanto impedir a entrada dos rebeldes no recinto, tanto quanto submeter o poder militar ao poder civil — proteger com seu corpo o corpo de Adolfo Suárez, sentado atrás dele na solidão da poltrona de presidente. Essa imagem é outro resumo ou emblema: o emblema ou resumo da relação entre esses dois homens.

A fidelidade de Gutiérrez Mellado a Adolfo Suárez foi uma fidelidade sem restrições do começo ao final da sua carreira política. Pode-se atribuir esse fato em parte ao senso de gratidão e à disciplina de Gutiérrez Mellado, que Suárez transformara no primeiro militar do Exército depois do rei e no segundo homem mais poderoso do governo; sem dúvida se deveu à confiança total que depositou na sagacidade política de Suárez e em sua coragem, juventude e instinto. Suárez e Gutiérrez Mellado eram, porém, à margem da tarefa política que os uniu, dois homens opostos em quase tudo: ambos, é verdade, compartilhavam uma granítica fé católica, ambos cultivavam certo dandismo, ambos eram magros, frugais e hiperativos, ambos adoravam futebol e cinema, ambos eram bons jogadores de cartas; mas suas afinidades terminavam praticamente aí: o primeiro era um perito nas artimanhas do mus, e o segundo na limpa aristocracia do bridge; o primeiro era um provinciano de família republicana, e o segundo um madrilenho de raiz e de boa família monarquista; o primeiro foi um estudante desastroso, e o segundo um aluno exemplar; o primeiro sempre foi um profissional do poder, e o segundo sempre foi um profissional da tropa; o primeiro possuía, enfim, inteligência política, encanto pessoal, carisma e descaramento de chefinho de turma de bairro com os quais praticou a arte da sedução com uma destreza indiscriminada, enquanto a inteligência técnica e a sobriedade de caráter do segundo tenderam a limitar sua vida social ao círculo de sua família e alguns poucos amigos. Tinham, além disso, uma diferença mais óbvia e mais importante: Suárez era exatamente vinte anos mais novo que Gutiérrez Mellado; por idade eles poderiam ter sido pai e filho, e é quase impossível resistir a interpretar a relação entre os dois como uma estranha e descompensada relação paterno-filial em que

o pai agia como pai porque protegia o filho, mas também agia como filho porque não discutia suas ordens nem questionava a validade seus critérios.

Impositivamente, a devoção política de Gutiérrez Mellado por Adolfo Suárez começou na primeira vez em que conversaram, ou pelo menos era assim que o general gostava de lembrar. É provável que tenham se cruzado alguma vez no final dos anos 1960, enquanto Suárez dirigia a Televisión Espanhola e adulava os militares com programas sobre o Exército transmitidos nos horários de maior audiência e buquês de rosas que enviava para suas mulheres com bilhetes de gratidão pedindo desculpas por ocupar seus maridos fora das horas de serviço, mas foi somente no inverno de 1975 que ficaram a sós pela primeira vez. Naquela época, com Franco recentemente falecido, Suárez acabava de ser nomeado ministro da Secretaria-Geral do Movimento no primeiro governo do rei; Gutiérrez Mellado, por seu lado, era comandante-geral e delegado do governo em Ceuta havia vários meses, e em uma de suas viagens à capital pediu audiência ao novo ministro para conversar sobre a construção de um centro poliesportivo na cidade. Suárez o recebeu, e a reunião que devia ser de rotina se prolongou por várias horas, ao final das quais o general saiu do gabinete da rua Alcalá n 944 encantado com a simpatia irresistível, a linguagem nova e a clareza de ideias do jovem ministro, de modo que em princípios de julho, quando Suárez foi encarregado de formar o governo ante a surpresa preocupada de grande parte do país, Gutiérrez Mellado pode ter sentido surpresa, mas não desagrado, porque àquela altura já estava convencido da valia excepcional do novo presidente.

Três meses depois, este o chamou para fazer dele simultaneamente seu guarda-costas e seu braço direito, e nunca mais se largaram. Gutiérrez Mellado foi o primeiro vice-presidente e único ministro permanente dos seis governos formados por Suárez, mas a amizade que ambos cultivaram não foi só política. Pouco depois da sua entrada no governo, Gutiérrez Mellado mudou-se com a família para um dos edifícios que integravam o complexo de La Moncloa, onde já morava a família Suárez; a partir de então quase não deixaram de ver-se um único dia: trabalhavam quase parede a parede, e conforme o tempo foi passando, começaram a compartilhar não apenas as horas de trabalho, mas também as de lazer, unidos por uma intimidade respeitosa que não desprezava as confidências nem os longos silêncios familiares, e que foi

se aprofundando à medida que, nos meses anteriores ao golpe, Suárez diariamente perdia, entre os escombros do seu poder e prestígio, aliados políticos, colaboradores próximos e amizades de anos. Naqueles momentos finais da presidência de Suárez e da sua própria carreira política, Gutiérrez Mellado era, além de politicamente acabado e pessoalmente abalado, um homem perplexo: não entendia a ingratidão do país com o presidente que havia acabado com a ditadura e construído a democracia; e entendia menos ainda a frivolidade irresponsável da classe política — especialmente a dos políticos do partido do presidente, especialmente a dos membros do governo do presidente —, mergulhada em uma luta insensata pelo poder enquanto a democracia desmoronava. Por isso, tentou apaziguar sem o menor sucesso as rebeliões internas da UCD, e por isso pelo menos uma vez, e com resultado idêntico, aproveitou a ausência de Suárez em um conselho de ministros para espinafrar os presentes e exigir aos gritos lealdade a quem os havia nomeado. São dessa época dois episódios que falam por si mesmos. O primeiro ocorreu às cinco da tarde do dia 29 de janeiro de 1981 em La Moncloa, quando, depois de Suárez anunciar sua renúncia aos ministros em uma reunião extraordinária, Gutiérrez Mellado se levantou e improvisou um breve discurso que concluiu com esta súplica: “Peço a Deus que justifique os serviços que o senhor, presidente, prestou à Espanha”; a frase era sincera, não eloquente: o eloquente é que a reunião se dissolveu logo a seguir sem que nenhum ministro pronunciasse em público uma palavra de consolo ou de solidariedade ao presidente demissionário. O segundo episódio não tem data nem lugar precisos, mas o mais provável é que haja ocorrido em La Moncloa, talvez duas semanas antes do anterior; se foi assim deve ter ocorrido num escritório ainda inacabado que Suárez estava estreando naquela época na parte dos fundos do palácio, uma enorme sala toda bagunçada, com grandes janelas provisórias pelas quais entrava o vento do inverno e fios soltos pendurados nas paredes, que parecia ser obra de um decorador decidido a fazer daquele espaço uma metáfora do desamparo dos últimos meses de Adolfo Suárez no governo. Pode ter sido lá, como já disse, mas também pode não ter sido: afinal a realidade não tem nenhuma inclinação decorativa. De todo modo mereceria ter sido lá: o general, como o próprio Suárez lembrou em público após sua morte, lhe perguntou depois de uma conversa que foi um balanço ou um inventário de revezes e deserções: “Diga-me a

verdade, presidente: além do rei, do senhor e de mim, há alguém mais que esteja conosco?”.

Capítulo 4

Não. A resposta é não: não há mais ninguém que esteja com eles. Ou pelo menos foi essa a resposta autocompassiva que Adolfo Suárez certamente deu a si mesmo na ocasião e a resposta vindicativa que continuava dando anos mais tarde, quando contava o episódio com o amigo já torto (e talvez fosse por isso que o contava). Mas, embora autocompassiva e vindicativa, a resposta não era falsa.



A imagem de Adolfo Suárez sentado sozinho no plenário da Câmara na tarde de 23 de fevereiro também é um emblema de outra coisa: um emblema de sua solidão quase absoluta nos meses que antecederam o golpe. Curiosamente, um ano e meio antes uma fotografia captou uma imagem parecida no mesmo lugar: sentado na sua cadeira de presidente, Suárez está vestido da mesma forma que em 23 de fevereiro — paletó escuro, gravata escura, camisa branca — e, embora sua posição seja um pouco diferente daquela em que estava durante o tiroteio do 23 de fevereiro, à sua direita se estende a mesma desolação de poltronas vazias.





Como na imagem de 23 de fevereiro, Suárez está posando; como na imagem de 23 de fevereiro, Suárez não parece estar posando (Suárez sempre posava em público: essa era a sua força; e frequentemente posava no âmbito privado: essa era a sua fraqueza). A imagem é de 25 de setembro de 1979, mas, não fossem certas diferenças de cor e enquadramento, poderia ser confundida com a de 23 de fevereiro de 1981, como se a fotógrafa, mais que fotografar Suárez, tivesse fotografado o futuro.

Embora o segredo só tenha vindo a público um ano depois, em setembro de 1979, quando estava no auge do seu poder e prestígio, Suárez intimamente já era um político acabado. Eu já apontei uma causa do seu súbito naufrágio: Suárez, que soubera fazer o mais difícil — desmontar o franquismo e construir uma democracia —, não era capaz de fazer o mais fácil — administrar a democracia que tinha construído; — matizando um pouco: para ele o mais difícil era o mais fácil e o mais fácil era o mais difícil. Isso não é só um jogo de palavras: embora não tivesse criado o franquismo, Suárez havia crescido nele, conhecia perfeitamente suas regras e as usava com maestria (foi por essa razão que conseguiu acabar com o franquismo fingindo que só estava mudando as regras); em compensação, não obstante tivesse criado a democracia e estabelecido as suas regras, Suárez não lidava bem com ela, porque seus hábitos, seu talento e seu temperamento não eram feitos para o que tinha construído, e sim para o que tinha destruído. Esta foi ao mesmo tempo sua tragédia e sua grandeza: a de um homem que trabalha consciente ou inconscientemente não para fortalecer suas posições, mas, voltando ao termo de Enzensberger, para solapá-las.

Como não sabia usar as regras da democracia e só sabia exercer o poder como se faz numa ditadura, ele ignorava o Parlamento, ignorava os ministros, ignorava o seu partido. No novo jogo que tinha criado, as suas virtudes se transformaram rapidamente em defeitos — seu atrevimento se transformou em ignorância, sua ousadia em temeridade, seu brio em frieza —, e o resultado foi que em pouco tempo Suárez deixou de ser o político brilhante e decidido que tinha sido durante os primeiros anos de governo — quando tudo em sua mente parecia conectado com tudo, como se tivesse um ímã dentro de si que atraía e organizava os fragmentos mais insignificantes da realidade e lhe permitia operar sobre ela sem temor, pois tinha a certeza permanente de conhecer o fruto mais remoto de cada ação e a causa mais íntima de cada efeito — para se transformar num político atrapalhado, opaco e dúbio, perdido numa realidade que não entendia e incapaz de administrar uma crise que o seu mau governo só fazia aprofundar. Somadas ao ciúme, às rixas e à avareza de poder da classe dirigente, essas dificuldades desencadearam a partir do verão de 1980 a conspiração generalizada contra ele que acabou propiciando o golpe; somadas ao esgotamento causado por quatro anos muito duros na presidência do governo e a um caráter mais complexo e mais frágil do que imaginavam aqueles que só o conheciam superficialmente, desencadearam também seu naufrágio pessoal.

A partir do verão de 1980 Suárez viveu praticamente enclausurado em La Moncloa, protegido pela sua família e por um punhado de colaboradores. Parecia dominado por uma estranha paralisia, ou uma forma difusa de medo, ou talvez fosse uma vertigem, como se tivesse compreendido num momento de lucidez masoquista que não passava de um farsante e decidido a evitar o contato social a todo custo por medo de que o desmascarassem, e ao mesmo tempo como se temesse que um obscuro desejo de imolação o fizesse acabar ele mesmo com a farsa. Passava horas e horas trancado em seu gabinete lendo relatórios sobre o terrorismo, o Exército, a política econômica ou internacional, mas depois era incapaz de tomar decisões sobre esses assuntos ou simplesmente de se reunir com os ministros que deviam tomá-las. Não ia ao Parlamento, não dava entrevistas, quase não aparecia em público e mais de uma vez não quis ou não conseguiu presidir as reuniões do conselho de ministros até o fim; não teve ânimo sequer para comparecer ao enterro de três membros bascos do seu partido assassinados pelo

ETA, nem ao das quarenta e oito crianças e três adultos que morreram no fim de outubro por causa de uma explosão acidental de gás num colégio do País Basco. Sua saúde física não estava mal, mas sim sua saúde anímica. Não há dúvida de que ele só via à sua volta um véu de ingratidões, traições e desprezos, nem de que interpretava qualquer ataque ao seu trabalho como um ataque à sua pessoa, que provavelmente também se pode atribuir a suas dificuldades para adaptar-se à democracia. Ele nunca conseguiu entender que na política de uma democracia nada é pessoal, já que nela a política é um teatro e ninguém pode atuar em um teatro sem fingir o que não sente; é óbvio, ele era um político puro e, como tal, um ator consumado, porém o seu problema era que fingia com tanta convicção que acabava sentindo aquilo que fingia, o que o fazia confundir a realidade com sua representação e as críticas políticas com as pessoais. É verdade que na caçada de que foi alvo ao longo de 1980 muitas das críticas que recebeu eram, mais que políticas, pessoais, contudo não é menos verdade que quando chegou ao governo também tinha sido alvo de críticas pessoais, só que naquela época o presidente ainda estava blindado pelos privilégios de um sistema autoritário e seu entusiasmo de neófito as transformava em estímulos para a sua vontade, e sua força mental as neutralizava atribuindo-as às fraquezas dos seus autores — aos seus erros de julgamento, às suas ambições frustradas, à sua vaidade insatisfeita, ao seu rancor; — agora, em contrapartida, desprotegido em virtude da liberdade, submetido a exigências urgentes e com as defesas dizimadas pelos desgastes de quase um lustro de mandato em condições muitas vezes extremas, tais críticas eram um instrumento cotidiano de martírio, sem dúvida porque ele as repetia para si mesmo, e contra nós mesmos não há proteção possível. Como todo político puro, Suárez sentia, também, uma necessidade premente de ser admirado e querido e, como todo mundo na pequena Madri do poder franquista, fizera boa parte de sua carreira política à base de adulação, enfeitando os interlocutores com sua simpatia, sua vontade insaciável de agradar e seu repertório arborescente de histórias, até convencê-los não apenas de que era um ser extraordinário, mas de que eles eram ainda mais extraordinários que ele, e que portanto ia dar-lhes toda a sua confiança, atenção e afeto. Para um homem assim, pura exterioridade, cuja autoestima dependia quase totalmente da aprovação dos outros, deve ter sido uma experiência devastadora ver que seus truques de prestidigitação não

surtiam mais efeito, que a classe dirigente do país havia se afastado dele, que o brilho da sua sedução tinha se apagado, que ninguém ria das suas pilhérias nem se encantava com suas opiniões, que ninguém notava o encanto das suas histórias nem o privilégio da sua companhia, que ninguém acreditava mais em suas promessas nem aceitava suas declarações de amizade eterna, que aqueles que antes o tinham admirado e lisonjeado agora o desprezavam, que aqueles que lhe deviam a carreira política e sempre lhe foram leais agora o traíam, que o melhor sentimento que podia suscitar entre os seus pares era uma mescla de irritação e desconfiança e que, como as pesquisas se encarregavam de demonstrar diariamente desde o verão de 1980, o país inteiro estava cansado dele.

Politicamente só e exausto, pessoalmente perdido em um labirinto de autocompaixão, fastio e desengano, por volta de novembro de 1980 Suárez começou a pensar em renunciar. Só não o fazia porque se deixava levar pela inércia ou pelo instinto de poder e porque era um político puro, e um político puro não larga o poder: é tirado; provavelmente, também, porque nos momentos de euforia que pontilhavam o seu desânimo um resto de coragem e de orgulho o convencia de que, embora nada do que fizesse dali por diante pudesse superar o que já tinha feito, só ele podia consertar o que ele mesmo estragara. Naqueles dias encontrava alívio e estímulo nas viagens ao exterior, onde sua imagem de construtor da democracia espanhola ainda estava intacta; durante uma dessas viagens, depois de assistir à posse do primeiro-ministro peruano Belaúnde Terry em Lima, Suárez deu à jornalista Josefina Martínez uma de suas últimas entrevistas como presidente, e o resultado dessa conversa foi um texto tão negro, tão amargo e tão sincero — tão cheio de queixas pela ingratidão, pela incompreensão e pelas ofensas e insultos pessoais de que era vítima — que seus assessores impediram que fosse publicado. “Costumo dizer que me envolvi numa luta de boxe na qual não estou disposto a dar nenhum golpe”, disse Suárez à jornalista. “Quero ganhar a luta no décimo quinto round por esgotamento do adversário... De forma que preciso ter uma grande capacidade de resistência!”

Não é verdade que não tenha dado nenhum golpe (deu, porém não tinha forças para continuar dando), mas sim que tinha grande capacidade de resistência, e acima de tudo é verdade que foi assim que ele se viu muitas vezes no outono e no inverno de 1980: no centro do

ringue, cambaleando e cego por causa do sangue, do suor e das pálpebras inchadas, com os braços caídos ao longo do corpo, resfolegando entre a gritaria do público e o calor dos refletores, desejando em segredo o golpe definitivo.

Capítulo 5

O golpe definitivo foi dado pelo rei. Provavelmente era o único que podia dá-lo: o rei tinha confiado o poder a Suárez e provavelmente só o rei podia tirá-lo dele. E o fez: tirou-lhe o poder, ou pelo menos não mediu esforços para que Suárez o entregasse. Isso significa que, assim como grande parte da classe política espanhola, no outono e no inverno de 1980 o rei também conspirava à sua maneira contra o presidente do governo; isso significa que Gutiérrez Mellado estava enganado: o rei tampouco estava com eles.

O rei havia conhecido Suárez em janeiro de 1969, durante uma viagem de férias a Segovia em companhia de um cortejo que incluía seu secretário pessoal e futuro líder do golpe de 23 de fevereiro, o general Armada. Naquela época Suárez era governador civil da província, e o rei um príncipe sem título a quem ainda faltavam alguns meses para jurar diante das Cortes franquistas como sucessor de Franco, mas cujo futuro real nem sequer estava muito claro para o próprio Franco, pois dependia de uma delicada teia de equilíbrios que podia se romper depois da sua morte. Os dois homens simpatizaram de cara um com o outro; intuíram logo que se necessitavam mutuamente: Suárez não era monarquista, mas logo se tornou um, sem dúvida porque sabia que, diante dos equilíbrios e incertezas, o futuro mais provável para a Espanha era a monarquia, e ele não queria por nada neste mundo perder o futuro; quanto ao rei, perseguido e desprezado por setores muito influentes do franquismo — a começar pela própria família Franco —, necessitava com urgência de aliados, e aquele jovem apenas seis anos mais velho, discreto, promissor, diligente, serviçal e brincalhão, deve ter-lhe parecido um bom aliado. No primeiro dia Suárez se limitou a almoçar com a família real num restaurante da cidade, mas durante os meses seguintes o rei foi várias vezes a um sítio na província, na serra de Guadarrama, e lá se estabeleceu entre os dois homens uma cumplicidade de fins de semana que provavelmente acabou convencendo o futuro monarca de que, se soubesse usar sua vontade de agradar, sua ambição e sua inteligência rápida e prática, Suárez podia chegar a ser para ele muito mais que uma companhia divertida. Não é provável que no começo falassem muito sobre política, embora seja praticamente certo que o rei viu logo que Suárez não tinha um cérebro fossilizado pelo franquismo,

que sabia mandar e que carecia de ideias políticas elaboradas; tampouco é provável que não desconfiasse de que sua principal ideia política consistia em progredir politicamente, e que, portanto, seu entusiasmo monárquico dependia exclusivamente da capacidade que a Coroa demonstrasse de satisfazer suas aspirações.

A partir desse momento o rei fez tudo o que pôde para impulsionar a carreira política de Suárez. Em novembro do mesmo ano intercedeu para que o almirante Carrero Blanco o nomeasse diretor da Televisión Española, e Suárez demorou mais tempo para tomar posse o cargo do que para demonstrar ao monarca que não se enganara postando nele. Durante os quatro anos em que dirigiu a única televisão do país orquestrou uma campanha de imagem que introduziu em todos os lares a figura até então fugaz e esvaída do príncipe: não deixou de registrar uma única de suas viagens, nem um único de seus atos oficiais, nem uma única de suas aparições públicas; sua recente vocação monarquista (ou seu zelo de converso) levou-o a confrontar várias vezes o seu ministro, principalmente quando se recusou a transmitir ao vivo e em rede o casamento da neta de Franco com Alfonso de Borbón, primo do príncipe e aspirante ao trono, união que inspirava no círculo mais íntimo do general o sonho de ver a família Franco perpetuada no poder. Naquela época, início dos anos 1970, Suárez já tinha começado a se postular para ministro, mas não conseguiu o cargo até que, depois da morte de Franco, foi formado o primeiro governo da monarquia, e o rei, que não teve força para impor um presidente do seu agrado e se viu obrigado a herdar Arias Navarro — uma múmia hesitante e incapaz de saldar suas hipotecas franquistas —, teve força suficiente para impor Suárez, a quem Arias Navarro entregou a Secretaria-Geral do Movimento depois de convencer Torcuato Fernández Miranda, na época o principal conselheiro político do rei e presidente das Cortes e do Conselho do reino, dois dos principais bastiões de poder da ditadura. Seis meses mais tarde o rei conseguiu se livrar de Arias Navarro e, após uma série de manobras de Fernández Miranda no Conselho do reino — organismo encarregado de apresentar ao monarca um trio de candidatos à presidência —, designou Adolfo Suárez como chefe de governo.

Ele não era a única escolha possível. Havia candidatos muito mais evidentes, com mais credenciais monarquistas, mais preparo intelectual e mais experiência política; mas o rei (ou o rei aconselhado por Fernández Miranda) avaliou que naquele momento essas virtudes eram

defeitos: um governo, digamos, de José María de Areilza — um homem culto, cosmopolita e sempre afeito à Coroa, bem relacionado com a oposição clandestina e favorito de muitos reformistas do regime — ou um governo de Manuel Fraga — antigo ministro de Franco e mais tarde líder da direita — seriam um governo de Areilza ou de Fraga, porque tanto Fraga como Areilza tinham personalidades fortes e projetos políticos próprios; um governo de Suárez, por outro lado, não seria um governo de Suárez, mas um governo do rei, pois Suárez (ou pelo menos era essa a crença do rei e de Fernández Miranda) não tinha projeto político e estava disposto a fazer o que o rei lhe pedisse e da forma que lhe pedisse. O projeto do rei era a democracia; mais exatamente: o projeto do rei era alguma forma de democracia que permitisse enraizar a monarquia; mais exatamente ainda: o projeto do rei era alguma forma de democracia não porque detestasse o franquismo, ou porque estivesse impaciente para renunciar aos poderes que havia herdado de Franco, ou porque acreditasse na democracia como panaceia universal, mas porque acreditava na monarquia e porque achava que naquele momento uma democracia era o único modo de enraizar a monarquia na Espanha. Pois bem, transformar uma ditadura numa democracia sem romper a legalidade era uma operação muito complexa, provavelmente inédita, e o rei queria controlá-la de perto, de modo que necessitava que fosse conduzida por alguém cuja paixão pelo poder o tornasse absolutamente fiel e dócil, um homem da sua idade que não sentisse a tentação de tutelá-lo ou de se impor sobre ele e com quem pudesse manter uma relação fluida. Suárez cumpria plenamente esses requisitos; e também outros. Conhecia de cor a classe política do franquismo e os corredores, os funcionários e os desvãos do sistema que era preciso desmontar, era jovem, preparado, rápido, ágil, realista, flexível, eficaz, e encantador e astucioso o suficiente para persuadir a oposição de que tudo ia mudar enquanto persuadia os franquistas de que nada ia mudar por mais que tudo mudasse. Por fim, além do atrevimento, da ignorância e do arrojo dos que nada têm a perder, tinha uma confiança exagerada em si mesmo e no seu temperamento blindado de vencedor que lhe permitiria realizar a tarefa de que foi encarregado suportando os furiosos ataques de todos os lados sem claudicar nem se queimar totalmente antes do tempo.

Mas naturalmente acabou se queimando. Quando isso aconteceu, porém, Suárez já havia cumprido o seu compromisso com o rei: a fim de

enraizar a monarquia, tinha construído uma democracia, provavelmente uma democracia mais completa ou mais profunda do que o rei e ele mesmo imaginavam no início. Tinha feito bem o seu trabalho. Mas na altura de 1980 parecia decidido a dilapidá-lo. Isso porque no entendimento do rei, assim como no de quase toda a classe dirigente espanhola, o problema era que, depois de construir a democracia, Suárez se julgava capaz de administrá-la, e sua permanência no governo só fazia aprofundar uma crise que ele mesmo tinha criado. Outro problema é que o rei decidiu solucionar esse problema contribuindo ativamente com as manobras destinadas a substituir Suárez que formaram a placenta do 23 de fevereiro. Provavelmente ele se sentiu na obrigação de agir assim. Como toda a classe política, como o próprio Suárez, o rei estava estreando as regras da democracia, e ainda não tinha assimilado o seu novo papel de figura institucional ou simbólica sem poder político efetivo (ou não tinha querido fazê-lo); como se ainda tivesse o poder de pôr e tirar presidentes que havia herdado de Franco e ao qual renunciou sancionando a Constituição de 1978, quis voltar a intervir na política do país além dos limites impostos pelas novas regras da monarquia parlamentar. Seu erro não foi fruto apenas da inexperiência; também foi do costume e do medo. Durante o idílio dos seus primeiros anos no governo, Suárez tinha acostumado o rei a ser consultado sobre cada passo que dava, a transformar seus desejos em ordens; agora, porém, insuflado pelos seus êxitos e transformado em presidente não por vontade do monarca, mas pelos votos dos cidadãos, Suárez deixou de lado seus modos submissos e seu comportamento de criado e começou a discordar do rei e a tomar decisões não apenas à margem da opinião dele, mas também contrárias a ela (pressionado pelos Estados Unidos, o rei considerava urgente entrar na Otan, Suárez não; pressionado pelos militares, o rei considerava urgente afastar Gutiérrez Mellado do governo, Suárez não; nos meses anteriores ao 23 de fevereiro os dois tiveram fortes discussões sobre temas que seriam determinantes no 23 de fevereiro, em particular sobre a nomeação do general Armada como subchefe do Estado-Maior do Exército, que o rei considerava necessário e Suárez, perigoso; o rei recebeu mal a insubordinação ou o espírito de independência de Suárez, a quem sem dúvida responsabilizava em parte pela má situação do país, e isso acabou envenenando a relação entre os dois homens: quatro anos antes, três anos antes, dois anos antes, Suárez ia a La Zarzuela sem

avisar e o rei aparecia de surpresa em La Moncloa só para tomar um uísque com o amigo, os dois improvisavam reuniões ou encontros de trabalho, jantares de casais e sessões de cinema em família; esse espírito de camaradagem tinha evaporado, substituído por um forcejar cada vez mais irritante que incluía, entre outras coisas, divergências de opinião, ligações do rei para La Moncloa sem retorno ou com retornos insolentemente adiados e esperas humilhantes de Suárez em La Zarzuela. Pode ser que também tenha havido ciúmes entre os dois homens, que disputavam na Espanha e fora dela a prestigiosa paternidade da nova democracia. Sem dúvida o medo influenciou. O rei nasceu no exílio, e só recuperou o trono para ele e sua família com grandes doses de inteligência, sorte, habilidade e sacrifício; agora tinha pânico de perdê-lo e, como lhe repetiam tanto os líderes políticos como os cortesãos de La Zarzuela — dentre eles seu pai, enfrentado ao presidente desde tempos atrás —, o descrédito de Suárez não estava poluindo apenas a democracia, mas também a monarquia, se é que naquele momento as duas coisas podiam ser separadas: embora Suárez não fosse mais o presidente do rei, como era quando este o escolheu a dedo em 1976, e sim o presidente dos cidadãos, que por duas vezes o elegeram nas urnas, a maioria dos cidadãos continuava identificando o rei com Suárez, de forma que o naufrágio de Suárez podia arrastar consigo a monarquia. Esse argumento alarmante, enganoso e reiterado deve ter contribuído para que, rompendo a neutralidade a que a lei o obrigava, o rei se impusesse o dever e se desse o direito de contribuir para a queda de Suárez. “Vejam se conseguem livrar-se dele”, ouviram-no dizer no outono e no inverno de 1980, referindo-se a Suárez, inúmeros visitantes de La Zarzuela. “Porque com ele vamos para a derrocada.” O rei não se limitou a estimular a perseguição a Suárez com o peso de sua autoridade; também discutiu com várias pessoas a forma de substituí-lo, e é bem provável que, diante da lúgubre situação do país, ele também pensasse, como grande parte da classe dirigente, que a democracia fora implantada de forma precipitada, que provavelmente seria conveniente um golpe de bisturi para extirpar abscessos e suturar cortes, e que, tendo chegado as coisas àquele ponto, uma simples mudança de governo talvez já não bastasse para endireitá-las, mas sem a menor dúvida em algum momento ele viu com bons olhos, ou pelo menos considerou seriamente, a proposta de um governo de coalizão ou concentração ou unidade presidido por um militar monarquista — e não

havia um militar mais monarquista do que o seu antigo secretário Alfonso Armada, com quem certamente discutiu a questão nas semanas anteriores ao golpe —, desde que a proposta tivesse o beneplácito dos partidos políticos e fosse destinada a retificar o rumo extraviado do país com uma virada de leme, evitando assim que a democracia, que cinco anos antes fora o instrumento de sobrevivência da Coroa, acabasse se transformando no da sua perdição.

Suárez sabia. Sabia que o rei não estava mais com ele. Ou melhor: sabia, mas não queria admitir que sabia, ou pelo menos não quis admitir até que não teve outro remédio senão admitir. No outono de 1980 Suárez sabia que o rei o considerava o principal responsável pela crise e que tinha sérias dúvidas sobre a sua capacidade para resolvê-la, mas não sabia (ou não queria admitir que sabia) que o rei o criticava toda vez que conversava com algum político, militar ou empresário; Suárez também sabia que sua relação com o rei era ruim, mas não sabia (ou não queria admitir que sabia) que o rei havia perdido a confiança nele e que exortava seus adversários a tirá-lo do poder. Finalmente, em 24 de dezembro Suárez não teve outro remédio senão admitir que sabia o que de fato sabia havia vários meses. Naquela noite a televisão transmitiu o discurso natalino do rei; quase sempre era um discurso ornamental, mas dessa vez não foi (e, como se quisesse enfatizar que não o era, o monarca apareceu sozinho diante das câmeras e não acompanhado por sua família, como fazia até então). A política, disse entre outras coisas o rei naquela noite, deve ser considerada “um meio para atingir um fim e não um fim em si mesmo”. “Esforcemo-nos para proteger e consolidar o essencial”, disse, “se não quisermos correr o risco de ficar sem base nem oportunidade para exercer o acessório.” “Ao recapitular hoje os nossos atos devemos nos perguntar se realmente fizemos o necessário para nos sentir orgulhosos.” “É urgente”, disse, “examinar o nosso comportamento no campo de responsabilidade que concerne a cada um, sem a fuga que sempre significa procurar culpas alheias.” “Quero convidar os que têm em suas mãos o governo do país a refletir”, enfatizou. “Devem colocar a defesa da democracia e do bem comum acima de seus limitados e transitivos interesses pessoais, de grupo ou de partido.” Essas foram algumas das frases que o rei disse em seu discurso, e é impossível que Suárez não tenha percebido que eram dirigidas a ele; e também que não as tenha interpretado como o que provavelmente eram: uma acusação de se aferrar ao poder como um fim em si mesmo, de proteger o

acessório, que era o seu cargo de presidente, mais do que o essencial, que era a monarquia; uma acusação de agir irresponsavelmente procurando culpados para as próprias culpas e colocando seu transitivo e limitado interesse acima do bem comum; uma forma pública e confidencial, enfim, de pedir sua renúncia.

Não sei qual foi a reação imediata de Suárez ao discurso do rei. Mas sei que ele sabia de duas coisas: uma é que, embora o rei não tivesse o direito legal de lhe pedir que renunciasse, tinha um direito moral sobre ele por tê-lo nomeado presidente quatro anos antes; a outra é que — tendo perdido o apoio das ruas, do Parlamento, do seu partido, de Roma e Washington, cego e cambaleando e resfolegando no centro do ringue entre as vaias do público e o calor dos refletores — perder o apoio do rei equivalia a perder seu último apoio e a aceitar o golpe definitivo. Naquele mesmo dia Suárez deve ter entendido que sua única alternativa era renunciar. Não é contraditório que, segundo algumas fontes, numa reunião realizada em 4 de janeiro no seu refúgio de montanha de La Pleta, em Lérida, o rei tenha insinuado que ele devia renunciar e Suárez tenha se recusado a fazê-lo. Pode ser: uma agonia é uma agonia, e alguns mortos resistem a morrer, mesmo sabendo que já estão mortos. Mas a verdade é que três semanas depois da claríssima reprimenda natalina do monarca, Suárez disse aos mais próximos que ia deixar a presidência do governo. No dia 27 informou ao rei em seu gabinete de La Zarzuela. O rei não fingiu: não pediu que ele explicasse as razões da renúncia, não fez a mínima ameaça protocolar de recusá-la, nem lhe perguntou protocolarmente se tinha pensado bem, tampouco teve uma palavra de gratidão para o presidente que o ajudara a conservar a Coroa; limitou-se a chamar seu secretário, o general Sabino Fernández Campo, e a lhe dizer assim que entrou no escritório, olhando-o mas apontando para Suárez com um dedo sem piedade: “Este aqui vai embora”.

Capítulo 6

Em 29 de janeiro de 1981, 25 dias antes do golpe, Adolfo Suárez anunciou num discurso pela televisão sua renúncia à presidência do governo. A pergunta é obrigatória: como é possível que tenha saído voluntariamente de La Moncloa se havia assegurado que só sairia de lá se perdesse as eleições ou dentro de um caixão? Suárez não era um político puro, e um político puro não é um político que não deixa o poder a menos que o expulsem? A resposta é que Suárez não deixou voluntariamente o poder, foi expulso: foi expulso pelas ruas, foi expulso pelo Parlamento, foi expulso por Roma e Washington, foi expulso por seu próprio partido, foi expulso por seu próprio desmoronamento pessoal, e finalmente foi expulso pelo rei. Há outra resposta, que é a mesma: como era um político absolutamente puro, Suárez saiu do governo antes que a soma desses adversários o expulsasse e para se legitimar diante do país, desbaratando assim a aliança que se formou contra ele e preparando a sua volta ao poder.

Com exceção do golpe de 23 de fevereiro — do qual na verdade constitui um ingrediente básico —, nenhum acontecimento da história espanhola recente provocou maior quantidade de especulações que a renúncia de Adolfo Suárez; não obstante, de todos os enigmas do 23 de fevereiro talvez o menos enigmático seja a sua renúncia. Embora seja impossível esmiuçar todos os motivos que a desencadearam, é possível descartar os mais truculentos e divulgados. Suárez não renunciou porque os militares o obrigaram nem o fez para impedir um golpe militar: como presidente do governo tinha muitos defeitos, mas dentre eles não figurava a covardia, e não resta a menor dúvida de que, por mais arrasado que estivesse, se os militares tivessem encostado um revólver no seu peito Suárez imediatamente ordenaria que ficassem em posição de sentido; tampouco resta a menor dúvida de que, se ele soubesse que estava sendo tramado um golpe, teria se preparado para impedi-lo. A frase mais lembrada do seu discurso de renúncia aparentemente desmente esta última afirmação: “Como ocorre frequentemente na história”, disse Suárez, “a continuidade de uma obra exige uma mudança de pessoas, e eu não quero que o sistema democrático de convivência seja, mais uma vez, um parêntese na história da Espanha”. Essa declaração sacrificial, que sugeria que seu autor se imolava para salvar a

democracia e que retrospectivamente ficou saturada de significado no 23 de fevereiro, não figurava no rascunho do discurso que Suárez enviou à Casa Real na véspera do seu discurso televisivo; ele a acrescentou no último instante e, embora pelo menos uma das pessoas que costumava escrever e corrigir seus textos a tenha riscado do discurso, Suárez voltou a incluí-la. Tratava-se provavelmente de uma ênfase dramática característica do personagem e de um elemento da sua particular estratégia de renúncia, mas não de uma impostura. Ainda que não soubesse que se desenvolvia no país a placenta de um golpe contra a democracia, Suárez não ignorava que as intrigas contra ele também eram perigosas para a democracia, porque pretendiam tirá-lo do poder sem passar por eleições e forçando ao máximo as engrenagens de um jogo recém-iniciado; não ignorava (ou pelo menos desconfiava) que estavam preparando um voto de censura para derrubá-lo; não ignorava (ou pelo menos desconfiava) que esse voto poderia obter o apoio de uma parte do seu partido, e que portanto poderia vencer; não ignorava que para muitos a censura devia entregar a presidência a um general à frente de um governo de coalizão ou concentração ou unidade; não ignorava que o rei via com bons olhos ou considerava seriamente a manobra, ou pelo menos permitia que alguns pensassem que a via com bons olhos ou a considerava seriamente; não ignorava que o militar mais verossímil para levá-la a cabo era Alfonso Armada e que, apesar da sua oposição, o rei estava fazendo o possível para trazer de volta o seu antigo secretário a Madri como subchefe do Estado-Maior do Exército. Tudo isso sem dúvida lhe pareceu perigoso para o seu futuro, mas — já que isso significava forçar as engrenagens recém-estreadas do jogo democrático envolvendo o Exército numa operação que abria as portas da política Para militares resistentes a aderir ao sistema de liberdades, senão impacientes para destruí-lo — também lhe pareceu perigoso para o futuro da democracia: Suárez conhecia as suas normas e, embora não lidasse bem com elas, ele tinha inventado o jogo ou considerava que o tinha inventado e não estava disposto a permitir que este fracassasse, pela simples razão de ter sido seu inventor. Para não correr o risco de que o jogo fracassasse, renunciou.

Mas, a despeito de estar politicamente acabado e pessoalmente abalado, ele também renunciou pela mesma razão que qualquer outro político puro: para poder continuar jogando; ou seja: para não ser expulso da mesa de jogo e ver-se obrigado a sair do cassino pela Porta

dos fundos e sem possibilidade de voltar. De fato, é possível que Suárez, ao apresentar sua renúncia, tenha pretendido imitar uma virada triunfal de Felipe González, que em maio de 1979 deixou a direção do PSOE, discordando de que o partido ainda se definisse como marxista, e quatro meses mais tarde, uma vez que o PSOE não conseguiu substituí-lo e apagou o termo “marxista” dos seus estatutos, voltou ao cargo sob aclamação geral.¹ É possível que Suárez tenha tentado provocar uma reação semelhante em seu partido; se era assim, quase conseguiu. Em 29 de janeiro, bem no dia em que anunciou sua renúncia à presidência pela televisão, estava previsto o início do segundo congresso da UCD em Palma de Mallorca; a estratégia de Suárez talvez consistisse em anunciar de surpresa a sua renúncia durante a jornada inaugural e esperar que a comoção provocada desencadeasse uma revolta das bases da organização contra os dirigentes que lhe devolveria diretamente ou em poucos meses o comando do partido e do governo. O acaso (provavelmente combinado com a astúcia de algum dos seus adversários no governo) desbaratou os seus planos: uma greve de controladores aéreos fez o congresso ser adiado por alguns dias no momento em que Suárez já havia comunicado a vários ministros e dirigentes do partido sua intenção de se demitir, e o resultado desse contratempo foi que, convencido de que a novidade não poderia ser mantida em segredo durante tanto tempo, teve que anunciar sua renúncia antes do previsto, de forma que, quando o congresso finalmente se realizou, na primeira semana de fevereiro, o tempo transcorrido já havia amortecido o impacto da notícia, que não foi suficiente para recuperar o poder perdido, mas sim para conseguir o controle da direção da UCD, para ser o membro do partido mais votado por seus companheiros e para que o congresso o aplaudisse calorosamente de pé.

Há talvez outra razão para que Suárez tenha renunciado, talvez mais decisiva que todas as anteriores, porque constitui seu fundamento e porque lhes dá um sentido adicional e mais profundo: Suárez renunciou à presidência do governo para se legitimar na presidência do governo. É um paradoxo, mas Suárez é um personagem paradoxal, e de certo modo os quase cinco anos em que permaneceu no poder não foram para ele mais do que isto: uma luta permanente, agônica e definitivamente inútil para se legitimar como presidente do governo. Em julho de 1976, quando o rei o encarregou de assumir o comando da reforma política, Suárez

sabia que era um presidente do governo legal, mas não ignorava que — como ele mesmo disse a um jornalista que o abordou poucas horas depois da nomeação — não era um presidente legítimo, porque não estava respaldado pelos votos dos cidadãos para realizar a reforma; em dezembro de 1976, quando ganhou por maioria esmagadora o referendo sobre a Lei para a Reforma Política — o instrumento legal que permitia realizar a reforma —, Suárez sabia que essa vitória o legitimava para fazer a passagem da ditadura para a democracia ou para alguma forma de democracia, porém não ignorava que não estava legitimado como presidente, porque tinha sido escolhido pelo rei, e um presidente do governo só era legítimo depois de ter sido eleito pelos cidadãos em eleições livres; em junho de 1977, quando venceu as primeiras eleições livres, Suárez sabia que era um presidente democrático porque tinha a legitimidade do voto dos cidadãos, contudo não ignorava que carecia da legitimidade das leis, porque ainda governava com as leis do franquismo e não com as da democracia; em março de 1979, quando venceu as primeiras eleições realizadas depois da aprovação da Constituição, Suárez sabia que contava com toda a legitimidade dos votos e das leis, mas não com legitimidade moral, porque só então a classe dirigente inteira se mobilizou para lembrar-lhe — e talvez ele tenha repetido para si mesmo, e contra si mesmo não havia defesa — que nunca tinha deixado de ser o moleque de recados do rei, um falangistinha provinciano, um arrivista do franquismo, um mequetrefe consumido pela ambição, um espertinho sem capacidade intelectual para presidir o governo que nunca concebeu a política a não ser como um instrumento de benefício pessoal, e cuja cobiça insensata de poder o mantinha amarrado à presidência enquanto ao seu redor o país caía aos pedaços. Assim, desde a primavera de 1979 Suárez sabia que tinha toda a legitimidade política para governar, no entanto só um ano mais tarde descobriu que carecia de legitimidade moral (ou que o haviam despojado dela): a única forma que encontrou de obtê-la foi renunciando.

Esse é o significado real do seu discurso de despedida na televisão, um discurso que contém uma resposta individual às recriminações natalinas do rei e uma recriminação coletiva à classe dirigente que lhe negou a legitimidade desejada, mas que contém, acima de tudo, uma reivindicação da sua integridade política, o que, em um, político como Suárez, refratário a distinguir o pessoal do político, também significa uma reivindicação da sua integridade pessoal. Orgulhosamente, afinal de

contas verazmente (mas só afinal de contas), Suárez começa esclarecendo o país de que sai por decisão própria, “sem que ninguém tenha me pedido”, e que o faz para demonstrar com atos (“porque as palavras parecem não ser suficientes e é preciso demonstrar com fatos o que somos e o que queremos”) que é falsa a imagem que se criou dele, de que é “uma pessoa obstinada pelo cargo”. Suárez lembra o seu papel na passagem da ditadura para democracia e afirma que não está deixando a presidência porque seus adversários o derrotaram ou porque ficou sem forças para continuar lutando, o que provavelmente não é verdade ou não é completamente verdade, mas sim porque chegou à conclusão de que sua saída do poder pode ser mais benéfica para o país que sua permanência nele o que provavelmente foi mesmo: ele quer que sua renúncia seja “um revulsivo moral” capaz de desterrar para sempre da prática política da democracia “a visceralidade”, “a desqualificação permanente das pessoas”, “o ataque irracionalmente sistemático” e “a inútil desqualificação global”: todas as agressões de que se sentiu vítima durante muitos meses. “Uma coisa muito importante tem que mudar em nossas atitudes e comportamentos”, afirma. “E eu quero contribuir com a minha renúncia para que esta mudança seja realmente imediata.” Por outro lado, Suárez não diz que está se afastando da política — mas sim da presidência do seu partido; — pelo contrário: depois de declarar seu otimismo quanto ao futuro do país e quanto à capacidade da UCD para guiá-lo, garante que a política “vai continuar sendo a razão fundamental da minha vida”. “Agradeço a vocês pelo seu sacrifício, pela colaboração e pelas repetidas provas de confiança que me deram”, termina. “Quis corresponder a elas com a minha entrega absoluta ao trabalho e com dedicação, abnegação e generosidade. Prometo a vocês que onde quer que esteja me mantereis identificado com as suas aspirações. Que sempre estarei do seu lado e que tentarei, na medida das minhas forças, prosseguir na mesma linha e com o mesmo espírito de trabalho. Obrigado a todos e por tudo.”

Repito: o discurso, incluindo os bons propósitos e a retórica emotiva, pretende ser uma declaração moral além de política. Nada nos autoriza a duvidar da sua sinceridade: deixando a presidência, Suárez tenta dignificar a democracia (e, em certo sentido, protegê-la); mas às razões de ética política se acrescentam razões de estratégia pessoal: para Suárez, renunciar é também uma forma de se proteger e de se dignificar, recuperando o amor-próprio e o seu melhor eu no intuito de preparar um

retorno ao poder. É por isso que eu disse anteriormente que renunciar à presidência foi a sua última tentativa de se legitimar na presidência. Corrijo agora. Não foi a última tentativa: foi a penúltima. A última foi na tarde de 23 de fevereiro, quando, sentado em sua poltrona enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário da Câmara e as palavras não eram mais suficientes e era preciso demonstrar com atos o que era e o que queria, ele disse à classe política e a todo o país que, embora tivesse o pedigree democrático mais sujo do grande esgoto madrilenho e tivesse sido um falangistinha provinciano e um arrivista do franquismo e um mequetrefe sem formação, estava mesmo disposto a arriscar a pele pela democracia.

¹ Suárez contribuiu ao seu modo para o sucesso da manobra de González, e sua contribuição demonstra que naquele momento também se importou mais com a democracia do que com o poder: uma vez demitido González, o presidente do governo teve a oportunidade de facilitar a chegada à direção do PSOE de um grupo de marxistas — Enrique Tierno Galván, Luis Gómez Llorente, Francisco Bustelo — que possivelmente derrotaria sem dificuldade nas eleições; não o fez: facilitou a volta de González porque, embora soubesse que era um adversário eleitoral de muito mais envergadura, pensava que um jovem social-democrata como ele era mais útil para a estabilidade da democracia que seus adversários. Mais uma prova de que Suárez queria acima de tudo que o jogo por ele inventado funcionasse. [N. T.]

Capítulo 7

Deixei uma pergunta no ar, e volto a ela: será que os serviços de inteligência conspiravam contra o sistema democrático no outono e no inverno de 1980? O CESID participou do golpe de Estado? Essa hipótese não é apenas literariamente irresistível, mas historicamente verossímil, e por isso permanece como um dos pontos mais controversos do 23 de fevereiro. A hipótese é verossímil porque não é raro que em períodos de mudança de regime político os serviços de inteligência — liberados dos seus antigos padrões e ainda não totalmente controlados pelos novos, ou descontentes com seus antigos padrões por permitirem o desaparecimento do antigo regime — tendam a operar de forma autônoma e a constituir focos de resistência às mudanças, organizando ou participando de manobras destinadas a impedi-las. Foi o que aconteceu em 1991, por exemplo, na União Soviética de Mikhail Gorbachev. Terá acontecido também dez anos antes, na Espanha de Adolfo Suárez? Será que em 1981 o CESID era um foco de resistência à mudança? Será que o CESID organizou o golpe de 23 de fevereiro? Participou dele?

O general Gutiérrez Mellado provavelmente tinha uma consciência mais clara que qualquer outro político espanhol do perigo que serviços de inteligência desafetos podiam representar para a democracia, pois fez boa parte de sua carreira neles e conhecia de primeira mão todos os seus interstícios; por outro lado, poucos políticos espanhóis deviam ter uma consciência mais clara que Gutiérrez Mellado da utilidade que podia representar para a democracia contar com serviços de inteligência leais aos novos governantes. Assim, em junho de 1977, quando Adolfo Suárez formou o primeiro governo democrático depois das primeiras eleições livres, Gutiérrez Mellado se propôs dotar o Estado de serviços modernos, eficazes e confiáveis. Para isso quis fundir os vários organismos de inteligência da ditadura em um único, o CESID, mas a forte resistência que seu projeto encontrou só permitiu unir os dois principais: o SECED e a terceira seção do Alto Estado-Maior do Exército. Eram serviços muito diversos: ambos eram integrados por militares, mas a terceira seção se orientava para a espionagem externa e tinha um caráter mais técnico que político, enquanto o SECED se orientava para a espionagem interna e tinha um caráter muito mais político que técnico, pois foi concebido em

meados dos anos 1960 pelo então comandante San Martín — o coronel golpista da Encouraçada Brunete durante o 23 de fevereiro — como uma espécie de polícia política encarregada de zelar pela ortodoxia franquista. O fracasso de Gutiérrez Mellado ao tentar unificar todos os organismos de inteligência se repetiu quando tentou modernizá-los: em 1981 o CESID ainda era um serviço de inteligência insuficiente e primitivo, quase artesanal; seu pessoal era escasso e sua estrutura, rudimentar: o órgão era composto por apenas setecentas pessoas, tinha pouco mais de quinze escritórios espalhados pelo país e estava estruturado em quatro divisões (Interior, Exterior, Contrainteligência e Códigos e Comunicações); no comando dessas divisões havia um diretor e um secretário-geral; à margem delas — e só fiscalizada pelo secretário-geral — havia uma unidade de elite: a AOME, unidade de operações especiais dirigida pelo comandante Cortina. Um fato insólito dá uma ideia das dificuldades que o serviço de inteligência de Gutiérrez Mellado teve que enfrentar: embora uma das principais missões que o general deu ao CESID fosse o controle das tramas golpistas e embora existisse uma área dedicada a isto na Divisão de Interior, a área de Involução, seus integrantes não estavam oficialmente autorizados a entrar nos quartéis e informar o que estava acontecendo ou sendo planejado neles (essa tarefa era exclusiva do serviço de informação da Divisão de Inteligência do Exército, a chamada Segunda Bis, que na prática bloqueava as notícias e fomentava o golpismo), de modo que tudo o que o CESID sabia sobre o Exército era de forma oficiosa, o que não impediu que em novembro de 1978, graças a um informante, o centro desarticulasse a primeira tentativa de golpe de Estado do tenente-coronel Tejero, a chamada Operação Galáxia. Um fato não menos insólito dá uma ideia da desordem que reinava no serviço de inteligência: na época do 23 de fevereiro, com pouco mais de três anos de existência, o CESID já tivera três diretores diferentes, nenhum dos quais especialista em espionagem, todos haviam sido praticamente obrigados a aceitar o cargo e todos consideravam quase indigno investigar os seus companheiros de armas. Isso significa que, além de insuficiente e primitivo, em 1981 o CESID também era um serviço de inteligência caótico e incompetente. Significará também que não era confiável?

Depois da fusão no CESID dos dois principais serviços de espionagem da ditadura, a herança que preponderou foi a do SECED — a polícia política do regime, o ramo da inteligência mais viciado no

franquismo —, mas Gutiérrez Mellado sempre procurou ter no comando do centro homens da terceira seção do Alto que gozassem de sua total confiança. Quem exercia a direção efetiva do CESID em 23 de fevereiro não era o coronel Narciso Carreras, seu diretor, mas o tenente-coronel Javier Calderón, o secretário-geral. A trajetória de Calderón é singular porque é característica de uma pequena minoria de militares que, como Gutiérrez Mellado, tentaram se libertar da dependência ideológica do franquismo e favorecer a mudança política: educado em fins dos anos 1950 na Academia Forja — uma escola militar preparatória que cultivava um falangismo com inquietações sociais da qual saíram alguns membros da futura, exígua e ilegal União Militar Democrática (UMD) —, no princípio da década de 1970 Calderón começou a trabalhar no serviço de contrainteligência da terceira seção do Alto; pouco depois foi advogado de defesa do capitão Restituto Valero, dos responsáveis pela UMD, e participou do GODSA, um gabinete de estudos ou ameaça de partido que pretendia promover uma flexibilização do regime no pós-franquismo e que apostou em Manuel Fraga como líder da reforma até que este, trocado e superado por Suárez, se ligou ao franquismo desnatado da Alianza Popular; em 1977, com a criação do CESID, Calderón se incorporou à Divisão da Contrainteligência, e em 1979 Gutiérrez Mellado fez dele o homem forte do centro. No 23 de fevereiro Calderón teve um comportamento impecável: o CESID, sob o seu comando, foi um dos poucos organismos militares que se colocaram do lado da legalidade desde o começo e de forma inequívoca, contribuindo notoriamente para impedir a entrada da Encouraçada Brunete em Madri (fato que acabou sendo crucial para a derrota dos golpistas); mais duvidoso foi seu comportamento depois do 23 de fevereiro: o CESID tivera um fracasso retumbante ao não detectar o golpe de antemão e, para não deixar o centro perder todo o crédito, nos dias seguintes ao 23 de fevereiro Calderón tentou aplacar os rumores sobre a participação de alguns dos seus homens no motim, mas o fato é que afinal mandou abrir uma investigação e expulsou aqueles em que recaíram suspeitas de conivência com os golpistas, incluindo o comandante Cortina. Essa forma de agir discutível de Calderón depois do golpe não pode, contudo, ocultar o evidente, ou seja, que em 1981 o homem forte do CESID era um dos poucos militares democratas do Exército espanhol e o seu trabalho no serviço de inteligência fez deste o oposto de um foco de resistência à mudança política: por isso os militares da ultradireita colocaram o CESID

no alvo de suas críticas; por isso o nome de Calderón figurava em todas as listas de companheiros de armas indesejáveis publicadas periodicamente; por isso ele era um homem totalmente confiável para Gutiérrez Mellado, com quem antes do 23 de fevereiro mantinha boa amizade, que se firmou depois do 23 de fevereiro e que explica por que em 1987, após a morte de um filho de Calderón devido ao consumo de drogas, o general criou uma Fundação de Ajuda ao Dependente de Drogas a cujo patronato incorporou seu amigo. Não: Gutiérrez Mellado não conseguiu montar um serviço de inteligência poderoso, unitário, moderno e eficaz, e pode-se atribuir a esse fracasso o fracasso do CESID para prever quem, quando, como e onde do 23 de fevereiro; mas o general conseguiu montar um serviço de inteligência confiável: o CESID como organismo colaborou para o fracasso do golpe de Estado e, pelo contrário, não há nenhuma prova que o vincule com seus preparativos ou com sua execução.

Nenhuma, exceto a participação de alguns de seus membros no golpe. Isso porque a essa altura já sabemos que vários agentes do CESID — certamente o capitão Gómez Iglesias, provavelmente o sargento Miguel Sales e os cabos Rafael Monge e José Moya — colaboraram com o tenente-coronel Tejero na tarde do golpe: o primeiro, persuadindo certos oficiais indecisos que serviam no Centro de Transportes da Guarda Civil de que secundassem o tenente-coronel no ataque à Câmara; os últimos, escoltando os ônibus de Tejero pelas ruas de Madri até o objetivo. Esses quatro agentes pertenciam à AOME, a unidade de elite do comandante Cortina. Terão agido de forma autônoma? Terão agido por ordem de Cortina? Já que nem Calderón nem o CESID apoiaram ou organizaram o golpe de 23 de fevereiro, será que a AOME o apoiou ou organizou? Será que Cortina o apoiou ou organizou? Essa é a pergunta que fica no ar.

Capítulo 8

Não sei se o sucesso ou o fracasso de um golpe de Estado se definem nos seus primeiros minutos; sei que às vinte e cinco para as sete da noite, dez minutos depois de começar, o golpe de Estado era um sucesso: o tenente-coronel Tejero tinha tomado a Câmara, os tanques do general Milans del Bosch patrulhavam as ruas de Valencia, os tanques da Encouraçada Brunete estavam prestes a sair de seus quartéis, o general Armada aguardava a ligação do rei na sua sala do quartel-general do Exército; às vinte e cinco para as sete da noite tudo corria como o previsto pelos golpistas, mas às vinte para as sete seus rumos se desviaram e o golpe começou a fracassar. A sorte desses cinco minutos decisivos foi decidida no palácio de La Zarzuela. Decidida pelo rei.

Desde o próprio dia 23 de fevereiro não pararam de acusar o rei de ter organizado o 23 de fevereiro, de ter estado envolvido no golpe de algum modo, de ter desejado sua vitória de algum modo. Trata-se de uma acusação absurda: se o rei tivesse organizado o golpe, se tivesse estado envolvido nele ou desejado o seu triunfo, o golpe teria, sem a menor dúvida, triunfado. A verdade é o que está evidente: o rei não organizou o golpe, ele o impediu, pela simples razão de que era a única pessoa que podia impedi-lo. Afirmar isso não equivale a afirmar que o comportamento do rei em relação ao 23 de fevereiro tenha sido irrepreensível; não foi, como não foi o da maioria da classe política: como à classe política, podem-se conceder muitos atenuantes ao rei — a juventude, a imaturidade, a inexperiência, o medo —, mas a realidade é que nos meses anteriores ao 23 de fevereiro ele fez coisas que não devia ter feito. Não devia ter abandonado a estrita neutralidade do seu papel constitucional de árbitro entre instituições. Não devia ter estimulado a substituição de Suárez. Não devia ter estimulado ou cogitado soluções alternativas a Suárez. Não devia ter falado com ninguém nem permitir que ninguém falasse com ele sobre a possibilidade de substituir o governo de Suárez por um governo de coalizão ou concentração ou unidade presidido por um militar. Não devia ter pressionado até o limite o governo para que aceitasse o general Armada como subchefe do Estado-Maior do Exército, autorizando-o a conceber e espalhar a ideia de que o trazia a Madri para torná-lo presidente de um governo de coalizão ou concentração ou unidade. Não devia ter sido ambíguo e

devia ter sido contundente: não devia ter permitido que nenhum político, que nenhum empresário, que nenhum jornalista, que nenhum militar — principalmente que nenhum militar — sequer imaginasse que ele podia apoiar manobras forçadamente constitucionais que tensionavam as dobradiças recém-instaladas da democracia, entreabrindo as portas para um Exército desejoso de acabar com ela. Como quase toda a classe política, nos meses anteriores ao 23 de fevereiro o rei se comportou de forma no mínimo imprudente e — já que para os militares ele não era apenas o chefe do Estado, mas também chefe do Exército e herdeiro de Franco — sua imprudência, muito mais que a da classe política, deu asas aos partidários do golpe. Mas no 23 de fevereiro foi o rei quem as cortou.

Não é fácil reconstruir o que aconteceu em La Zarzuela durante os primeiros quinze minutos do golpe; foram momentos de enorme confusão: o problema não é só que os testemunhos dos protagonistas sejam poucos ou se contradigam; é que às vezes os protagonistas se contradizem a si mesmos. Uso o plural deliberadamente: o protagonismo não foi só do rei; também foi — de forma secundária, mas apreciável — do seu secretário, Sabino Fernández Campo, teoricamente a terceira autoridade da Casa do Rei, mas na prática a primeira. Na época Fernández Campo era um general com experiência política, com conhecimentos jurídicos e com amplas relações militares, que não pertencia à aristocracia monárquica e que, quatro anos antes, havia substituído no cargo o general Armada, com quem a princípio manteve uma excelente relação que nos meses anteriores ao golpe foi se deteriorando, provavelmente porque, depois de alguns anos de afastamento do palácio, Armada conseguira se reaproximar do rei, e sua sombra começava a pairar outra vez sobre La Zarzuela. Foi Fernández Campo que, na tarde de 23 de fevereiro, depois de ouvir o tiroteio na Câmara pelo rádio, avisou o rei, que estava jogando uma partida de *squash* com um amigo e, da mesma forma que seu secretário, entendeu desde o primeiro momento que estava diante de um golpe de Estado. O que aconteceu a seguir em La Zarzuela — o que aconteceu ao longo de toda a noite em La Zarzuela — aconteceu em alguns poucos metros quadrados, no gabinete do rei e no de Fernández Campo, que era a antessala do primeiro. Este, ao chegar lá, fica sabendo praticamente ao mesmo tempo que a Câmara foi atacada e que Milans del Bosch acaba de baixar um decreto impondo o estado de exceção em Valencia e, como

Milans é um militar solidamente monarquista cuja fidelidade se esmerou em cultivar, telefona para ele; Milans o acalma ou procura acalmá-lo: não tem por que se preocupar, ele está como sempre às suas ordens, só assumiu todos os poderes na região para proteger a ordem até que se resolva o sequestro na Câmara. Enquanto o rei conversa com Milans, Fernández Campo consegue entrar em contato com Tejero graças a um membro da Guarda Real que estava à paisana na sessão de votação do novo presidente do governo e de uma cabine lhe informa o que havia ocorrido e lhe dá um número de telefone: Fernández Campo fala com Tejero, proíbe o tenente-coronel de invocar o nome do rei, como parece que fez ao irromper na Câmara, ordena que saia imediatamente de lá; antes que termine de falar, porém, Tejero desliga. Fernández Campo telefona então para o general Juste, chefe da Encouraçada Brunete. Faz isso porque sabe que a Brunete — a unidade mais poderosa, moderna e aguerrida do Exército, e a mais próxima da capital — é determinante para a vitória ou a derrota de um golpe; faz isso também porque mantém uma amizade de muitos anos com Juste. Depois do imprevisto tiroteio na Câmara, que deu ao que pretendia ser um golpe brando a cenografia de um golpe duro, o diálogo entre Juste e Fernández Campo constitui um segundo revés para os golpistas e o movimento inicial da desmontagem do golpe. No começo da conversa nenhum dos dois generais fala abertamente, em parte porque ambos ignoram de que lado do golpe vai se situar o interlocutor, mas principalmente porque Juste está no seu escritório em companhia do general Torres Rojas e do coronel San Martín, que, junto com o comandante Pardo Zancada, encabeçam a sublevação na Brunete e o convenceram a mandar as tropas avançar sobre Madri com o argumento de que a operação foi ordenada por Milans, tem o apoio do rei e é liderada por Armada em La Zarzuela; Torres Rojas e San Martín vigiam as palavras que Juste diz a Fernández Campo, e estas fluem com dificuldade em direção ao telefone, sinuosas e infestadas de subentendidos, até que o chefe da Brunete menciona o nome de Armada e de repente tudo parece fazer sentido: Juste pergunta a Fernández Campo se Armada se encontra em La Zarzuela, e Fernández Campo responde que não; em seguida Juste pergunta se estão esperando Armada em La Zarzuela, e Fernández Campo volta a responder que não; em seguida Juste diz: “Ah. Isso muda tudo”.

Assim começa o contragolpe. A conversa entre Juste e Fernández Campo se prolonga por mais alguns minutos, ao fim dos quais o chefe da

Brunete percebe que Torres Rojas, San Martín e Pardo Zancada o enganaram e que o rei não deu seu aval à operação; Juste põe o telefone no gancho, volta a pegá-lo e liga para o seu superior hierárquico imediato e máxima autoridade militar da região de Madri: o general Guillermo Quintana Lacaci. Àquela altura Quintana Lacaci já tinha falado rapidamente com o rei; como todos os comandantes, Quintana Lacaci é um franquista sem hesitações, mas, ao contrário do que fazem quase todos os outros comandantes nas horas seguintes, se colocou sem hesitações sob as ordens do rei para fazer o que ele ordenasse: parar o golpe ou mandar os tanques para a rua; o rei agradeceu sua lealdade e ordenou que não deslocasse as tropas, de forma que, quando Quintana Lacaci recebe a ligação de Juste anunciando que a Brunete vai ocupar Madri por ordem de Milans, o comandante se encoleriza: seu subordinado quebrou a cadeia de comando e deu uma ordem de enorme importância sem consultá-lo; ele manda que a revogue: que mantenha a divisão aquartelada e obrigue a retornar as unidades que já foram para a rua ou se preparam para fazê-lo. Juste acata a ordem, e a partir desse momento começa a recuar, ou pelo menos tenta; tenta sem muita fé, sem muita energia, amedrontado pelo espírito de rebelião que se apoderou do quartel-general da Brunete e pela proximidade intimidante de Torres Rojas e San Martín — que, por sua vez, paralisados pela vertigem ou pelo medo, tampouco encontram energia nem fé suficientes para assumir o comando da unidade e impedir o golpe —, de modo que é Quintana Lacaci quem inicia uma violenta luta telefônica, pontuada por gritos, ameaças, insultos e apelos à disciplina, com os chefes de regimento da Brunete, que minutos antes tinham obedecido eufóricos à ordem de tomar Madri e agora se negam a obedecer à contraordem ou atrasam ao máximo, com desculpas, evasivas e detalhismos castrenses, o momento de fazê-lo, na esperança de que a enchente militar transborde dos quartéis e alague a capital e logo a seguir o país inteiro. Isso, porém, não acontece, embora durante toda a tarde, a noite e a madrugada de 23 de fevereiro pareça a ponto de acontecer, e só não acontece porque, quinze minutos depois do ataque à Câmara, Quintana Lacaci (ou Juste e Quintana Lacaci, ou Juste e Quintana Lacaci por ordem do rei) acionou a engrenagem do contragolpe em Madri: mas principalmente porque simultaneamente ocorreu um fato ainda mais importante, que desbarata por completo os planos dos golpistas: o rei (ou Fernández Campo, ou o

rei e Fernández Campo) não autorizou o general Armada a ir até La Zarzuela.

O rei e Armada conversaram pelo telefone logo depois que o rei falou com Milans e com Quintana Lacaci, mas não foi Armada quem ligou para o rei; este que, exatamente como os golpistas tinham previsto (ou exatamente como Armada tinha previsto), ligou para Armada. Que tenha ligado, e que tenha ligado antes para Milans e Quintana Lacaci, é uma coisa lógica: Armada está no quartel-general do Exército, no palácio de La Buenavista, e o rei telefona porque quer manter sob controle a cúpula do Exército e saber as notícias de que esta dispõe; mas provavelmente não telefona só para isso, provavelmente não procura apenas poder e informação: como está assustado, como sabe que aquilo é um golpe mas não sabe se é com ele ou contra ele e talvez não consiga pensar em nada a não ser em conservar a Coroa que lhe custou tantos anos de esforços, naqueles instantes de pânico e desconcerto o rei provavelmente procura também (ou sobretudo) amparo. As três coisas que Armada pode lhe proporcionar. Ou pelo menos é lógico que o rei pense que pode lhe proporcionar Armada, seu antigo preceptor, seu secretário de sempre, o homem que durante anos o tirou de tantos apuros e esteve ao seu lado no momento difícil de restaurar a monarquia, o homem a quem, cedendo às pressões de Adolfo Suárez, tirou do seu cargo de sempre na Casa do Rei havia menos de um lustro e a quem volta a ouvir desde que decidiu prescindir de Adolfo Suárez, o homem que tantas vezes o advertira nos últimos meses sobre o perigo de um golpe de Estado cujos fios conhece ou intui e talvez possa cortar, e que tantas vezes e com tanta veemência lhe recomendou uma virada de leme para conjurar esse perigo, o homem que mandou chamar a Madri contra a vontade de Adolfo Suárez para ser subchefe do Estado-Maior do Exército e assim tê-lo mais perto e disponível e talvez — ou pelo menos é o que deseja ou imagina Armada, como desejam ou imaginam tantos outros — para que dirija a virada de leme presidindo um governo de unidade e, em qualquer caso, para que o informe e aconselhe e controle as Forças Armadas e acalme o seu mal-estar, e eventualmente para que o ajude numa situação como aquela. De modo que, menos de quinze minutos depois do início do golpe, o rei liga para o quartel-general do Exército e, após falar com o chefe do Estado-Maior, general Gabeiras, pede que chamem o general Armada, que está sentado ao lado deste. A conversa entre o rei e Armada é breve. Da

mesma forma que Milans fez minutos antes, Armada tenta tranquilizar o rei: a situação é grave, diz, mas não desesperada; ele pode explicar tudo. Subo até a minha sala, pego uns papéis e vou para La Zarzuela, senhor. O rei mal tinha terminado de ouvir essas palavras (ou ainda terminava de ouvi-las e, desejoso de que Armada conte o que sabe, está a ponto de dizer: Sim, venha para cá, Alfonso) quando Fernández Campo entra no gabinete e o interroga em silêncio. É Armada, responde o rei, tapando o fone com a mão. Quer vir. Neste momento Fernández Campo, que acaba de falar com Juste e vem correndo ao gabinete do rei lhe contar a conversa, deve pensar duas coisas ao mesmo tempo: a primeira é que, se permitirem que Armada entre em La Zarzuela, ele pode tomar conta do palácio, porque numa situação de emergência como aquela o rei talvez prefira confiar no seu secretário de toda a vida, relegando-o a segundo plano, pois está há apenas quatro anos no cargo; a segunda é que, como Juste acaba de lhe dizer, os rebeldes afirmam que Armada está em La Zarzuela dirigindo a operação com o consentimento do rei, o que significa que o antigo secretário está envolvido no golpe ou relacionado de algum modo a ele ou tem intenção de tirar proveito dele. Os dois pensamentos convencem Fernández Campo de que tem que impedir Armada de entrar em La Zarzuela, de modo que fala com o rei e depois lhe pede o telefone e assume a palavra. É Sabino, Alfonso, diz ele a Armada. Fernández Campo não pergunta a Armada por que Juste mencionou o seu nome, por que os golpistas da Brunete o invocam, por que lhe atribuem a direção do golpe, mas Armada repete o que já disse ao rei: a situação é grave, mas não desesperada; ele pode explicar tudo. Subo até a minha sala, pego uns papéis e vou para La Zarzuela, Sabino. E é então que Fernández Campo pronuncia a frase final: Não, Alfonso. Fique aí. Se precisarmos de você, avisamos.

Acabou aí: por mais que Armada insistisse que precisava falar pessoalmente com o rei, as repetidas recusas de Fernández Campo o obrigaram a ficar no quartel-general do Exército, de forma que o antigo secretário não conseguiu chegar até o monarca e a peça fundamental do golpe não encontrou seu ponto de equilíbrio. Pois bem, o que teria acontecido se tivesse ocorrido o contrário? O que teria acontecido se essa peça também tivesse encontrado o seu ponto de encaixe? Imaginemos por um instante que encontrou. Imaginemos por um instante o que teria acontecido se tudo tivesse ocorrido como os golpistas

planejaram, ou como Armada planejou, ou como Armada e alguns golpistas podiam imaginar que aconteceria. Imaginemos por um instante que, pelos motivos que fosse, Juste não tivesse mencionado o nome de Armada na conversa com Fernández Campo; ou que o tivesse mencionado, mas Fernández Campo não tivesse desconfiado de Armada nem temido que este ocupasse o seu lugar privilegiado junto ao rei, nem que estivesse envolvido no golpe ou que quisesse tirar proveito dele; ou que, por mais que Juste tivesse mencionado o nome de Armada e Fernández Campo tivesse desconfiado dele, o rei decidisse confiar no seu velho secretário de sempre mais que no novo, ou decidisse que pelo menos precisava saber o que o seu velho secretário sabia sobre o golpe e como propunha enfrentá-lo. Então o rei diria a Armada pelo telefone sim, Alfonso, venha para cá, e Armada teria ido para La Zarzuela, onde sem dúvida explicaria ao rei que o que tinha acontecido era aquilo que havia meses ele estava prevendo e temendo e vinha lhe anunciando, explicaria que, apesar do tiroteio na Câmara, tinha certeza de que o intuito dos rebeldes era bom e monárquico e de que ele ainda podia represar aquela efusão militar — “reconduzir” é o verbo que provavelmente empregaria — em benefício do país e da Coroa. A seguir, talvez, ocorreria em La Zarzuela um pequeno e silencioso e quase invisível golpe palaciano, e a autoridade e a influência de Fernández Campo seriam substituídas pela influência e pela autoridade de Armada, e a seguir o rei (ou o rei aconselhado por Armada) ordenaria talvez à Junta de Chefes de Estado-Maior que, à espera de que se resolvesse o problema da ocupação da Câmara e os parlamentares fossem libertados, assumisse todos os poderes do governo, e talvez também ordenasse aos comandantes que, a fim de manter a calma nas ruas e proteger a democracia, imitassem Milans del Bosch e tomassem o controle das suas respectivas regiões militares, e a Junta de Chefes de Estado-Maior e os comandantes teriam obedecido sem hesitar, não só porque era o que ordenava o chefe das Forças Armadas e chefe de Estado herdeiro de Franco, mas porque aquilo que o herdeiro de Franco e o chefe de Estado e das Forças Armadas ordenava era o que quase todos eles desejavam fazer havia muito tempo. Depois, uma vez garantidos o controle das instituições e a ordem das cidades, ou, ao mesmo tempo que se garantiam as duas coisas, uma unidade da Brunete talvez fosse substituir os guardas-civis do tenente-coronel Tejero e montar um cerco discreto à Câmara ocupada, limpando os arredores e retendo o governo

e os deputados da forma menos pomposa e humilhante possível enquanto esperavam o enviado do rei, Depois Armada compareceria à Câmara como enviado do rei e, com o apoio de todo o Exército, se reuniria com os principais líderes políticos, concordaria com eles que aquela situação de força era totalmente inaceitável e os convenceria de que a única forma de resolvê-la e, sobretudo, de salvar a democracia ameaçada consistia em formar um governo de coalizão ou concentração ou unidade presidido por ele mesmo, o recurso que todos estiveram cogitando nos últimos meses para tirar a nação do precipício onde todos sabiam que estava caindo. E depois, já persuadidos o governo e os deputados de que aquela era a melhor ou a única solução possível para aquela emergência (uma solução que tinha a aprovação do rei ou que o rei não recusaria se a Câmara aprovasse), todos recuperariam a liberdade e naquela mesma tarde ou naquela mesma noite ou no dia seguinte, com os militares de volta aos quartéis ou ainda nas ruas, seria reiniciada a sessão de votação interrompida pelo tenente-coronel Tejero, só que o presidente eleito não seria mais Leopoldo Calvo Sotelo e sim Alfonso Armada, que a seguir formaria o seu governo, um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade, um governo forte, estável e de todos, que enfrentaria com eficiência os grandes problemas da Espanha — o terrorismo, a desintegração do Estado, a crise econômica, a perda de valores —, e que não tranquilizaria somente os militares e a classe política, os empresários e os financistas, Roma e Washington, mas também o conjunto da população, que em pouco tempo iria se manifestar em todas as capitais comemorando o resultado feliz do golpe e a continuidade da democracia, e que aplaudiria a atitude judiciosa do rei como impulsor da nova etapa política e aumentaria a sua confiança na monarquia como instituição indispensável para tirar o país do atoleiro a que fora levado pelos erros e a irresponsabilidade temerária de alguns políticos.



Isso é mais ou menos o que poderia ter acontecido se Armada tivesse entrado em La Zarzuela e convencido o rei, e a última peça do golpe tivesse encontrado o seu ponto de encaixe. Quero dizer: isso é

mais ou menos o que Armada podia imaginar que aconteceria se o seu projeto de golpe brando fosse vitorioso; outros golpistas, muitos outros golpistas, imaginavam um golpe duro — com as eleições proscritas, os partidos políticos proscritos, os governos autônomos proscritos, a democracia proscrita —, mas o que o cabeça político do golpe imaginava ou podia imaginar era mais ou menos isso. Provavelmente era uma ideia disparatada.

Provavelmente era um plano desatinado. Agora, quando sabemos que falhou, é fácil pensar assim; na verdade era um plano imprevisível — entre outras razões porque existe uma regra universal que diz que, uma vez que os militares saem dos quartéis, não é fácil fazê-los voltar, e porque o mais provável é que, se vencesse, o golpe brando teria sido apenas a antessala do golpe duro —, mas não tenho tanta certeza de que fosse disparatado: afinal não seria a primeira vez que um Parlamento democrático cede à chantagem das armas, e o plano de Armada tinha, além do mais, a virtude de disfarçar de saída negociada o sequestro da Câmara e de operação de salvamento da democracia o que na realidade era um simples golpe contra a democracia. Não deu certo, e não deu certo principalmente porque nos primeiros minutos do golpe, quando estava sendo definido o seu sucesso ou seu fracasso, aconteceram dois fatos imprevistos: o primeiro é que o sequestro da Câmara não foi realizado com a descrição planejada e degenerou em tiroteio, o que maculou com uma estética de golpe duro o que pretendia ser um golpe brando e impediu o aval do rei, impossibilitando-o de transigir por princípio com uma manobra política cuja carta de apresentação era uma agressão tão estridente; o segundo é que o nome de Armada apareceu na boca dos golpistas antes que o general tivesse a chance de explicar ao rei a natureza do golpe e fazer sua proposta de acordo, e a desconfiança que a menção a Armada provocou no rei e em Fernández Campo, com o adendo da rivalidade entre Fernández Campo e Armada, fez com que ambos decidissem manter o antigo secretário longe de La Zarzuela. E foi assim que, quinze minutos depois de ter começado, o golpe encalhou.

Terceira parte

UM REVOLUCIONÁRIO PERANTE O GOLPE

A imagem, congelada, mostra o plenário da Câmara dos Deputados deserto. Não, a imagem está congelada, mas o plenário (melhor dizendo: a ala direita, que é a que a imagem de fato mostra) não está deserto: Adolfo Suárez permanece sentado na sua poltrona azul de presidente, ainda statuário e espectral. Mas já não está sozinho: transcorreram dois minutos desde a irrupção do tenente-coronel Tejero na Câmara e, ao lado do presidente, à sua direita, está sentado o general Gutiérrez Mellado; mais à direita, três ministros acabam de ocupar suas poltronas também azuis, seguindo o exemplo de ambos; à esquerda, no hall de entrada, no semicírculo central, um grupo de guardas-civis intimida o plenário com suas armas. Uma luz aquosa, escassa e irreal envolve a cena, é como se ela transcorresse no interior de um lago ou no interior de um pesadelo, ou como se só estivesse iluminada pela penca barroca de globos de luz pendurada em uma parede, no canto superior direito da imagem.

Que de repente se descongela: eu a descongelo. Agora, no silêncio crepitante e temeroso do plenário, os guardas-civis perambulam pelo hall de entrada, pelo semicírculo central, pelas quatro escadarias de acesso às bancadas, ainda procurando o seu lugar no dispositivo do sequestro; acima de Adolfo Suárez e da fileira de ministros sentados junto a ele, entre a vermelha desolação de bancos vazios, aparecem uma, duas, três, quatro tímidas cabeças de deputados que se debatem entre a curiosidade e o medo. Em seguida o plano muda, e pela primeira vez temos uma imagem da ala esquerda do plenário, onde, além de alguns ministros, costumam ficar os deputados do Partido Socialista e do Partido Comunista. O que vemos agora é curiosamente parecido e curiosamente diferente do que vimos até então, quase como se o que acontece na ala esquerda do plenário fosse um reflexo invertido do que acontece na ala direita. Aqui, na ala esquerda, todas as poltronas azuis do governo estão vazias; também estão todos os assentos vermelhos dos deputados, ou todos menos um: no canto superior da imagem, na primeira cadeira da sétima fila, bem ao lado da tribuna em cujo

assoalho se amontoam os repórteres que cobrem o parlamento, um deputado permanece sentado e fumando. Esse deputado tem 66 anos, uma expressão e um olhar rochosos atrás dos seus óculos de aros metálicos, uma testa tão ampla que é quase uma calvície; está de terno escuro, gravata escura, camisa branca. É Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista: como Suárez, como Gutiérrez Mellado, Carrillo também desobedeceu à ordem de se jogar no chão e ficou sentado enquanto as balas alvejavam o plenário e os seus colegas procuravam refúgio debaixo dos bancos. Desobedeceu à ordem e agora, transcorridos dois minutos de tiroteio, vai desobedecer de novo: depois que um guarda-civil passa ao seu lado sem lhe dirigir a palavra, sem sequer olhar para ele, um sequestrador invisível para nós lhe ordena que faça como seus colegas e se jogue no chão; Carrillo insinua obedecer, mas não obedece: remexe-se um pouco no assento, parece que vai se deitar ou se ajoelhar, mas afinal se coloca de lado, com o braço que está segurando o cigarro apoiado no parapeito, numa posição tão estranha quanto forçada que lhe permite fingir para o sequestrador que obedeceu à ordem sem ter obedecido de verdade.

O plano volta a mudar: a imagem mostra de novo a ala direita do plenário, onde se encontram Suárez, Gutiérrez Mellado, alguns ministros do governo e os deputados do partido que o apoia. Nada de substancial mudou, exceto que há cada vez mais cabeças de deputados pontilhando o deserto vermelho de bancos vazios: enquanto o plano da ala direita se alterna com um plano frontal da presidência da Câmara (em cuja escadaria de acesso continua deitado o secretário Víctor Carrascal, que se refugiou ali porque o ataque o surpreendeu na tribuna lendo a lista dos deputados para a votação), Suárez e os ministros alinhados na mesma direção continuam em suas poltronas, os guardas-civis continuam perambulando para cima e para baixo no plenário, de vez em quando se ouvem suas vozes de comando e seus comentários ininteligíveis. Justamente atrás de um deles aparece na parte inferior esquerda da imagem, terminando de descer uma das escadarias de acesso aos bancos, uma mulher conduzida pelo braço por um guarda-civil; os dois atravessam o semicírculo central, desviando-se dos corpos dos meirinhos e taquígrafos estendidos no chão, e desaparecem pelo canto inferior direito da imagem, em direção à

saída do plenário. A mulher é Anna Balletbó, deputada socialista por Barcelona: que está grávida de muitos meses e a quem os sequestradores deixam em liberdade. Assim que a deputada sai, ouve-se no plenário um estrondo de vidros quebrados; o barulho assusta os guardas e suas metralhadoras apontam para a parte de cima do salão, e os deputados também se viram em uníssono para lá, mas no mesmo instante — porque não passou de um incidente banal: na certa uma consequência tardia do tiroteio do princípio — tudo volta a ficar como antes, o silêncio volta a ser como antes e o plano volta a mudar e a imagem volta a mostrar Santiago Carrillo em meio a uma rubra desolação de bancos vazios, velho, desobediente e fumando, sentado sozinho na ala esquerda do plenário. Em seguida, por ordem de um guarda, na primeira fileira de poltronas alguns ministros se levantam e ocupam seus lugares, com os rostos desfigurados, as mãos humilhantermente visíveis sobre o parapeito: reconhecemos Rodolfo Martín Villa, ministro da Administração Territorial; José Luis Álvarez, ministro dos Transportes; litigo Caveró, ministro da Cultura; Alberto Oliart, da Saúde; Luis González Seara, ministro da Pesquisa e Universidades. Quando o plano muda de novo e a câmara mostra outra vez uma imagem da ala direita do plenário, o olhar repara numa coisa que até então havia passado despercebida: bem atrás de Adolfo Suárez, na escadaria lateral de acesso às poltronas, um deputado permanece deitado de barriga para baixo desde que começaram os tiros; o olhar repara porque agora o deputado está se mexendo e, lívido e despenteado, dá a volta engatinhando enquanto Adolfo Suárez também se vira por um instante e percebe — como o percebe o olhar — que se trata de Miguel Herrero de Miñón, porta-voz do seu grupo parlamentar e um de seus críticos mais ácidos dentro da UCD. Marcial, facinoroso, de revólver em punho, segundos depois faz sua aparição no hall de entrada ao plenário um oficial da Guarda Civil: é o tenente Manuel Boza, do Subsetor de Trânsito. Em vez de entrar no plenário, o oficial fica ali, a poucos metros de Suárez, observando o plenário e observando Suárez; dá um passo à frente, depois dá outro e, quando já está bem perto do presidente, se dirige a ele com um gesto ríspido de silenciosa violência, diz alguma coisa como se o interpelasse ou como se cuspiasse nele, provavelmente o xinga; a princípio Suárez não ouve ou finge não ouvir, mas depois se vira e

por um instante os dois homens se olham em silêncio, imóveis, e no instante seguinte param de se olhar e o tenente sobe pela escadaria lateral e se perde na parte superior do plenário. Um pouco mais tarde se ouvem vozes nítidas de comando (nítidas, mas também indecifráveis), e a seguir começa a soar um rumor surdo de marejada enquanto as imagens mostram alternadamente a ala direita e a ala esquerda do plenário, como se quisessem oferecer uma visão panorâmica do que está acontecendo; e o que está acontecendo é que, obedecendo à ordem de um dos sequestradores, as mais de duas centenas de pessoas que até este momento continuam deitadas no chão começam a se levantar e a voltar aos seus lugares: na ala esquerda o fazem primeiro os jornalistas na tribuna de imprensa, em seguida os membros do grupo comunista e finalmente os do socialista, de forma que em poucos segundos todos os deputados voltam a estar visíveis em seus lugares.

Todos, incluindo Santiago Carrillo, que, ao contrário dos outros, não teve necessidade de se levantar porque não se deitou. E que continua fumando enquanto a imagem se congela.

Capítulo 1

É o terceiro homem, o terceiro gesto; um gesto diáfano, como os dois anteriores, mas também um gesto duplo, reiterado: quando os golpistas interrompem a sessão de votação Carrillo desobedece à ordem genérica de se deitar e permanece em sua poltrona enquanto os guardas-civis atiram no plenário, e dois minutos depois desobedece à ordem concreta de um dos sequestradores e permanece em sua poltrona enquanto finge se deitar. Como o de Suárez, como o de Gutiérrez Mellado, o gesto de Carrillo não é um gesto infeliz nem irrefletido: Carrillo se nega a obedecer aos golpistas com total deliberação; como o gesto de Suárez e o de Gutiérrez Mellado, o gesto de Carrillo é um gesto que contém muitos gestos. É um gesto de coragem, um gesto de graça, um gesto de rebeldia, um gesto soberano de liberdade. Também é, como o de Suárez e o de Gutiérrez Mellado, um gesto por assim dizer póstumo, o gesto de um homem que sabe que vai morrer ou que já está morto; da mesma forma que muitos deputados, assim que vê o tenente-coronel Tejero ele entende que aquela irrupção no plenário é o início de um golpe de Estado, e assim que começam os tiros entende que, se sobreviver ao tiroteio, os golpistas o passarão pelas armas: ele não ignora que, com exceção de Suárez e de Gutiérrez Mellado, os militares da ultradireita o odeiam mais que ninguém, pois representa aos seus olhos a quintessência do inimigo comunista. Como o gesto de Suárez, o de Carrillo é também um gesto histriônico: Carrillo é um político puro, da mesma forma que Suárez, e portanto um ator consumado, que prefere morrer em pé com um gesto elegante, fotogênico, e que sempre disse que não se jogou debaixo da poltrona na tarde de 23 de fevereiro pela mesma razão cênica, representativa e insuficiente alegada por Suárez: ele era o secretário-geral do Partido Comunista e o secretário-geral do Partido Comunista não podia se jogar no chão. Como o gesto de Gutiérrez Mellado, o de Carrillo é um gesto militar, porque Carrillo havia ingressado meio século antes no Partido Comunista como quem ingressa numa ordem militar, e toda a sua biografia o havia preparado para um momento como aquele: foi criado em uma família de revolucionários profissionais, desde que se entendia por gente era um revolucionário profissional, na juventude foi preso várias vezes, enfrentou pistoleiros políticos, sobreviveu a uma condenação à morte, conhecia o fragor do

combate, a brutalidade de três anos de guerra e o desarraigo de quarenta de exílio e clandestinidade. E provavelmente há mais: provavelmente há outra semelhança entre o gesto de Carrillo e o de Gutiérrez Mellado, uma semelhança menos aparente, porém mais profunda.



Como Gutiérrez Mellado, Carrillo pertence à geração que fez a guerra; como Gutiérrez Mellado, Carrillo, embora tenha defendido uma república democrática durante a guerra, só acreditou na democracia a partir de certa idade; como Gutiérrez Mellado, Carrillo quando jovem participou de um levante armado contra o governo da república, a revolta de Astúrias, de cujo comitê revolucionário fez parte com apenas dezenove anos; como Gutiérrez Mellado, Carrillo jamais se arrependeu publicamente de ter se rebelado contra a legalidade democrática, mas, também como Gutiérrez Mellado, pelo menos desde meados dos anos 1970 não fez outra coisa além de arrepender-se na prática de ter participado dessa rebelião. Não pretendo comparar a desesperada revolta de proletários promovida por Carrillo em outubro de 1934 com o golpe militar de potentados promovido por Gutiérrez Mellado em julho de 1936; só afirmo que, por mais compreensível que seja — e não faltam

motivos para compreendê-la —, essa revolta foi um erro e, principalmente a partir do momento em que a transição se iniciou e os comunistas começaram a desempenhar um papel decisivo nela, Carrillo tratou-a como tal, desativando os mecanismos ideológicos e políticos que pudessem levar à repetição daquele erro, um pouco da mesma maneira, desde que chegou ao governo, Gutiérrez Mellado se esforçou para desativar os mecanismos ideológicos e políticos do Exército que quarenta anos antes tinham provocado a guerra. Não é só isso: Carrillo — e com ele toda a velha guarda do Partido Comunista — também renunciou a ajustar contas com um passado ignominioso de guerra, repressão e exílio, como se considerasse que tentar ajustar contas com os que tinham cometido o erro de passar quarenta anos ajustando contas fosse uma forma de somar mais ignomínia à ignomínia, ou como se tivesse lido Max Weber e sentisse como ele que não há nada mais abjeto que praticar uma ética que só quer ter razão e que, em vez de se dedicar a construir um futuro justo e livre, só pretende discutir os erros de um passado injusto e escravo a fim de tirar vantagens morais e materiais da confissão de culpa alheia. À frente da velha guarda comunista, durante a transição e para possibilitar a democracia, Carrillo assinou um pacto com os vencedores da guerra e administradores da ditadura que incluía a renúncia a usar politicamente o passado, mas não o fez por ter esquecido a guerra e a ditadura, e sim porque se lembrava muito bem delas e estava disposto a qualquer coisa para evitar que se repetissem, desde que os vencedores da guerra e administradores da ditadura aceitassem acabar com a ditadura e substituí-la por um sistema político que incluísse vencedores e vencidos e que fosse no essencial idêntico ao sistema que os derrotados tinham defendido na guerra. A qualquer coisa, ou a quase qualquer coisa, estava disposto Carrillo: a renunciar ao mito da revolução, ao ideal igualitarista do comunismo, à nostalgia da república derrotada, à própria ideia de justiça histórica... Porque o que a justiça ditava quando Franco morreu era o retorno da legitimidade republicana violada quarenta anos antes por um golpe de Estado e a guerra subsequente, o julgamento dos responsáveis pelo franquismo e a reparação completa de suas vítimas; Carrillo renunciou a todas essas coisas, e não só porque não dispunha de força para impô-las, mas também porque entendia que muitas vezes os ideais mais nobres dos homens são incompatíveis entre si e que naquele momento tentar impor na Espanha o triunfo absoluto da justiça era correr o risco de provocar

uma derrota absoluta da liberdade, transformando a justiça absoluta na pior das injustiças. Muitos esquerdistas, partidários do *Fiat iustitia et pereat mundus*,¹ condenaram amargamente essas renúncias, que para eles eram uma forma de traição; não as perdoaram, da mesma forma que muitos direitistas não perdoaram as renúncias de Suárez e Gutiérrez Mellado: como toda a velha guarda comunista, para construir a democracia Carrillo renunciou aos seus ideais de toda uma vida e escolheu a concórdia e a liberdade em detrimento da justiça e da revolução, e desse modo também se tornou um profissional da demolição e do desmonte que atingiu a plenitude solapando a si próprio, como um herói da retirada. Como os caluniadores de Suárez e Gutiérrez Mellado, os caluniadores de Carrillo dizem que em suas decisões havia mais cálculo de interesse pessoal e puro afã de sobrevivência política que convicção verdadeira; não sei: o que sei é que esse julgamento de intenções é politicamente irrelevante porque esquece que, por mais ignóbeis que sejam, os motivos pessoais não anulam o erro ou o acerto de uma decisão. O relevante, o politicamente relevante é que, como as decisões que tomou possibilitaram a criação de um sistema político mais justo e mais livre que qualquer outro que a Espanha já conheceria em sua história, e idêntico no essencial ao que foi derrotado na guerra (embora um fosse uma república e o outro uma monarquia, ambos eram democracias parlamentares), pelo menos nesse ponto a história deu a razão a Carrillo, cujo gesto de coragem e graça e liberdade e rebeldia diante dos golpistas na tarde de 23 de fevereiro adquire assim um significado diferente: da mesma forma que o gesto de Gutiérrez Mellado, é o gesto de um homem que, depois de ter combatido ferozmente a democracia, vai construí-la como quem expia um erro da juventude, vai construí-la destruindo as próprias ideias, vai construí-la negando os seus e negando a si mesmo, apostando tudo nela e por fim decidindo arriscar a vida por ela.

O último gesto que identifico no gesto de Carrillo não é um gesto real; é um gesto imaginado ou pelo menos um gesto que eu imagino, provavelmente de forma caprichosa. Mas, se minha imaginação fosse verídica, o gesto de Carrillo conteria um gesto de cumplicidade, ou de emulação, e sua história seria a seguinte. Carrillo está sentado no primeiro banco da sétima fila da ala esquerda do plenário; bem em frente e abaixo dele, no primeiro banco da primeira fila da ala direita, está sentado Adolfo Suárez. Quando começam os tiros, o primeiro impulso de

Carrillo é o que dita o senso comum: da mesma forma que fazem os seus companheiros da velha guarda comunista sentados ao seu lado, que como ele ingressaram no partido como quem ingressa numa tropa de abnegação e perigo e conheceram a guerra, a prisão e o exílio, e provavelmente também sentem que, se sobreviverem ao tiroteio, serão passados pelas armas, instintivamente Carrillo se dispõe a esquecer pelo momento a coragem, a graça, a liberdade, a rebeldia e até o seu instinto de ator para obedecer às ordens dos guardas e se proteger das balas embaixo da poltrona, mas, justo antes de fazer isso, percebe que à sua frente, um pouco abaixo, Adolfo Suárez continua sentado na sua poltrona de presidente, sozinho, estatuário e espectral em meio a um deserto rubro de bancos vazios. E então, deliberadamente, reflexivamente — como se entendesse num segundo o significado completo do gesto de Suárez —, decide não se jogar no chão.

¹ Que se faça justiça, mesmo que pereça o mundo. [N. T.]

Capítulo 2

É um capricho, provavelmente não é verídico, mas a realidade é que os dois eram muito mais que cúmplices: a realidade é que em fevereiro de 1981 Santiago Carrillo e Adolfo Suárez estavam ligados havia quatro anos por uma aliança que era política, mas também era mais que política, e que só a doença e o afastamento de Suárez acabariam rompendo.

A história fabrica imagens estranhas, admite com frequência o sentimentalismo e não despreza as simetrias da ficção, como se quisesse adquirir um sentido que por si mesmo não tem. Quem iria prever que a passagem da ditadura para a democracia na Espanha não seria tecida pelos partidos democráticos, e sim pelos falangistas e os comunistas, inimigos irreconciliáveis da democracia e inimigos irreconciliáveis entre si durante os três anos de guerra e os quarenta de pós-guerra? Quem iria prever que o secretário-geral do Partido Comunista no exílio se tornaria o aliado político mais fiel do último secretário-geral do Movimento, o partido único fascista? Quem iria prever que Santiago Carrillo acabaria sendo um protetor incondicional de Adolfo Suárez e um dos seus últimos amigos e confidentes? Ninguém previu, mas provavelmente não era impossível fazê-lo: por um lado, porque só os inimigos irreconciliáveis podiam reconciliar a Espanha irreconciliável de Franco; por outro, porque diferentemente de Gutiérrez Mellado e Adolfo Suárez, que eram profundamente diferentes apesar de suas semelhanças superficiais, Santiago Carrillo e Adolfo Suárez eram profundamente parecidos apesar de suas diferenças superficiais. Ambos eram políticos puros; mais que dois profissionais da política, eram profissionais do poder, porque nenhum dos dois concebia a política sem o poder ou porque ambos agiam como se a política fosse para o poder o que a gravidade é para a Terra; ambos eram burocratas que haviam progredido na hierarquia inflexível de organizações políticas regidas com métodos totalitários e inspiradas em ideologias totalitárias; ambos eram democratas convertidos, tardios e um pouco à força; ambos estavam acostumados a mandar -desde sempre: Suárez havia ocupado o seu primeiro cargo político em 1955, com 23 anos, e a partir de então foi subindo passo a passo todos os degraus do Movimento até chegar ao topo e se tornar presidente do governo; Carrillo passou mais de três

décadas dominando o Partido Comunista com uma autoridade de supremo sacerdote de uma religião clandestina, mas antes de fazer vinte anos já dirigia as juventudes socialistas, com apenas 21 assumiu o Conselho de Ordem Pública da Junta de Defesa de Madri num dos momentos mais agudos da guerra, aos 22 se integrou à Secretaria Política do PCE e daí em diante não deixou mais de ocupar postos de responsabilidade no Partido e na Internacional Comunista. Os paralelismos não terminam aí: ambos cultivavam uma visão personalista da política, ao mesmo tempo épica e estética, como se, mais que um trabalho lento, coletivo e laborioso de dobrar a resistência do real, a política fosse uma aventura solitária pontilhada de episódios dramáticos e decisões intrépidas; ambos se educaram na rua, não tinham formação universitária e desconfiavam dos intelectuais; ambos eram tão flexíveis que quase sempre se sentiam invulneráveis às inclemências do seu ofício e ambos tinham uma ambição sem complexos, uma confiança ilimitada em si mesmos, uma oscilante falta de escrúpulos e um talento reconhecido para o jogo de prestidigitação política e para a transformação de suas derrotas em vitórias. Em resumo: no fundo pareciam dois políticos gêmeos. Por volta de 1983, quando depois do golpe de Estado nem Carrillo nem Suárez eram mais os mesmos e tentavam recompor suas carreiras políticas aos trancos e barrancos, Fernando Claudín -um dos amigos e colaboradores mais íntimos de Carrillo durante quase trinta anos de militância comunista — escreveu o seguinte sobre o eterno secretário-geral: “Ele carecia dos mínimos conhecimentos de direito político e constitucional, e nunca fez nenhum esforço para adquiri-los. Tampouco eram seu forte a economia, a sociologia ou outras matérias que lhe permitissem opinar com conhecimento de causa na maior parte dos debates parlamentares. (...) Suas únicas especialidades eram a política em geral, que costuma ser traduzida em falar de tudo um pouco sem se aprofundar em nada, e a máquina do partido, na qual, certamente, ninguém podia competir com ele. Como sempre em sua vida, não encontrava tempo para o estudo, sempre absorvido em reuniões do partido, encontros, conchavos, atos de representação e demais atividades deste tipo. A vontade férrea que revelava para outros misteres, especialmente para conservar o seu poder dentro do partido e abrir espaço para ele no Estado, lhe faltava, infelizmente, para adquirir conhecimentos que dariam mais solidez ao exercício dessas funções”. Políticos gêmeos: se admitirmos que Claudín

está certo e que a citação anterior define algumas fraquezas de Santiago Carrillo, então basta substituir a palavra “partido” pela palavra “Movimento” para que defina também algumas fraquezas de Adolfo Suárez.

É possível que tais semelhanças tenham ficado evidentes para ambos assim que se conheceram no fim de fevereiro de 1977, mas é certo que nenhum dos dois teria selado o pacto que selou com o outro se ambos não tivessem entendido muito antes que eles se necessitavam mutuamente para prevalecer na política, porque naquele momento Suárez tinha o poder do franquismo, mas Carrillo tinha a legitimidade do antifranquismo, e Suárez necessitava da legitimidade tanto quanto Carrillo necessitava do poder; e outra coisa também é certa: como eram dois políticos puros, tampouco teriam selado esse pacto se não acreditassem que o país podia prescindir de sua aliança individual, mas não da aliança coletiva entre as duas Espanhas irreconciliáveis que os dois representavam, e que elas também necessitavam uma da outra. Mesmo assim, cabe supor que para Suárez, criado na claustrofobia maniqueísta da ditadura, tenha sido uma surpresa reconhecer o seu íntimo parentesco com o malfeitor oficial da ditadura; cabe supor também que a surpresa de Carrillo tenha sido ainda maior ao verificar que um jovem falangista provinciano levava vantagem diante de suas habilidades de político experiente — cuja lenda de guerra e de exílio, cujo prestígio internacional e cujo poder absoluto no partido lhe proporcionavam uma imagem de semideus — e o obrigou a liquidar em poucos meses a estratégia que havia planejado e defendido durante anos para o pós-franquismo e seguir o caminho esboçado pelo outro.

A história dessa liquidação e de suas consequências é em parte a história da passagem da ditadura para a democracia, e sem ela não se pode entender o vínculo indestrutível que uniu Santiago Carrillo e Adolfo Suárez durante anos; também não se pode entender o 23 de fevereiro; nem tampouco, talvez, o gesto gêmeo desses dois homens gêmeos na tarde de 23 de fevereiro, enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário da Câmara. A história começa em algum momento de 1976. Digamos que começa em 3 de julho de 1976, o dia em que o rei nomeou Adolfo Suárez presidente do governo em meio ao estupor geral. Àquela altura, depois de 37 anos de exílio, Santiago Carrillo estava morando clandestinamente havia seis meses em um chalé na Colonia del Viso, em Madri: convencido de que precisava entender a realidade do país e

fortalecer a organização do partido no interior para que naquele princípio do pós-franquismo os comunistas se impusessem como força política mais numerosa, mais ativa e mais bem organizada de oposição ao regime. Havia transcorrido um ano exato desde que Carrillo iniciara o desmonte ou solapamento ou demolição ideológica do PCE com o objetivo de se apresentar à sociedade espanhola como um partido moderno e livre dos velhos dogmatismos stalinistas: junto com Enrico Berlinguer e Georges Marchais — líderes dos comunistas italiano e francês —, ele tinha fundado em julho de 1975 o eurocomunismo, uma versão ambígua e heterodoxa do comunismo que proclamava sua independência da União Soviética, seu repúdio à ditadura do proletariado e seu acatamento da democracia parlamentar. Fazia três décadas exatas que o PCE havia elaborado a chamada política de reconciliação nacional, o que na prática significava que o partido renunciava a derrubar o regime pelas armas e apostava em uma greve nacional pacífica que paralisasse o país e pusesse o poder nas mãos de um governo provisório, composto por todos os partidos da oposição democrática, cuja primeira incumbência consistiria em convocar eleições livres. Mas àquela altura Carrillo já tinha consciência de que, embora continuasse sendo a política oficial do partido, as organizações antifranquistas não dispunham de força suficiente para acabar com a continuidade do franquismo naquele momento encarnada pela monarquia; também tinha consciência de que, se o objetivo era instaurar uma democracia na Espanha sem derramamento de sangue, mais cedo ou mais tarde os partidos políticos da oposição teriam que conversar com representantes do regime inclinados à reforma — já que não se podia destruir o franquismo para impor a democracia, seria preciso negociar a ruptura do franquismo com franquistas suficientemente lúcidos ou suficientemente resignados para aceitar que o único futuro do franquismo era a democracia —, uma mudança de estratégia que só começou a ser percebida na doutrina oficial do PCE quando o secretário-geral introduziu no início de 1976 um matiz terminológico no seu discurso e deixou de falar em “ruptura democrática” para falar em “ruptura negociada”.



Assim, Carrillo recebeu a notícia da inesperada designação de Suárez num momento de total incerteza e de certo desânimo, sabendo que, embora parecesse forte, seu partido ainda era frágil e que, embora parecesse frágil, o franquismo ainda era forte. Sua reação à notícia foi tão inesperada quanto a própria notícia, pelo menos para os quadros e militantes do seu partido que, da mesma forma que a oposição democrática e os reformistas do regime e a maioria da opinião pública, julgaram que a escolha do último secretário-geral do Movimento significava o fim das esperanças liberalizantes e a vitória dos reacionários do regime. Em 7 de julho, quatro dias depois da nomeação de Suárez e poucas horas depois de este anunciar pela televisão que o objetivo do seu governo era a normalização democrática (“Que os governos do futuro sejam resultado da livre vontade dos espanhóis”, disse ele), Carrillo publicou no semanário Mundo Obrero, órgão clandestino do PCE, um artigo cheio de benévolo ceticismo em relação ao novo presidente: não acreditava que Suárez fosse capaz de cumprir suas promessas, nem sequer tinha certeza de que fossem sinceras, mas reconhecia que sua linguagem e seu tom não eram os de um dirigente falangista comum e que seus bons propósitos mereciam o benefício da dúvida. “O governo Suárez”, concluía, “poderia servir para encaminhar a negociação que leve a uma ruptura negociada.”

A predição de Carrillo foi exata. Ou quase exata: Suárez não apenas encaminhou a negociação que levou à ruptura; também a formulou em termos que ninguém esperava: para Carrillo, para a oposição democrática, para os reformistas do regime, a alternativa política do pós-franquismo consistia em escolher entre a reforma do franquismo, mudando sua forma mas não o fundo, e a ruptura com o franquismo, mudando sua forma para mudar o fundo; Suárez levou Poucos meses para decidir que a dicotomia era falsa: entendeu que em política a forma é o fundo, e que portanto era possível fazer uma reforma do franquismo que fosse na prática uma ruptura com o franquismo. Entendeu isso gradualmente, à medida que foi entendendo que era imprescindível romper com o franquismo, mas, assim que tomou posse do cargo e fez uma declaração programática anunciando eleições livres antes de 30 de junho do ano seguinte, Suárez iniciou uma cautelosa série de encontros com os líderes da oposição ilegal para sondar suas intenções e explicar o seu projeto. Carrillo ficou à margem; naquele momento Suárez tinha pressa para tudo, menos para falar com Carrillo: ele intuía que sua

reforma política não teria credibilidade sem os comunistas, contudo por enquanto não cogitava legalizar o partido, talvez, sobretudo, porque não tinha dúvida de que isso seria uma medida inaceitável para a mentalidade franquista do Exército e dos setores sociais que ele precisava guiar para a democracia ou para alguma forma de democracia. Quem de fato tinha pressa para falar com ele era Carrillo: Suárez havia prometido no seu primeiro discurso presidencial que se reuniria com todas as forças políticas, mas a promessa não foi cumprida e, embora ainda não soubesse se Suárez pretendia mesmo romper com o franquismo ou simplesmente reformá-lo, Carrillo não queria correr o risco de que o país rumasse para alguma forma de democracia sem a presença dos comunistas, pois achava que isso prolongaria a clandestinidade do partido de forma indefinida e o condenaria ao ostracismo e provavelmente ao desaparecimento. De modo que em meados de agosto toma a iniciativa e pouco depois consegue entrar em contato com Suárez através de José Mario Armero, chefe da agência de notícias Europa Press. A primeira reunião entre Carrillo e Armero se realiza em Cannes, no fim de agosto; a segunda se realiza em Paris no início de setembro. Nenhum dos dois encontros produz resultados concretos (Armero garante que Suárez vai fazer a democracia e pede paciência a Carrillo: ele ainda não se sente em condições de legalizar o PCE; Carrillo oferece sua ajuda para construir o novo sistema, não exige a legalização imediata do partido e afirma que não repudia a monarquia se esta significar uma democracia autêntica); mas nenhum desses encontros é um fracasso. Ao contrário: a partir de setembro e ao longo do outono e do inverno de 1976, Carrillo e Suárez continuam em contato através de Armero e de Jaime Ballesteros, homem de confiança de Carrillo na direção do PCE. É aí que se começa a tecer uma estranha cumplicidade entre eles por intermédio de terceiros: como dois cegos apalpando mutuamente as feições um do outro em busca de um rosto, durante meses Carrillo e Suárez põem à prova seus objetivos, sua lealdade, sua inteligência e sua astúcia, adivinham interesses comuns, descobrem afinidades secretas, admitem que têm que se entender; ambos sabem que necessitam da democracia para sobreviver e que necessitam um do outro, porque nenhum deles possui a chave da democracia mas cada um possui uma parte — Suárez, o poder e Carrillo, a legitimidade — que completa a do outro: enquanto insiste em se reunir com Suárez, Carrillo vê cada vez com mais clareza as dificuldades que

este enfrenta, a maior das quais provocada pela resistência de uma parte poderosa do país à legalização do PCE. A pressão social a favor de um regime democrático o faz reconhecer diariamente que o franquismo só é reformável com uma reforma que signifique sua ruptura e enquanto começa a desmontar o esqueleto do regime e dialoga com os líderes das demais forças políticas opositoras — para os quais a legalização do PCE não é urgente em absoluto: de modo geral acham que não se deve correr o risco de que aconteça antes das prometidas eleições —, Suárez vê cada vez com mais clareza que sem os comunistas não pode haver democracia com credibilidade e que Carrillo mantém o seu partido sob controle, aposentou os ideais revolucionários e está disposto a fazer quantas concessões forem necessárias para permitir o ingresso do PCE no novo sistema político.

A distância, a cautela e a desconfiança inicial dos dois homens começam a se dissolver; de fato, é possível que, por volta do final de outubro ou início de novembro Suárez e Carrillo tenham esboçado uma estratégia para legalizar o partido, uma estratégia implícita, confeccionada não com palavras, mas com subentendidos, que acabará sendo um sucesso total para Suárez e um sucesso relativo para Carrillo, que a aceita porque não tem outra alternativa, porque àquela altura já assumiu que a forma de mudança política que Suárez propõe é válida e porque mantém a esperança de que o seu sucesso também seja total.

A estratégia é composta de duas partes. Por um lado, Suárez fará o possível para legalizar o PCE antes das eleições em troca de que Carrillo convença os comunistas a esquecer seu objetivo de ruptura frontal com o franquismo, aceitando que só conseguirão a legalidade e só se construirá uma democracia com a reforma das instituições franquistas que o governo está fazendo, porque essa reforma supõe na prática uma ruptura; Carrillo cumpre imediatamente a sua parte do trato: numa reunião clandestina do Comitê Executivo do PCE realizada em 21 de novembro, o secretário-geral joga fora o programa tático do partido que vigorou ao longo do franquismo convencendo os seus de que nem a ruptura democrática nem a ruptura negociada servem mais, só a reforma com ruptura proposta por Suárez. A segunda parte da estratégia é mais complexa e mais perigosa, e por isso provavelmente satisfaz a inclinação íntima de Carrillo e de Suárez à política como aventura.

Para legalizar o PCE, Suárez necessita que o partido de Carrillo obrigue o governo a aumentar a margem de tolerância com os

comunistas, tornando-os cada vez mais visíveis, de modo que recebam uma carta de naturalização no país e a maioria dos cidadãos entenda que eles não apenas são inofensivos para a futura democracia como a futura democracia não pode ser construída sem eles. Essa progressiva legalização de fato, que iria facilitar a legalização de fure, adotou a forma de um duelo entre o governo e os comunistas no qual nem os comunistas queriam acabar com o governo nem o governo com os comunistas, e no qual ambos sabiam com antecedência (ou pelo menos suspeitavam ou intuía) quando e onde o adversário ia bater: os golpes desse falso duelo eram golpes de efeito propagandístico que incluíram uma greve geral que não conseguiu paralisar o país mas pôs o governo em apuros, vendas maciças do Mundo Obrero pelas ruas de Madri e distribuição maciça de carteiras do partido entre os militantes, grandes reportagens das televisões francesa e sueca que mostravam Carrillo circulando de carro pelo centro da capital, uma entrevista coletiva clandestina em que o secretário-geral do PCE — junto com Dolores Ibárruri, o mito por antonomásia da resistência antifranquista, demonizada e idealizada com a mesma intensidade por grande parte do país — anunciava com palavras conciliadoras que se achava em Madri havia meses e que não pretendia ir embora, e por fim a detenção policial do próprio Carrillo, que o governo não podia expulsar do país depois de preso sem infringir a legalidade nem tampouco manter na cadeia em meio ao escândalo nacional e internacional provocado pela sua captura, de forma que poucos dias depois Carrillo foi libertado e se tornou um cidadão espanhol de pleno direito.

Foi um passo sem retorno na legalização do PCE: com a legalização forçada do secretário-geral, a legalização do partido era apenas questão de tempo. Carrillo sabia disso, e Suárez também; mas Suárez tinha tempo e Carrillo não: a legalização de outros partidos havia começado no início de janeiro, e ele ainda não tinha certeza de que Suárez ia cumprir sua parte do trato, ou de que não ia adiar sua parte para depois das eleições, ou de que não ia adiá-la indefinidamente. Em meados de janeiro Carrillo necessitava urgentemente tirar as dúvidas, mas foi a realidade quem as tirou por ele, porque uma balbúrdia mortal de medo e de violência tomou conta de Madri: e o falso duelo que os dois travavam esteve por um triz de terminar porque o país inteiro esteve por um triz de saltar pelos ares. Às quinze para as onze da noite da segunda-feira, 24 de janeiro, quando Carrillo está há menos de um mês residindo

legalmente na Espanha, cinco membros de um escritório de advogados comunistas são crivados de balas por pistoleiros da ultradireita num escritório situado na rua Atocha, número 55. Era a apoteose macabra de dois dias de hecatombe. Na manhã da véspera, outro pistoleiro da ultradireita assassinara a tiros um estudante numa manifestação pró-anistia, e naquela mesma tarde outra estudante havia morrido devido ao impacto de uma bomba de fumaça jogada pelas forças de ordem pública contra um grupo de pessoas que protestava pela morte do dia anterior. Poucas horas antes o GRAPO — um grupo terrorista de ultraesquerda que desde 11 de dezembro tinha em seu poder Antonio María de Oriol y Urquijo, um dos mais poderosos, ricos e influentes representantes do franquismo ortodoxo — sequestrava o general Emilio Villaescusa, presidente do Conselho Supremo de Justiça Militar. Quatro dias depois o GRAPO ainda iria assassinar dois policiais e um guarda-civil, mas na noite do dia 24 Madri já vive um clima quase pré-bélico: ouvem-se explosões e tiros em diversos pontos da capital e partidos de ultradireita espalham o terror pelas ruas. Somada aos demais episódios desses dias sangrentos, a matança de seus militantes na rua Atocha significa para o PCE um desafio brutal, destinado a provocar uma resposta violenta em suas fileiras, o que, por sua vez, iria provocar uma resposta violenta do Exército, e acabaria abortando as incipientes reformas democráticas; mas os comunistas não respondem: o Comitê Executivo dá instruções de evitar qualquer manifestação ou enfrentamento nas ruas e manter toda a serenidade possível, e essas instruções são cumpridas estritamente. Depois de árduas negociações com o governo — que teme que qualquer faísca dê início ao incêndio desejado pela ultradireita —, o partido consegue autorização para instalar a capela ardente dos advogados no Palácio da Justiça, na praça de Las Salesas, e também para que os féretros fossem transportados nos ombros dos seus companheiros até a praça de Colón. Assim, pouco depois das quatro da tarde da quarta-feira, as câmeras de televisão captam um espetáculo que sobressalta o centro de Madri; essas imagens foram transmitidas muitas vezes: em meio a uma maré de rosas vermelhas e punhos fechados e de um silêncio e uma ordem impostos pela direção do partido e acatados pela militância com uma disciplina lavrada na clandestinidade, dezenas de milhares de pessoas enchem a praça de Las Salesas e as ruas adjacentes para se despedir dos assassinados; alguns fotogramas mostram Santiago Carrillo caminhando no meio da multidão, protegido por uma muralha de

militantes. O ato termina sem um único incidente, no mesmo grande silêncio em que começou, já transformado numa proclamação de concórdia que dissipa todas as dúvidas do governo sobre o repúdio do PCE à violência e espalha uma onda de solidariedade para com os membros do partido por todo o país.

Segundo seus colaboradores mais próximos na época, é bem possível que naquele mesmo dia Suárez tenha tomado em segredo a decisão de legalizar os comunistas; se foi mesmo assim, é bem possível que naquele mesmo dia Suárez tenha decidido que antes disso precisava conhecer pessoalmente o seu líder. O fato é que apenas um mês mais tarde, em 27 de fevereiro, os dois homens se reuniram numa casa que seu intermediário, José Mario Armero, possuía nos subúrbios de Madri. O encontro foi organizado com o máximo segredo: para Carrillo não implicava nenhum perigo, mas para Suárez implicava muitos, e por isso duas das três pessoas que consultou — seu vice-presidente, Alfonso Osorio, e Torcuato Fernández Miranda, presidente das Cortes e do Conselho do reino e seu mentor político dos últimos anos — discordaram enfaticamente, argumentando que, se a notícia da sua reunião com o líder comunista clandestino vazasse, o terremoto político seria enorme; mas o apoio do rei a Suárez, sua confiança na descrição de Carrillo e na própria boa estrela e no seu talento de sedutor o levaram a correr o risco. Não se enganou. Anos mais tarde Suárez e Carrillo coincidiriam ao descrever a reunião como um amor à primeira vista: talvez tenha sido, mas a verdade é que a necessidade os unira muito antes de que se conhecessem; talvez tenha sido, mas a verdade é que durante as sete horas ininterruptas que durou o cara a cara, enquanto fumavam um cigarro atrás do outro na presença de Armero e do silêncio de uma casa de campo desabitada, Carrillo e Suárez se comportaram como dois cegos que de repente recuperam a visão para reconhecer um gêmeo, ou como dois duelistas que trocam um falso duelo por um duelo real em que ambos se empenham a fundo para enfeitiçar o adversário. O vencedor foi Suárez que, assim que concluíram os apertos de mão e as Pilhérias de apresentação, desarmou Carrillo falando do seu avô republicano, do seu pai republicano, dos mortos republicanos da sua família de perdedores da guerra, e em seguida arrematou com proclamações de modéstia e elogios à experiência política e à categoria de estadista do interlocutor; derrotado, Carrillo não economizou palavras de compreensão, realismo e cautela destinadas a tentar convencer mais uma vez Suárez de que ele e

o seu partido não só não constituíam um perigo para seu projeto de democracia como, com o tempo, seriam a sua principal garantia de sucesso. O resto da reunião foi dedicado a conversar sobre tudo e a não se comprometer com nada, exceto a continuar se apoiando mutuamente e a consultar-se sobre decisões de importância, e quando os dois homens se despediram de madrugada nenhum deles *tinha a menor* dúvida: ambos podiam confiar na lealdade do outro; ambos eram os dois únicos políticos reais do país; ambos, uma vez legalizado o PCE, realizadas as eleições e instaurada a democracia, acabariam conduzindo juntos as rédeas do futuro.

Os fatos não demorariam a erodir essa tripla certeza, mas ela continuou determinando o comportamento de Suárez e Carrillo durante os quatro anos seguintes em que Suárez permaneceu no governo; nada lhe deu tanta consistência quanto a forma como finalmente se realizou a legalização do Partido Comunista. Foi no sábado 9 de abril, a pouco mais de um mês da reunião entre os dois líderes, em plena debandada da Semana Santa e depois que Suárez, ciente de que a opinião pública tinha mudado velozmente e estava a favor da medida que ia adotar, para se proteger da cólera previsível dos militares e da ultradireita obteve um parecer jurídico da Junta de Fiscais que abonava a legalização; Carrillo também se protegeu, ou fez o possível para se proteger.

Aconselhado por Suárez, o secretário-geral tinha ido de férias para Cannes, onde na manhã do sábado foi informado por José Mario Armero de que a legalização era imediata e que Suárez lhe pedia duas coisas: a primeira era que, para não irritar ainda mais o Exército e a ultradireita, o partido comemorasse o acontecimento sem estridências; a segunda era que, para evitar que o Exército e a ultradireita pudessem acusar Suárez de cumplicidade com os comunistas, uma vez difundida a notícia Carrillo fizesse uma declaração pública criticando Suárez ou pelo menos se distanciando dele. Carrillo atendeu às duas: os comunistas comemoraram discretamente a notícia e no mesmo dia seu secretário-geral convocou a imprensa para pronunciar algumas palavras previamente combinadas com o presidente do governo. “Eu não acredito que o presidente Suárez seja um amigo dos comunistas”, proclamou Carrillo. “Eu o considero antes um anticomunista, mas um anticomunista inteligente que compreendeu que as ideias não se destroem com repressão e ilegalizações. E que está disposto a confrontar as nossas ideias com as dele.”

Não bastou. Nos dias seguintes à legalização, o golpe de Estado parece iminente. Suárez volta a recorrer a Carrillo; Carrillo volta a atender. Ao meio-dia de 14 de abril, enquanto o Comitê Central do PCE realiza sua primeira reunião legal na Espanha desde a guerra civil num bar da rua Capitán Haya Santiago, José Mario Armero chama Jaime Ballesteros, seu contato com os comunistas, à cafeteria de um hotel próximo. Neste instante a cabeça de Suárez não vale um centavo, diz Armero a Ballesteros. Os militares estão a ponto de se revoltar. Ou vocês nos dão uma mão ou vamos todos para o buraco. Ballesteros fala com Carrillo, e no dia seguinte, durante a segunda jornada da reunião do Comitê Central, o secretário-geral interrompe a sessão para lançar uma mensagem dramática. “Estamos na reunião mais difícil que tivemos até hoje desde a guerra”, diz Carrillo, em meio a um silêncio glacial. “Nestas horas, não digo nestes dias, digo nestas horas, pode ser decidido se nós vamos para a democracia ou entramos numa involução muito grave que afetará não apenas o partido e todas as forças democráticas de oposição, mas também os reformistas e institucionais... Acho que não estou dramatizando, digo neste minuto o que está acontecendo.” Em seguida e sem dar tempo para ninguém reagir, como se tivesse sido escrito por ele mesmo, Carrillo lê um papel redigido pelo presidente do governo entregue a Ballesteros por Armero e que contém a renúncia solene e sem condições a alguns dos símbolos que representaram o partido desde suas origens, e a aceitação daqueles que o Exército considera ameaçados com sua legalização: a bandeira rubro-amarela, a unidade da pátria e a monarquia. Perplexos e temerosos, acostumados a obedecer sem pigarrear ao seu dirigente máximo, os membros do Comitê Central aprovam a revolução imposta por Carrillo e o partido vai correndo comunicar a boa-nova numa coletiva de imprensa na qual sua equipe dirigente aparece recortada contra uma assombrosa, descomunal e improvisada bandeira monárquica. Não houve golpe de Estado, embora o golpe de 23 de fevereiro tenha começado aí — porque os militares não perdoaram Suárez pela legalização dos comunistas, e a partir daquele momento não pararam de conspirar contra o presidente traidor —, mas o PCE teve muita dificuldade para digerir tanto pragmatismo e tanta concessão arrancada com a ameaça do golpe de Estado. Pelas previsões de Carrillo, o fruto da sua prudência negociadora do último ano e de meio século de monopólio do antifranquismo seria um triunfo eleitoral de milhões de votos que faria do seu partido o segundo do país

depois do partido de Suárez e faria dele e de Suárez os dois grandes protagonistas da democracia; mas não foi assim: como uma múmia que se desfaz ao ser exumada, nas eleições de 15 de junho de 1977 o PCE mal ultrapassou nove por cento dos votos, menos da metade do que esperava e menos de um terço do total obtido pelo PSOE, que inesperadamente assumiu a liderança da esquerda porque soube absorver a cautela e o desencanto de muitos simpatizantes comunistas e também porque oferecia uma imagem de juventude e modernidade que contava com os envelhecidos candidatos do PCE recém-chegados do exílio, a velha guarda comunista que, a começar pelo próprio Carrillo, evocava nos eleitores o passado assustador da guerra e impedia a renovação do partido com os jovens comunistas criados no país. Carrillo nunca se sentiu derrotado, porém Suárez ganhara de novo: para o presidente do governo, a legalização do PCE foi um sucesso completo, porque deu credibilidade à democracia integrando nela os comunistas, breiou aquele que considerava o seu rival mais perigoso nas urnas e conseguiu um aliado permanente; para o secretário-geral dos comunistas não foi um fracasso, mas também não foi o sucesso que esperava: a legalização do PCE era uma garantia de que a reforma de Suárez era para valer, uma ruptura com o franquismo, e que a consequência dessa ruptura seria uma verdadeira democracia, contudo as concessões forçadas pela forma como aconteceu, com a renúncia aos símbolos e a diluição dos postulados tradicionais da organização, acabaram desbaratando o sonho de fazer do Partido Comunista o partido hegemônico da esquerda. A resposta do PCE ao fiasco eleitoral foi a que provavelmente cabia esperar de uma organização marcada por uma história de aceitação de todos os ditames do secretário-geral e imbuída da sua inapelável missão histórica por uma ideologia em retirada: em vez de admitir seus erros à luz da realidade para poder corrigi-los, atribuiu à realidade os próprios erros. O partido se convenceu (ou mais exatamente o secretário-geral convenceu o partido) de que quem se enganou não foi ele, foram os eleitores: apenas dois meses de legalidade não tinham sido suficientes para rebater quarenta anos de propaganda anticomunista, mas o PSOE não demoraria a demonstrar sua imaturidade e inconsistência e nas eleições seguintes eles recuperariam o papel de primeiro partido da oposição que tinha sido usurpado pelos socialistas, já que na Espanha não havia partidos sérios além do PCE e da UCD nem líderes políticos reais além de Santiago Carrillo e Adolfo Suárez.



Inesperadamente, depois das primeiras eleições as previsões de Carrillo pareciam começar a se cumprir e por algum tempo ele pôde deslumbrar seus camaradas com a ilusão de que a derrota havia sido na verdade uma vitória, ou melhor, uma preparação para a vitória. “De todos os líderes políticos espanhóis”, escrevia o jornal *Le Monde* em outubro de 1977, “Santiago Carrillo é sem dúvida o que se impôs mais rapidamente e com maior autoridade nos últimos meses.” De fato: em pouco tempo Carrillo conquistou em todo o país uma vigorosa reputação de político responsável que contribuiu para que o PCE se revelasse um partido consistente e capaz de governar e adquirisse uma relevância muito superior à que seus pobres resultados eleitorais lhe proporcionavam. Seu entendimento com Suárez era perfeito, e toda a sua estratégia política naqueles anos girava em torno de uma proposta que pretendia institucionalizar esse entendimento e blindar a democracia que eles iriam construir a quatro mãos, ou que pensava que iriam construir a quatro mãos: o governo de concentração. A fórmula só era semelhante no rótulo à que foi discutida ou apadrinhada por grande parte da classe dirigente nos meses anteriores ao 23 de fevereiro (e que o facilitou): não se tratava de um governo presidido por um militar, e sim de um governo presidido por Suárez e vertebrado pela UCD e pelo PCE mas com a participação de outros partidos políticos; segundo Carrillo, só a força de um governo desse tipo poderia dar estabilidade ao país enquanto se redigia a Constituição, fortalecer a democracia e conjurar o perigo de um golpe de Estado, e os Pactos de La Moncloa — um importante conjunto de medidas sociais e econômicas destinadas a superar a crise econômica nacional derivada da primeira crise mundial do petróleo, que foi negociado por Carrillo e Suárez e em seguida assinado pelos principais partidos políticos e ratificado pela Câmara em outubro de 1977 — constituíram para o secretário-geral do PCE uma antecipação desse governo unitário. Carrillo repetiu sua proposta mais de uma vez e, embora em algum momento tenha tido indícios de que Suárez pretendia aceitá-la, o governo de concentração nunca chegou a ser formado: é bem possível que Suárez tivesse governado à vontade na companhia de

Carrillo, mas o mais provável é que nunca chegaria a propor isso seriamente, talvez porque temia a reação dos militares e de boa parte da sociedade. Mesmo assim, Carrillo continuou apoiando Suárez com a certeza de que apoiá-lo significava manter a democracia, o que fez dele um alicerce indispensável do sistema e que, apesar de não lhe ter dado os benefícios do poder, deu-lhe o respeito nacional e internacional: depois da assinatura dos Pactos de La Moncloa, Carrillo foi ovacionado de pé na Câmara pelos deputados da UCD e recebido nos foros de debate mais conservadores do país; na mesma época viajou pelo reino Unido e pela França e se tornou o primeiro secretário-geral de um partido comunista que pôde entrar nos Estados Unidos, onde foi saudado pela revista *Time* como “o apóstolo do eurocomunismo”. No curto prazo foi esse o resultado de sua aliança com Suárez: durante aqueles anos Carrillo personificou uma espécie de oximoro, o comunismo democrático; no longo prazo o resultado foi sua ruína.

Da mesma forma que ocorreu com Suárez, o começo do declínio da carreira política de Carrillo se deu no momento exato do seu apogeu. Em novembro de 1977, durante sua viagem triunfal pelos Estados Unidos, Carrillo anunciou sem consultar o partido que o PCE abandonaria o leninismo no próximo congresso. No fundo, era a consequência lógica do desmonte ou demolição ou solapamento dos princípios comunistas que ele havia iniciado anos antes — a consequência lógica da tentativa de concretizar o oximoro do comunismo democrático que se denominava eurocomunismo —, mas se meses antes havia sido difícil para muitos aceitar a monarquia e a bandeira rubro-amarela, o súbito abandono do vetor ideológico permanente do partido ao longo de toda a sua história era ainda mais difícil, porque significava uma virada tão radical que na prática colocava o PCE no limite do socialismo (ou da social-democracia) e demonstrava, além disso, que a democratização do partido para fora não implicava sua democratização para dentro: o secretário-geral continuava ditando sem restrições a política do PCE e governando-o de acordo com o chamado centralismo democrático, um método stalinista que não tinha nada de democrático e tudo de centralista, porque se baseava no poder onímodo do secretário-geral, na extrema hierarquização do aparato organizativo e na obediência acrítica da militância. Foi nesse momento que a unanimidade do partido começou a rachar a olhos vistos, e Carrillo viu com espanto sua autoridade ser discutida pelos camaradas: uns — os chamados renovadores —

repudiavam seu individualismo e seus métodos autoritários e exigiam mais democracia interna, enquanto outros — os chamados pró-soviéticos — repudiavam seu revisionismo ideológico e seu enfrentamento com a União Soviética e exigiam o retorno à ortodoxia comunista; tanto uns como outros criticavam o seu apoio imperturbável ao governo de Adolfo Suárez e a sua ambição imperturbável de se coligar com ele. Mas o invariável e disciplinado costume de aceitar os ditames do secretário-geral ainda dominava o espírito dos comunistas e, dado que a promessa do poder age sobre os partidos como um aglutinante, essas divergências permaneceram mais ou menos soterradas no PCE até as eleições seguintes, em março de 1979: por isso Carrillo conseguiu que, em abril de 1978, o IX Congresso do partido adotasse o eurocomunismo e abandonasse o leninismo. No entanto, um novo fracasso eleitoral — nas eleições de março o PCE teve um ligeiro aumento de votos, mas mal chegou a um terço do número obtido pelos seus competidores diretos socialistas — fez com que pouco tempo depois as discrepâncias brotassem com violência, e Carrillo não era mais capaz de convencer os seus de que na verdade a derrota era uma vitória e de que precisavam continuar apoiando Suárez e disputando com os socialistas seu espaço político e seu eleitorado. Durante os anos seguintes os comunistas mergulharam em uma sucessão de crises internas cada vez mais profundas, agravadas por sua perda de influência na política do país: com a nova divisão de forças resultante das eleições, ao final da política de acordos entre todos os partidos depois da aprovação da Constituição, a partir de 1979 Suárez deixou de necessitar de Carrillo para governar e buscou o apoio dos socialistas e não dos comunistas, que se tornaram um partido isolado e sem relevância com o qual pouco se contava para a resolução dos grandes problemas e cujo líder, além do mais, havia dilapidado a aura de homem de Estado que até poucos meses antes o rodeava. Como ocorreu na mesma época com Suárez, o desprestígio de Carrillo na política do país traduzia seu desprestígio na política do seu partido. Enquanto os protestos contra a direção nacional do PCE aumentavam, com a preparação de divisões na Catalunha e no País Basco, em Madri alguns integrantes do Comitê Executivo desafiavam o secretário-geral: em julho de 1980, ao mesmo tempo que os dirigentes da UCD se rebelavam contra Adolfo Suárez numa reunião realizada em um sítio de Manzanares el Real e iniciavam os movimentos para tirá-lo do poder, vários membros destacados do PCE convocaram Carrillo à casa

de Ramón Tamames — o líder mais visível do chamado setor renovador — com o intuito de expor a ele os males do partido, condenar os seus erros e questionar sua liderança; era uma cena inédita na história do comunismo espanhol, mas no início de novembro ela se repetiu no Comitê Central, quando Tamames chegou a propor que a secretaria-geral se transformasse em um órgão colegiado, quase da mesma forma que poucos meses antes, na reunião de Manzanares el Real, os dirigentes da UCD exigiram de Suárez que dividisse com eles o poder do partido e o governo. Ao contrário de Suárez, Carrillo não cedeu, mas àquela altura sua organização já estava irremediavelmente dividida entre renovadores, pró-soviéticos e carrillistas, e em janeiro de 1981 essa divisão se consumou com a ruptura do PSUC, o Partido Comunista da Catalunha, que foi apenas um anúncio das ferozes lutas internas que iriam dilacerar o PCE durante o ano e meio seguinte e que se prolongariam de forma quase ininterrupta até a extinção na prática do partido.

Assim, na véspera de 23 de fevereiro Santiago Carrillo não estava em uma situação muito diferente da de Adolfo Suárez. Sua época comum de plenitude havia passado: ambos eram agora dois homens politicamente acossados e pessoalmente arrasados, sem crédito diante da opinião pública, atacados com fúria dentro dos próprios partidos, amargurados pelas ingratidões e pelas traições dos seus ou pelo que eles sentiam como traições e ingratidões dos seus, dois homens exaustos e desorientados e sem reflexos, cada vez mais manietados por defeitos que poucos anos antes pareciam invisíveis ou não pareciam defeitos: sua noção personalista de poder, seu talento para a mudança política, seus hábitos inveterados de burocratas de aparelhos totalitários e sua incompatibilidade com os usos da democracia que haviam construído. Solapando até demolir os sistemas em que cresceram e que dominavam como poucos — um, o comunismo e o outro, o franquismo —, ambos acabaram lutando para sobreviver entre os entulhos do seu antigo domínio. Nenhum dos dois conseguiu, e na véspera de 23 de fevereiro já era evidente que nenhum dos dois conseguiria. Naquela época sua relação pessoal era limitada, pois tinham se transformado em dois sacos de pancada, sempre absortos na tarefa de aguentar os ataques. É provável que às vezes se olhassem de soslaio lembrando os tempos não tão longínquos em que decidiam juntos o destino do país com uma pirotecnia rutilante de duelos falsos, truques a quatro mãos,

pactos sem palavras, reuniões secretas e grandes acordos de Estado, e é certo que a aliança de ferro que haviam forjado naqueles anos continuava inalterável: no outono e no inverno de 1980, Carrillo foi um dos poucos políticos de primeira linha que não participaram das manobras políticas contra Suárez que prepararam o clima de 23 de fevereiro, e nunca mencionou golpes de bisturi ou viradas de leme a não ser para denunciar que essa terminologia tenebrosa e esses flertes com o Exército eram a munição ideal do golpismo; denunciar fora do seu partido e dentro do seu partido: também havia no PCE da época defensores de soluções políticas de choque, mas quando Ramón Tamames apregoou por duas vezes na imprensa sua concordância com um governo de união presidido por um militar, Carrillo pegou no ar a oportunidade de defender Suárez mais uma vez, fulminando o seu principal adversário no partido com um diagnóstico demolidor: “Ramón delira”. Na véspera de 23 de fevereiro, Carrillo continuava se aferrando a Suárez como um náufrago se aferra a outro náufrago, continuava pensando que apoiá-lo equivalia a apoiar a democracia, continuava alertando contra o risco de um golpe de Estado e continuava achando que sua fórmula de governo de concentração com Suárez era a única maneira de evitar esse golpe e de impedir o desabamento daquilo que quatro anos antes os dois tinham começado a construir juntos. Obviamente, àquela altura a ideia de governar com Suárez era impraticável; duplamente impraticável: porque nem Suárez nem ele controlavam mais os próprios partidos e porque, embora quatro anos antes sua aliança pessoal representasse uma aliança coletiva entre as duas Espanhas irreconciliáveis de Franco, o mais provável é que na época do 23 de fevereiro Suárez e ele não representassem mais ninguém ou quase ninguém, somente a si mesmos. Mas é possível que na tarde do golpe, enquanto ambos permaneciam em suas poltronas em meio aos disparos e outros deputados obedeciam às ordens dos golpistas e se atiravam no chão, Carrillo tenha sentido uma espécie de satisfação vingativa, como se aquele instante confirmasse o que sempre tinha pensado, que Suárez e ele eram os dois únicos políticos reais do país, ou pelo menos os dois únicos políticos dispostos a arriscar a pele pela democracia. Não posso deixar de imaginar que, se é mesmo verdade que ambos cultivavam uma concepção épica e estética da política como aventura individual, pontilhada de episódios dramáticos e decisões intrépidas, aquele instante também compendia sua concepção

gêmea da política, porque nenhum dos dois viveu um episódio mais dramático que o tiroteio na Câmara nem tomou uma decisão mais intrépida que a que ambos tomaram ao permanecer em suas poltronas enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário.

Capítulo 3

Representavam somente a si mesmos? Não representavam mais ninguém ou quase ninguém?

Não sei quais foram as primeiras palavras que Adolfo Suárez e o general Gutiérrez Mellado disseram quando viram o tenente-coronel Tejero irromper no plenário da Câmara, e acho que não tem a menor importância; em compensação, sei quais foram as primeiras palavras de Santiago Carrillo — porque, além do próprio Carrillo, seus companheiros de bancada se lembraram delas mais de uma vez —, e aliás não são nada importantes. O que Carrillo disse foi: “Pavía chega antes do esperado”.

Era um clichê: há mais de um século o nome de Pavía na Espanha é uma metonímia da expressão golpe de Estado, porque o golpe de Estado do general Manuel Pavía — um militar que segundo a lenda invadiu a Câmara dos Deputados a cavalo em 3 de janeiro de 1874 — era até 23 de fevereiro de 1981 a agressão mais espetacular sofrida pelas instituições democráticas, e a partir do início da democracia — principalmente desde o verão de 1980, e principalmente na pequena Madri do poder que desde o verão de 1980 estava obcecada com os rumores de golpe de Estado — era raro o comentário sobre esse assunto que não contivesse o nome de Pavía.¹ Por mais que a frase de Carrillo seja um lugar-comum, e que não tenha a menor importância, nem por isso ela carece de interesse, porque a realidade tem uma curiosa propensão a operar com lugares-comuns, ou a se deixar colonizar por eles; e também gosta às vezes — como já disse — de fabricar imagens estranhas, e uma dessas imagens é que o golpe do general Pavía parece antecipar o que o 23 de fevereiro veio a ser, e o que quis ser.

A história se repete. Marx observou que os grandes acontecimentos e personagens aparecem na história duas vezes, uma como tragédia e outra como farsa, como se em momentos de transformações profundas os homens, assustados com a responsabilidade, convocassem os espíritos do passado, adotando seus nomes, gestos e lemas para representar uma nova cena histórica com esse disfarce prestigioso e essa linguagem postiça como se fosse uma conjuração dos mortos. No caso do 23 de fevereiro a intuição de Marx é válida, mas incompleta. A lenda é parcialmente falsa: o general Pavía não irrompeu a cavalo na

Câmara, o fez a pé e à frente de um destacamento da Guarda Civil que desalojou a tiros os parlamentares da primeira república e precipitou um golpe de Estado que a imprensa conservadora vinha defendendo havia meses como remédio contra a desordem em que o país estava mergulhado, um golpe que levou à formação de um governo de unidade presidido pelo general Serrano, prolongando durante quase um ano a agonia do regime com uma peculiar ditadura republicana até que uma intervenção do general Martínez Campos acabou com ela. Uma intuição válida, porém incompleta: o golpe de Pavía foi uma tragédia, mas o golpe de Tejero não foi uma farsa, ou não de todo, ou só foi porque seu fracasso impediu a tragédia, ou só imaginamos agora que foi porque tragédia mais tempo é igual a farsa; o golpe de Tejero foi, isto sim, um eco, um arremedo, uma conjuração dos mortos: Tejero aspirava a ser Pavía; Armada aspirava a ser Serrano, e pode-se imaginar que, se o golpe tivesse sido bem-sucedido, o governo de unidade ou coalizão ou concentração de Armada só iria prolongar agonicamente, com uma peculiar democracia autoritária ou uma peculiar ditadura monárquica, a vida de um regime ferido de morte.

Há ainda outro paralelismo entre o golpe de 1874 e o de 1981, entre o golpe de Pavía e o golpe de Tejero. As gravuras da época mostram os deputados da primeira república recebendo os guardas-civis rebeldes na entrada do plenário com gestos de protesto, enfrentando os atacantes; isto é outra lenda, que no caso não é parcial, mas totalmente falsa. A atitude dos deputados diante do golpe de 1874 foi quase idêntica à dos deputados de 1981: assim como os deputados de 1981 se esconderam debaixo de suas poltronas quando soaram os primeiros tiros, da mesma forma, quando soaram os primeiros tiros nos corredores da Câmara, os deputados de 1874 saíram espavoridos do plenário, que já estava vazio quando os guardas-civis chegaram. Trinta anos depois do levante de Pavía, Nicolás Estévanez, um dos deputados presentes na Câmara, escreveu: “Não nego a parte de responsabilidade que possa me corresponder na incrível vergonha daquele dia; todos nós nos comportamos como uns indecentes”. Ainda não transcorreram trinta anos desde o levante de Tejero e, que eu saiba, nenhum dos deputados presentes na Câmara em 23 de fevereiro escreveu nada parecido. Escrevam ou não no futuro, não creio que algum deles tenha se comportado como um indecente; esconder-se do tiroteio embaixo de uma poltrona não é um gesto lá muito brilhante, mas não creio que ninguém

possa ser condenado por isso: é possível que a maioria dos parlamentares presentes na sala tenha ficado envergonhada por não ter permanecido em seu lugar, e a democracia certamente ficaria muito grata se ao menos determinadas pessoas tivessem ficado, no entanto duvido que seja indecente alguém procurar proteção quando estão zunindo balas ao seu redor. Além disso, pelo menos em 1981 — em 1874 também, creio —, a atitude dos deputados foi um reflexo exato da atitude da maioria da sociedade, porque em toda a Espanha praticamente não houve um gesto público de repúdio ao golpe até que, já de madrugada, o rei apareceu na televisão condenando o ataque à Câmara e se deu por derrotada a intentona: com exceções, como o chefe do governo provisório nomeado pelo rei, Francisco Laíña, ou o presidente do governo autônomo catalão, Jordi Pujol, na tarde de 23 de fevereiro todos ou quase todos os responsáveis políticos que não tinham sido sequestrados por Tejero — dirigentes de partidos, senadores, presidentes e deputados autônomos, governadores civis, prefeitos e vereadores — se limitaram a aguardar o desenlace dos acontecimentos, e alguns se esconderam ou fugiram ou tentaram fugir para o exterior; com exceção dos jornais *El País* — que publicou uma edição extra às dez da noite — e *Diario 16* — que publicou à meia-noite —, praticamente não houve um único meio de comunicação que se manifestasse em defesa da democracia; com exceção da União Sindical de Policiais e o PSUC, o Partido Comunista Catalão, praticamente não houve uma única organização política ou social que emitisse uma nota de protesto e, quando algum sindicato discutiu a possibilidade de mobilizar seus filiados, foi imediatamente dissuadido com o argumento de que qualquer manifestação podia provocar novos movimentos militares. Além do mais, naquela tarde a memória da guerra deixou as pessoas em suas casas, paralisou e silenciou o país: ninguém ofereceu a menor resistência ao golpe e todo mundo recebeu o sequestro da Câmara e a tomada de Valencia pelos tanques com humores que variavam do terror à euforia, passando pela apatia, mas com a mesma passividade. Foi esta a resposta popular ao golpe: nenhuma. Desconfio que isso, além de não ser uma resposta que se apresente, não foi uma resposta decente: se bem que a ordem dada por La Zarzuela e o governo provisório tenha sido manter a serenidade e agir como se nada houvesse acontecido, o fato é que haviam acontecido coisas e ninguém ou quase ninguém dissera aos golpistas desde o primeiro momento que a sociedade não

aprovava aquele desaforo. Ninguém ou quase ninguém, o que leva a perguntar se Armada, Milans e Tejero estavam errados ao imaginar que a Espanha estava madura para o golpe e supor que, se este tivesse atingido o seu objetivo, a maioria do país o receberia com mais alívio que resignação. Também leva a perguntar se os deputados que se esconderam debaixo das poltronas no 23 de fevereiro não encarnavam melhor a vontade popular do que aqueles que não se esconderam. Por fim: talvez seja um exagero dizer que no inverno de 1981 Santiago Carrillo e Adolfo Suárez não representavam ninguém, entretanto, a julgar pelo que aconteceu na tarde de 23 de fevereiro, não se pode dizer que representassem muita gente.

¹ Um dos mais sonoros se deveu ao número 2 do Partido Socialista, Alfonso Guerra. “Se o cavalo de Pavía entrar na Câmara”, disse Guerra, “o cavaleiro será Suárez.” A previsão não foi muito oportuna, embora resuma bem o que muitos receavam do presidente do governo naquele momento.

Capítulo 4

É verdade: a história fabrica imagens estranhas e não repudia as simetrias da ficção, como se quisesse com esse critério formal adquirir um sentido que por si mesma não possui. Na história do golpe de 23 de fevereiro elas são fartas: fabricadas pelos fatos e pelos homens, os vivos e os mortos, o presente e o passado; talvez a que foi fabricada naquela noite num dos salões da Câmara por Santiago Carrillo e pelo general Gutiérrez Mellado não seja a menos estranha.

Às quinze para as oito da noite, quando já fazia mais de uma hora que um capitão da Guarda Civil tinha anunciado da tribuna a chegada à Câmara da autoridade militar encarregada de assumir o comando do golpe, Carrillo viu da sua poltrona uns guardas-civis tirando Adolfo Suárez do plenário. Como todos os outros deputados, o secretário-geral do PCE deduziu que os golpistas estavam levando o presidente para matá-lo. Isso não seria de estranhar, mas ele estranhou que meia hora mais tarde viessem buscar o general Gutiérrez Mellado e em vez dele mesmo levaram Felipe González. Pouco depois se dissipava a estranheza: um guarda-civil mandou que ele se levantasse e, de metralhadora em punho, obrigou-o a sair do plenário; junto com ele saíram Alfonso Guerra, número 2 socialista, e Agustín Rodríguez Sahagún, ministro de Defesa. Levaram os três para uma dependência conhecida como salão dos relógios, onde já se encontravam Gutiérrez Mellado e Felipe González, mas não Adolfo Suárez, que tinha sido confinado a sós no quarto dos meirinhos, a poucos metros do plenário. Mostraram-lhe uma poltrona no canto da sala; Carrillo se sentou, e durante as quinze horas seguintes praticamente não se mexeu do lugar, com o olhar quase sempre fixo em um grande relógio de carrilhão, obra de um relojoeiro suíço do século XIX chamado Alberto Billeter; à sua esquerda, bem perto, estava o general Gutiérrez Mellado; em frente, no centro do cômodo e de costas para ele, Rodríguez Sahagún, e mais à frente, de cara para a parede (ou pelo menos assim são lembrados quando se rememora aquela noite), González e Guerra. Em cada uma das portas havia militares rebeldes montando guarda com metralhadoras; o salão não tinha aquecimento, ou ninguém o havia ligado, e uma claraboia aberta no teto para o céu de fevereiro manteve os cinco homens tremendo de frio a noite toda.

Da mesma forma que seus companheiros, durante as primeiras horas de clausura no salão dos relógios Carrillo pensou que ia morrer. Pensou que devia se preparar para morrer. Pensou que estava preparado para morrer e ao mesmo tempo que não estava preparado para morrer. Temia a dor. Temia que seus assassinos rissem dele. Temia fraquejar no último instante. “Não vai ser nada”, pensou, armazenando coragem. “Vai ser só um instante: vão colocar um revólver na sua cabeça, disparar, e tudo estará terminado.” Provavelmente porque não é a morte, mas a incerteza da morte, o que nos resulta intolerável, este último pensamento o tranquilizou; e duas coisas mais o tranquilizaram: uma era o orgulho de não ter obedecido à ordem dos militares rebeldes, permanecendo em sua poltrona enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário; a outra era que a morte ia libertá-lo da tortura a que seus companheiros de partido o estavam submetendo. “Você vai ficar mais sossegado”, pensou. “Que descanso não ter que lidar nunca mais com tanta gente safada e tanta gente irresponsável. Que descanso não ter que sorrir para eles nunca mais.” Quando começou a pensar que provavelmente não ia morrer, o desassossego voltou. Não lembrava exatamente quando aconteceu (talvez quando o barulho de aviões sobrevoando a Câmara entrou pela claraboia; talvez quando Alfonso Guerra voltou do banheiro fazendo às escondidas caretas de ânimo; sem dúvida, à medida que o tempo passava e não chegavam notícias da autoridade militar anunciada pelos golpistas); a única coisa que lembrava era que sua mente, uma vez que tinha aceitado que podia não morrer, se transformou em um turbilhão de conjecturas. Não sabia o que estava acontecendo no plenário nem o que estava acontecendo fora da Câmara, não sabia se a operação de Tejero fazia parte de uma operação mais ampla ou se era uma operação isolada, mas sabia que era um golpe de Estado e tinha certeza de que sua vitória ou seu fracasso dependia do rei: se o rei aceitasse o golpe, o golpe venceria; se o rei não aceitasse o golpe, o golpe fracassaria. Não tinha nenhuma certeza quanto ao rei; nem sequer sabia se ele estava em liberdade ou se os golpistas o haviam aprisionado. Tampouco tinha certeza de qual ia ser a atitude da Câmara quando chegasse a autoridade militar, se chegasse: não seria a primeira vez que, coagido pelas armas, um parlamento democrático entregava o poder a um militar, pensava. E não pensava só em Pavía; ele tinha passado a metade da vida na França e lembrava que em 1940, coagida pelo Exército alemão depois da derrota na guerra, a

Assembleia Nacional francesa entregou o poder ao marechal Pétain, e que em 1958, coagida por seu próprio Exército na Argélia, entregou o poder ao general De Gaulle. Agora, pensava, podia acontecer a mesma coisa, ou algo semelhante, e não tinha certeza de que os deputados se recusariam a aceitar a chantagem: tinha certeza quanto a Adolfo Suárez, tinha certeza quanto à velha guarda do seu partido (não aos jovens), tinha certeza quanto a si mesmo; mas não tinha certeza quanto a mais ninguém. Em relação ao fato de que os golpistas o tivessem isolado exatamente com aqueles companheiros de infortúnio, começou a pensar, à medida que as horas passavam e ele sentia aumentar a esperança de que o golpe se paralisasse, que provavelmente quisessem separar os líderes mais representativos ou mais perigosos, ou com o poder de negociar com eles quando chegasse a hora. Porém não sabia o que teria que negociar, nem com quem, nem sequer se de fato haveria a possibilidade de negociar, e o turbilhão continuava girando.

Passou a noite toda sentado ao lado do general Gutiérrez Mellado. Não trocaram uma palavra, mas trocaram uma infinidade de olhares e de cigarros. Apesar de terem praticamente a mesma idade e estarem há quase quatro anos compartilhando os corredores da Câmara, os dois se conheciam pouco, só tinham conversado de forma ocasional ou protocolar, só os unia sua amizade comum com Adolfo Suárez: quase todo o resto os separava; principalmente a história. Os dois sabiam disso: a única diferença é que Gutiérrez Mellado, que julgava saber com mais precisão, nunca aludiu ao fato (pelo menos não em público), enquanto Carrillo o fez em várias ocasiões. Em uma entrevista que deu quando fez noventa anos, o antigo secretário-geral do PCE recordava que durante aquelas horas de cativo, enquanto ouvia a tosse de bronquítico de Gutiérrez Mellado e o via desfigurado e envelhecido na sua poltrona, pensou mais de uma vez na estranha e irônica imagem que o destino os obrigava a compor. “Em 1936, este general era um dos chefes da quinta coluna em Madri”, pensou. “E eu era o conselheiro de Ordem Pública e tinha a missão de lutar contra a quinta coluna. Naquele momento fomos inimigos mortais, e esta noite estamos aqui, juntos, e vamos morrer juntos.” Carrillo vislumbrou a imagem, mas não sua forma exata, porque as informações de que dispunha não eram exatas: se fossem, teria descoberto que a imagem era ainda mais irônica e mais estranha do que imaginava.

A primeira parte da imagem faz parte do ponto de fuga de sua biografia: em 6 de novembro de 1936, bem no início da guerra civil, Carrillo começou a se transformar no vilão do franquismo e no herói do antifranquismo. Tinha acabado de completar 21 anos e, tal como Gutiérrez Mellado, só que na trincheira inimiga, era o oposto do porta-bandeira da concórdia em que se transformaria com o tempo (“Concórdia? Não”, escrevia no princípio de 1934 no jornal *El Socialista*. “Guerra de classes! Odeio mortalmente a burguesia criminosa”). Ele estava dirigindo havia alguns meses a JSU, juventudes socialistas e comunistas unificadas, e naquele dia, em consequência da sua paulatina radicalização ideológica, e também da sua certeza de que assim estava contribuindo para defender a república contra o golpe de Franco, ingressou no Partido Comunista. A república, no entanto, parecia a ponto de ser derrotada. Fazia vários dias que Madri estava tomada pelo pânico, com as tropas do Exército da África às portas e as ruas tomadas por milhares de pessoas que fugiam em disparada do terror franquista. Convencido de que a queda da capital era inevitável, o governo da república tinha fugido para Valencia e deixado a defesa impossível de Madri nas mãos do general Miaja, que às dez da noite convocou uma reunião no Ministério da Guerra para constituir a Junta de Defesa, o novo governo da cidade no qual deviam estar representados todos os partidos que apoiavam o governo fugitivo; a reunião se prolongou até bem tarde, e nela decidiram confiar o Conselho de Ordem Pública ao líder da JSU: Santiago Carrillo. Mas depois dessa reunião geral foi improvisada uma reunião restrita, durante a qual dirigentes comunistas e anarquistas determinaram uma solução expeditiva para um problema secundário exposto na primeira reunião; um problema secundário em meio às urgências terminais da defesa de Madri: cerca de dez mil presos lotavam as prisões da capital — La Modelo, San Antón, Porlier e Ventas; — muitos deles eram fascistas ou oficiais rebeldes que receberam a oportunidade de se incorporar ao Exército da república e recusaram a oferta; Franco podia tomar a cidade a qualquer momento — de fato, havia combates a duzentos metros de La Modelo —, e nesse caso os militares e os fascistas encarcerados ali passariam a engrossar as filas do Exército amotinado. Não sabemos quanto tempo durou essa reunião; mas sim que os participantes decidiram dividir os prisioneiros em três categorias e aplicar a pena de morte aos mais perigosos: fascistas e militares rebeldes. Naquela mesma madrugada começaram os

fuzilamentos em Paracuellos de Jarama, a pouco mais de trinta quilômetros da capital, e durante as três semanas seguintes mais de dois mil presos franquistas foram executados sem sentença judicial.

Foi o maior massacre perpetrado pelos republicanos durante a guerra. Carrillo terá participado dessa improvisada reunião restrita? Terá tomado a decisão de fazer a matança ou dela participado? A propaganda franquista, que fez dos fuzilamentos de Paracuellos o epítome da barbárie republicana, sempre afirmou que sim: segundo ela, Carrillo foi o responsável pessoal pela matança, dentre outras razões porque era impossível tirar aquele número enorme de detentos das prisões sem contar com o chefe do Conselho de Ordem Pública; Carrillo, por seu lado, sempre defendeu a sua inocência: ele se limitou a transferir os detentos das prisões para evitar o risco de que se unissem aos franquistas, mas sua jurisdição terminava na capital e os crimes ocorreram fora dela e deviam ser imputados aos grupos descontrolados que surgiam ao calor da balbúrdia de guerra que reinava em Madri e seus arredores. Teria razão a propaganda franquista? Terá razão Carrillo? Os historiadores discutiram o problema até não poder mais; na minha opinião, as pesquisas de Ian Gibson, Jorge M. Reverte e Ángel Virias são as que mais nos aproximam da verdade dos fatos. Não restam dúvidas quanto à autoria comunista e anarquista dos assassinatos e de que estes não foram obra de descontrolados; tampouco há dúvidas de que seus inspiradores foram os comunistas; e tampouco de que Carrillo não deu a ordem de cometê-los nem de que, até onde chegam as evidências documentais, não teve envolvimento direto neles. Segundo Virias, a ordem pode ter partido de Alexander Orlov, agente da NKVD soviética na Espanha, pode ter sido transmitida por Pedro Tchecha, homem forte do PCE, e executada pelo também comunista Segundo Serrano Poncela, delegado de Ordem Pública do Conselho de Ordem Pública. Isso não exime Carrillo de toda responsabilidade pelos fatos: não consta que tivesse participado da reunião restrita realizada logo após a Junta de Defesa na qual os fuzilamentos foram planejados — não decididos: a decisão já estava tomada —, mas Serrano Poncela era seu subordinado e, embora as execuções dos primeiros dias possam ter acontecido sem que Carrillo soubesse, é muito difícil aceitar que as dos dias seguintes não tenham chegado aos seus ouvidos. Pode-se acusar Carrillo de não ter interferido para evitá-las, de ter feito vista grossa; não se pode acusá-lo de tê-las ordenado ou organizado. Não interferir para

evitar uma atrocidade tamanha é injustificável, mas talvez seja compreensível se fizermos o esforço de imaginar um rapaz recém-saído da adolescência, recém-ingressado em um partido militarizado cujas decisões não estava em condições de discutir nem de rebater, recém-chegado a um cargo cujos mecanismos de poder não dominava bem (mas à medida que foi dominando acabou com grande parte da violência arbitrária que infestava Madri) e, acima de tudo, sufocado pelo caos e pelas exigências avassaladoras da defesa de uma cidade desesperada onde os milicianos caíam como moscas nos subúrbios e as pessoas morriam diariamente sob as bombas (e que incrivelmente ainda resistiu mais dois anos e meio ao assédio de Franco). Fazer o esforço de imaginar essas coisas não é, insisto, tentar justificar a morte de mais de duas mil pessoas: é apenas não abrir mão por completo de entender o horror real de uma guerra. Carrillo o entendeu e por isso — embora provavelmente na Espanha dos anos 1980 poucos se atrevessem a eximi-lo da responsabilidade direta pelos assassinatos — nunca negou a sua responsabilidade indireta. “Não posso dizer que, se Paracuellos aconteceu quando eu era conselheiro”, declarou em 1982, “eu seja totalmente inocente a respeito do que aconteceu.”



Essa é a primeira parte da imagem; descrevo agora a segunda. Durante os meses em que Carrillo dirigiu o Conselho de Ordem Pública de Madri, Gutiérrez Mellado não era, como acreditava muitos anos depois o secretário-geral do PCE, um dos chefes da quinta coluna na capital. Viria a ser algum tempo depois, mas na madrugada de 6 de novembro, no instante exato em que nascia o mito contraditório que iria perseguir Carrillo pelo resto da vida — o mito do herói da defesa de Madri e o mito do vilão dos fuzilamentos de Paracuellos —, Gutiérrez Mellado estava encarcerado havia três meses na segunda galeria do primeiro andar da prisão de San Antón, pois o futuro general era um dos muitos oficiais que, depois de ter tentado em julho sublevar as guarnições de Madri contra o governo legítimo da república e ter caído prisioneiro, havia recusado a oferta de se incorporar ao Exército republicano para defender a capital do ataque franquista; isso significa

que Gutiérrez Mellado era um dos oficiais que no dia 7 de novembro, depois da reunião restrita dos dirigentes comunistas e anarquistas que se seguiu à primeira reunião da Junta de Defesa de Madri na noite anterior, deveria ter sido tirado da prisão junto com dezenas de companheiros e executado ao entardecer em Paracuellos. Milagrosamente, devido à desorganização em que a operação foi realizada, Gutiérrez Mellado sobreviveu à retirada daquele dia e às sucessivas retiradas que a prisão de San Antón presenciou até que, em 30 de novembro, as execuções pararam. Como os dois estavam lutando na mesma trincheira havia anos e tinham se tornado os porta-bandeiras da concórdia que combateram na juventude, é impossível que em 1981 Carrillo ainda fosse para Gutiérrez Mellado o vilão de Paracuellos, mas não que em algum momento da noite de 23 de fevereiro, enquanto trocava cigarros e olhares com ele no silêncio gélido e humilhante do salão dos relógios, o general tenha intuído com exatidão a estranha ironia que era morrer ao lado do mesmo homem que, como provavelmente acreditava (e provavelmente acreditava porque ele também entendia o horror real da guerra), certa noite de 45 anos atrás havia ordenado a sua morte. Se é verdade que acreditava nisto, talvez lhe interessasse saber que estava errado.

Capítulo 5

Depois do golpe de Estado, a estrela política de Santiago Carrillo se eclipsou rapidamente. Carrillo tinha construído a democracia e tinha arriscado a pele por ela na tarde de 23 de fevereiro, mas a democracia deixou de precisar dele ou não queria mais saber dele; e nem o seu próprio partido. Ao longo de 1981, o PCE continuou se debatendo no emaranhado de conflitos internos que o dilaceravam desde que quatro anos antes seu secretário-geral anunciara o abandono das essências leninistas do partido; apegado ao cargo e à sua velha e autoritária concepção de poder, Carrillo tentou manter a unidade dos comunistas sob o seu comando à base de expurgos, punições e expedientes disciplinares. O resultado desse ensaio de catarse foi lamentável: os expedientes, sanções e expurgos provocaram mais expurgos, mais punições e mais expedientes disciplinares, e no verão de 1982 o PCE era um partido a ponto de desmoronar, com menos da metade dos militantes que tinha cinco anos antes e com uma presença social cada vez mais limitada e precária, rachado em três partes — os pró-soviéticos, os renovadores e os carrillistas — e irreconhecível para quem tivesse pertencido a ele na exuberância clandestina do pós-franquismo, quando era o primeiro partido da oposição, ou no otimismo inicial da democracia, quando ainda parecia destinado a sê-lo. O próprio Carrillo estava irreconhecível: tinha ficado para trás o herói da defesa de Madri: o mito da luta antifranquista, o líder respeitado internacionalmente, o símbolo do novo comunismo europeu, o secretário-geral que exercia a autoridade de um semideus e o estrategista capaz de transformar qualquer derrota em vitória, o fundador da democracia a quem seus próprios adversários consideravam um estadista sólido, lúcido, pragmático, necessário; agora era apenas o chefe nervoso e na defensiva de um partido tangencial, envolvido em debates ideológicos ininteligíveis e em lutas internas nas quais a ambição se apresentava como pureza de princípios e o rancor acumulado com o desejo de mudança, um político minguante com maneiras de brontossauro comunista e linguagem envelhecida de *apparatchik* perdido num labirinto autofágico de paranoias conspirativas. Durante aqueles meses de suplício pessoal e estertores políticos, Carrillo não evitou sequer o gesto exasperado de usar a lembrança do 23 de fevereiro para se defender dos rebeldes do PCE (ou para atacá-los): fez

isso em reuniões em que seus camaradas o vaiaram. “Se o tenente-coronel Tejero não conseguiu que eu me jogasse no chão, muito menos vocês vão conseguir que eu me cale aqui”, disse em meio à algazarra de um ato realizado em Barcelona no dia 12 de março de 1981 — e o fez em reuniões dos órgãos do partido, recriminando os dirigentes que estavam a cargo da organização na noite do golpe por sua inépcia ou falta de coragem para responder ao levante do Exército com mobilizações populares; talvez também o tenha feito (ou pelo menos é o que dizem seus caluniadores) para fazer jus a um quadro do pintor comunista José Ortega que o retrata levantado no plenário da Câmara durante a tarde de 23 de fevereiro enquanto os outros deputados, com exceção de Adolfo Suárez e Gutiérrez Mellado — na tela, duas figuras modestas se comparadas com a figura panorâmica do secretário-geral —, se protegem dos tiros dos golpistas embaixo das suas poltronas.

Foi tudo inútil. As eleições gerais de outubro de 1982, as primeiras depois do golpe de Estado, deram a maioria absoluta ao Partido Socialista e permitiram a formação do primeiro governo de esquerda desde a guerra, mas foram a sentença de morte política para Santiago Carrillo: o PCE perdeu metade de seus votos, e seu secretário-geral não teve outro remédio senão apresentar sua renúncia perante o Comitê Executivo. Renunciou ao cargo, não ao poder; Carrillo era um político puro, e um político puro não deixa o poder: é expulso. Como a retirada de Suárez antes do golpe, o gesto de Carrillo depois do golpe não foi uma retirada definitiva, e sim tática, pensada para manter o controle do partido à distância e à espera do momento propício para o retorno: conseguiu colocar na secretaria-geral um substituto achegado e maleável (ou que a princípio lhe pareceu achegado e maleável), continuou sendo membro do Comitê Executivo e do Comitê Central e manteve o cargo de porta-voz do partido na Câmara. Lá, com seus quatro míseros deputados, nem sequer conseguiu formar uma bancada parlamentar própria e se viu obrigado a integrar o chamado grupo misto, um grupo improvisado em que conviviam os partidos com representação mínima na Câmara; e ali voltou a se encontrar com Adolfo Suárez, que tentava ressuscitar para a política depois da sua renúncia à presidência do governo e acabava de fundar o CDS, um partido com o qual conseguiu metade da mísera representação parlamentar obtida por Carrillo. E lá estavam outra vez, gêmeos e incombustíveis, unidos em sua última aventura pública pelo vício da política, pelos votos dos cidadãos e pelas

normas parlamentares, devorados pelo sistema político que haviam montado a quatro mãos como se a história quisesse fabricar com eles uma nova imagem: cinco anos antes trocavam uma ditadura por uma democracia, e agora eram dois deputados praticamente invisíveis a não ser como ícones cansativos de uma época que o país inteiro parecia impaciente para superar.

Nenhum dos dois se resignou a esse papel secundário. Durante os três anos seguintes, Carrillo continuou fazendo política como pôde na Câmara e no partido, no qual brigou até o final para manter o controle do aparelho e para tutelar seu sucessor. Não demoraram a aparecer desavenças entre ambos, e em abril de 1985 Carrillo afinal foi suspenso de todos os seus cargos e reduzido à condição de militante de base; era uma expulsão encoberta, e seu orgulho não a tolerou: logo depois saiu do partido e, em companhia de um grupo de fiéis, fundou o Partido dos Trabalhadores da Espanha, uma organização que demonstrou em pouco tempo a sua previsível irrelevância, e em 1991 pediu seu ingresso no PSOE, seu adversário encarniçado durante as quatro décadas de franquismo e os três lustros de democracia. Fazendo da necessidade virtude, Carrillo interpretou esse gesto como uma forma de fechar um círculo pessoal, um gesto de reconciliação com sua própria biografia: quando era jovem, no mesmo dia em que nasceu o mito do herói de Madri e do vilão de Paracuellos, ele deixou o Partido Socialista da sua família, da sua infância e da sua adolescência para se integrar ao Partido Comunista; agora, velho, percorria o carris no inverso: deixava o Partido Comunista para se integrar ao Partido Socialista. É óbvio que ninguém aceitou essa interpretação, embora seja bem possível que de fato fosse um gesto simbólico: um reconhecimento simbólico de que, depois de uma vida dedicada a insultar o socialismo democrático (ou a social-democracia), o socialismo democrático (ou a social-democracia) era o resultado inevitável do desmonte ou solapamento ou demolição ideológica do comunismo que ele tinha iniciado anos antes. Talvez também fosse um gesto de insubmissão, uma última manobra de político puro: não obstante aos 76 anos de idade já não aspirasse a ocupar cargos decisórios, talvez ainda não tivesse desistido de influir, da sua atalaia de velho líder experiente, os jovens e todo-poderosos socialistas no governo. Fosse o que fosse, afinal o seu gesto não deu em nada: o PSOE aceitou outros membros do PTE, mas o convenceu com boas palavras, e quem sabe com o íntimo intuito de humilhá-lo, de que, dada a

sua trajetória política, o mais conveniente para todos era que não formalizasse o seu ingresso no partido.

Foi o arremate desanimado da sua carreira política. O que aconteceu depois não ajudou a desmentir isso. Afastado da política ativa, escrevendo artigos em jornais e opinando com sua eterna voz rachada, monocórdia e pachorrenta em debates pelo rádio e programas de televisão, sempre agarrado ao seu cigarro vitalício, durante seus últimos anos de vida Carrillo parecia encarapitado no venerável pedestal dos pais da pátria. Só parecia. Por baixo das homenagens ocasionais e do respeito que os meios de comunicação e as instituições dispensavam à sua figura, fluía uma corrente adversa tão teimosa quanto poderosa: a direita nunca deixou de associar seu nome aos horrores da guerra nem de inventar novas iniquidades para o seu passado, e até o final dos seus dias ele não podia comparecer a um ato público sem que ninhadas de radicais tentassem boicotá-lo com insultos e tentativas de agressões físicas; quanto à esquerda, o repúdio que Carrillo suscitava nela era menos barulhento e mais sutil, mas secretamente talvez não menos inflamado, principalmente entre seus antigos camaradas ou entre os herdeiros dos seus antigos camaradas ou entre os herdeiros dos herdeiros dos seus antigos camaradas: seus antigos camaradas lhe dispensavam uma aversão permanente de velhos paroquianos submetidos ao seu arbítrio, que no fundo também era (ou pelo menos era para muitos) uma aversão permanente a si mesmos por terem pertencido a uma igreja em que Carrillo era adorado como um sumo sacerdote; fazendo eco a uma maldade de Felipe González, os herdeiros dos seus antigos camaradas o culpavam de ter conseguido em cinco anos de democracia o que Franco não havia conseguido em quarenta de ditadura: aniquilar o Partido Comunista; já os herdeiros dos herdeiros dos seus antigos camaradas o denegriam repetindo sem saber, endurecida pela ignorância e pela impunidade arrogante da juventude, uma antiga acusação: para eles — *Fiat iustitia et pereat mundus* —, foram a ambição pessoal de Carrillo e sua cumplicidade com Adolfo Suárez que, somadas ao seu revisionismo ideológico, à sua política claudicante e aos seus erros de estratégia, obrigaram a esquerda a pactuar a passagem da ditadura para a democracia com a direita em inferioridade de condições e impediram que se restaurasse a legalidade republicana suprimida pela vitória de Franco na guerra, que se ressarcissem por completo as vítimas do franquismo e se julgassem os responsáveis pelos quarenta anos de

ditadura. Nenhum deles tinha razão, no entanto é absurdo negar que todos tinham parte de razão e que — mas seria bom saber o que os camaradas e os herdeiros dos camaradas e os herdeiros dos herdeiros dos camaradas de Carrillo fizeram exatamente na tarde de 23 de fevereiro, enquanto ele arriscava a pele pela democracia — de certo modo Carrillo foi essencialmente um fracassado, pois, com exceção do projeto de reconciliar a Espanha irreconciliável de Franco com a democracia, todos os grandes projetos que empreendeu na vida fracassaram: tentou fazer uma revolução para chegar ao poder pela força e fracassou; tentou ganhar uma guerra justa e fracassou; tentou derrubar um regime injusto e fracassou; tentou reformar o comunismo para chegar ao poder pelas urnas e fracassou. Vive os seus últimos anos rodeado pelo falso respeito de quase todos e pelo verdadeiro respeito de uns poucos. Pode ter sido muitas coisas, mas nunca foi néscio nem covarde, e é possível que só veja ao seu redor uma paisagem calcinada de ideais em ruínas e de esperanças derrotadas.

Durante esse período final, sua amizade com Adolfo Suárez permaneceu intacta. Ambos tinham abandonado a atividade política por volta da mesma época, em 1991, e ao longo dos dez anos seguintes a relação entre os dois ficou mais assídua e mais íntima. Encontravam-se com frequência; riam muito; tentavam em vão não falar de política. No inverno de 2001, Carrillo começou a suspeitar que seu amigo estava doente. Em junho do ano seguinte, durante a comemoração oficial dos 25 anos de democracia, Suárez fez uma de suas já raras aparições públicas e declarou à imprensa que José María Aznar, que àquela altura já estava havia seis anos em La Moncloa, era o melhor presidente do governo do período democrático. Esse ditirambo provocou muitos comentários; o de Carrillo foi recebido pelos ressabiados como um cinismo de raposa velha disposta a perder um amigo para não perder a piada: “Adolfo não está bem: acho que sofre de uma lesão cerebral”. Pouco depois foi visitar Suárez em sua casa em La Florida, uma urbanização nos arredores de Madri. Encontrou-o como sempre, ou como sempre o encontrava naquela época, mas em determinado momento Suárez falou dos longos passeios solitários que dava pela urbanização e Carrillo o interrompeu. Não deveria sair sozinho, disse. Podem lhe pregar um susto. Suárez riu. Quem? O ETA? E não o deixou responder: Se tiverem colhões que venham me buscar, disse. E a seguir Carrillo o viu interpretar com palavras o papel principal de uma cena de

faroeste: um dia qualquer saía sozinho de casa e, passeando por um parque próximo, três terroristas armados o atacaram, mas, antes que pudessem dominá-lo, ele se virou, sacou seu revólver e os desarmou com três tiros; em seguida, depois de avisar que da próxima vez atiraria para matar e que se não acatassem o império da lei e da vontade democrática dos cidadãos iam passar o resto da vida na prisão, os entregaria à justiça amarrados com os pés e as mãos.

Nunca mais voltou a ver Adolfo Suárez. Ou pelo menos foi o que Carrillo me disse na única vez em que estive com ele, uma manhã da primavera de 2007. A entrevista foi ao meio-dia em sua casa, um apartamento modesto num edifício situado na Plaza de los Reyes Magos, no bairro de Niño Jesús, perto do parque do Retiro. Carrillo já era nonagenário, mas tinha a mesma aparência dos seus sessenta anos; quando muito, seu corpo parecia um pouco menor e a armação dos ossos um pouco mais frágil, o crânio um pouco mais calvo, a boca um pouco mais encolhida, o nariz um pouco mais brando, os olhos um pouco menos sarcásticos e mais cordiais atrás dos óculos de lentes bifocais. No tempo que passamos juntos ele fumou um maço inteiro de cigarros; falava sem rancor e sem orgulho, com um prurido de precisão ajudado por uma memória irrepreensível. Eu lhe perguntei principalmente a respeito dos anos da transição política, da legalização do PCE e do 23 de fevereiro; ele falou principalmente de Adolfo Suárez (“Tendo trabalhado na universidade, você deve ter conhecido muitos bobos cultos, não é?”, perguntou-me duas vezes. “Pois Suárez era justamente o contrário”). Durante as mais de três horas que a conversa durou, ficamos sentados frente a frente no seu escritório, um cômodo exíguo e forrado de livros até o teto; na sua mesa de trabalho havia mais livros, papéis, um cinzeiro cheio de guimbas; por uma janela entreaberta que dava para a rua entrava um rumor de crianças brincando; atrás do meu interlocutor, encostada numa prateleira, uma foto do 23 de fevereiro presidia o ambiente: a foto de capa do *The New York Times* em que Adolfo Suárez, jovem, valoroso e desfigurado, sai da sua poltrona em direção aos guardas-civis que sacodem o general Gutiérrez Mellado no plenário da Câmara.



Capítulo 6

A pergunta sobre os serviços de inteligência continua no ar, mas agora é outra. Sabemos que o CESID dirigido por Javier Calderón não organizou nem participou como tal do golpe, na verdade se opôs a ele, mas também sabemos que vários membros da unidade de elite do CESID dirigida pelo comandante José Luis Cortina, a AOME, colaboraram com o tenente-coronel Tejero no ataque à Câmara (sem dúvida o capitão Gómez Iglesias, que no último momento persuadiu certos oficiais indecisos a escoltarem o tenente-coronel; provavelmente o sargento Miguel Sales e os cabos José Moya e Rafael Monge, acompanhando os ônibus de Tejero até seu objetivo); a pergunta, portanto, é: a AOME organizou ou apoiou o 23 de fevereiro? O comandante Cortina organizou ou apoiou o 23 de fevereiro? Na verdade, é impossível responder a essas duas perguntas sem responder a duas perguntas anteriores: quem era o comandante Cortina? O que era a AOME?

Externamente, a biografia de José Luis Cortina apresenta muitas semelhanças com a de Javier Calderón, com quem iniciou nos anos 1970 uma amizade que dura até hoje; mas as semelhanças são apenas externas, pois Cortina é um personagem muito mais complexo e mais ambíguo que o antigo secretário-geral do CESID, descrito com uma admiração uniforme pelos que o conhecem melhor como um autêntico homem de ação e ao mesmo tempo como um virtuoso da camuflagem: *um personagem do decafronte*, como escreveu Manuel Vázquez Montalbán depois de entrevistá-lo. Como Calderón, Cortina foi formado no falangismo com inquietações sociais da escola militar preparatória Forja, só que sua vocação política de Cortina sempre foi muito mais sólida que a de Calderón e o levou nos anos 1960 a militar em pequenos grupos radicais da esquerda falangista que, como a Frente Social Revolucionária, pretendiam, sem sair do redil do regime, renová-lo ou purificá-lo com enxertos filomarxistas e simpatias pela Cuba de Fidel Castro. Essa miscelânea ideológica nada incomum na juventude politizada da época lhe proporcionou uma ou outra topada com o serviço de inteligência do Exército e com a polícia, mas também relações com militantes da oposição ao franquismo, em particular com os comunistas. Cortina só passou a fazer parte do serviço de inteligência em 1968, quando, aos trinta anos, e depois de se formar na Academia Militar como

um dos primeiros lugares da sua turma — a turma 14, a mesma do rei —, foi cooptado pelo Alto Estado-Maior para organizar a primeira unidade de operações especiais dos serviços de inteligência, a SOME, onde trabalhou até meados dos anos 1970. Nessa época seus ímpetos pseudorrevolucionários se moderaram e, como seu irmão Antonio e Calderón, com quem sempre compartilhou ideias e projetos políticos, participou do GODSA, o gabinete de estudos ou ameaça de partido político que se vinculou a Manuel Fraga para tentar com ele uma reforma sem ruptura do franquismo e que se afastou dele (ou o fizeram muitos dos seus membros) assim que ficou claro que a monarquia apostava na reforma com ruptura de Suárez; como Calderón, nessa época Cortina foi advogado de defesa de um dos militares antifranquistas da União Militar Democrática: o capitão García Márquez. Finalmente, no outono de 1977, assim que foi criado o CESID depois das primeiras eleições democráticas, seu primeiro diretor o incumbiu de formar a unidade de operações especiais do centro, a AOME, que dirigiu até que algumas semanas depois do 23 de fevereiro um juiz o indiciou por sua suposta participação no golpe. Do ponto de vista político, no princípio dos anos 1980 Cortina era um militar de fidelidade monárquica que, embora quatro anos antes tivesse aceitado sem reticências o sistema democrático, agora pensava, como boa parte da classe política (e ao contrário de Calderón, preso à lealdade de Gutiérrez Mellado), que Adolfo Suárez era um mal para a democracia ou a tinha deturpado, que o sistema estava em uma crise profunda que ameaçava a Coroa, e que a melhor forma de tirá-lo dessa crise era a formação de um governo de coalizão ou concentração ou unidade em torno de um militar com as características do general Armada, que Cortina conhecia bem e a quem, além disso, estava ligado por parte do seu irmão Antonio, que mantinha boa amizade com o general e fizera sua carreira política nas filas da Alianza Popular de Manuel Fraga; do ponto de vista técnico, do ponto de vista da sua função na espionagem, nada define melhor Cortina que a própria natureza da AOME.

Embora fosse parte do CESID, a AOME não partilhava seu caos organizativo nem sua precariedade de recursos; muito pelo contrário: talvez tenha sido a primeira unidade dos serviços de inteligência espanhóis capaz de competir de igual para igual com qualquer unidade dos serviços de inteligência ocidentais. Todo o mérito disso era do seu fundador: Cortina comandou durante quatro anos a AOME com uma

autonomia quase completa; seu único vínculo hierárquico com o CESID era Calderón, que não fiscalizava a unidade, na prática se limitava a solicitar-lhe, a pedido das diversas divisões do centro, informações que depois o comandante lhe trazia sem prestar contas a ninguém sobre sua forma de consegui-las. Como todas as outras de características semelhantes nos serviços de inteligência ocidentais, a AOME era uma unidade secreta dentro do serviço secreto, de certo modo secreta também para o próprio serviço secreto. Sua estrutura era simples. Constava de três grupos operativos que se subdividiam em dois subgrupos que por sua vez se subdividiam em três equipes, cada uma das quais era integrada por sete ou oito pessoas e dotada de três ou quatro veículos e um transmissor pessoal para comunicação com outros membros da equipe e com a emissora dos veículos; a cada equipe era dada uma tarefa e cada agente tinha uma especialidade: fotografia, transmissões, serralheria, explosivo *etc.* Além desses três grupos operativos, a AOME contou desde o começo com sua própria escola, onde todo ano era ministrado um curso de técnicas de inteligência que permitia treinar os alunos em métodos sofisticados de informação e escolher os mais aptos para levar a cabo as missões encomendadas, sempre as mais perigosas do CESID: seguimentos, escutas, entradas clandestinas em domicílios e escritórios, sequestros. A natureza dessas atividades explica por que aqueles que as realizavam levavam uma vida semiclandestina inclusive no interior do próprio CESID, cujos membros desconheciam a identidade dos agentes da AOME e a localização das sedes secretas da unidade, quatro chalés na periferia de Madri conhecidos respectivamente como Paris, Berlim, Roma e Jaca. Esse hermetismo provavelmente só podia ser mantido, aliás, graças a uma espécie de espírito de seita; segundo os que serviram sob as suas ordens naqueles anos, Cortina conseguiu insuflar esse espírito em seus quase duzentos homens e desse modo formou com eles uma elite compacta que se via como uma ordem de cavalaria disciplinada pela lealdade ao chefe e por um lema compartilhado com outras unidades do Exército: “Se é possível, está feito; se é impossível, será feito”.

Esse era, grosso modo, o comandante José Luis Cortina; isso era, grosso modo, a AOME. Dadas as características pessoais do comandante e dadas as características organizativas e operativas da unidade que ele comandava, sempre situada na fronteira da legalidade ou além dela, sempre operando de forma encoberta e sem fiscalização externa, não

resta dúvida de que a AOME de Cortina pode ter apoiado o golpe do 23 de fevereiro enquanto o CESID de Calderón se opunha a ele; dada a coesão interna que Cortina imprimiu à AOME, é muito improvável que seus membros pudessem agir sem a autorização ou o conhecimento do comandante. Não digo que fosse impossível (afinal, a coesão interna da unidade demonstrou que não estava livre de fissuras, porque foram membros da AOME que, depois do 23 de fevereiro, denunciaram a participação de seus companheiros e do próprio Cortina no golpe de Estado; afinal, embora meses antes provavelmente o capitão Gómez Iglesias tivesse sido encarregado por Cortina da vigilância de Tejero, no último momento pode ter aderido ao golpe sem consultar Cortina, levado pela antiga amizade e pela comunhão de ideias com o tenente-coronel); digo que é muito improvável. Foi isso o que aconteceu? O comandante Cortina organizou ou apoiou o 23 de fevereiro? E se o fez, por quê? Para apoiar com a força o governo de Armada? Ou apoiou o golpe o suficiente para ser um vencedor caso o golpe vencesse e o combateu o suficiente para ser um vencedor caso o golpe fracassasse? Ou será que o apoiou como agente duplo, ou como agente provocador, aderindo ao golpe para controlá-lo de dentro e fazê-lo fracassar? Todas essas hipóteses já foram formuladas alguma vez, mas é impossível tentar responder a essas cinco perguntas sem antes tentar responder a cinco perguntas anteriores: Cortina soube antecipadamente quem, quando, como e onde do 23 de fevereiro? Cortina esteve em contato com Armada e com outros golpistas nos dias anteriores ao 23 de fevereiro? O que fez exatamente Cortina na véspera do 23 de fevereiro? O que fez exatamente Cortina no próprio 23 de fevereiro? O que aconteceu exatamente na AOME no dia 23 de fevereiro?

Capítulo 7

23 de fevereiro

Às vinte para as sete da noite, quando haviam transcorrido quinze minutos do ataque à Câmara e o rei impedia a entrada do general Armada em La Zarzuela, o golpe de Estado encalhou. Isso não significa que nesse momento, com o governo e os parlamentares sequestrados, com a região de Valencia rebelada e com a Encouraçada Brunete ameaçando Madri, o golpe já estivesse destinado ao fracasso; significa apenas que, além do golpe, naquele momento já estava em andamento o contragolpe, e que, a partir de então e até pouco depois das nove, os planos dos golpistas ficaram em suspenso, à espera de que novas unidades do Exército se incorporassem ao levante.

O posto de comando do contragolpe estava situado em La Zarzuela, no gabinete do rei, onde este permaneceu a noite toda em companhia do seu secretário, Sabino Fernández Campo, da rainha, do seu filho, o príncipe Felipe — na época um garoto de treze anos — e de um ajudante de ordens, enquanto os salões vizinhos do palácio se enchiam de familiares, amigos e membros da Casa Real que atendiam ou faziam ligações ou comentavam os acontecimentos. Embora pela Constituição o rei não passasse de chefe simbólico das Forças Armadas, cujo comando efetivo era exercido pelo presidente do governo e o ministro da Defesa, naquela situação excepcional ele atuou como comandante em chefe do Exército, e desde o primeiro instante disparou ordens de respeitar a legalidade aos seus companheiros de armas. Inicialmente, com o objetivo de substituir o governo sequestrado, o rei aprovou uma proposta pela qual todos os poderes do executivo passavam à mãos da Junta de Chefes de Estado-Maior, o órgão máximo na hierarquia do Exército, mas se apressou a retirar sua aprovação assim que alguém — talvez Fernández Campo, talvez a própria rainha — o fez ver que essa medida significava submeter o poder civil ao militar e na prática sancionar o golpe; esse passo em falso abortado a tempo demonstrou em La Zarzuela a necessidade de constituir um governo suplente de civis, o que

foi feito antes das oito da noite com a reunião de um grupo de secretários e subsecretários de Estado sob o comando do diretor-geral de Segurança, Francisco Laína. Àquela hora, contudo, a principal preocupação do rei não era o tenente-coronel Tejero, que mantinha a Câmara sob o seu controle, nem o general Milans, que mantinha a região de Valencia rebelada, nem os conjurados da Encouraçada Brunete, que, apesar das contraordens do chefe da divisão e do comandante de Madri, não haviam desistido de se unir ao golpe, e nem sequer o general Armada, sobre quem convergiam cada vez mais suspeitas à medida que os golpistas citavam seu nome (Tejero mencionou, Milans mencionou, os conjurados da Brunete mencionaram); a principal preocupação do rei eram os comandantes.

Tratava-se de quase uma dúzia de generais que exerciam um domínio de vice-reis sobre as onze regiões militares em que o país estava dividido. Todos eram franquistas: todos haviam feito a guerra do lado de Franco, quase todos tinham combatido na Divisão Azul junto com as tropas de Hitler, todos se situavam ideologicamente na ultradireita ou mantinham boas relações com ela, todos haviam aceitado a democracia por senso de dever e a contragosto e por volta de 1981 muitos consideravam que a intervenção do Exército na política do país era indispensável ou conveniente. Nos dias anteriores ao 23 de fevereiro Milans havia conseguido na chefia da VII Região Militar apoio explícito ou implícito para a sua causa de cinco comandantes (Merry Gordon, chefe da II Região; Elícegui, da V; Campano, da VII; Fernández Posse, da VIII; Delgado, da IX), mas, uma vez iniciado o golpe, quando o rei e Fernández Campo começaram a convocar um por um ao telefone e eles tiveram que se definir, nenhum dos comandantes apoiou Milans com clareza. Mas também não acataram sem hesitações a autoridade do rei; teriam acatado se ele tivesse ordenado mandar as tropas para a rua, porém, dado que a ordem que partiu de La Zarzuela foi exatamente a oposta, todos os comandantes exceto dois (Quintana Lacaci, em Madri, e Luis Polanco, em Burgos) se debateram durante toda a tarde e a noite em um pântano de dúvidas, por um lado pressionados pelas arengas telefônicas de Milans e seus apelos à honra militar, à salvação da Espanha e aos compromissos assumidos, e por outro contidos pelo respeito ao rei e, às vezes, pela reticência ou prudência dos segundos escalões de comando, e provavelmente fascinados pela vertigem de reviver na velhice a épica insurrecional da sua juventude de oficiais de

Franco e conscientes de que o apoio de algum deles ao golpe podia incliná-lo para o lado dos golpistas — decidindo a intervenção dos outros e obrigando o rei a congelar ou suprimir um regime político que todos detestavam —, mas também conscientes de que esse mesmo apoio podia arruinar sua folha de serviços, aniquilar suas apazíveis previsões de aposentadoria e condená-los a passar o resto dos seus dias numa prisão militar. É provável que esses generais tivessem alto conceito de si mesmos, entretanto, a julgar pelo que ocorreu no 23 de fevereiro, salvo exceções, só demonstraram ser um punhado de militares covardes e sem honra, apodrecidos de indolência e fanfarronice: se fossem militares de honra, não teriam hesitado um segundo em se colocar sob as ordens do rei protegendo a legalidade que haviam jurado defender; se não fossem militares de honra, mas fossem valentes, fariam o que seus ideais e suas vísceras exigiam e mandariam os tanques para a rua. Salvo exceções, não fizeram nem uma coisa nem a outra; salvo exceções, o comportamento deles oscilou do envergonhado ao disparatado: foi o que ocorreu, por exemplo, com o general Merry Gordon, chefe da II Região, que havia se comprometido a apoiar Milans e passou a tarde e a noite na cama, prostrado por uma overdose de genebra; ou com o general Delgado, chefe da IX Região, que improvisou seu quartel-general num restaurante nos arredores de Granada, onde permaneceu a salvo das vicissitudes do golpe e sem se pronunciar a favor nem contra até que, depois de meia-noite, considerou que a situação estava esclarecida e voltou ao seu gabinete no comando; ou com o general Campano, chefe da VII Região, que não parou de inventar estratagemas para aderir ao golpe protegendo-se de uma eventual acusação de golpista; ou com o general González Del Yerro, chefe do comando unificado das Canárias (equivalente à XI Região Militar), que se mostrou disposto a colaborar com o golpe desde que fosse ele, e não Armada, quem ocupasse a chefia do governo resultante. Os episódios poderiam se multiplicar, mas a categoria é sempre a mesma: salvo Milans, nenhum comandante apoiou abertamente o golpe, mas, salvo Quintana Lacaci e Polanco, nenhum comandante se opôs abertamente a ele. Apesar disso, e apesar também do fato de que durante toda a tarde e a noite as notícias sobre os comandos militares que chegavam a La Zarzuela variavam de minuto em minuto e com muita frequência eram ou pareciam contraditórias, é bem possível que antes das nove da noite o rei tivesse razoável certeza de que, a menos que algum imprevisto

provocasse uma reviravolta na situação, os comandantes não iam se atrever a desobedecer às suas ordens.

Mas o imprevisto ainda podia acontecer, e a reviravolta também: o rei havia debelado uma parte da rebelião, mas não a tinha sufocado. Os pontos de maior incandescência entre as sete e as nove da noite eram a Câmara e a Encouraçada Brunete, a unidade mais decisiva para a vitória do golpe. O que aconteceu durante essas duas horas na Brunete é inexplicável; inexplicável a menos que se admita que uma vertigem de covardia ou de indecisão similar à que dominou os comandantes também dominou os golpistas da Brunete. Convencido por estes de que a operação tinha o beneplácito do rei, nos minutos anteriores ao golpe o chefe da Brunete, general Juste, ordenou a todas as suas unidades que se dirigissem a Madri; contudo, antes das sete, depois de telefonar para La Zarzuela e receber ordens terminantes do general Quintana Lacaci — seu superior hierárquico imediato —, Juste deu a contraordem; muitos chefes de regimento, porém, continuavam relutantes em obedecer, e alguns dos mais fogosos — o coronel Valencia Remón, o coronel Ortiz Call, o tenente-coronel De Meer — procuravam desculpas ou coragem para sair com suas tropas para a rua, convencidos de que bastava pôr um carro de combate no centro de Madri para eliminar os escrúpulos ou as vacilações dos seus companheiros de armas e decidir a vitória do golpe. Não encontraram uma coisa nem a outra, mas, sobretudo, também não encontraram desculpas ou coragem os líderes golpistas da divisão (o general Torres Rojas, substituto de Juste pelos planos dos conjurados, o coronel San Martín, chefe do Estado-Maior, e o comandante Pardo Zancada, encarregado por Milans de pôr a operação em andamento), nem tampouco nenhum dos outros chefes e oficiais que perambulavam aflitos pelo quartel-general: como tantos outros militares durante os anos anteriores ao golpe, muitos deles tinham proferido ameaças ao governo com bravatas de caserna, mas, quando chegou a hora de colocá-las em prática, não foram capazes de tirar o comando do fraco e hesitante Juste e, embora durante as primeiras horas do golpe Torres Rojas e San Martín ainda tenham tentado convencê-lo a cancelar imediatamente a contraordem, na verdade o fizeram com pouca convicção, e as pressões que exerciam sobre o chefe da Brunete se esfumaram quando pouco depois das oito da noite, obedecendo docilmente às ordens dos seus superiores, Torres Rojas saiu do quartel-general e retornou à sua base em La Coruna em avião comercial.

Enquanto isso, puxado o freio do golpe na Brunete, na Câmara e suas imediações o enorme rebuliço provocado pelo sequestro dos parlamentares parecia ir se acalmando pouco a pouco. Ali, as duas horas seguintes ao início do golpe tinham sido frenéticas. Enquanto Madri se transformava numa cidade fantasma à medida que a tarde avançava (uma cidade sem bares nem restaurantes abertos, sem táxis, praticamente sem circulação, com ruas desertas onde bandos de ultradireitistas agiam livremente, gritando ordens, destruindo vitrines e intimidando os raros transeuntes, enquanto as pessoas se trancavam em suas casas grudadas nos aparelhos de rádio e televisão que na maior parte do tempo só transmitiam música militar ou música clássica, porque desde antes das oito da noite a rádio e a televisão públicas haviam sido ocupadas por um destacamento comandado por um capitão da Brunete), em frente à fachada da Câmara, do outro lado da Carrera de San Jerónimo, os salões e escadaria do hotel Palace começaram a fervilhar de militares de todas as armas e patentes, e jornalistas, fotógrafos, locutores de rádio, curiosos, bêbados e loucos, e logo a seguir se instalou no escritório do gerente do hotel um pequeno gabinete de crise composto, dentre outros, pelo general Aramburu Topete, diretor-geral da Guarda Civil, e pelo general Sáenz de Santamaría, chefe da polícia nacional, dois militares leais que chegaram às redondezas da Câmara pouco depois do ataque e que, assim que compreenderam que o sequestro podia se prolongar durante um tempo impossível de prever, montaram dois cordões de isolamento — um da polícia nacional, outro da Guarda Civil — a fim de isolar o prédio e controlar a aglomeração nos arredores. Levaram horas para conseguir fazer as duas coisas, se é que de fato conseguiram; na verdade, grupos vociferantes de partidários dos golpistas rondaram a Carrera de San Jerónimo a noite toda e, dos primeiros aos últimos minutos do sequestro, militares, policiais e guardas-civis uniformizados ou à paisana entraram à vontade na Câmara sem que ninguém soubesse com muita certeza se quem entrava era para se unir a Tejero e seus homens ou para descobrir suas intenções, para se solidarizar com sua causa ou para minar sua moral, para levar notícias de fora ou para saber as de dentro e informar as autoridades, para dialogar com eles ou para bisbilhotar; mais ainda: muitas pessoas que foram para as proximidades da Câmara nos primeiros minutos do golpe afirmam que, no meio daquela barafunda, ninguém parecia ter absoluta certeza se os guardas-civis e policiais de Aramburu e Sáenz de

Santamaría haviam cercado o prédio para dominar os atacantes ou para garantir sua segurança, para impedir que novos contingentes de militares ou civis os reforçassem ou para franquear-lhes a entrada, para repudiar a situação ou para estimulá-la. Era uma impressão errônea, ou pelo menos se mostrou cada vez mais errônea à medida que o golpe se esclarecia, e, embora provavelmente nunca tenham conseguido estabelecer um controle completo do cerco e impermeabilizar totalmente a Câmara, por volta das oito da noite Aramburu e Sáenz de Santamaría tinham conseguido pelo menos organizar o cerco aos rebeldes e esquecer as tentativas improvisadas de acabar com o sequestro de forma drástica, afastando o temor de que uma explosão de violência entre partidários e opositores do golpe precipitasse a virada que os golpistas desejavam com a intervenção maciça do Exército.¹ Duas dessas tentativas tinham ocorrido bem cedo: a primeira aconteceu meia hora depois do ataque à Câmara e foi protagonizada pelo coronel da polícia nacional Félix Alcalá-Galiano; a segunda aconteceu apenas cinco minutos depois e foi protagonizada pelo próprio general Aramburu. Em ambos os casos circulam versões diferentes do ocorrido; as mais verossímeis são descritas a seguir:

O coronel Alcalá-Galiano é um dos primeiros chefes militares a chegar à Carrera de San Jerónimo depois do início do golpe. Quando chegou, tinha acabado de falar com o general Gabeiras, chefe do Estado-Maior do Exército, que lhe deu a ordem de entrar na Câmara e prender ou eliminar o tenente-coronel Tejero. Alcalá-Galiano obedece: entra no edifício, localiza Tejero e, enquanto conversa com ele, procura a oportunidade para capturá-lo ou matá-lo; em determinado momento da conversa, porém, Tejero recebe um telefonema de Valencia do subchefe de Estado-Maior de Milans, coronel Ibáñez Inglés, que, ao saber que Alcalá-Galiano está na Câmara, ordena a Tejero que o desarme e o prenda imediatamente, mas o tenente-coronel não consegue nem tentar, porque Alcalá-Galiano teve a precaução e a astúcia de ouvir o diálogo entre os dois rebeldes por outro telefone e tem a habilidade de conseguir, com piadas forçadas e palavras simpáticas de conhecidos e companheiros de armas, que Ibáñez Inglés retire a ordem e Tejero lhe permita voltar para a rua. Quanto à tentativa do general Aramburu, é muito menos sutil ou sinuosa, muito mais comprometida também.

Quando chega à Carrera de San Jerónimo, pouco depois de Alcalá-Galiano ter saído da Câmara, Aramburu se dirige à grade de entrada em

companhia de dois ajudantes e exige falar com o chefe dos amotinados; logo em seguida aparece o tenente-coronel Tejero, de revólver em punho, com o olhar e gestos desafiantes, e sem maiores preâmbulos o general lhe dá a ordem terminante de que desaloje o edifício e se entregue. Aramburu é o chefe da Guarda Civil e, portanto, o oficial com mais autoridade no corpo a que pertence o tenente-coronel, mas este não arreda pé e, brandindo a arma enquanto um grupo de guardas-civis rebeldes olha para Aramburu, responde: “Meu general, antes de me entregar, eu lhe dou um tiro e depois me mato”. A réplica de Aramburu é instintiva e consiste em sacar o revólver, mas um dos ajudantes segura o seu braço, impede que puxe a arma e consegue acabar a escaramuça sem outra violência além da indisciplina e com Aramburu deixando a Câmara furioso e atônito, convencido de que a determinação de Tejero prenuncia um cerco prolongado.

Esse episódio aconteceu por volta das sete da noite. A essa altura, passados os gritos e o tiroteio inicial dos atacantes e o pânico e o estupor dos parlamentares, jornalistas e convidados que ocupavam o plenário, dentro da Câmara se respirava um ar rarefeito de pesadelo, ou pelo menos é como lembram muitos dos que estavam lá, quase como se a sessão de votação do novo presidente do governo continuasse acontecendo em uma dimensão distinta, ou como se apenas minúsculos detalhes espantosos ou ridículos a alterassem, tornando-a sutilmente irreal. Pelo longo corredor que circunda o plenário os parlamentares caminhavam como sempre, só que o faziam cabisbaixos e humilhados, com o medo estampado no rosto, escoltados por guardas-civis que os seguiam até o banheiro e ouvindo as vozes de comando e os gritos de júbilo dos golpistas ecoando pelas salas e pelos corredores; em alguns momentos os lavabos pareciam tão cheios de gente quanto nos intervalos das sessões plenárias, só que os políticos e jornalistas apertados nos mictórios não trocavam os comentários insignificantes de sempre, mas sussurros de incerteza, de agonia, de autocompaixão ou de humor negro; também como nos intervalos de qualquer sessão plenária, formou-se a multidão de sempre no bar, na época situado na entrada principal do edifício velho, e os garçons serviam refeições, cobravam as contas e recebiam gorjetas, só que a clientela não era composta por políticos e jornalistas e sim por oficiais, suboficiais e praças da Guarda Civil armados com Cetmes e metralhadoras Star que se postavam em frente ao balcão proferindo palavras de ânimo, palavrões, exageros e

desabafos patrióticos — e os uísques, conhaques, genebras, gins-tônicas e cervejas superavam amplamente o número habitual. No plenário, após a irrupção dos golpistas passou a reinar um silêncio detestável entrecortado pelas tosses dos parlamentares e por ordens ocasionais dos guardas-civis; o silêncio se congelou quando, dez minutos mais tarde, um capitão subiu à tribuna para anunciar a chegada de uma autoridade militar incumbida de assumir o comando do golpe, e pouco depois se estilhaçou quando Adolfo Suárez se levantou da sua poltrona e exigiu falar com o tenente-coronel Tejero, provocando uma gritaria de revolta que quase desencadeou um novo tiroteio e terminou quando os guardas-civis conseguiram, à base de gritos e ameaças, que o presidente se sentasse de novo. Minutos depois, sem dúvida para fortalecer a moral de seus homens e debilitar a dos sequestrados, Tejero anunciou que Milans havia decretado a mobilização geral em Valencia. Não foi o único anúncio desse tipo que os rebeldes fizeram na tribuna ao longo da noite: em determinado momento um oficial leu para os parlamentares o decreto de guerra promulgado por Milans em Valencia; em outro, um guarda-civil leu novidades favoráveis aos golpistas transmitidas por agências de notícias; em outro, já perto da meia-noite, Tejero proclamou que várias regiões militares — a II, a III, a IV e a V — haviam aceitado Milans como novo presidente do governo. Essas notícias foram as únicas que os deputados receberam sobre o que estava acontecendo do lado de fora durante as primeiras horas do sequestro; ou quase únicas: também circulavam de forma fragmentária e confusa as notícias que o ex-vice-presidente do governo Fernando Abril Martorell ouvia às escondidas em um transistor, que mais de uma vez as espalhou discretamente para infundir ânimo em seus colegas. Obviamente não conseguiu animar ninguém, pelo menos naquelas primeiras horas, quando não acontecia um único fato no plenário — nem sequer o fato de que a anunciada autoridade militar não chegasse, nem sequer o fato de que os golpistas tivessem permitido a saída da Câmara dos que não eram parlamentares — que servisse para acalmar a inquietação dos deputados: durante um longo tempo, o cataclismo pareceu inevitável, e os nervos, a raiva e o comportamento brutal dos guardas-civis não amainaram, e por volta das sete e meia, depois que um piscar repetido nas luzes da sala fez os sequestradores temerem um corte deliberado de corrente elétrica como prólogo de uma tentativa de tirá-los da Câmara à força, o tenente-coronel Tejero redobrou a vigilância

dos acessos ao plenário e berrou para os seus homens que em caso de blecaute abrissem fogo ao menor contato ou movimento estranho; ele mandou imediatamente desarmar umas poltronas para fazer uma pira diante da tribuna e se preparar para uma possível falta de luz, o que causou um calafrio entre os deputados, certos de que uma fogueira provocaria automaticamente um incêndio naquele recinto revestido com grossas tapeçarias e madeiras nobres. Esse calafrio foi apenas uma antecipação daquele que tomou o plenário às vinte para as oito da noite, no instante em que vários guardas-civis tiraram de lá Adolfo Suárez e em seguida, sucessivamente, o general Gutiérrez Mellado, Felipe González, Santiago Carrillo, Alfonso Guerra e Agustín Rodríguez Sahagún. Os seis saíram do salão em meio a um mutismo horrorizado, alguns brancos como gesso, todos tentando manter a integridade, ou fingir, e ao vê-los sair a maioria dos seus colegas teve o palpito de que iam ser executados e de que não seria outra a sorte que os golpistas reservavam para muitos deles. Esse pressentimento não os abandonou durante boa parte da noite, pois foi muito lentamente que os deputados começaram a perder o medo de um banho de sangue e a alimentar a esperança de que os golpistas só tivessem isolado os seus líderes para que eles negociassem com uma autoridade militar que nunca chegaram a ver uma saída para o golpe que nunca chegaram a negociar.

Era essa a situação por volta das oito e meia, nove da noite de 23 de fevereiro: com a Câmara sequestrada, a região de Valencia revoltada, a Encouraçada Brunete e os comandantes ainda devorados pelas dúvidas e o país inteiro mergulhado em uma passividade temerosa, resignada e expectante, o golpe dos rebeldes parecia bloqueado pelo contragolpe de La Zarzuela, e parecia também à espera de que alguém — os rebeldes ou La Zarzuela — o desbloqueasse, tirando-o do parêntese em que foi colocado pelo fracasso parcial dos primeiros e o sucesso parcial da segunda. Foi então que se iniciaram dois movimentos opostos e determinantes, um desencadeado no quartel-general do Exército, no palácio de Buenavista, e outro em La Zarzuela, um a favor do golpe e outro a favor do contragolpe.



Por volta das sete e meia ou oito da noite, enquanto o rei e Fernández Campo ainda estavam sondando os comandantes e exigindo que mantivessem suas tropas aquarteladas, em La Zarzuela já tinham começado a discutir a possibilidade de o rei aparecer na televisão com uma mensagem que eliminasse qualquer dúvida quanto ao seu repúdio ao ataque à Câmara e reafirmasse a ordem de defender a legalidade que já dera por telefone e por telex a Milans e aos outros comandantes; a ideia logo se transformou em urgência, mas, antes de que na Casa Real pudessem pensar na forma de realizá-la, foi preciso enfrentar um problema anterior: naquele momento era impossível gravar e transmitir um breve discurso do monarca porque os estúdios de rádio e televisão de Prado del Rey estavam ocupados por um destacamento de cavalaria da Brunete; o palácio se mobilizou durante os minutos seguintes para desalojar os golpistas de lá, até que finalmente, depois de descobrir que o destacamento ocupante pertencia ao Regimento de Cavalaria Villaviciosa 14, comandado pelo coronel Valencia Remón, o marquês de Mondéjar, chefe da Casa do Rei e general de cavalaria, conseguiu que aquele companheiro de armas retirasse seus homens, e pouco depois La Zarzuela solicitava à televisão recém-liberada uma equipe móvel para o rei gravar sua mensagem.

Esse foi o início do primeiro dos dois movimentos opostos, o movimento contra o golpe. O segundo, o movimento a favor do golpe, provavelmente começou a fermentar na cabeça dos chefes rebeldes não muito depois que o rei proibiu a entrada de Armada em La Zarzuela, e deve ter se firmado à medida que eles entenderam que a princípio ele não ia apoiar o golpe e que a princípio os comandantes tampouco estavam dispostos a fazê-lo; no fundo, o movimento era uma variante quase obrigatória do plano original do golpe: no plano original, Armada ia de La Zarzuela para a Câmara ocupada e, com o respaldo explícito do rei e total do Exército, formava um governo de coalizão ou concentração ou unidade sob a sua presidência em troca da liberdade dos deputados e do retorno do Exército aos quartéis; nessa variante quase obrigatória, Armada iria à Câmara com o mesmo objetivo, só que não sairia de La Zarzuela e sim do quartel general do Exército, onde ficava o seu posto de comando como subchefe de Estado-Maior, e com todo o respaldo explícito ou implícito que fosse capaz de angariar, a começar pelo do rei. Para os golpistas o movimento era mais difícil e mais inseguro do que o planejado originalmente, porque ninguém sabia com quanto apoio

Armada poderia contar naquelas circunstâncias, mas, dada a inesperada reação de repúdio ao golpe por parte do rei, também era, repito, quase obrigatório, ou pelo menos o era para Milans e para Armada: Milans havia agido abertamente mandando suas tropas para a rua e se recusando a recolhê-las, de modo que não tinha outra opção a não ser seguir em frente, impulsionando Armada a levar o plano previsto até o final, mesmo em condições piores que as previstas; por isso, no que se refere a Armada, que permaneceu imóvel e quase emboscado no quartel-general do Exército, procurando não fazer nenhum gesto que delatasse seu envolvimento no golpe, aquele movimento tinha riscos adicionais, mas também podia significar vantagens: se o movimento vencesse, Armada acabaria presidente do governo, como previa o plano original, porém, se falhasse, eliminaria as suspeitas que se acumularam contra ele desde o começo do golpe, permitindo-lhe aparecer como o sacrificado, embora frustrado, negociador da libertação da Câmara. É, provável que, por volta das nove da noite, tanto Milans como Armada tivessem chegado cada um por sua conta à conclusão de que aquele movimento era necessário. De todo modo, meia hora depois Milans telefonou para o palácio da Buenavista e pediu para falar com Armada, naquele momento a máxima autoridade do quartel-general do Exército na ausência do general Gabeiras, que se encontrava reunido com a Junta de Chefes de Estado-Maior na sua sede da rua Vitruvio. A conversa, longa e arrevesada, foi a primeira que os dois generais golpistas tiveram naquela noite e a partir de então, para muitos dos que tiveram notícia dela, o golpe de Estado parecia começar a se desbloquear; mas a realidade é que simplesmente entrava em uma nova fase.

¹ O medo das consequências de um enfrentamento armado também serviu para dissuadir Francisco Laína, chefe do governo provisório, de levar a cabo um projeto que considerou até alta noite — tomar pela força a Câmara ocupada com uma companhia de operações especiais da Guarda Civil — e que, depois de muitas dúvidas e discussões, acabou descartando, convencido por Aramburu e Sáenz de Santamaría de que Tejero e seus homens estavam dispostos a repelir o ataque e de que aquilo só poderia acabar com uma matança.

Quarta parte

TODOS OS GOLPES DO GOLPE

A imagem, congelada, mostra a ala esquerda do plenário da Câmara dos Deputados: à direita se encontram as cadeiras, completamente ocupadas pelos parlamentares; no centro, a tribuna de imprensa lotada de jornalistas; à esquerda a mesa da Câmara, de perfil, com a tribuna de oradores em primeiro plano. A imagem é a imagem habitual de uma sessão plenária da Câmara nos primeiros anos da democracia; menos por dois detalhes: o primeiro são as mãos dos ministros e deputados, unanimemente apoiadas no parapeito; o segundo é a presença de um guarda-civil no plenário: ele está parado no canto esquerdo do semicírculo central, encarando os deputados com o dedo no gatilho da sua metralhadora. Esses dois detalhes aniquilam qualquer ilusão de normalidade. São seis e trinta e dois da tarde da segunda-feira dia 23 de fevereiro e faz exatos nove minutos que o tenente-coronel Tejero irrompeu na Câmara e deu início ao golpe de Estado.

Nada de essencial muda na cena se descongelarmos a imagem: o guarda armado de metralhadora, vigia à esquerda e à direita dando passinhos amaciados pelo tapete do semicírculo central; os parlamentares parecem petrificados em suas cadeiras; um silêncio só quebrado por um murmúrio de tosses domina o plenário. Agora o plano muda e a imagem abrange o semicírculo central e a ala direita do plenário: no semicírculo central os taquígrafos e um meirinho se levantam depois de terem passado os últimos minutos deitados no tapete, e o secretário da Câmara, Víctor Carrascal — que o golpe surpreendeu dirigindo a votação nominal de Leopoldo Calvo Sotelo como novo presidente do governo em substituição a Adolfo Suárez —, permanece rígido, levantado e fumando ao pé da tribuna; quanto à ala direita do plenário, todos os ministros e deputados continuam ali, sentados nas suas cadeiras, a maioria com as mãos visíveis no descanso, a maioria imóvel. Adolfo Suárez não faz parte dessa maioria, e não somente porque suas mãos não estão à vista, mas porque não para de se mexer no assento; na verdade, não parou de se mexer desde que o tiroteio cessou e o general Gutiérrez Mellado voltou a sentar-se ao seu lado

depois do enfrentamento com os guardas-civis: inquieto, ficou se virando para a esquerda, para a direita, para trás, acendeu um cigarro depois do outro, cruzou e descruzou as pernas sem parar; agora está quase de costas para o plenário, olhando para o grupo de guardas-civis que controla a entrada como se procurasse alguém, talvez o tenente-coronel Tejero. Mas se é ele quem Suárez procurava não o encontra, e quando volta a olhar para a frente percebe que, após um gesto de um guarda-civil, Víctor Carrascal está cedendo seu lugar sob a mesa da presidência para um meirinho e, com um cigarro em uma das mãos e a lista dos deputados na outra, sobe a escadaria da mesa da Câmara, coloca-se na tribuna de oradores, deixa no suporte seus papéis subitamente inúteis, levanta a vista e olha para a direita e para a esquerda com uma expressão meio de desconcerto e meio de súplica, como se de repente achasse absurdo ou ridículo ou perigoso ter se encarapitado ali em cima e estivesse implorando um lugar onde se esconder, ou como se tivesse acabado de ler nos olhares expectantes dos seus colegas que eles estão pensando que os golpistas o mandaram subir lá para dizer alguma coisa ou para reiniciar a votação no ponto onde a interrompeu, e ele tentasse desfazer o engano.

Mas o engano se desfaz sozinho. Um minuto depois de Víctor Carrascal ter subido à tribuna, um capitão da Guarda Civil ocupa o seu lugar para dirigir algumas palavras ao conjunto da Câmara. O capitão se chama Jesús Muñecas e é o oficial de maior confiança com que o tenente-coronel Tejero conta naquela tarde, além de haver sido um de seus apoios mais firmes durante as jornadas anteriores ao golpe. O tenente-coronel lhe pediu que tranquilizasse os deputados e, depois de examinar o plenário por um instante — como um orador precavido que inspeciona as condições do lugar onde vai fazer seu discurso, para adequá-lo a elas —, com sua metralhadora em uma das mãos e seu tricórnio na outra sobe até a tribuna. Não obstante, assim que o oficial inicia suas palavras, alguém desliga voluntária ou involuntariamente a câmera que o está mostrando e, depois de oferecer vários planos nervosos e fugazes do capitão, a imagem se fecha com um fundido em preto. Felizmente há outra câmera, situada na ala esquerda do plenário, que permanece em funcionamento e que, antes que o capitão termine seu breve discurso, volta a mostrá-lo quase que imperceptível,

apenas um perfil impreciso uniformizado no canto direito da imagem. Perceptíveis, com absoluta clareza são as suas palavras, que ecoam no plenário em meio a um silêncio glacial. As palavras do capitão são exatamente estas: “Boa tarde. Não vai acontecer nada, mas vamos esperar um pouco até que chegue a autoridade militar competente para determinar... o que tiver que ser e o que ele mesmo... disser a todos nós. Ou seja, fiquem calmos. Não sei se isto será questão de quinze, vinte minutos, meia hora... imagino que não mais que isso, E a autoridade que existe, competente, militar obviamente, é quem determinará o que vai acontecer. É óbvio que não vai acontecer nada. Ou seja fiquem todos calmos”. Só isso: o capitão falou com uma voz nítida, acostumada a mandar, mas não sem alguma vacilação nem sem que dois sublinhados adjacentes — ao pronunciar pela segunda vez a palavra “competente” e a palavra “militar” — delatassem o tom forçadamente neutro do seu discurso com uma ênfase coercitiva. Só isto: o capitão desce a escada da tribuna de oradores e, enquanto ele se confunde com os guardas-civis que o ouviram no hall do plenário, a imagem volta a se congelar.

Capítulo 1

Quem era a autoridade competente? Quem era o militar cuja chegada esperaram em vão os parlamentares sequestrados ao longo da tarde e da noite de 23 de fevereiro?

Desde o próprio dia do golpe esse foi um dos enigmas oficiais; e também uma das jazidas mais exploradas do insaciável romancista que o envolve. De fato, praticamente não há um político da época que não tenha proposto sua hipótese sobre a identidade do militar, e não há livro sobre o 23 de fevereiro que não tenha elaborado a sua: uns asseguram que se tratava do general Torres Rojas, que — depois de arrebatado o comando da Encouraçada Brunete do general Juste e de assumir o controle de Madri com a divisão — substituiria com suas tropas o tenente-coronel Tejero na Câmara; outros sustentam que era o general Milans, que viria de Valencia para Madri em nome do rei e dos comandantes revoltados; outros conjecturam que era o general Fernando de Santiago, antecessor de Gutiérrez Mellado no cargo de vice-presidente do governo e membro de um grupo de generais da reserva que conspirava fazia tempo a favor de um golpe; outros sustentam que era o próprio rei, que compareceria à Câmara para se dirigir aos deputados em sua qualidade de chefe do Estado e das Forças Armadas. Esses quatro nomes não esgotam o número dos candidatos; há até quem fomenta o enredo não acrescentando mais um candidato à lista, e sim omitindo o seu nome: em 1988 Adolfo Suárez afirmou que só havia duas pessoas que sabiam a identidade do militar, e que uma delas era ele. Naturalmente, não havia ninguém mais interessado em alimentar o mistério do que os próprios golpistas. Nessa tarefa sobressaiu o tenente-coronel Tejero, que durante o julgamento do 23 de fevereiro declarou que numa das reuniões prévias ao golpe o comandante Cortina tinha identificado a autoridade militar que iria à Câmara com um nome em código: Elefante Branco; é bem possível que o testemunho de Tejero fosse apenas uma fantasia destinada a acrescentar mais confusão à confusão do julgamento, mas algum jornalista o usou em suas crônicas e dessa maneira conseguiu preencher o vazio de um nome próprio com a energia de um símbolo e prolongar até hoje a saúde do enigma. Um enigma que não é um enigma, porque a verdade é mais uma vez evidente: o militar anunciado só podia ser o general Armada, que, de

acordo com os planos dos golpistas, chegaria à Câmara vindo de La Zarzuela e, com a autorização do rei e o respaldo do Exército amotinado, libertaria os parlamentares em troca de que aceitassem formar um governo de coalizão ou concentração ou unidade sob a sua presidência. Isso era o previsto e, se é verdade que Elefante Branco era o nome em código do militar anunciado, Armada era o Elefante Branco.



Capítulo 2

Armada era o Elefante Branco e o militar anunciado na Câmara e o líder da operação, mas seus executores foram o general Milans e o tenente-coronel Tejero. Os três urdiram a trama do golpe. Haveria uma trama atrás da trama? Também se começou a especular desde o dia do golpe sobre a existência de uma trama civil escondida atrás da trama militar, uma trama ao que parece integrada por um grupo de ex-ministros de Franco, magnatas e jornalistas radicais que teria dirigido das sombras os militares e os teria inspirado e financiado. O fato de o tribunal que julgou o 23 de fevereiro só ter processado um civil acabou de transformar essa trama oculta em outro dos enigmas oficiais do golpe.



A especulação não carecia de base, mas no fundamental era falsa. Há uma regra que raramente se descumpre: quando decide dar um golpe de Estado, o Exército se fecha em si mesmo, porque na hora da verdade os militares só confiam nos militares; neste caso a regra não foi descumprida, e o enigma da chamada trama civil tampouco é um enigma: se excetuarmos a intervenção de um determinado civil como Juan García Carrés — chefe do Sindicato de Atividades Diversas franquista e amigo pessoal de Tejero, que foi o único civil indiciado no processo por seu papel de contato entre o tenente-coronel e o general Milans nos meses anteriores ao golpe —, atrás dos militares rebeldes não houve nenhuma trama civil: nem ex-ministros e líderes ou homens de referência de grupos franquistas como José Antonio Girón de Velasco ou Gonzalo Fernández de la Mora, nem banqueiros como a família Oriol y Urquijo, nem jornalistas como Antonio Izquierdo — diretor do El Alcázar —, nem qualquer outro dos membros da ultradireita que foram citados com frequência dirigiram nem inspiraram diretamente o golpe, porque Armada, Milans e Tejero não tinham necessidade de que nenhum civil inspirasse uma operação militar e porque não permitiram que nenhum civil se envolvesse em seus planos mais que de forma episódica (nem sequer permitiram que García Carrés participasse da principal reunião

preparatória do golpe: compareceu, mas Milans o obrigou a ir embora para evitar interferências civis); quanto ao financiamento, o golpe de 23 de fevereiro foi pago com dinheiro do Estado democrático, que era quem financiava o Exército.¹ É verdade, porém, que membros conspícuos da ultradireita — incluindo alguns dos mencionados acima — tinham magníficas relações com os golpistas e provavelmente sabiam com antecedência quem ia dar o golpe e onde e como e quando ia ser também é verdade que estavam estimulando o golpe havia anos e que, apesar das diferenças com frequência irreconciliáveis que os separavam, se a versão mais dura do golpe tivesse vencido eles provavelmente teriam sido chamados pelos militares para administrá-lo, e sem a menor dúvida o fariam com entusiasmo. Tudo isso é verdade, mas não basta para implicar esse grupo de civis nos preparativos do golpe, uma operação estritamente militar que, se atingisse seus objetivos, esperava conquistar os aplausos não apenas do círculo minoritário da ultradireita, e, a julgar pela resposta popular e institucional ao golpe e pela pura lógica das coisas, o mais provável é que os teria conquistado. Dizem que quando o presidente do Conselho de Guerra que julgava José Sanjurjo pela tentativa de golpe de Estado de agosto de 1932 perguntou ao general quem apoiava a sua intentona, a resposta do militar foi a seguinte: “Se tivesse vencido, todo mundo. E o senhor seria o primeiro, excelência”. É bom não se enganar: o mais provável é que, se tivesse triunfado, o golpe do 23 de fevereiro seria aplaudido por uma parte apreciável da população, incluindo políticos, organizações e setores sociais que o condenaram depois que fracassou; anos depois, Leopoldo Calvo Sotelo disse o seguinte: “Não cabe a menor dúvida de que, se Tejero tivesse vencido e desencadeado um golpe de Armada, talvez a manifestação em seu apoio não tivesse sido de 1 milhão de pessoas, como foi a do dia 27 em Madri em apoio à democracia, mas provavelmente teria sido de 800 mil gritando: Viva Armada!”. Era isso o que os golpistas esperavam, e não se tratava de uma esperança infundada; contudo, que eles contassem com a aprovação da sociedade civil não significa, insisto, que fossem dirigidos por civis: embora a ultradireita clamasse por um golpe de Estado, no 23 de fevereiro não houve uma trama civil atrás da trama militar ou, se houve, quem a urdiu não foi apenas a ultradireita, mas toda uma classe dirigente imatura, temerária e confusa que, em meio à apatia de uma sociedade desiludida com a democracia ou com o funcionamento da democracia depois das

ilusões do final da ditadura, criou as condições propícias para o golpe. Essa trama civil não estava atrás da trama militar: estava atrás, na frente e em volta, porém, dela. Essa trama civil não era a trama civil do golpe: era a placenta do golpe.

¹ Aqui é preciso fazer uma ressalva: os 2,5 milhões de pesetas com que Tejero comprou seis ônibus de segunda mão e algumas dezenas de agasalhos e impermeáveis que seus guardas-civis iriam usar no ataque à Câmara — e que na pressa acabaram não usando. A origem desse dinheiro não está clara; a versão que merece mais crédito afirma que foi facilitado por Juan Garcia Carrés e procedia do seu patrimônio pessoal ou de contribuições externas próximas do general da reserva Carlos Iniesta Cano.

Capítulo 3

Armada, Milans e Tejero. Foram os três protagonistas do golpe; entre eles urdiram toda a trama: Armada foi o chefe político; Milans foi o chefe militar; Tejero foi o chefe operacional da detonação do golpe, o ataque à Câmara. Apesar de suas semelhanças, eram três homens díspares que se lançaram ao golpe levados por motivações políticas e pessoais díspares; pode ser que as últimas não sejam menos importantes que as primeiras: embora a história não seja regida por motivações pessoais, atrás de cada acontecimento histórico sempre há motivações pessoais. As similitudes entre Armada, Milans e Tejero não explicam o golpe; tampouco o explicam as suas diferenças. Mas sem entender suas semelhanças é impossível entender por que organizaram o golpe, e sem entender suas diferenças é impossível entender por que ele fracassou.

Armada era o mais complexo dos três, provavelmente porque antes de ser militar era um cortesão; um cortesão à moda antiga, caberia acrescentar, como um membro do séquito de uma monarquia medieval retratado com os anacronismos de praxe por um dramaturgo romântico: intrigante, escorregadio, soberbo, ambicioso e beato, aparentemente liberal e profundamente tradicionalista, um perito nos protocolos, simulações e engodos da vida palaciana, dotado das maneiras suntuosas de um prelado e do semblante de um palhaço triste. Ao contrário da imensa maioria dos altos-comandos militares da época, Armada tinha a monarquia nas veias, porque pertencia de quatro costados a uma família da aristocracia monárquica (seu pai, também militar, crescera com Alfonso XIII e tinha sido preceptor de seu filho, *don Juan de Borbón*, pai do rei); ele próprio era afilhado da rainha Cristina, mãe de Alfonso XIII, e ostentava o título de marquês de Santa Cruz de Rivadulla. Da mesma forma que todos os altos militares da época, Armada era franquista até a medula: havia feito três anos de guerra ao lado de Franco, tinha feito a campanha da Rússia com a Divisão Azul, tinha feito sua carreira militar com o exército de Franco e, graças a um acordo entre Franco e *don Juan de Borbón*, em 1955 se tornou preceptor do príncipe Juan Carlos. A partir desse momento sua relação com o futuro rei se tornou cada vez mais próxima e mais intensa: em 1964 é nomeado ajudante do chefe da Casa do Príncipe, em 1965 secretário da

Casa do Príncipe, em 1976 secretário da Casa do Rei. No curso desses quase três lustros, durante os quais Juan Carlos passou de menino a adulto e de príncipe a rei, a influência de Armada sobre ele era enorme: como primeira autoridade efetiva no entorno do monarca (a primeira autoridade teórica era o marquês de Mondéjar, chefe da Casa do Rei), o general controlava sua agenda, planejava estratégias, escrevia discursos, filtrava visitas, organizava viagens, projetava e dirigia campanhas e tentava orientar a vida política e pessoal de Juan Carlos. É certo que teve sucesso e que o rei chegou a desenvolver um grau notável de dependência e afeto por ele, e é bem provável que o privilégio da proximidade com o monarca e a autoridade que durante muito tempo exerceu no palácio, aliadas a sua arrogância inata de patricio e com a vitória da proclamação da monarquia após quatro décadas de incertezas, tenham inculcado em Armada a certeza de que seu destino estava unido ao do rei e que a Coroa só tinha futuro na Espanha se continuasse sob sua tutela.

A primeira metade dessa certeza se desvaneceu no verão de 1977, pouco depois das primeiras eleições democráticas. Foi nessa época que o rei comunicou a Armada que ele ia deixar seu cargo. O afastamento não se concretizou até o outono mas, segundo a opinião de todos os que o conheciam, o general entendeu a notícia como uma ordem de desterro e intimamente atribuiu sua queda à influência crescente de Adolfo Suárez sobre o monarca. Essa atribuição era justa: o rei havia nomeado Suárez presidente do governo contrariando a opinião de Armada — partidário de manter na presidência Arias Navarro ou de substituí-lo por Manuel Fraga, e em qualquer dos dois casos sob uma monarquia franquista ou uma democracia restrita que desse amplos poderes à Coroa —, e desde o momento da designação do novo presidente os atritos entre ambos foram constantes: eles tiveram ásperas discrepâncias em relação ao sequestro do general Villaescusa e de Antonio María de Oriol y Urquijo, que a princípio Suárez considerou obra da ultradireita e Armada da ultraesquerda, em relação à legalização do PCE, que Armada considerou uma traição ao Exército e um golpe de Estado sub-reptício, em relação a umas cartas com o cabeçalho da Casa Real enviadas por Armada pedindo votos para o partido de Manuel Fraga durante a campanha eleitoral de 1977, em relação a um projeto de lei sobre o divórcio, em relação a quase tudo. Suárez não aceitou bem as ingerências do secretário do rei, a quem não reconhecia legitimidade

para discutir suas decisões e rapidamente considerou um empecilho para a reforma política; por esse motivo, quando sentiu sua autoridade reforçada depois da vitória nas primeiras eleições democráticas, o presidente pediu insistentemente ao rei que substituísse o secretário e, aproveitando a oportunidade para se emancipar do seu velho tutor de juventude, o rei acabou cedendo. Armada não perdoou Suárez. Ele nunca havia lhe inspirado o menor respeito e nunca imaginou que se transformaria em seu rival e verdugo: lidava com ele desde os tempos em que Suárez dirigia a Radiotelevisión Española e recorria a seus serviços para promover a figura então precária e esvaída do príncipe, e sua opinião sobre o futuro presidente não devia ser muito diferente da opinião de tantos outros que no começo dos anos 1970 o consideravam um mequetrefe servil e diligente e um plebeu sem escrúpulos convertido à causa da monarquia por pura ambição pessoal; o fato de que fosse aquele arrivista quem o afastava do rei só contribuiu para aumentar a hostilidade que a partir daquele momento sentiu contra ele. Armada sempre a negou, mas basta folhear suas memórias, publicadas dois anos depois do golpe, para tropeçar a cada passo em alusões venenosas ao presidente do governo; de Arias Navarro, antecessor de Suárez, afirma: “Não se pode culpá-lo pelos problemas posteriores, nem pela perda dos valores que a História e a tradição nos dizem que são a alma da Espanha. Foram *outros* que propiciaram essa situação” (o itálico é dele); de Manuel Fraga, que a seu critério deveria ter ocupado o lugar de Suárez, afirma: “A vida é assim e muitas vezes sacrifica os melhores para dar passagem e postos de responsabilidade aos atrevidos e sem ideias nem escrúpulos”. Não é preciso grandes dotes dedutivos para adivinhar quem era o atrevido sem ideias nem escrúpulos que tinha provocado a perda da alma da Espanha.

Armada não se conformou com o exílio de La Zarzuela. Ao se afastar do palácio, retomou sua carreira militar com assíduas proclamações de entusiasmo, primeiro como professor de tática na Escola Superior do Exército e depois como diretor de Serviços Gerais no quartel-general, mas durante os três anos seguintes viveu corroído pela aversão a Adolfo Suárez e pela ideia fixa de recuperar o seu lugar ao lado do rei. O cargo de secretário havia sido ocupado por Sabino Fernández Campo — um amigo pessoal de quem esperava que facilitasse sua volta à corte, talvez como chefe da Casa do Rei — e, através dele e de outros amigos que permaneciam no palácio, se

esforçou para manter contato com La Zarzuela, enviando informes ou recados ao rei, cumprimentando pessoalmente os membros da família real no Natal, nos aniversários e nos dias dos seus santos e comparecendo às audiências e recepções públicas, convencido de que mais cedo ou mais tarde o monarca entenderia seu erro e o chamaria de novo para restabelecer com ele uma relação da qual o antigo secretário continuava pensando que dependia o futuro da Coroa na Espanha. No princípio de 1980, Armada foi nomeado governador militar de Lérida e chefe da Divisão de Montanha Urgell nº 4; suas obrigações protocolares incluíam ir cumprimentar a família real nas suas visitas invernais à região para praticar esqui, e isso facilitou o reatamento das relações entre o general e o rei: os dois se viram uma vez no mês de fevereiro, jantaram duas vezes na primavera. Essa reconciliação, esse retorno da antiga confiança se deu no momento em que o rei perdia a confiança em Suárez e em que o naufrágio deste e a crise do país pareciam confirmar as previsões de Armada, e a ambição política e a mentalidade palaciana do antigo secretário real provavelmente interpretaram essa coincidência como um sinal de que estava chegando a hora da revanche: Suárez o havia tirado do poder, e a queda de Suárez podia significar o seu retorno a ele. O ano de 1980 não contribuiu em nada para corrigir essa interpretação, e menos ainda os meses anteriores ao golpe, quando, à medida que se afastava de Suárez, o rei se aproximava de Armada — reunindo-se frequentemente com ele em particular, discutindo juntos a situação política e militar e a mudança do presidente, conseguindo para ele um cargo de primeiro nível em Madri —, quase como se Suárez e ele fossem dois protegidos disputando o favor do rei e este procurasse a forma de substituir um pelo outro. Provavelmente foi isso que Armada pensou nas vésperas do 23 de fevereiro e, se foi assim, o golpe para ele não era apenas uma forma de recuperar a democracia restrita ou a monarquia franquista que sempre foi o seu ideal político, mas também uma forma de acabar com Adolfo Suárez e de — recuperando totalmente o favor do rei — reaver com vantagem o poder que Suárez lhe havia arrebatado.



Para Milans, o golpe de 23 de fevereiro foi uma coisa bem diferente, não porque não tivesse motivações pessoais, mas porque no fundo Milans era um homem bem diferente de Armada. Não na superfície: como Armada, era militar de origem aristocrática; como Armada, professava dupla fidelidade ao franquismo e à monarquia. Mas, ao contrário daquele, Milans era mais franquista que monarquista e, sobretudo, muito mais militar. Filho, neto, bisneto e tataraneto de ilustres militares golpistas — seu pai, seu bisavô e seu tataravô conquistaram a patente de general de divisão, seu avô foi comandante da Catalunha e chefe do Quarto Militar de Alfonso XIII —, por volta de 1981 ele representava melhor que ninguém, com o seu perfil acidentado de velho guerreiro e o vasto currículo bélico, não mais o Exército de Franco, mas o Exército da Vitória. Em 1936, ainda cadete da Academia de Infantaria, entrou para o santoral do heroísmo franquista depois de defender o Alcázar de Toledo durante os dois meses e meio de assédio republicano: lá recebeu seu primeiro ferimento de guerra; nos seis anos seguintes recebeu mais quatro, três deles combatendo com a VII Bandeira da Legião em Madri: no Ebro e em Teruel, e a última com a Divisão Azul na Rússia. Voltou à Espanha com o posto de capitão e o peito forrado de medalhas, entre as quais algumas das mais cobiçadas no Exército: uma Laureada de São Fernando, uma medalha militar individual, duas coletivas, cinco cruzes de guerra, três vermelhas do mérito militar e uma Cruz de Ferro nazista. Nenhum militar espanhol de sua geração podia ostentar tal folha de serviços em campanha e, embora tenha sido o único deles que obteve os diplomas de Estado-Maior dos três Exércitos, depois da morte de Franco ninguém encarnava melhor que Milans o protótipo do militar de intempérie e de ideias sucintas, alérgico aos gabinetes e aos livros, direto, terminante, visceral e sem as ambiguidades que idealizaram o franquismo. Tampouco nesse sentido Milans podia estar mais distante das sinuosidades áulicas de Armada; nem, é óbvio, da estupidez ou da frouxidão no exercício do comando, da mentalidade técnica, da curiosidade intelectual e da inclinação reflexiva e tolerante de Gutiérrez Mellado. Não cito seu nome por acaso: se provavelmente é impossível entender a atuação de Armada no 23 de fevereiro sem entender o seu rancor contra Adolfo Suárez, talvez seja impossível entender a atuação de Milans naquele dia sem entender sua aversão a Gutiérrez Mellado.

Milans e Gutiérrez Mellado já se conheciam havia muito tempo, mas a animosidade de Milans não tinha origem remota; nasceu quando Gutiérrez Mellado aceitou fazer parte do primeiro governo de Suárez e aumentou à medida que o general se transformava no aliado mais fiel do presidente e traçava e punha em prática um plano cujo objetivo era acabar com os privilégios de poder concedidos ao Exército pela ditadura e em transformá-lo num instrumento da democracia: Milans não apenas sentiu-se pessoalmente menosprezado e humilhado pela política de promoções de Gutiérrez Mellado, que fez o que pôde para afastá-lo dos principais postos de comando para poupá-lo das tentações golpistas; entrincheirado em suas ideias ultraconservadoras e na sua devoção por Franco, também considerou uma injúria que Gutiérrez Mellado pretendesse dismantelar o Exército da Vitória, que ele considerava o único fiador legítimo do legítimo Estado ultraconservador fundado por Franco e, portanto, a única instituição capacitada para evitar outra guerra (tal como a ultradireita, tal como a ultraesquerda, Milans era alérgico à palavra “reconciliação”, a seu ver um simples eufemismo da palavra “traição”: vários membros da sua família tinham sido assassinados durante o conflito, e Milans sentia que um presente digno não podia se fundamentar no esquecimento do passado, mas sim na lembrança permanente deste e na continuidade da vitória do franquismo sobre a república, o que equivalia para ele à vitória da civilização sobre a barbárie). Milans encontrou nessas duas ofensas pessoais argumentos suficientes para condenar Gutiérrez Mellado à condição de arrivista disposto a violar o juramento de lealdade a Franco para satisfazer suas sujas ambições políticas; isso explica por que estimulou por todos os meios ao seu alcance, incluída a presidência da junta de fundadores do El Alcázar, uma selvagem campanha de imprensa que não deixou de explorar um milímetro da vida pessoal, política e militar de Gutiérrez Mellado em busca de ignomínias para persuadir seus companheiros de armas de que o homem que estava fazendo uma depuração traidora nas Forças Armadas não tinha o menor traço de integridade moral ou profissional; isso também explica por que, assim que Gutiérrez Mellado chegou ao governo, Milans passou a encarnar a resistência do Exército às reformas militares de Gutiérrez Mellado e às reformas políticas que as permitiam: entre o final de 1976 e o início de 1981, o Exército praticamente não registrou um protesto contra o governo, um incidente disciplinar de gravidade ou uma ameaça de conspiração em que Milans

não estivesse envolvido ou seu nome não fosse invocado. Ele se gabava de nunca ter enganado ninguém e de jamais esconder suas intenções, e durante os seus primeiros anos como chefe da Encouraçada Brunete, e depois como comandante de Valencia, mencionou com frequência a ameaça de golpe: gostava de fazê-lo como pilhérias (“Majestade”, disse ao rei enquanto tomavam um drinque depois de uma visita do monarca à Brunete. “Se eu tomar outra cuba-libre mando os tanques para a rua”); a primeira vez que o fez a sério foi em uma tumultuada reunião do Conselho Superior do Exército realizada em 12 de abril de 1977, três dias depois de Adolfo Suárez ter legalizado o PCE com o apoio de Gutiérrez Mellado e contrariando o que ele mesmo havia prometido aos militares ou contrariando o que os militares achavam que ele tinha prometido. “O presidente do governo deu sua palavra de honra de não legalizar o Partido Comunista”, disse Milans naquele dia aos seus companheiros de armas. “A Espanha não pode ter um presidente sem honra: deveríamos mandar os tanques para a rua.” Nos quase três anos em que esteve no comando militar de Valencia, expressões parecidas se tornaram frequentes em seus lábios. “Não se preocupe, senhora”, disse mais de uma vez às damas que o adulavam nas recepções exortando-o a se tornar o salvador da pátria em perigo. “Eu não me aposento sem mandar os tanques para a rua.”

Cumpriu a palavra bem a tempo: em 23 de fevereiro lhe faltavam apenas quatro meses para passar para a reserva; também cumpriu os compromissos com seus genes golpistas e monárquicos, já que, apesar de ser um franquista ferrenho, o seu golpe não aspirava a ser um golpe contra a monarquia, e sim com a monarquia. Tal como Armada, que tinha certeza de que poderia dominar La Zarzuela naquele dia com a sua autoridade de antigo secretário do rei, em 23 de fevereiro Milans pecou por soberba: ele se considerava o militar mais influente do Exército e achou que sua imagem ilusória de general invencível bastaria para arrastar outros comandantes em uma aventura incerta e para revoltar a Brunete sem tê-la preparado para isso. Não conseguiu nem uma coisa nem a outra, e este é um dos motivos pelos quais o golpe de 23 de fevereiro não foi o que Milans tinha previsto que fosse: uma forma de se desferrar das humilhações que Gutiérrez Mellado lhe infligira e ao seu Exército e também uma forma de — recuperando sob o comando do rei os fundamentos do Estado instaurado por Franco — recuperar para o Exército da Vitória o poder que Gutiérrez Mellado lhe havia retirado.



O último protagonista do golpe foi o tenente-coronel Tejero. Ele é o ícone do golpe e é evidente que tinha vocação de ícone e que sua aparência de guarda-civil de vinheta realista ou de guarda-civil de poema de Lorca ou de guarda-civil de filme de Berlanga — o corpo robusto, o bigode denso, o olhar ardente, a voz fanhosa e o sotaque andaluz — beneficiava sua vocação de ícone; mas também é evidente que não era o fantoche irreflexivo que quer o clichê do 23 de fevereiro e que o país inteiro se dispôs a construir depois daquele dia, como se a culpa coletiva pela oposição nula ao golpe precisasse demonstrar a si mesma que só um demente podia atacar a Câmara a tiros e que, portanto, o golpe não passava de uma maluquice à qual não era preciso resistir porque estava destinada ao fracasso desde o início. Não é verdade: Tejero não era absolutamente um doido de pedra; era uma coisa muito mais perigosa: era um idealista disposto a transformar seus ideais em realidade, disposto a manter a qualquer preço a lealdade aos que considerava leais, disposto a impor o bem e a eliminar o mal pela força; em 23 de fevereiro Tejero também demonstrou ser muitas outras coisas, mas só porque antes de mais nada era um idealista. Que os ideais de Tejero nos pareçam perversos e anacrônicos não qualifica a bondade ou a maldade das suas intenções, pois frequentemente o mal é fabricado com o bem e talvez o bem com o mal; muito menos autoriza a atribuir sua maldade a uma pitoresca alienação: se Tejero fosse um alienado, não teria preparado durante meses e realizado com sucesso uma operação complexa e perigosa como a tomada da Câmara, não teria conseguido manter o controle quase absoluto do sequestro durante as dezessete horas e meia que durou, não teria sabido jogar suas cartadas nem manobrado para conseguir seus objetivos com a serena racionalidade com que o fez; se fosse um alienado, se tivesse levado sua loucura até o fim, talvez o sequestro da Câmara houvesse acabado com uma matança e não com a negociação com que acabou quando Tejero teve a certeza de que o golpe tinha fracassado. A realidade é que ele era um oficial tecnicamente competente a quem foram confiados postos da máxima responsabilidade — como o comando da Guarda Civil de San Sebastián

— e cujo idealismo fogoso e emocional, embora provocasse receios em seus comandantes e seus colegas, também provocava a devoção de seus subordinados. Nem é preciso dizer que era um energúmeno empanturrado por toneladas de mingau patriótico, um moralista obcecado com a vaidade da virtude e um megalômano com um anseio indomável de protagonismo. Por temperamento e mentalidade estava muito distante de Armada, mas não de Milans. Tal como Milans, Tejero se considerava um homem de ação, e era mesmo; a diferença é que Milans fora um homem de ação sobretudo durante a juventude em uma aberta guerra civil, enquanto Tejero o fora sobretudo durante a maturidade na guerra oculta do País Basco. Tal como Milans, Tejero sonhava com uma utopia da Espanha como quartel — um lugar radiante de ordem, fraternidade e harmonia regido pelos toques de cometa sob o império radiante de Deus; a diferença é que o primeiro aceitava a conquista gradual da utopia enquanto o segundo pretendia fazer a revolução imediatamente. Tal como Milans, Tejero era acima de tudo um franquista; a diferença é que, exatamente porque pertencia a uma geração posterior à de Milans e não havia conhecido a guerra nem outra Espanha além da Espanha de Franco, Tejero era, se é possível dizer, ainda mais franquista que Milans: idolatrava Franco, invocava a tríada de maiúsculas Deus, Pátria e Tropa, seu inimigo mortal era o marxismo, ou seja, o comunismo, ou seja, a Anti-Espanha, ou seja, os inimigos da utopia da Espanha como quartel, que precisavam ser erradicados do terreno pátrio antes que conseguissem envenená-lo. Isso certamente fazia parte da vulgata retórica da ultradireita nos anos 1970, mas para o sentimentalismo literal de Tejero era ao mesmo tempo uma descrição exata da realidade e um mandamento ético: nele se dava uma fusão completa entre patriotismo e religião e, como diz Sánchez Ferlosio, “é quando há Deus que tudo está permitido; de modo que ninguém é tão ferozmente perigoso quanto o justo, carregado de razão”. Daí que, da mesma forma que para toda a ultradireita, Santiago Carrillo devia representar para Tejero algo semelhante ao que Adolfo Suárez representava para Armada e Gutiérrez Mellado para Milans: a personificação de todos os infortúnios da pátria e, na medida em que o seu egocentrismo histórico o autorizava a sentir-se a personificação da pátria, a personificação de todos os seus infortúnios; e daí também que, como a fusão entre patriotismo e religião desumaniza o adversário e o transforma no Mal, quando Tejero vislumbrou o retorno da Anti-Espanha

à Espanha, seu fanatismo escatológico lhe impôs o dever de acabar com ela, e a partir de então trocou o seu histórico militar por um histórico de rebeldias.

O detonador desse festival de indisciplinas foi o que Tejero considerava a manifestação sem máscaras da Anti-Espanha: o terrorismo. Durante o julgamento pelo 23 de fevereiro seu advogado de defesa recordou um episódio ocorrido depois do assassinato pelo ETA de um dos homens sob o seu comando na Guarda Civil de Guipúzcoa; mais que um fato, foi uma imagem, uma imagem truculenta, mas não forjada: a imagem do tenente-coronel inclinando-se sobre o cadáver destroçado por uma explosão e se levantando com os lábios e o uniforme manchados com o sangue do seu subordinado. É bem provável que Tejero só tenha sabido ou querido ou podido viver o terrorismo como uma selvagem agressão interna, e não há dúvida de que foi o terrorismo que o transformou em um insubmisso crônico e o encheu de razão à medida que o Estado se mostrava incapaz de eliminá-lo e uma parte da sociedade se mostrava indiferente aos estragos que causava entre os seus companheiros de armas. Em janeiro de 1977, pouco depois do assassinato de um dos seus homens, o tenente-coronel foi exonerado do seu posto em Guipúzcoa e punido com um mês de prisão por enviar um telegrama sarcástico ao ministro do Interior que acabava de legalizar a bandeira basca enquanto, como ele repetia toda vez que mencionava o incidente, a cidade de San Sebastián estava cheia de bandeiras espanholas queimando; em outubro do mesmo ano o afastaram do comando de Málaga e lhe deram outra detenção de um mês por impedir de armas em punho uma manifestação autorizada com o argumento de que o ETA havia acabado de matar dois guardas-civis e toda a Espanha deveria estar de luto; em agosto de 1978, enquanto os partidos políticos discutiam o projeto de Constituição, foi preso novamente durante catorze dias por publicar no El Imparcial uma carta aberta ao rei na qual lhe pedia que, como chefe do Estado e das Forças Armadas, impedisse a aprovação de um texto que não incluía “alguns dos valores pelos quais acreditamos que vale a pena arriscar nossas vidas”, que promulgasse uma lei apta para impedir as matanças do terrorismo e que acabasse “com os apologistas desta farsa sangrenta, por mais que sejam parlamentares e se sentem entre os pais da Pátria”; em novembro de 1978 foi preso e processado por planejar um golpe que antecipava o de 23 de fevereiro — a chamada Operação Galáxia: tratava-se de

sequestrar o governo no palácio de La Moncloa e, com a ajuda do resto do Exército, obrigar o rei a formar um governo de salvação nacional—, mas menos de um ano depois saía da prisão em liberdade condicional, e em meados de 1980 o tribunal o condenava a uma pena insignificante que, de resto, já havia cumprido e que o convenceu de que podia tentar de novo sem correr um risco maior que passar uma pequena e confortável temporada na prisão, transformado em herói semissegredo do Exército e herói clamoroso da ultradireita. Foi então que contraiu a paixão pela notoriedade; foi então que se incrustou em seu cérebro a obsessão pelo golpe; foi então que começou a preparar o 23 de fevereiro. A ideia foi dele: foi ele que a pariu e a embalou e a criou; Milans e Armada quiseram adotá-la, subordinando-a aos seus fins, mas àquela altura o tenente-coronel já se sentia seu proprietário e, na noite de 23 de fevereiro, quando julgou entender que os dois generais buscavam a vitória de um golpe diferente do que ele havia criado, Tejero preferiu o fracasso à vitória de um golpe que não era o seu, porque pensou que a vitória do golpe de Milans e de Armada não garantia a realização imediata da sua utopia da Espanha como quartel e a liquidação da Anti-Espanha que Santiago Carrillo personificava melhor que ninguém, ou porque para Tejero o golpe de Estado era antes de tudo uma forma de acabar com Santiago Carrillo ou com o que ele personificava e de — recuperando a ordem radiante de fraternidade e harmonia regida pelos toques de cometa sob o império radiante de Deus abolida com a chegada da democracia — reaver o que Santiago Carrillo, ou o que Santiago Carrillo personificava para ele, lhe havia tirado.

Tejero entendeu bem: não apenas os três protagonistas do golpe eram profundamente diferentes e agiam por motivações políticas e pessoais diferentes, mas cada um deles perseguia um golpe diferente, e na noite de 23 de fevereiro os dois generais tentaram usar o golpe concebido pelo tenente-coronel para impor o seu: Tejero era contra a democracia e contra a monarquia, e no essencial seu golpe queria ser similar no fundo ao golpe que tentou derrubar a república em 1936 e provocou a guerra e depois o franquismo; Milans era contra a democracia, mas não contra a monarquia, e seu golpe no essencial queria ser um golpe similar na forma e no fundo ao que derrubou a monarquia parlamentar em 1923 e instaurou a ditadura monárquica de Primo de Rivera, ou seja, uma intervenção militar destinada a devolver ao rei os poderes que este cedera ao sancionar a Constituição e talvez,

depois de uma fase intermediária, desembocar em uma junta militar que servisse de apoio à Coroa; por último, Armada não era contra a monarquia nem (pelo menos de maneira frontal ou explícita) contra a democracia, só era contra a democracia de 1981 ou contra a democracia de Adolfo Suárez, e o seu golpe basicamente queria ser similar na forma àquele que levou o general De Gaulle à presidência da república francesa em 1958 e no fundo a uma espécie de golpe palaciano que lhe permitiria desempenhar com mais autoridade que nunca o seu antigo papel de braço direito do rei, transformando-se em presidente de um governo de coalizão ou concentração ou unidade com a missão de enfraquecer a democracia até convertê-la em uma semidemocracia ou em um sucedâneo de democracia. O golpe de 23 de fevereiro foi singular porque foi um único golpe e ao mesmo tempo três golpes diferentes: antes do 23 de fevereiro Armada, Milans e Tejero julgaram que seu golpe era o mesmo, e esse juízo permitiu sua realização; durante o 23 de fevereiro Armada, Milans e Tejero descobriram que o seu golpe era na verdade três golpes diferentes, e essa descoberta provocou o fracasso. Foi isto o que aconteceu, pelo menos do ponto de vista político; do ponto de vista pessoal, o que aconteceu foi ainda mais singular: Armada, Milans e Tejero deram num único golpe três golpes diferentes e contra três homens diferentes, ou contra o que personificavam para eles três homens diferentes, e esses três homens — Suárez, Gutiérrez Mellado e Carrillo: os três homens que haviam arcado com o peso da transição, os três homens que mais apostaram na democracia, os três homens que mais tinham a perder se a democracia fosse destruída — foram justamente os três únicos políticos presentes na Câmara que demonstraram estar dispostos a arriscar a pele diante dos golpistas. Essa tripla simetria também forma uma imagem estranha, provavelmente a imagem mais estranha de todas as estranhas imagens do 23 de fevereiro, e a mais perfeita, como se a sua forma sugerisse um significado que não somos capazes de captar, mas sem o qual é impossível captar o significado do 23 de fevereiro.

Capítulo 4

Eram três traidores. Quero dizer: para tanta gente a quem deviam lealdade por família, por classe social, por crenças, por ideias, por vocação, por história, por interesses, por simples gratidão, Adolfo Suárez, Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo eram três traidores. Não só para aqueles; foram traidores para muitos mais, em certo sentido o são objetivamente: Santiago Carrillo traiu os ideais do comunismo minando sua ideologia revolucionária e colocando-a na soleira do socialismo democrático, e traiu quarenta anos de luta antifranquista abrindo mão de fazer justiça com os responsáveis e os cúmplices da injustiça franquista e obrigando o seu partido a realizar as concessões reais, simbólicas e sentimentais impostas por seu pragmatismo e o seu pacto de toda a vida com Adolfo Suárez; Gutiérrez Mellado traiu Franco, traiu o Exército de Franco, traiu o Exército da Vitória e sua utopia radiante de ordem, fraternidade e harmonia regida pelos toques de cometa sob o império radiante de Deus; Suárez foi o pior, o traidor total, pois a sua traição possibilitou a traição de outros: ele traiu o partido único fascista no qual havia crescido e ao qual devia o que era, traiu os princípios políticos que tinha jurado defender, traiu os líderes e magnatas franquistas que confiaram nele para dar continuidade ao franquismo e traiu os militares com as suas promessas veladas de brevar a Anti-Espanha. A seu modo, Armada, Milans e Tejero puderam se imaginar como heróis clássicos, campeões de um ideal de vitória e conquista, paladinos da lealdade a certos princípios nítidos e inamovíveis que aspiravam à plenitude impondo as próprias posições; Suárez, Gutiérrez Mellado e Carrillo renunciaram a fazê-lo a partir do momento em que começaram sua tarefa de retirada e demolição e desmonte e buscaram a plenitude abandonando as suas posições, socavando-se sem saber. Os três cometeram erros políticos e pessoais ao longo da vida, mas essa valorosa renúncia os define. No fundo Milans tinha razão (como tinham os ultradireitistas e os ultraesquerdistas da época): na Espanha dos anos 1970, a palavra reconciliação era um eufemismo da palavra “traição”, porque não havia reconciliação sem traição ou pelo menos sem que alguns traíssem. Suárez, Gutiérrez Mellado e Carrillo o fizeram mais do que ninguém, e por isso foram chamados muitas vezes de traidores. De certo modo eram traidores: eles traíram a lealdade a um erro para

construir a lealdade a um acerto; traíram os seus para não trair a si mesmos; traíram o passado para não trair o presente. Às vezes só se pode ser leal ao presente traindo o passado.

Às vezes a traição é mais difícil que a lealdade. Às vezes a lealdade é uma forma de coragem, mas outras vezes é uma forma de covardia. Às vezes a lealdade é uma forma de traição e a traição, uma forma de lealdade. Talvez não saibamos com exatidão o que é lealdade nem o que é traição. Temos uma ética da lealdade, mas não temos uma ética da traição. Precisamos de uma ética da traição. O herói da retirada é um herói da traição.

Capítulo 5

Recapitulando: o golpe de 23 de fevereiro foi um golpe exclusivamente militar, liderado pelo general Armada, tramado pelo próprio general Armada, pelo general Milans e pelo tenente-coronel Tejero, estimulado pela ultradireita franquista e facilitado por uma série de manobras políticas por meio das quais grande parte da classe dirigente do país pretendia acabar com a presidência de Adolfo Suárez. Pois bem: quando começou tudo? Onde começou tudo? Quem começou tudo? Como começou tudo?

Não há protagonista, testemunha ou pesquisador do golpe que não tenha respostas para essas perguntas, mas praticamente não há duas respostas idênticas. Apesar de contraditórias, muitas delas são válidas ou podem ser: segmentar a história é realizar um exercício arbitrário; a rigor, é impossível determinar a origem exata de um acontecimento histórico, da mesma forma que é impossível determinar o seu final exato: todo acontecimento tem sua origem num acontecimento anterior, e este em outro anterior, e este em outro anterior, e assim até o infinito, porque a história é como a matéria e nela nada se cria nem se destrói: só se transforma. O general Gutiérrez Mellado disse mais de uma vez que o golpe de 23 de fevereiro nasceu em novembro de 1975, no mesmo instante em que, depois de ser proclamado rei diante das Cortes franquistas, o monarca declarou que pretendia ser o rei de todos os espanhóis, o que significava que seu propósito era acabar com as duas Espanhas irreconciliáveis perpetuadas pelo franquismo. Muitos são da opinião de que o golpe começou em 9 de abril de 1977, quando o Exército considerou que Suárez o tinha enganado legalizando o Partido Comunista e que tinha traído a Espanha dando carta de naturalização no país à Anti-Espanha. Não faltará quem prefira situar o início da trama no próprio palácio de La Zarzuela, alguns meses depois, no dia em que Armada soube que iria deixar a secretaria da Casa do Rei, ou, melhor ainda, alguns anos depois, quando o monarca começou a favorecer as manobras políticas contra Adolfo Suárez com suas palavras e seus silêncios e quando cogitou ou fez pensar que cogitava a possibilidade de substituir o governo presidido por Suárez por um governo de coalizão ou concentração ou unidade presidido por um militar. Provavelmente o mais simples ou o menos incorreto seria remontar um pouco mais atrás,

exatamente até o dia do fim do verão de 1978 em que todas as manchetes dos jornais atribuíram ao tenente-coronel Tejero a fórmula do golpe que ele ruminava fazia tempo e que nos meses seguintes cresceu como uma ténia no seu cérebro: em 22 de agosto daquele ano, o comandante sandinista Edén Pastora tomou o Palácio Nacional de Manágua e, depois de manter sequestrados durante vários dias mais de um milhar de políticos afins ao ditador Anastasio Somoza, conseguiu libertar um grupo numeroso de presos políticos da Frente Sandinista de Libertação Nacional; a audácia do *partisano* nicaraguense deslumbrou o tenente-coronel e, superposta à lembrança antiquada dos guardas-civis do general Pavía dissolvendo à força o Parlamento da Primeira República, catalisou sua obsessão golpista e inspirou primeiro a chamada. Operação Galáxia, que tentou executar sem êxito poucas semanas mais tarde, e depois o golpe do 23 de fevereiro.

Talvez com exceção da primeira — muito vaga, muito imprecisa —, qualquer das conjecturas aqui mencionadas poderia corresponder à origem do golpe, ou pelo menos constituir o ponto de partida para explicá-lo. Eu me atrevo a escolher outro, não menos arbitrário, mas provavelmente mais apto para fazer o que me proponho fazer nas páginas que se seguem: descrever a trama do golpe, uma malha praticamente inconsútil de conversas particulares, confidências e subentendidos que muitas vezes só se pode tentar reconstruir a partir de testemunhos indiretos, forçando os limites do possível até tocar no provável e tentando recortar com o padrão do verossímil a forma da verdade. Naturalmente, não posso garantir que tudo o que conto a seguir seja verdade; porém posso garantir que é feito com a verdade e sobretudo que é o mais próximo à verdade a que posso chegar, ou imaginar. Madri: julho de 1980. No princípio desse mês aconteceram na capital dois fatos que podemos imaginar simultâneos ou quase simultâneos: o primeiro foi um almoço do tenente-coronel Tejero com um emissário do general Milans; o segundo foi a chegada a La Zarzuela de um relatório enviado pelo general Armada. Conhecemos o contexto em que aconteceram: no verão daquele ano o ETA matava a mancheias, a segunda crise do petróleo desarticulava a economia espanhola e, depois de ser batido em várias eleições autônomas e sofrer um humilhante voto de censura socialista, Adolfo Suárez parecia anulado para governar enquanto perdia de forma acelerada a confiança do Parlamento, a confiança do seu partido, a confiança do rei e a confiança de um país

que por sua vez parecia perder de forma também acelerada a confiança na democracia ou no funcionamento dela. O almoço golpista foi realizado em uma taberna do centro da capital e compareceram, além de Tejero, o tenente-coronel Mas Oliver, ajudante de ordens do general Milans, Juan García Carrés, amigo pessoal de Tejero e contato entre ambos, e talvez o general reformado Carlos Iniesta Cano.

Embora fosse por meio de um intermediário, era o primeiro contato entre Milans e Tejero, e nele se falou de política, mas principalmente do projeto de ataque à Câmara concebido por Tejero, e dias ou semanas mais tarde, em outro almoço similar, também por intermédio de seu ajudante de ordens, Milans encarregou o tenente-coronel de estudar a ideia e de informá-lo de seus progressos; embora estivesse aguardando que o Conselho de Justiça Militar ratificasse a sentença que um Conselho de Guerra ditara em maio contra ele por seu envolvimento na Operação Galáxia, e, apesar de suspeitar que estava sendo vigiado, Tejero começou imediatamente os preparativos para o golpe e durante os meses seguintes, enquanto continuava em contato com Milans por intermédio de Mas Oliver, tirou fotografias do prédio da Câmara, informou-se sobre as medidas de segurança que o protegiam e alugou um galpão industrial na cidade de Fuenlabrada onde guardou roupas e seis ônibus que tinha comprado com a intenção de camuflá-los para transportar sua tropa no dia do golpe. Assim começou a conjuração capitaneada por Milans, uma operação militar que permaneceu em segredo até que explodiu no 23 de fevereiro. A chegada do relatório do antigo secretário do rei a La Zarzuela marca por outro lado o início de uma série de movimentos mais ou menos públicos batizados mais tarde com o nome de Operação Armada e destinados a levar o general à presidência do governo, uma operação política a princípio independente da anterior, mas a longo prazo confluyente com ela, o que transformaria Armada em líder de ambas: a operação militar acabou sendo o aríete da operação política e a operação política acabou sendo o álibi da operação militar. O texto do relatório recebido em La Zarzuela foi entregue por Armada ao secretário do rei, Sabino Fernández Campo, e era obra de um professor de direito cuja identidade desconhecemos; constava de poucas páginas, e nelas, depois de fazer uma descrição da deterioração que o país sofria, o autor propunha como remédio para o caos político a saída de Adolfo Suárez do poder por meio de um voto de censura apoiado pelo PSOE, pela direita de Manuel Fraga e por setores

dissidentes da UCD; a manobra devia ser concluída com a formação de um governo unitário presidido por uma personalidade independente, talvez um militar.

Esse era o conteúdo do relatório. Não sabemos se o rei o leu, mas sabemos que Fernández Campo o leu e que ninguém em La Zarzuela o comentou na época com Armada, mas nas semanas seguintes, enquanto corria o rumor de que o PSOE preparava um novo voto de censura contra Adolfo Suárez, o texto circulou por escritórios, redações de jornais e agências de notícias, e em pouco tempo a hipótese de um governo de unidade presidido por um militar como salva-vidas contra o naufrágio do país tinha chegado a todos os cantos da pequena Madri do poder. “Sei que o PSOE está trabalhando com a possibilidade de levar um militar à presidência do governo”, declarou Suárez à imprensa em algum momento do mês de julho; e acrescentou: “Acho desatinado”. Mas muitos não achavam desatinado; e não é só: durante os meses de julho, agosto e setembro a ideia pareceu permear a vida política espanhola como um murmúrio ubíquo, transformada em uma opção plausível. Buscava-se um general: havia um acordo unânime de que devia ser um militar de prestígio, liberal, com experiência política, bem relacionado com o rei e capaz de conquistar a aprovação de partidos políticos de direita, de centro e de esquerda e de reuni-los em um governo que contagiasse otimismo, impusesse a ordem, eliminasse a crise econômica e acabasse com o ETA e com o perigo de um golpe de Estado; faziam-se bolsas de apostas: como o retrato falado do general redentor se encaixava aparentemente com suas feições políticas e pessoais, em todas elas figurava o nome de Alfonso Armada. É bem possível que pessoas próximas a ele, como Antonio Cortina — irmão do chefe da AOME e membro destacado da Alianza Popular de Manuel Fraga —, tenham promovido sua candidatura, mas é indubitável que ninguém fez tanto por ela quanto o próprio Armada. Aproveitando suas frequentes viagens de Lérida a Madri, onde mantinha a residência familiar, e aproveitando principalmente as férias de verão, Armada multiplicou sua presença em jantares e almoços de políticos, militares, empresários e financistas; embora desde a sua saída de La Zarzuela seus encontros com o monarca tivessem sido apenas esporádicos, durante eles Armada se investia da sua antiga autoridade de secretário real para se apresentar como intérprete não apenas do pensamento do rei, mas também de seus desejos, de tal modo que, num vaivém de duplos sentidos, insinuações e

meias palavras que décadas de astúcias palacianas lhe haviam ensinado a manipular com destreza, quem conversava com Armada acabava convencido de que era o rei quem falava por sua boca e de que tudo o que Armada dizia era o que o rei também dizia.

É óbvio que isso era falso, mas, como toda boa mentira, continha uma parte de verdade, porque o que Armada dizia (e o que todo mundo pensava que o rei dizia pela boca de Armada) era uma combinação sabiamente equilibrada entre o que o rei pensava e o que Armada gostaria que o rei pensasse: Armada afirmava que o rei estava muito preocupado, que a situação do país o inquietava muito, que o desassossego permanente do Exército o preocupava muito, que suas relações com Suárez eram ruins, que Suárez não lhe dava mais atenção e que a sua estupidez, a sua negligência, a sua irresponsabilidade e o seu apego insensato ao poder estavam pondo em risco o país e a Coroa, e que esta veria definitivamente com muito bons olhos uma mudança de presidente (o que traduzia com exatidão o que o rei pensava naquele momento); no entanto Armada também dizia (e todo mundo pensava que o rei dizia pela boca de Armada) que aquela era uma circunstância excepcional que exigia soluções excepcionais e que um governo de unidade composto por líderes dos principais partidos políticos e presidido por um militar era uma boa solução, e dava a entender que ele próprio, Armada, era o melhor candidato para encabeçá-lo (tudo o que traduzia com exatidão o que Armada gostaria que o rei pensasse e provavelmente o que em parte chegou a pensar em algum momento por influência de Armada, mas não o que pensava naquele momento). Em meados ou no final de setembro, enquanto o antigo secretário do monarca voltava à sua base em Lérida, sua presença se tornava mais rara em Madri e se reiniciava o processo político depois das férias, a Operação Armada pareceu perder fôlego nas boatarias da capital, como se tivesse sido apenas uma desculpa para preencher o ócio sem notícias do torpor do verão; contudo o que aconteceu de fato foi outra coisa: embora nas boatarias da capital a Operação Armada tivesse sido soterrada pela decomposição do governo e do partido de Suárez e pela avalanche de operações contra o presidente que começava a modelar a placenta do golpe, ela continuava bem viva na mente do seu protagonista e daqueles à sua volta que a consideravam a forma mais efetiva de dar a virada de leme ou o golpe de bisturi de que o país tanto necessitava. Armada mantinha boas relações com políticos do governo,

do partido que o apoiava e da direita — incluído o seu líder, Manuel Fraga —, e durante seus encontros de verão todos tinham recebido suas perífrases promocionais com interesse suficiente para autorizá-lo a esperar que, chegada a hora, todos o aceitariam como substituto de Suárez; mas Armada ainda não conhecia os dirigentes socialistas, cuja participação era indispensável para a operação, e nas primeiras semanas do outono teve a oportunidade de se reunir com eles. Não conseguiu um encontro com Felipe González (como provavelmente era o seu propósito), mas sim com Enrique Múgica, número 3 do PSOE e encarregado de assuntos militares do partido; páginas atrás descrevi a reunião: foi realizada em 22 de outubro em Lérida e foi um êxito para Armada, que saiu dela com a certeza de que os socialistas não apenas comungavam com a ideia de um governo de unidade presidido por um militar, como também com a ideia de que esse militar fosse ele. Não obstante, tanto quanto o relatório do constitucionalista que havia remetido a La Zarzuela em julho e sua campanha de propaganda de verão nos salões da pequena Madri do poder, para Armada a reunião com o PSOE foi uma simples manobra preparatória da manobra central: conquistar o rei para a Operação Armada. Em 12 de novembro o rei e Armada se encontraram em La Pleta, um refúgio de montanha situado no vale de Arán que a família real usava para praticar esqui. O encontro fazia parte das obrigações ou cortesias protocolares do governador militar da Lérida, mas o rei e seu antigo secretário não se viam havia muito tempo — provavelmente desde a primavera anterior —, e a conversa se prolongou além dos limites do protocolo.

Os dois homens conversaram sobre política: como já fazia com muitas pessoas àquela altura, é bem possível que o rei tenha espinafrado Suárez e manifestado sua preocupação com a situação do país; como era uma hipótese que estava na rua e que tinha chegado a La Zarzuela por diversas vias, é possível que o rei e o general tenham falado sobre o governo de unidade presidido por um militar: nesse caso, com certeza Armada se mostrou favorável, embora nenhum dos dois tenha mencionado sua candidatura à presidência; sem dúvida, entretanto, o assunto principal da conversa foi o descontentamento militar, que o rei temia e que Armada exagerou, o que talvez explique o pedido ao general: que se informasse e o informasse. Esse pedido foi a razão ou a desculpa do movimento seguinte de Armada. Cinco dias mais tarde o antigo secretário real viajou para Valencia a fim de se reunir com

Milans, consciente de que não havia no Exército um militar mais descontente que Milans e de que qualquer intriga golpista partia ou desembocava nele, ou passava por ele.

Os dois generais se conheciam desde os anos 1940, quando tinham combatido na Rússia com a Divisão Azul; a amizade entre eles nunca foi íntima, mas sua antiga adesão monarquista os distinguia dos seus companheiros de armas e representava um elo adicional que naquela tarde e a sós — depois de um almoço no comando na companhia de suas esposas e do tenente-coronel Mas Oliver, ajudante de ordens de Milans, e do coronel Ibáñez Inglés, subchefe de seu Estado-Maior — permitiu que expusessem os seus projetos às claras, ou pelo menos permitiu a Milans. Ambos coincidiam no calamitoso diagnóstico da situação do país, um diagnóstico compartilhado por meios de comunicação, partidos políticos e organizações sociais nada suspeitas de simpatias ultradireitistas; também coincidiam na conveniência de que o Exército interviesse no problema, mas divergiam quanto ao modo de fazer: com sua franqueza habitual, Milans declarou-se disposto a encabeçar um golpe monárquico, falou sobre vagas reuniões de generais em Játiva, ou talvez em Jávea, e sobre reuniões recentes em Madri e em Valencia, e é provável até que nesse primeiro encontro já tenha se referido à operação planejada por Tejero, de quem continuava recebendo notícias graças ao seu ajudante de ordens. Por seu lado, Armada falou sobre sua conversa com o rei ou inventou várias conversas com o rei e uma intimidade com o monarca que não existia mais ou que não existia como antes — o rei estava angustiado, disse; o rei estava cansado de Suárez, disse; o rei achava que era necessário fazer alguma coisa, disse —, e falou sobre suas sondagens políticas do verão e do outono e do seu projeto de formar um governo de unidade sob sua presidência que nomearia Milans chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior do Exército; também disse que o rei aprovava aquele recurso de emergência, e argumentou que os dois projetos eram complementares porque o seu projeto político podia necessitar da ajuda de um empurrão militar, e que de qualquer forma ambos tinham objetivos comuns e que pelo bem da Espanha e da Coroa deviam agir de forma coordenada e continuar em contato. Convencido de que Armada falava em nome do rei, ansioso para se convencer, Milans aceitou o trato, e assim a Operação Armada ganhou um aríete militar: por intermédio de Milans, o antigo secretário real apoiava os militares golpistas e podia brandir a ameaça ou a

realidade da força no momento mais conveniente para os seus objetivos. Foi uma mudança de perspectiva. Até aquele momento a Operação Armada era uma operação somente política que seria realizada com meios somente políticos; a partir daquele momento tornou-se uma operação mais que política, já que guardava na antecâmara o recurso de um golpe militar para o caso de que não pudessem levá-la a cabo com meios somente políticos. A diferença era óbvia, mas o mais provável é que Armada não quisesse percebê-la, ou pelo menos ainda não: o mais provável é que tenha dito para si mesmo que a reunião com Milans fora apenas a sua forma de cumprir a missão informativa que o rei lhe dera esfriando de passagem a veemência golpista do comandante; além disso, contribuindo com a sua cegueira voluntária, os meses de novembro e dezembro trouxeram acontecimentos que Armada pode ter lido como presságios de uma vitória sem violência da operação somente política: enquanto o mal-estar do Exército se manifestava com novos escândalos — em 5 de dezembro várias centenas de generais, chefes e oficiais boicotaram um ato na Escola de Estado-Maior em protesto contra uma decisão governamental — e enquanto circulava por Madri o boato de que um grupo de comandantes havia pedido ao rei a demissão de Adolfo Suárez e de que se preparava um novo voto de censura contra o presidente, alguns líderes de partidos políticos iam a La Zarzuela para manifestar sua preocupação com o agravamento da situação e proclamar a necessidade de um governo forte capaz de pôr fim à insuportável debilidade do governo de Suárez. Esses sinais propícios ou que Armada pode ter interpretado como tais pareceram receber o referendo público da Coroa quando, pouco antes do final do ano, em sua mensagem televisionada de Natal, o rei disse para qualquer pessoa que quisesse entender — e o primeiro a entender foi Adolfo Suárez — que o seu apoio ao presidente do governo havia terminado. Talvez fosse o gesto que Armada estivera esperando desde a sua saída de La Zarzuela: com seu adversário em desgraça, desprovido da confiança e do amparo real, para a arrogância e a mentalidade cortesãs de Armada era o momento de recuperar com vantagens o lugar de favorito do rei que Suárez tinha feito o possível para lhe arrebatá-lo, tornando-se chefe do seu governo naqueles tempos de dificuldades para a Coroa. Esse pressentimento o encorajou a aumentar o assédio ao monarca. Durante as férias de Natal, Armada esteve pelo menos duas vezes com o rei, uma em La Zarzuela e outra em La Pleta, onde a família real passou os primeiros dias de

janeiro. Voltaram a conversar longamente, e nessas conversas o antigo secretário real conseguiu acumular evidências de que voltava a amizade com o rei, esfriada durante quase um lustro; não eram evidências fictícias: preocupado com o futuro da monarquia, relutante em aceitar o papel que a Constituição lhe atribuía de árbitro institucional sem poder verdadeiro, o rei buscava recursos para superar a crise, e é absurdo imaginar que fosse repudiar aqueles que podia oferecer o homem que o ajudara a vencer tantos obstáculos na juventude.

Embora só conheçamos o testemunho de Armada a respeito do que foi conversado naqueles conciliábulos com o rei, podemos considerar algumas coisas como certas ou muito prováveis: é certo ou muito provável que, além de ambos insistirem na negra opinião sobre Suárez e conversado sobre o momento político, Armada tenha falado sobre os rumores de um voto de censura a Suárez e os rumores de um governo de unidade, que tenha se mostrado partidário deste e que de forma mais ou menos elíptica tenha se proposto como candidato a presidi-lo, enfatizando que o seu perfil monárquico e liberal correspondia ao perfil do presidente confeccionado pelos meios de comunicação, pelas organizações sociais e pelos partidos políticos, muitos dos quais (ainda segundo Armada) já lhe haviam dado ou insinuado seu beneplácito; é certo ou muito provável que o rei tenha deixado Armada falar sem contradizê-lo e que, se não o fizera antes, tenha começado a considerar seriamente a proposta do governo de unidade presidido por um militar, fosse este Armada ou não, desde que contasse com a aprovação da Câmara e com uma moldura constitucional que Armada considerava garantida; é certo que, além de ambos insistirem na sua negra opinião sobre o momento militar, Armada a exasperou ao máximo e falou sobre sua visita a Milans, apresentando-se como um freio para a fogosidade intervencionista do comandante de Valencia, dosando com esperteza a informação sobre seus projetos ou ameaças sem entrar em detalhes prejudiciais para os próprios fins (é improvável, por exemplo, que tenha mencionado Tejero e sua relação com Milans); também é certo que o rei pediu a Armada que o mantivesse sempre a par de tudo o que acontecia ou se tramava nos quartéis; e também que prometeu lhe dar um cargo na capital. A razão dessa promessa não deve ser apenas uma: o rei sem dúvida pensava que o fato de Armada estar longe de Madri dificultava o seu acesso a notícias mais fartas e exatas sobre o Exército; sem dúvida acreditava que situá-lo num lugar central da hierarquia militar poderia

ajudá-lo a frear um golpe; sem dúvida queria tê-lo por perto para poder recorrer a ele em qualquer contingência, incluindo talvez a de ter que presidir um governo de coalizão ou concentração ou unidade.

Talvez haja ainda outras razões. Seja como for, o rei não demorou a cumprir a promessa e, mesmo com a oposição de Suárez, que desconfiava mais do que nunca das maquinações do antigo secretário real, fez com que o ministro da Defesa reservasse para Armada o posto de subchefe de Estado-Maior do Exército. Munido dessa nomeação futura, de suas muitas horas de proximidade com o rei e de uma proposta concreta, assim que terminaram as férias da família real em Lérida, Armada voltou a viajar com sua esposa para Valencia e tornou a se encontrar com Milans. Foi em 10 de janeiro e foi a última vez que os dois líderes do 23 de fevereiro conversaram cara a cara antes do golpe. O que Armada disse a Milans naquele dia foi que o rei concordava com os pontos de vista dos dois a respeito da situação política e que seu próximo retorno a Madri como subchefe de Estado-Maior do Exército era a plataforma idealizada pelo monarca para fazer dele presidente de um governo de unidade cuja formação só podia ser questão de semanas, o tempo de aprovar um voto de censura contra Adolfo Suárez; portanto, concluiu Armada, era o momento de interromper as operações militares em curso, submetendo-as à operação política: tratava-se de aglutinar todas as tramas golpistas dispersas sob um comando único e um projeto único para poder desativá-las assim que a operação política triunfasse ou, se a operação política fracassasse e não houvesse outro remédio, poder reativá-las para que triunfasse.

Esse plano definido por Armada e aceito por Milans foi o que dominou uma reunião realizada oito dias mais tarde na casa madrilenha do ajudante de ordens do comandante de Valencia, na rua General Cabrera; compareceram, convocados pelo próprio Milans, vários generais da reserva — entre eles Iniesta Cano —, vários generais da ativa — entre eles Torres Rojas — e vários tenentes-coronéis — entre eles Tejero —; em contraposição, fiel a uma estratégia de nunca falar sobre o golpe na presença de mais de uma pessoa e em arranjar desculpas para qualquer movimento hipoteticamente comprometedor (por isso sempre conversava com Milans a sós e sempre ia a Valencia na companhia de sua esposa e com o pretexto de resolver assuntos pessoais), Armada deu uma desculpa de última hora e não compareceu ao conclave. Como este foi o encontro mais numeroso dos que

prepararam o golpe, e o mais importante do ponto de vista da operação militar, o que foi discutido nele é bem conhecido: durante o julgamento do 23 de fevereiro vários participantes deram versões semelhantes, e anos depois também confirmariam alguns participantes que na época escaparam de ser processados. Quem ficou com a liderança na reunião foi Milans. O comandante de Valencia assumiu o comando dos projetos mais ou menos germinais de golpe em que estavam envolvidos os presentes e explicou o plano de Armada da forma como Armada o havia explicado a ele, frisando que tudo era feito sob os auspícios do rei; do mesmo modo, depois que Tejero expôs os detalhes técnicos da sua operação, Milans definiu o dispositivo básico que teria que ser desenvolvido no momento escolhido: Tejero tomaria a Câmara, ele tomaria a região de Valencia, Torres Rojas tomaria Madri com a Brunete e Armada ficaria com o rei em La Zarzuela enquanto outros comandantes, cuja cumplicidade já teria garantido previamente, se somariam a eles tomando as respectivas regiões, e assim concluiriam o golpe. Tudo isso, de resto — conforme Milans repetiu uma e outra vez —, era um simples projeto, e sua realização não seria necessária se, tal como ele esperava, Armada encaminhasse num prazo razoável de tempo o seu projeto somente político; Milans chegou mesmo a esclarecer o que entendia por um prazo razoável de tempo: trinta dias. Ainda não haviam transcorrido quinze quando os planos dos golpistas pareceram se pulverizar. Em 29 de janeiro Adolfo Suárez anunciou sua renúncia à presidência do governo numa mensagem transmitida pela televisão.

A notícia, embora pedida pela classe dirigente a gritos fazia muitos meses, surpreendeu todo mundo, e cabe imaginar que no primeiro momento Armada tenha pensado com bastante razão que Suárez tinha se demitido para abortar as operações políticas dirigidas contra ele, dentre as quais a Operação Armada; mas igualmente cabe imaginar que no segundo momento o general tenha tentado se convencer de que, ao contrário de complicar as coisas, a renúncia de Suárez as simplificava, uma vez que o poupava do processo incerto do voto de censura e deixava seu futuro político nas mãos do rei, a quem a Constituição outorgava a potestade de propor o novo presidente do governo após consultar os líderes parlamentares. Foi nesse momento que Armada decidiu apresentar sua candidatura ao rei sem subterfúgios e pressioná-lo a fundo para que a aceitasse. Foi o que fez num jantar a sós com o monarca, uma semana depois da renúncia de Suárez. Àquela altura

Armada achava que tudo conspirava a seu favor, e prova disso é que, sem dúvida aconselhado por ele, dias antes Milans tinha voltado a reunir sua gente ou parte dela na rua General Cabrera para comunicar que o golpe estava congelado até segunda ordem porque a queda do presidente do governo e a transferência imediata de Armada para Madri significavam que o golpe era desnecessário e que a Operação Armada tinha começado: na manhã seguinte à renúncia de Suárez os jornais multiplicaram hipóteses de governos de coalizão ou de concentração ou de unidade, os partidos políticos se ofereciam para participar deles ou procuravam apoios para eles e o nome de Armada corria de boca em boca na pequena Madri do poder, promovido por pessoas do seu meio, como o jornalista Emilio Romero que, em 31 de janeiro, em sua coluna do ABC, propunha o general como novo presidente do governo; três dias depois o rei telefonou para Armada e lhe disse que tinha acabado de assinar o decreto da sua nomeação como subchefe de Estado-Maior do Exército e que arrumasse as malas porque ia voltar para Madri.



Foi nessa ótima conjuntura para Armada que se realizou seu jantar com o rei, ao longo do qual o antigo secretário repetiu seus raciocínios com esforço: a necessidade de um golpe de bisturi ou virada de leme para afastar o perigo de um golpe de Estado, a conveniência de um governo de unidade presidido por um militar e o caráter constitucional de tal solução; também se ofereceu para assumir a presidência do governo e assegurou ou deu a entender que contava com o apoio dos principais partidos políticos. Não sei qual foi a reação do rei às palavras de Armada; não se deve descartar que tenha hesitado, e um bom motivo para não descartá-la é que, embora a UCD já tivesse proposto Leopoldo Calvo Sotelo como sucessor de Suárez, o rei ainda levou onze dias para apresentar essa candidatura à Câmara: é muito improvável que na rodada obrigatória de consultas com os líderes dos partidos políticos, anterior à apresentação da candidatura, o nome de Armada não tivesse sido citado, mas certamente conversaram sobre governos de coalizão ou de concentração ou de unidade; além dessa demora, há outro motivo para não descartar a hipótese de hesitação do rei: muita gente e por

muito tempo defendia uma saída excepcional que, teoricamente sem violar a Constituição, não fosse uma aplicação automática da Constituição, e ele uma confiança absoluta em Armada e pode ter pensado que um governo presidido pelo general e apoiado por todos os partidos políticos tranquilizaria o Exército, ajudaria o país a superar a crise e fortaleceria a Coroa. Não se deve descartar tal hesitação, mas a verdade é que, pelos motivos que fossem talvez por ter compreendido a tempo que forçar a Constituição significava pô-la em perigo e que isso significava pôr em perigo a democracia e, que isso significava pôr em perigo a Coroa —, o rei decidiu aplicar a Constituição ao pé da letra e em 10 de fevereiro apresentou à Câmara a candidatura de Leopoldo Calvo Sotelo. Isso representou o final da Operação Armada, o final da operação somente política; a partir desse ponto ficava inviável que o antigo secretário do rei alcançasse a presidência de um governo de coalizão ou de concentração ou de unidade pela via parlamentar.

Diante de Armada só se abriam duas alternativas: uma consistia em esquecer suas ambições e convencer Milans a esquecer a operação militar e que Milans por sua vez convencesse Tejero e os demais conjurados de que esquecessem a operação militar; a outra consistia em descongelar a operação militar e usá-la como aríete para impor pela força uma receita política que não pudera ser imposta por meios somente políticos. Nem Armada nem nenhum dos outros conjurados chegou sequer a cogitar a primeira alternativa; nem Armada nem nenhum dos outros conjurados renunciou em momento algum à segunda, e portanto foi pela alternativa militar que acabou se optando. É bem verdade que as circunstâncias daquele mês não dificultaram essa vitória, porque nas três semanas anteriores ao 23 de fevereiro os conspiradores talvez tenham sentido que a realidade exigia peremptoriamente o golpe, trazendo um último arsenal de argumentos para acabar de convencê-los de que somente um levantamento do Exército podia impedir a extinção da pátria: em 4 de fevereiro, no mesmo dia em que era publicado um duro documento da Conferência Episcopal contra a lei do divórcio, um grupo de deputados pró-ETA interrompeu com uma balbúrdia de gritos e canções patrióticas o primeiro discurso do rei no Parlamento basco; no dia 6 apareceu o cadáver de um engenheiro da central nuclear de Lemóniz sequestrado pelo ETA; no dia 13 morreu no hospital penitenciário de Carabanchel o etarra Joseba Arregui, e nos dias seguintes a tensão política perdeu os freios: durante uma ruidosa sessão

parlamentar, a oposição acusou o governo de tolerar a tortura, houve confrontos públicos entre o Ministério do Interior e o Ministério da Justiça, houve demissões de funcionários e logo depois um levante policial que incluiu a demissão de toda sua chefia; no dia 21, enfim, o ETA sequestrou o cônsul do Uruguai em Pamplona e os da Áustria e El Salvador em Bilbao.

Em meio a esses acontecimentos convulsivos, Armada visitou duas vezes o rei, uma no dia 11 e outra no dia 13, ambas em La Zarzuela: na primeira, durante os funerais de Frederica da Grécia, sogra do rei, mal conseguiu falar com o monarca; na segunda, durante sua impositiva apresentação como subchefe do Estado-Maior do Exército, o fez durante uma hora. Ao longo da conversa, Armada se mostrou nervoso e irritado: não se atreveu a criticar o rei por não tê-lo nomeado presidente do governo, mas lhe disse que tinha cometido um erro muito grave nomeando Calvo Sotelo; segundo Armada, também advertiu o rei sobre um iminente movimento militar ao qual se incorporariam vários comandantes, entre eles Milans, da mesma forma que advertiu o general Gutiérrez Mellado, a quem naquela manhã visitou de maneira também impositiva ao sair de La Zarzuela. Acho essa última advertência improvável: pelo menos o general Gutiérrez Mellado a negou perante o juiz. É certo, por outro lado, que três dias depois Armada abriu as comportas do golpe: em 16 de fevereiro se encontrou no seu novo gabinete do quartel-general do Exército com o coronel Ibáñez Inglés; subchefe do Estado-Maior de Milans e intermediário habitual entre ambos, e disse a ele que a operação política havia fracassado; provavelmente não lhe disse mais nada, mas não era necessário: isso bastava para Milans ficar sabendo que, a menos que aceitasse que tudo ficasse como estava, deveria seguir em frente com a operação militar. O golpe já era irrevogável. Apenas 48 horas depois do encontro entre Armada e Ibáñez Inglés, justamente no dia em que se iniciava na Câmara o debate da indicação de Calvo Sotelo como presidente do governo, Tejero telefonou para Ibáñez Inglés: disse que o prazo outorgado por Milans à Operação Armada tinha vencido, que as sessões de debate da posse, com o governo e todos os deputados reunidos na Câmara, eram uma oportunidade que levaria muito tempo para se repetir, garantiu que contava com um grupo de capitães dispostos a apoiá-lo, que os últimos acontecimentos — a ofensa ao rei no Parlamento basco, o assassinato do engenheiro de Lemóniz pelas mãos do ETA, as

consequências da morte do etarra Arregui — os deixaram exasperados e ele não podia mais contê-los por muito tempo, e que em suma ia tomar a Câmara com Milans ou sem Milans; a advertência de Tejero a Ibáñez Inglés dissipou as reservas que o comandante de Valencia ainda tinha: ele não podia conter o tenente-coronel, o fracasso político de Armada o deixava sem opções, tinha se comprometido demais para recuar na última hora. Milans, conseqüentemente, deu sua aprovação a Tejero, e no próprio dia 18 o tenente-coronel organizou um jantar com vários capitães de confiança para os quais já falava vagamente havia algum tempo de um golpe de Estado (tinha mentido para Ibáñez Inglés: não é que não podia conter por mais tempo os capitães, e sim que não podia conter por mais tempo a si mesmo); naquela noite Tejero foi concreto: contou o seu projeto a eles, conseguiu que se comprometessem a ajudar a realizá-lo, discutiu a possibilidade de atacar a Câmara durante a votação de dois dias depois, adiou a decisão da data do ataque até o dia seguinte. O dia seguinte era quinta-feira 19 de fevereiro. Logo de manhã Tejero entendeu que preparar o seu golpe levaria bem mais do que 24 horas e que, portanto, não poderia ser na sexta-feira, mas alguém — talvez um dos seus capitães, talvez um dos ajudantes de Milans — lembrou que a maioria parlamentar de Calvo Sotelo não era suficiente para que ele fosse eleito na primeira votação e que o presidente da Câmara deveria convocar uma segunda que em hipótese alguma podia ser realizada antes de segunda-feira, o que lhes dava no mínimo quatro dias para os preparativos; fosse qual fosse o dia escolhido pelo presidente da Câmara, era o dia escolhido para o golpe: o dia da segunda votação de posse. Assim foi convocado o golpe, e neste ponto minha narração se bifurca.



Até agora relatei os fatos tal como ocorreram ou tal como acho que ocorreram; como o que vem a seguir envolve membros do CESID, com a informação que reuni até agora sobre os serviços de inteligência não posso escolher entre duas versões dos fatos que colidem entre sí. Deixo a escolha para mais adiante e passo a expor as duas. A primeira versão é a versão oficial; ou seja: a versão da justiça; também é a menos

problemática. Desde o dia 19 Tejero e Milans — um em Madri, outro em Valencia — trabalham nos preparativos do golpe, mas a partir do dia 20, quando o presidente da Câmara marca a data e a hora da segunda votação de posse e sem saber dá aos golpistas a data e a hora do golpe — segunda-feira dia 23, não antes das seis da tarde —, os trabalhos se aceleram. Tejero conclui os pormenores do plano, busca recursos para realizá-lo, fala ao telefone várias vezes com os ajudantes de Milans (o tenente-coronel Mas Oliver e o coronel Ibáñez Inglés) e pessoalmente com vários oficiais da guarda-civil, sobretudo com o seu grupo de capitães. São pelo menos quatro: Muñecas Aguilar, Gómez Iglesias, Sánchez Valente e Bobis González. Os dois primeiros são bons amigos de Tejero e os conhecemos bem: Muñecas é o capitão que na tarde de 23 de fevereiro se dirigiu da tribuna da Câmara aos parlamentares sequestrados para anunciar a chegada de uma autoridade militar; Gómez Iglesias é o capitão vinculado à AOME — a unidade de operações especiais do CESID — que provavelmente fora encarregado pelo comandante Cortina da vigilância de Tejero e que, segundo esta primeira versão dos fatos, em 23 de fevereiro agiu pelas costas do seu chefe, porque ajudou, sem o conhecimento de Cortina, o tenente-coronel a vencer as últimas reticências de alguns oficiais que iriam acompanhá-lo na tarde do golpe, e talvez também tenha lhe proporcionado homens e material da AOME para escoltar o deslocamento de seus ônibus até a Câmara.

Quanto a Milans, durante esses quatro dias organiza com seus dois ajudantes a sublevação de Valencia, obtém promessas de apoio ou neutralidade de outros comandantes, monta às pressas a rebelião na Encouraçada Brunete por intermédio do comandante Pardo Zancada (a quem na véspera do golpe chama a Valencia para dar instruções a respeito) e fala com Armada pelo telefone pelo menos três vezes. A última conversa aconteceu em 22 de fevereiro: do escritório do filho do coronel Ibáñez Inglés, Milans fala com Armada na presença de Ibáñez Inglés, do tenente-coronel Mas Oliver e do comandante Pardo Zancada, e o faz repetindo em voz alta as palavras do interlocutor para que seus acompanhantes as ouçam, como se não confiasse totalmente em Armada ou como se necessitasse que seus subordinados confiassem totalmente nele; os dois generais recapitulam: Tejero tomará a Câmara, Milans tomará Valencia, a Brunete tomará Madri e Armada tomará La Zarzuela; o fundamental: tudo se faz sob as ordens do rei. Quando

Milans desliga o telefone, são cinco e meia da tarde. Pouco mais de 24 horas depois o golpe se desencadeia. Esta é a primeira versão; a segunda não a contradiz e só difere dela em um detalhe: aparece o comandante Cortina. Trata-se de uma versão suspeita porque é a versão dos golpistas ou, mais concretamente, a versão de Tejero: atendo-se à linha comum de defesa adotada pelos acusados durante o julgamento do 23 de fevereiro, e baseando-se em uma suposta cumplicidade entre Cortina e Armada e o rei, Tejero tenta se inocentar culpando Cortina (e junto com Cortina os serviços de inteligência), culpando Armada através de Cortina (e junto com Armada a cúpula do Exército) e culpando o rei através de Cortina e Armada (e junto com o rei a instituição central do Estado); tudo isso não torna automaticamente falso, é claro, o testemunho de Tejero. De fato, durante a audiência do julgamento o tenente-coronel deu alguns detalhes muito precisos que fortaleciam a sua versão; o tribunal, porém, não acreditou nele, porque errou em outros detalhes e porque Cortina tinha um álibi impecável para cada uma das acusações, o que lhe proporcionou a absolvição, mas não impede que se continue suspeitando dele: Cortina é um perito na fabricação de álibis e, como escreveu um dos jornalistas que cobriram as sessões do julgamento, não é preciso ser leitor de romances policiais para saber que um homem inocente quase nunca tem álibis, porque nem imagina que algum dia poderá precisar deles. Daí, em parte, a dificuldade de escolher entre as duas versões dos fatos com as informações que expus até agora. Apresento a seguir a segunda:

Na tarde do dia 18 ou na manhã do dia 19, quando Milans e Tejero tomam a decisão de dar início ao golpe, o capitão Gómez Iglesias, que de fato está há meses vigiando o tenente-coronel por ordem de Cortina, comunica a notícia ao seu chefe na AOME. Cortina não a informa aos seus superiores, não delata os golpistas; em vez disso, entra em contato com Armada que, conforme Tejero disse a Gómez Iglesias, é o líder do golpe ou um dos líderes do golpe ou está nele envolvido e age por ordem do rei. Armada tem uma longa relação com Cortina e, porque quer usar o comandante ou porque não tem outra alternativa, conta a ele tudo o que sabe; Cortina, por seu lado, se coloca sob as ordens de Armada. A seguir, com a aprovação de Armada, provavelmente por ordem dele, Cortina pede a Gómez Iglesias que consiga um encontro com Tejero: quer conhecer de primeira mão os planos do tenente-coronel, lembrar a ele os objetivos do golpe e reforçar a cadeia de comando dos

conjurados. Tejero confia plenamente em Gómez Iglesias e pensa que lhe convém contar com homens e material da AOME para atacar a Câmara, de modo que concorda com o encontro, e na mesma noite do dia 19 os dois oficiais se reúnem na residência de Cortina, um apartamento na rua Biarritz, na região do parque das Avenidas, onde o comandante mora com seus pais. Cortina se apresenta ao tenente-coronel como homem de confiança ou porta-voz de Armada; lhe dá instruções: enfatiza que a operação é realizada por ordem do rei com o objetivo de salvar a monarquia, estabelece claramente que o chefe político dela é Armada e o chefe militar, Milans, repete o plano geral do golpe e a saída prevista para ele (fala de um governo presidido por Armada, e não de um governo de coalizão ou concentração ou unidade), faz perguntas técnicas sobre como pretende realizar sua parte do plano, garante que ele pode contar com homens e meios da AOME e insiste que o ataque deve ser incruento e discreto e que sua missão termina no momento em que uma unidade do Exército for substituí-lo, quando Armada então irá se encarregar da Câmara ocupada. Isso foi tudo: os dois homens se despedem por volta das três da madrugada e até 23 de fevereiro continuam em contato por intermédio de Gómez Iglesias, mas no dia seguinte ao encontro Tejero telefona para Valencia a fim de se certificar de que Cortina realmente faz parte do golpe e, depois de uma conversa telefônica entre Milans e Armada, em Valencia lhe dizem que confie em Cortina e que siga as suas instruções. Enquanto isso, em algum momento da própria sexta-feira, ou talvez na manhã de sábado, Armada decide, seguindo o conselho de Cortina, que ele também precisa se reunir com Tejero e, novamente por intermédio de Gómez Iglesias, Cortina marca um encontro entre os dois homens para a noite do sábado, dia 21, a fim de que o general conheça o tenente-coronel, esclareça pessoalmente a natureza da operação e lhe dê as últimas ordens. O encontro se realiza, e nele Armada dá a Tejero as mesmas instruções que este recebera de Cortina dois dias antes: a operação deve ser discreta e incruenta, o tenente-coronel deve entrar na Câmara em nome do rei e da democracia e sair de lá assim que chegue a autoridade militar que vai se encarregar de tudo (Armada não acha necessário esclarecer que essa autoridade militar será ele próprio, mas sim que se identificará com uma senha: “Duque de Ahumada”); tudo se faz sob as ordens do rei para salvar a monarquia e a democracia com um governo que ele presidirá, mas cuja composição não especifica.

Como depois declarou Tejero no julgamento, a recorrência das palavras “monarquia” e “democracia” no discurso do general o deixa desconfiado (mas não o deixa desconfiado, por outro lado, de que Armada irá presidir o governo: ele sabe há muito tempo que vai ser um governo militar, e dá isso como fato consumado); Tejero, no entanto, não pede explicações, nem tampouco reclama: Armada é general e ele apenas tenente-coronel e, embora no seu foro íntimo Milans continue a ser o líder do golpe porque é o chefe que admira e a quem se sente verdadeiramente ligado, o comandante de Valencia impôs Armada como líder político, e Tejero aceita; além do mais, não é monarquista, mas se resigna à monarquia, e tem certeza de que a palavra “democracia” na boca de Armada é oca, simples disfarce para ocultar a realidade descarnada do golpe. O encontro se realizou em um apartamento secreto da AOME ou em um apartamento que o chefe da AOME usava de vez em quando, um local situado na rua Pintor Juan Grís aonde Cortina levou Tejero depois de marcar um encontro no vizinho hotel Cuzco; Armada e Tejero conversaram a sós, porém enquanto o faziam, Cortina permaneceu no hall do apartamento, e quando terminaram o comandante acompanhou o tenente-coronel de volta até a entrada do hotel Cuzco, onde se despediram. Cortina e Armada nunca admitiram que esse episódio tenha acontecido, e no julgamento Tejero não conseguiu provar: o álibi de Cortina era perfeito; dessa vez, o de Armada também era. Ainda segundo Tejero, o encontro durou pouco tempo, não mais que os trinta minutos que transcorreram entre oito e meia e nove da noite. Menos de quarenta e oito horas depois se desencadeou o golpe.

Capítulo 6

Essas são as duas versões dos antecedentes imediatos do 23 de fevereiro.

Imaginemos agora que a segunda versão é a verdadeira; imaginemos que Tejero não esteja mentindo e que quatro ou cinco dias antes do golpe Cortina soube por intermédio de Gómez Iglesias de sua realização e que Armada era o cabeça ou um dos cabeças, e que decidiu aderir à operação colocando-se sob as ordens do general. Se foi isso o que fez, talvez não seja inútil perguntar por que o fez.

Há uma teoria que gozou de certo prestígio, segundo a qual Cortina participou do golpe como agente duplo: não com o intuito de que o golpe desse certo, mas com o de que desse errado; não com o intuito de destruir a democracia, mas com o de protegê-la. Os patrocinadores dessa teoria sustentam que Cortina ficou sabendo do golpe quando já era tarde para desativá-lo; sustentam que ele percebeu que se tratava de uma operação improvisada e mal organizada e que decidiu precipitá-la para não dar tempo aos golpistas de prepará-la direito e garantir assim o seu fracasso; sustentam que foi por isso que pressionou Tejero no seu encontro do dia 19, marcando a data do ataque à Câmara. Bonito, mas falso. Em primeiro lugar porque Tejero não necessitava que ninguém o pressionasse para dar um golpe que já estava decidido a dar, nem que ninguém marcasse uma data que ele mesmo marcou ou que foi marcada pelos avatares do debate de posse de Calvo Sotelo na Câmara; e em segundo lugar porque, embora tenha sabido do golpe com poucos dias de antecedência, Cortina poderia perfeitamente tê-lo desativado: bastava comunicar o que sabia aos seus superiores, que em poucas horas teriam prendido os golpistas como haviam feito antes do 23 de fevereiro com os golpistas da Operação Galáxia e como fariam depois do 23 de fevereiro com outros golpistas. Minha teoria é mais óbvia, mais prosaica e mais intrincada. Para começar, lembro que a relação entre Cortina e Armada era real: os dois se conheciam desde 1975, época em que Cortina frequentava La Zarzuela; um irmão de Cortina, Antonio — mais que irmão, um íntimo de Cortina —, era amigo de Armada e defensor da candidatura deste para a presidência de um governo de unidade; o próprio Cortina aprovava a ideia desse governo e provavelmente a candidatura de Armada.

Dito isto, minha teoria é que, se for verdade que estava envolvido no golpe, Cortina estava lá para ajudá-lo a vencer e não a fracassar: porque, como Armada e Milans, ele tinha a convicção de que o país estava maduro para o golpe e porque pensou que valia a pena correr o risco de usar as armas para impor uma solução política que não pudera ser imposta sem as armas; também porque pensou que, aderindo ao golpe, poderia dirigi-lo ou influir nele e orientá-lo na direção mais conveniente; também porque pensou que, protegido atrás de bons álibis, o risco pessoal que corria não era grande, e que, se agisse com inteligência, poderia se beneficiar do golpe tanto se fosse bem-sucedido quanto se fracassasse (na primeira hipótese, ele teria sido um dos artífices da sua vitória; na segunda, saberia manobrar para se apresentar como um dos artífices do seu fracasso); também porque, embora sua relação com o rei não fosse tão íntima quanto os golpistas alardearam depois do golpe — o mais provável é que não fosse muito mais íntima do que a que o monarca mantinha com outros companheiros de turma com quem se reunia em almoços ou jantares de fraternidade —, Cortina era um militar firmemente monarquista e pensou que, tanto bem-sucedido quanto malsucedido, o golpe brando de Armada poderia funcionar como um descompressor, distendendo uma vida política e militar tensa ao máximo naqueles dias, arejando com sua sacudida uma atmosfera viciada e tornando-se um profilático contra a ameaça cada vez mais premente de um golpe duro, antimonárquico e bem planejado o suficiente para ser irrefreável, e porque definitivamente pensou que, como ele, a monarquia sairia ganhando com o golpe em qualquer uma das hipóteses, como se houvesse lido Maquiavel e se lembrasse daquele conselho segundo o qual "um príncipe sábio deve, quando tiver oportunidade, fomentar com astúcia alguma oposição a fim de que, uma vez vencida, ele brilhe mais alto".

Como qualquer outro dos conjurados, Cortina deve ter raciocinado na véspera do 23 de fevereiro que só havia três maneiras de o golpe fracassar: a primeira era uma reação popular; a segunda era uma reação do Exército; a terceira era uma reação do rei.

Como qualquer outro dos conjurados, Cortina deve ter pensado que a primeira possibilidade era remota (e, se o fez, o 23 de fevereiro lhe deu completa razão): em 1936 o golpe de Franco fracassou e provocou uma guerra porque o povo foi para as ruas com o apoio do governo e de armas na mão para defender a república; sequestrados o governo e os

deputados na Câmara, em 1981, amedrontado pela lembrança da guerra, desiludido com a democracia ou com o funcionamento da democracia, acomodado e sem armas, o povo só poderia aplaudir o golpe ou resignar-se a ele, ou no máximo oferecer uma frágil resistência minoritária. Como qualquer outro dos conjurados, Cortina também deve ter pensado que a segunda possibilidade era igualmente remota (e, se o fez, o 23 de fevereiro voltou a lhe dar completa razão): em 1936 o golpe de Franco fracassou e provocou uma guerra porque uma parte do Exército continuou sob as ordens do governo e se uniu ao povo em defesa da república; em 1981, ao contrário, o Exército era quase uniformemente franquista e portanto seriam exceções os altos-comandos que se opusessem a um golpe de Estado, e muito menos os que se opusessem a um golpe de Estado patrocinado pelo rei.

Restava uma terceira possibilidade: o rei. Era, de fato, a única possibilidade, ou pelo menos a única possibilidade que Cortina ou qualquer dos outros conjurados podia considerar factível de antemão: era possível imaginar que — embora o golpe não fosse contra o rei, e sim com o rei; embora não fosse um golpe duro, e sim um golpe brando; embora não pretendesse teoricamente destruir a democracia, e sim retificá-la; embora a pressão dos amotinados e grande parte do Exército sobre ele fosse ser enorme e embora o governo resultante do golpe tivesse que contar com a aprovação da Câmara e pudesse ser apresentado por Armada não como uma vitória do golpe, mas como uma solução para o golpe — o rei podia decidir não apoiá-lo e fazer uso da sua condição de herdeiro de Franco e de chefe simbólico das Forças Armadas para impedi-lo, talvez lembrando o exemplo dissuasivo do seu avô Alfonso XIII e do seu cunhado Constantino da Grécia, que aceitaram a ajuda do Exército para se manter no poder e em menos de uma década foram destronados.¹ Agora, o que aconteceria caso o rei se opusesse ao golpe? É verdade que ninguém podia prever algo assim, pois, uma vez iniciado, quase tudo era possível, inclusive que um golpe com o rei capitaneado pelos dois generais mais monárquicos do Exército se transformasse em um golpe contra o rei que acabasse destruindo a monarquia; mas também é verdade que, caso o rei se opusesse, o mais provável era que o golpe fracassasse, porque era muito improvável que um golpe monárquico degenerasse em um golpe antimonárquico, assim como é verdade que, se o golpe fracassasse devido à intervenção do rei, este se transformaria para todos os efeitos no salvador da democracia, o

que só poderia significar um reforço da monarquia. Insisto: não digo que para a monarquia fosse esse o único resultado possível do golpe se o rei se opusesse a ele; o que digo é que; como qualquer outro conjurado, antes de aderir ao golpe Cortina pode ter chegado à conclusão de que os riscos que ele implicava para a monarquia eram muito inferiores aos benefícios que podia trazer, e de que conseqüentemente se tratava de um bom golpe porque venceria tanto se fosse bem-sucedido quanto se fosse malsucedido: a vitória do golpe fortaleceria a Coroa (pelo menos é o que Cortina deve ter pensado e o que Armada e Milans pensavam); o seu fracasso também. Tivesse ou não lido Maquiavel e tivesse ou não se lembrado do seu conselho, este pode ter sido o raciocínio de Cortina; se foi, também nesse ponto o 23 de fevereiro lhe deu razão, e completa.

¹ É possível, no entanto, que para os golpistas monárquicos os exemplos de Alfonso XIII e Constantino da Grécia não parecessem absolutamente dissuasivos para a Coroa; seu raciocínio provavelmente era oposto ao que deve ter sido o do rei em 23 de fevereiro: para eles foi exatamente a ajuda do Exército que permitiu ao seu avô e ao cunhado prorrogarem por alguns anos sua permanência no poder e o que, se tivessem sabido administrá-la com inteligência, teria impedido o final da monarquia na Espanha e na Grécia.

Capítulo 7

Tudo isso são apenas conjecturas: a pergunta principal — a pergunta principal sobre Cortina, a pergunta principal sobre o papel dos serviços de inteligência no 23 de fevereiro — permanece sem resposta; por isso com as informações que expus até agora ainda não podemos optar por nenhuma das duas versões alternativas do que aconteceu nos dias anteriores ao golpe. Temos certeza de que o CESID de Javier Calderón não participou como tal do golpe, mas não temos certeza de que a AOME de Cortina tenha participado. Temos certeza de que um membro da AOME, o capitão Gómez Iglesias, colaborou com Tejero na preparação e na execução do golpe, mas não temos certeza de que o tenha feito por ordem de Cortina e não por iniciativa própria, por solidariedade ou por amizade com o tenente-coronel; tampouco temos certeza de que outros membros da AOME — o sargento Sales e os cabos Monge e Moya — tenham participado do golpe escoltando os ônibus de Tejero até o seu objetivo, e não sabemos, caso o tenham feito, se foi por ordem de Gómez Iglesias, que, apesar do rigoroso controle que Cortina mantinha sobre seus homens, os teria cooptado para a operação pelas costas de Cortina, ou então o fizeram por ordem de Cortina, que teria aderido com sua unidade ou com parte da sua unidade porque considerou que era um bom golpe tanto se fosse bem-sucedido quanto se malsucedido. Neste ponto crucial temos conjecturas e temos possibilidades, porém não temos certezas, nem sequer probabilidades; talvez possamos nos aproximar delas se tentarmos responder a duas perguntas que continuam pendentes: o que fez exatamente Cortina em 23 de fevereiro? O que aconteceu exatamente na AOME em 23 de fevereiro? Apesar do caráter hermético da AOME, contamos com numerosos testemunhos diretos do que ocorreu na unidade naquela noite. São testemunhos frequentemente contraditórios — às vezes, violentamente contraditórios — , mas permitem estabelecer alguns fatos.

O primeiro é que o comportamento do chefe da AOME foi aparentemente irrepreensível; o segundo é que essa aparência se perde à luz do comportamento de certos membros da AOME (e à luz que essa luz lança sobre certas áreas do comportamento do chefe da AOME). No momento em que se produziu o ataque à Câmara, Cortina estava na escola da AOME, um chalé situado na rua Marquês de Aracil. Ouviu o

tiroteio pelo rádio e imediatamente se deslocou para outra das sedes secretas da unidade, situada na avenida Cardenal Herrera Oria; ali se encontravam o seu posto de comando, o Estado-Maior, e dali, auxiliado pelo capitão García-Almenta, subchefe da AOME, começou a distribuir ordens: como já sabia, ou supôs, que o ataque à Câmara era o prelúdio de um golpe de Estado e que podia provocar tensões na unidade, Cortina ordenou que todos os seus subordinados permanecessem em seus postos e proibiu qualquer comentário a favor ou contra o golpe; em seguida mandou localizar todas as equipes que estavam operando nas ruas, organizou o deslocamento dos seus homens por Madri em missões de informação e impôs medidas especiais de segurança em todas as bases. Finalmente, por volta das sete e meia, partiu para a sede central do CESID no Paseo de la Castellana, nº 7, onde permaneceu até já bem avançada a madrugada, quando se deu por fracassado o golpe, sempre às ordens de Javier Calderón, sempre em contato com o Estado-Maior da sua unidade e sempre transmitindo aos seus chefes as informações que recebia e que acabariam sendo decisivas para frear o golpe na capital. Até aqui — e repito: até bem avançada a madrugada —, a atuação de Cortina: atuação que parece descartar seu envolvimento no golpe, mas que de nenhuma maneira permite excluí-lo (na verdade, colaborar com o contragolpe era, à medida que a noite avançava e se reduzia a possibilidade de o golpe ser bem-sucedido, a melhor forma de se resguardar contra o fracasso do golpe, porque era uma forma de se resguardar contra a acusação de tê-lo apoiado); menos ainda permite excluir o que sabemos sobre a atuação de alguns de seus subordinados. Principalmente de um deles: o cabo Rafael Monge. Monge era o chefe da SEA, uma unidade secreta dentro da unidade secreta de Cortina integrada por homens de sua máxima confiança e cuja missão principal, mas não única, consistia na época em preparar agentes para se infiltrar entre os simpatizantes do ETA no País Basco; também pertenciam a essa unidade o sargento Miguel Sales e o cabo José Moya.¹ Na tarde de 23 de fevereiro, depois de chegar à escola da AOME na rua Marqués de Aracil por volta das sete horas, Monge foi em companhia do capitão Rubio Luengo até o chalé onde estava o Estado-Maior; alterado e eufórico, Monge disse a Rubio Leongo o seguinte: que tinha conduzido os ônibus de Tejero até a Câmara, junto com outros membros da AOME, que fez isso por ordem de García-Almenta (Rubio Luengo imediatamente relacionou a tripla confissão de Monge com uma ordem de García-

Almenta recebida na escola naquela mesma manhã: ele devia fornecer ao próprio Monge, a Sales e a Moya três veículos com placas falsas, transmissores portáteis e emissores de baixa frequência, indetectáveis até mesmo para o resto das equipes da AOME). Não foi a única vez naquela tarde que Monge contou sua intervenção no golpe; também o fez alguns minutos mais tarde, quando, depois de conversar no Estado-Maior com García-Almenta, este ordenou ao sargento Rando Parra que o levasse de carro até as proximidades da Câmara, onde o chefe da SEA iria buscar um veículo da unidade; no trajeto, Monge disse a Rando Parra mais ou menos a mesma coisa que havia dito a Rubio Luengo — tinha escoltado Tejero em seu ataque, não o fizera sozinho, mas obedecendo a ordens de García-Almenta — e acrescentou que, depois de cumprir a missão, havia abandonado o carro que agora iam buscar na rua Fernanflor, ao lado da Câmara.

Naquela noite aconteceram muitas outras coisas na AOME — houve idas e vindas frenéticas em todas as sedes, houve um fluxo constante de informação fornecida pelas equipes instaladas em Madri e seus arredores, houve muitos homens que demonstraram alegria pelo golpe e alguns poucos que calaram a sua tristeza e pelo menos dois que entraram de madrugada na Câmara e saíram com notícias frescas, dentre elas a de que Armada era o verdadeiro líder do golpe —, mas a confissão reiterada de Monge a Rubio Luengo e Rando Parra é decisiva. Será também totalmente confiável? É óbvio que depois do 23 de fevereiro Monge se retratou: disse que tinha sido uma fantasia improvisada ante os seus companheiros para se gabar de uma ilusória façanha golpista; a explicação não é inverossímil (segundo seus chefes e colegas, Monge era um militar aventureiro e fanfarrão, e não houve dia mais propício que o 23 de fevereiro para se gabar de façanhas golpistas, e também antigolpistas): fica ainda menos inverossímil pelo fato de Monge ter contado a história não uma, mas pelo menos duas vezes, não só no calor do primeiro momento do golpe, como também no frio do segundo, quando já havia passado pelo posto de comando da unidade e falado com seus superiores, pelo menos com García-Almenta; fica definitivamente inverossímil pelo fato de Monge ter deixado nas proximidades da Câmara a prova da sua participação no ataque.²

Pois bem, se aceitarmos que o testemunho do calor do momento de Monge é verídico — e não vejo como poderíamos negar —, então a participação da AOME no 23 de fevereiro parece se esclarecer, e também

a de Cortina: os três membros da unidade — os três membros da SEA: Monge, Sales e Moya — colaboraram efetivamente no ataque à Câmara, entretanto não o fizeram pelas costas de Cortina e por ordem de Gómez Iglesias, com quem não tinham a menor relação de caráter orgânico — naqueles dias, além do mais, Gómez Iglesias estava de licença temporária na unidade, porque realizava um oportuno curso de circulação no mesmo quartel de onde partiram os ônibus de Tejero —, mas por ordem de García-Almenta, e é concebível que Gómez Iglesias tenha recrutado homens e atuado a favor do golpe sem contar com uma ordem de Cortina, porém é inconcebível que García-Almenta fizesse isso, pois não tinha nenhum vínculo pessoal com Tejero e só pode ter sabido do golpe com antecedência por intermédio de Cortina. Assim, é altamente provável que em 23 de fevereiro o chefe da AOME tenha ordenado a vários membros de sua unidade — pelo menos a Gómez Iglesias, García-Almenta e os três integrantes da SEA — que apoiassem o golpe.³ Desse modo se explicaria por que, na madrugada do dia 24, quando o fracasso da intentona já era inevitável e Cortina voltou da sede central do CESID para a sede central da AOME, ele se reuniu duas vezes, de portas fechadas e durante longo tempo, com Gómez Iglesias e García-Almenta, seus dois principais cúmplices, provavelmente para preparar álibis e blindar-se contra qualquer suspeita; desse modo se explicaria também por que no dia 24 Cortina fez uma rodada de reuniões em todas as sedes da AOME com a finalidade de desfazer os rumores que corriam pela unidade — quase todos provenientes das inconfidências de Monge —, estabelecer um relato oficial e imaculado do que acontecera ali no dia anterior e eximir de qualquer responsabilidade o general Armada, a quem Cortina fizera grandes elogios diante dos seus homens nos dias anteriores, como se quisesse prepará-los para o que iria acontecer. Além disso, a altíssima probabilidade de que Cortina estivesse envolvido nos devolve retroativamente outras probabilidades: nos obriga a optar por uma das duas versões dos antecedentes imediatos do golpe e nos autoriza a responder à pergunta principal sobre Cortina e sobre o papel dos serviços de inteligência no 23 de fevereiro. É muito provável que, ao saber por Gómez Iglesias que Tejero ia desencadear um golpe liderado por Armada, Cortina tenha entrado em contato com o general (se é que os dois homens já não estavam em contato; em todo 'caso, Cortina reconhece ter ido ver Armada num dia qualquer daquela semana, segundo ele para felicitá-lo por sua nomeação como subchefe do

Estado-Maior do Exército); é muito provável que, já sob as ordens de Armada, Cortina tenha procurado esclarecer Tejero pessoalmente ou por intermédio de Gómez Iglesias sobre a natureza, os objetivos e a hierarquia do golpe e prometido a ele ajuda de seus homens para atacar a Câmara; é muito provável que, tenha ou não organizado o encontro entre Tejero e Armada e esse encontro tenha ou não se realizado, Cortina tenha servido a Armada para transmitir a Tejero as últimas instruções sobre a operação; é muito provável, em suma, que nos dias anteriores ao golpe Cortina tenha se transformado numa espécie de ajudante de Armada, numa espécie de chefe de Estado-Maior do golpe. É muito provável que tenha sido isto que aconteceu. É isso que eu acredito que aconteceu.

¹ Entre as singularidades da AOME incluía-se o fato de que, embora fosse uma unidade militar, nela a patente tinha um valor muito relativo: um tenente podia mandar em um capitão, um sargento podia mandar em um tenente, um cabo podia mandar em um sargento; o essencial não era a patente, e sim a capacidade de cada agente (ou o que Cortina considerava a capacidade de cada agente) e assim se explica por que na SEA o sargento Sales era subordinado ao cabo Monge. Essa anomalia provocou ciúmes, ofensas e rivalidades entre os agentes que sem dúvida influíram na explosão de acusações mútuas que se produziu na unidade após o golpe de Estado.

² Apesar de tudo, há responsáveis pelos serviços de inteligência da época que continuam sustentando que o relato de Monge é inventado ou que a participação do cabo no golpe foi episódica, casual e estritamente individual; é o que sustenta, por exemplo, o próprio Cortina. Segundo ele, na tarde de 23 de fevereiro Monge estava trabalhando na chamada Operação Mister, um dispositivo organizado pela AOME e executado pela SEA destinado a manter sob vigilância Vincent Shields, segundo homem da CIA na Espanha, que de acordo com informações chegadas ao CESID podia estar espionando, da sua própria casa na rua Carlos III e com poderosos equipamentos de gravação, as reuniões do rei no palácio do Oriente (o alto risco da operação — afinal se tratava de controlar um membro de uma estação de espionagem amiga — exigiria fazer uso de meios não habituais como os emissores de baixa frequência); Monge

teria concluído as tarefas de vigilância por volta das seis da tarde e, quando já ia voltar para a sede da AOME, cruzou por acaso com os ônibus de Tejero na praça Beata María Ana de Jesús e se uniu espontaneamente a eles. Por mais boa vontade que se tenha, é muito difícil acreditar nesta história, pois é muito difícil imaginar os ocupantes de um ônibus de guardas-civis contando a um desconhecido como Monge, em pleno centro de Madri, que estão indo assaltar a Câmara e dar um golpe de Estado; a cena não é mais de Luis García Berlanga: é de Paco Martínez Soria (ou de *Monty Python*); a cena não é desatinada: é impossível. Por outro lado, isso não significa que a versão da defesa de Cortina não contenha uma parte de verdade: a Operação Mister existiu, e a SEA vigiou a casa de Shields durante algum tempo, mas essa não era a única missão realizada pela SEA naqueles dias — nem sequer a principal —, e seus membros nunca tinham usado para desempenhá-la os meios excepcionais empregados naquele dia. Enfim, o mais razoável é pensar que a Operação Mister foi utilizada como álibi depois do 23 de fevereiro para ocultar a participação da AOME no golpe.

³ Segundo um dos membros da AOME que denunciou seus companheiros golpistas depois do 23 de fevereiro, Cortina teria criado a SEA meses antes exatamente para preparar o golpe. Só que ele não poderia saber do golpe com uma antecedência de meses, só de dias, de modo que essa hipótese não faz sentido; mas faz sentido pensar que, uma vez que decidiu participar do golpe, Cortina tenha apoiado o ataque à Câmara com a SEA, uma unidade especial isolada ou isolável do resto da AOME e composta por alguns dos homens mais confiáveis de que dispunha.

Capítulo 8

23 de fevereiro

Por volta das nove da noite — com a Câmara sequestrada, a região de Valencia ocupada, a Encouraçada Brunete e os comandantes ainda devorados pelas dúvidas e o país inteiro mergulhado em um silêncio passivo, temeroso e expectante —, o golpe de Armada e Milans continuava bloqueado pelo contragolpe, do rei. A incerteza era absoluta: por um lado os rebeldes convocavam com o amparo falsificado do rei o coração franquista e a fúria acumulada do Exército; por outro o rei, eximido a princípio da tentação de temporizar com os rebeldes — já que um tiroteio na Câmara transmitido pelo rádio alterava o patamar de um golpe brando com o qual cabia a possibilidade de transigir pelo patamar de um golpe duro que era necessário repudiar —, convocava a disciplina do Exército e a sua lealdade ao herdeiro de Franco e chefe do Estado e das Forças Armadas. Qualquer movimento de tropas, qualquer enfrentamento civil, qualquer incidente podia inclinar o golpe para o lado dos golpistas, mas naquela hora o rei, Armada e Milans eram provavelmente as pessoas que dispunham de mais poder para decidir o seu triunfo ou o seu fracasso.

Os três agiram como se soubessem disso. A fim de submeter os amotinados e devolvê-los aos quartéis, mas também de deixar claros para todo o país o seu repúdio ao ataque à Câmara e a sua defesa da ordem constitucional, pouco antes das dez da noite o rei solicitou aos estúdios de televisão até então tomados pelos golpistas uma equipe móvel para gravar um pronunciamento ao Exército e à população; no intuito de conseguir que o golpe tivesse êxito ainda que de um jeito diferente do planejado, mais ou menos à mesma hora Milans telefonou para Armada no quartel-general do Exército. Essa conversa é importante. É a primeira que os dois generais têm desde o início do golpe, mas não é particular, ou não completamente: Milans está no seu gabinete no comando militar de Valencia, rodeado pelos oficiais do seu Estado-Maior; na ausência do chefe do Estado-Maior do Exército, general Gabeiras

(que nesse momento participa de uma reunião da Junta de Chefes do Estado-Maior em outro lugar de Madri), Armada fala do gabinete do seu superior no palácio de Buenavista, e o faz rodeado pelos generais do Estado-Maior Central.

Milans propõe a Armada uma solução para o golpe que, segundo ele, conta com o assentimento de vários comandantes; é uma solução provavelmente inevitável para os golpistas, que Armada talvez já tenha considerado em segredo e que deve ser uma variante quase obrigatória do plano original: como este falhou e o rei resiste a aceitar o golpe e Armada não conseguiu entrar em La Zarzuela e sair de lá com uma autorização expressa do monarca para negociar com os parlamentares sequestrados, a única forma de arrumar as coisas consiste em que Armada cujo comportamento já começou a despertar a desconfiança de alguns, mas cuja relação exata com o golpe ninguém ainda pode imaginar — se dirija diretamente do quartel-general do Exército à Câmara ocupada, converse com os deputados e forme com eles o governo de unidade previsto sob a sua presidência, em troca de que Tejero os liberte, de que Milans revogue o estado de exceção e de que a normalidade retorne ao país. Embora muito mais árduo e mais inseguro que o original, o plano improvisado de Milans tem notáveis vantagens para Armada: se atingir seu objetivo e for nomeado presidente do governo, o antigo secretário do rei poderá apresentar a vitória do golpe como um fracasso do golpe e o seu governo como uma prudente saída negociada para a situação por ele provocada, como um desvio de emergência — temporário, talvez insatisfatório, porém imperioso — que encaminha o retorno à ordem constitucional violada pelo ataque à Câmara. Mas, se não atingir seu objetivo, ninguém poderá acusá-lo de coisa nenhuma além de ter tentado libertar os parlamentares negociando com os golpistas, o que deveria dissipar as suspeitas que se acumularam contra ele desde o início. De forma que Armada aceita a proposta de Milans, mas, para não revelar sua cumplicidade com o general amotinado ao grupo de generais que o rodeiam no quartel-general do Exército — aos quais ia repetindo frases escolhidas do seu interlocutor —, publicamente a rejeita de entrada: como se a ambição de ser presidente do governo jamais tivesse passado pela sua cabeça e ele nunca houvesse falado sobre isso com Milans, demonstra surpresa com a ideia e a rejeita escandalizado, gesticulando muito, formulando objeções e escrúpulos quase insuperáveis; em seguida, lentamente,

sinuosamente, finge ceder à pressão de Milans, finge deixar-se convencer pelos seus argumentos, finge entender que não há outra saída aceitável para Milans e seus comandantes ou que essa é a melhor saída ou a única, e finalmente acaba se declarando disposto a fazer pelo rei e pela Espanha o sacrifício que se exige dele naquela hora crucial para a pátria.

Quando Armada desliga o telefone, todos os generais que testemunharam a conversa (Mendívil, Lluch, Castro San Martín, Esquivias, Sáenz Larumbe, Rodríguez Ventosa, Arrazola, Pérez Ínigo, talvez algum outro) já sabem ou imaginam a proposta de Milans, mas Armada a repete. Todos os generais a aprovam, todos concordam que deve ir à Câmara com o consentimento do rei e, quando alguém se pergunta em voz alta se aquela fórmula cabe na Constituição, Armada manda trazer um exemplar da Constituição, lê em voz alta os cinco pontos de que consta o artigo 99 e convence os seus subordinados de que, com o apoio da maioria simples dos parlamentares, o rei pode sancionar sua nomeação como presidente do governo sem romper a norma constitucional. É então que Armada telefona de novo para La Zarzuela, coisa que não voltara a fazer desde que o rei (ou o rei pela boca de Fernández Campo) impediu a sua entrada no palácio quinze minutos depois do início do golpe. O general fala primeiro com o rei; como na conversa que acaba de ter com Milans, essa conversa não é completamente particular: várias pessoas ouvem as palavras do monarca em La Zarzuela; várias pessoas ouvem as palavras de Armada no quartel-general do Exército. Armada diz ao rei que a situação é mais grave do que ele pensa, que na Câmara as coisas pioram a cada minuto, que Milans não pretende tirar suas tropas da rua e que vários comandos militares na prática estão revoltados, que o Exército corre o risco de se dividir e que existe um sério perigo de enfrentamento armado, talvez de guerra civil; em seguida diz que Milans e vários comandantes consideram que ele é a única pessoa preparada para resolver o problema, e que lhe fizeram uma proposta aprovada por outros comandantes e também pelos generais que estão com ele no palácio de Buenavista.

O rei pergunta: que proposta?

Tão preocupado com o rei quanto com os generais que o ouvem, em vez de responder à pergunta Armada continua interpretando seu papel de servidor abnegado: acha a ideia uma extravagância, quase um

despropósito, mas, já que Milans, os comandantes e o resto do Exército afirmam que não há outra solução, ele está disposto a se sacrificar pelo bem da Coroa e da Espanha e arcar com a responsabilidade e com os custos pessoais que isso representa. O rei repete: que proposta? Armada explica a proposta; quando termina, o rei ainda não sabe que seu antigo secretário é o líder do golpe — não é provável que nem suspeite —, mas sabe que ele tenta conseguir com o golpe o que não pôde conseguir sem o golpe. Talvez porque desconfie da influência que Armada ainda tem sobre ele, ou porque não quer que o faça lembrar das conversas em que discutiram a possibilidade de o general ocupar a presidência do governo, ou porque acha que seu atual secretário saberá manobrá-lo melhor do que ele, o rei pede a Armada que espere um instante e entrega o telefone a Fernández Campo. Os dois amigos voltam a conversar, só que agora são rivais mais que amigos, e ambos têm consciência disso: Fernández Campo desconfia que Armada tenta tirar partido do golpe; Armada sabe que Fernández Campo teme a sua capacidade de influir sobre o rei — por isso o responsabiliza pelo fato de há algumas horas o monarca não ter permitido sua entrada em La Zarzuela — e intui como vai reagir quando ele anunciar que a única saída viável para o golpe é um governo sob a sua presidência.

A intuição de Armada se confirma ou ele sente que se confirma: depois de falar novamente em riscos, sacrifícios pessoais e o bem da Coroa e da Espanha, Armada explica a Fernández Campo a proposta de Milans, e o secretário do rei o interrompe. “É um disparate”, diz. “Eu também acho”, mente Armada. “Mas se não resta outro remédio, estou disposto...” Fernández Campo volta a interrompê-lo, repete que o que ele está dizendo é um disparate. “Como passa pela sua cabeça que os deputados vão votar em você sob ameaça de metralhadoras?”, pergunta. “Como passa pela sua cabeça que o rei vai aceitar um presidente do governo eleito pela força?” “Não há outra solução”, responde Armada. “Além disso, ninguém vai me escolher pela força.” Tejero cumpre ordens de Milans; assim que eu chegar à Câmara, conto a ele a ideia de Milans e ele afasta seus homens e me deixa falar com os líderes dos partidos e fazer a proposta; eles podem aceitar ou não, ninguém os obrigará a nada, mas garanto que vão aceitar, Sabino, incluindo os socialistas: já conversei com eles. Tudo é perfeitamente constitucional; e mesmo que não fosse: o importante agora é tirar os deputados de lá e solucionar a emergência; depois temos tempo para entrar em sutilezas jurídicas. O

que certamente não é constitucional é o que está acontecendo agora na Câmara”. Fernández Campo deixa Armada falar, e ao final lhe diz que tudo o que ele está dizendo é uma loucura; Armada insiste que não é e Fernández Campo encerra a discussão negando-lhe a permissão para ir à Câmara em nome do rei. Alguns minutos depois a discussão se repete. Enquanto isso, chegaram ao quartel-general do Exército notícias de que Tejero deseja ou aceita falar com Armada, e em La Zarzuela surgem vozes partidárias de permitir a mediação do antigo secretário real — se fracassar, terá fracassado ele; se vencer, pelo menos não haverá mais perigo de um banho de sangue —, mas o que faz com que Armada volte a falar com La Zarzuela é o retorno do general Gabeiras, chefe do Estado-Maior do Exército ao palácio de Buenavista.

Armada expõe o plano de Milans ao seu superior imediato; convencido de que é um bom plano e de que não se perde nada se Armada tentar levá-lo a cabo, Gabeiras liga novamente para La Zarzuela esperando ser mais persuasivo que o seu subordinado. Fala com o rei e com Fernández Campo, e repete para os dois os argumentos de Armada, mas ambos voltam a rejeitá-los; em seguida Armada pega o telefone e fala com Fernández Campo, que lhe diz outra vez que o que está propondo é um disparate, e depois com o rei, que se limita a perguntar se ele ficou louco como única resposta. A disputa se prolonga, vão e vêm ligações do quartel-general para La Zarzuela, e Armada insiste e Gabeiras insiste e talvez as vozes de La Zarzuela insistam e sem dúvida também insistem Milans e os comandantes e os generais que apoiam Armada e Gabeiras no palácio de Buenavista, e finalmente, quase ao mesmo tempo que chega a La Zarzuela a equipe de televisão que vem gravar a mensagem real, o rei e Fernández Campo acabam cedendo. “É uma loucura”, repete Fernández Campo a Armada pela enésima vez. “Mas não posso impedir que você vá à Câmara; se quiser fazer isso, faça. Mas tem que ficar bem claro que você vai por conta própria, e só para libertar o governo e os deputados: não invoque o rei, qualquer proposta que fizer é coisa sua, e não do rei, o rei não tem nada que ver com isso. Está claro?” Era tudo de que Armada precisava, e quando faltam vinte minutos para a meia-noite, em companhia apenas do seu ajudante, o comandante Bonell, o general sai do palácio de Buenavista em direção à Câmara. Vários generais, incluindo Gabeiras, se ofereceram para acompanhá-lo, mas Armada exigiu ir sozinho: seu jogo duplo não admite testemunhas; foi autorizado por Gabeiras a

oferecer a Tejero, em troca da liberdade dos deputados, um avião para sair do país rumo a Portugal e dinheiro para financiar um exílio transitório; fez a pantomima de solicitar a Milans que pedisse uma senha a Tejero para ter acesso à Câmara (e Tejero lhe mandou por Milans a mesma senha que Armada provavelmente lhe dera dois dias antes: “Duque de Ahumada”); fez a pantomima de se despedir dos generais do quartel-general brandindo um exemplar da Constituição (e os generais, por sua vez, se despediram dele com a certeza ou a esperança de que voltaria como presidente do governo).

O quartel-general fica a algumas centenas de metros da Carrera de San Jerónimo, de maneira que, poucos minutos depois de sair de lá no carro oficial, Armada chega às proximidades da Câmara, entra no hotel Palace e conversa com o grupo de militares e civis que administram o cerco a Tejero, entre os quais os generais Aramburu Topete e Sáenz de Santamaría e o governador civil de Madri: Mariano Nicolás. Armada fornece explicações confusas sobre a sua missão, mas esclarece que está lá a título individual, não institucional; por outro lado, as notícias que traz são tão alarmantes — segundo ele, quatro comandantes estão apoiando Milans — e a confiança dos interlocutores no seu prestígio é tão grande que todos o apressam para entrar e negociar o quanto antes com Tejero, que pede a sua presença há um bom tempo. É o que faz, e à meia-noite e meia, enquanto a notícia de que ele se dispõe a negociar o final do sequestro com os golpistas se espalha entre os militares, jornalistas e curiosos que pululam no hotel Palace e suas imediações, Armada chega à grade da Câmara na companhia apenas do comandante Bonell. O que acontece a seguir é um dos episódios centrais do 23 de fevereiro; também um dos mais problemáticos e debatidos. Na entrada da Câmara, o general Armada diz a senha aos guardas-civis que estão no local: “Duque de Ahumada”. É uma precaução supérflua, porque durante toda a tarde e toda a noite muitos militares e civis entraram e saíram da Câmara com uma liberdade quase total, mas os guardas avisam o capitão Abad, e este avisa o tenente-coronel Tejero que aparece imediatamente e se coloca em posição de sentido diante do general, sem dúvida aliviado pela chegada da esperada autoridade militar e líder político do golpe. Depois, seguidos pelo capitão Abad e pelo comandante Bonell, os dois homens caminham para a porta do prédio velho da Câmara, que dá acesso ao plenário onde estão os deputados.

Segundo Tejero, Armada se desculpa pelo atraso, afirma que houve certos problemas felizmente já resolvidos e que, tal como explicara no sábado à noite, naquele ponto termina a sua missão: agora ele vai se encarregar de negociar com os líderes parlamentares e de conseguir que o proponham como presidente de um governo de unidade. Tejero pergunta então que ministério o general Milans fará nesse governo, e em seguida Armada comete o maior erro da sua vida; em vez de mentir, em vez de evitar a pergunta, ele se deixa levar por sua arrogância natural e o seu instinto de comando e responde “nenhum”. Milans vai ser o presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior. Nesse momento, já entrando no prédio velho, Tejero se detém e segura Armada pelo antebraço. “Um instante, meu general”, diz o tenente-coronel. “Temos que conversar sobre isso.” Durante os dois ou três minutos seguintes Armada e Tejero permanecem no pátio que separa os prédios novo e velho da Câmara, conversando, a mão de Tejero ainda presa no antebraço de Armada, observados a poucos metros pelo comandante Bonell e pelo capitão Abad, que não entendem o que está acontecendo.

Bonell e Abad tampouco entendem por que, passados os dois ou três minutos, Armada e Tejero não entram no edifício velho, como iam fazer, e em vez disso atravessam o pátio e entram no edifício novo e em seguida aparecem atrás dos janelões de um escritório do primeiro andar. Os dois homens passam quase uma hora fechados ali, discutindo, mas Bonell e Abad (e os oficiais e guardas-civis que observam a cena ao seu lado no pátio) só podem tentar deduzir suas palavras pelos gestos, como se estivessem assistindo a um filme mudo: ninguém distingue claramente a expressão dos seus rostos, no entanto todos os veem conversar, primeiro com naturalidade e mais tarde com ênfase, todos os veem acalorar-se e gesticular, todos os veem andar de um lado para o outro; em determinado momento alguns julgam ver Armada tirar uns óculos de leitura do bolso do paletó e mais tarde outros julgam vê-lo tirar um telefone do gancho e falar durante alguns minutos antes de entregá-lo a Tejero, que também fala pelo aparelho e em seguida o devolve a Armada.

Pelo menos um guarda-civil lembra de já no final ter visto os dois homens imóveis, de pé e em silêncio, separados por poucos metros, olhando pela janela como se de repente tivessem percebido que estavam sendo observados, mas na verdade com o olhar voltado para dentro, sem ver nada exceto a própria fúria e a própria perplexidade,

como dois peixes boqueando dentro de um aquário sem água. Assim, nem o comandante Bonell nem o capitão Abad nem nenhum dos outros oficiais e guardas civis que assistiram do pátio da Câmara à discussão entre Armada e Tejero puderam captar ou deduzir uma única dentre as palavras que trocaram, porém todos perceberam que a negociação tinha fracassado muito antes que os dois homens reaparecessem no pátio e se separassem sem fazer o cumprimento militar, sem sequer se olhar, e sobretudo muito antes de ouvirem Armada pronunciar, passando ao seu lado em direção à Carrera de San Jerónimo e ao hotel Palace, uma frase que todos os que ouviram demorariam a esquecer: “Este homem está completamente louco”. Não estava. É possível reconstruir com bastante precisão o que houve entre Armada e Tejero no edifício novo da Câmara, porque contamos com os testemunhos diretos e contrapostos de ambos protagonistas; também contamos com numerosos testemunhos indiretos.

Tal como eu reconstruo ou imagino, o que aconteceu foi como eu descrevo a seguir Assim que os dois homens ficam sozinhos no escritório, Armada volta a explicar ao tenente-coronel o que já explicara no pátio: a missão dele tinha terminado e agora ele devia permitir a sua entrada para conversar com os deputados e oferecer-lhes a liberdade em troca da formação de um governo de unidade sob a sua presidência; acrescenta que, como as coisas não saíram exatamente da forma prevista e a violência e o escândalo do ataque à Câmara provocaram uma reação negativa em La Zarzuela, o mais conveniente é que, quando os deputados aceitarem as suas condições, o tenente-coronel e seus homens embarquem para Portugal em um avião que já está à espera deles no aeroporto de Getafe, com dinheiro suficiente para passar uma temporada no exterior até que as coisas se acalmem um pouco e possam retornar à Espanha. O tenente-coronel ouve com atenção; por enquanto passa por alto a oferta de dinheiro e exílio, mas não a menção ao governo de unidade. Nas reuniões anteriores ao golpe lhe explicaram que o resultado do golpe seria um governo de unidade, contudo, fiel à sua utopia do país como quartel, ele sempre teve certeza de que esse governo seria um governo de militares. Pergunta a Armada o que ele entende por governo de unidade; Armada explica: um governo integrado por personalidades independentes — por militares, empresários, jornalistas —, mas principalmente por membros de todos os partidos políticos. Perplexo, Tejero pergunta que políticos integrariam esse governo; Armada fareja o perigo, divaga, tenta não responder, porém

acaba revelando que seu governo não incluirá apenas políticos de direita e de centro; também participarão socialistas e comunistas.

Há quem diga que Armada tem até uma lista¹ de governo escrita para poder negociá-la com os líderes dos partidos políticos e que, encurralado por Tejero, ele concorda em mostrar. Seja como for, neste ponto o tenente-coronel explode: ele não tomou a Câmara para entregar o governo a socialistas e comunistas, ele não deu um golpe de Estado para que a Anti-Espanha governe a Espanha, ele não pretende pegar um avião e ir embora como um fugitivo enquanto se organiza pelas suas costas uma divisão vergonhosa — ele só aceita uma junta militar presidida pelo general Milans.

Diante dessa ameaça de rebelião dentro da rebelião, Armada tenta argumentar com o tenente-coronel: uma junta militar é uma quimera e um erro, o governo de unidade é o melhor desenlace do golpe e, além disso, o único possível, Milans concorda e não vai aceitar outra coisa, o rei não vai aceitar outra coisa, o Exército não vai aceitar outra coisa, o país não vai aceitar outra coisa; as circunstâncias são o que são, e Tejero precisa entender que é mil vezes preferível a vitória de um golpe brando ao fracasso de um golpe duro, pois, embora as formas sejam diferentes, os objetivos do golpe duro são os mesmos do golpe brando; também precisa entender que o golpe duro não conta com nenhum apoio nem tem a mínima possibilidade de ser bem-sucedido e que, para ele e para seus homens, é mil vezes preferível uma pequena temporada no exterior como exilados de luxo a uma longa temporada na prisão como delinquentes da democracia. Tejero responde que não quer nem ouvir falar de exílio, de governos de unidade nem de golpes brandos. Insiste: Eu não cheguei até aqui para isto.

Neste momento (ou um pouco antes, ou um pouco depois, é impossível determinar com precisão), Armada também explode, e os dois homens trocam gritos, reprimendas e acusações, até que Armada apela para o último recurso da disciplina e Tejero replica: Eu só obedeco a ordens do general Milans. É nesse momento que Armada recorre a Milans. Pelo telefone do gabinete, controlado havia horas pela polícia como todos os outros telefones da Câmara, Armada fala com Milans, explica o que está acontecendo, pede que ele convença Tejero das virtudes do seu plano e entrega o aparelho ao tenente-coronel. Milans repete os argumentos de Armada para Tejero: a única solução é um governo de unidade para todos e um exílio temporário para o tenente-

coronel e seus homens; Tejero repete os seus próprios argumentos para Milans: o exílio é uma saída indigna, um governo de socialistas e comunistas não é a solução, ele não aceita outra solução que não seja uma junta militar presidida por ele. “Quem falou em junta militar?”, responde Milans. “Eu não sou político, e o senhor muito menos: toda a questão aqui era colocar as coisas à disposição de Sua Majestade, e que ele e Armada decidissem; já decidiram, então a missão foi cumprida: obedeça a Armada e deixe que ele cuide de tudo. É uma ordem”. “Não posso obedecer a essa ordem, meu general, responde Tejero. “E o senhor sabe disso. Não me peça que faça uma coisa que não posso fazer”.

A conversa entre os dois homens se prolonga por mais alguns minutos, mas a cadeia de comando do golpe já foi quebrada e Milans não consegue fazer que Tejero obedeça; após o fracasso de Milans, Armada realiza uma última tentativa, também inútil: nem sequer a advertência de que um grupo de operações especiais está se preparando para invadir a Câmara consegue vencer a teimosia do tenente-coronel, que, antes que Armada se afaste, ainda o ameaça com um massacre se tentarem acabar com o sequestro pela força. Terminou assim o encontro entre Tejero e Armada, ou pelo menos assim imagino que terminou. O general saiu da Câmara exatamente à uma e vinte e cinco da madrugada; cinco minutos antes a televisão havia transmitido a mensagem gravada pelo rei em La Zarzuela, uma mensagem que diversos meios de comunicação já anunciavam fazia várias horas e na qual o rei proclamava que estava com a Constituição e com a democracia. Esses dois fatos foram determinantes para o desenlace da situação, mas o segundo foi considerado pela maior parte do país o sinal seguro de que o golpe tinha fracassado; não era verdade: a verdade é que o fracasso de Armada na Câmara e a transmissão da mensagem do rei só significavam que, da forma que havia sido concebido originalmente, o golpe tinha fracassado: o golpe não podia mais ser o golpe de Armada e de Milans, mas ainda podia ser o golpe de Tejero (e Armada e Milans ainda podiam se incorporar a ele); não podia mais ser um golpe brando: tinha que ser um golpe duro; não podia mais ser com o rei ou com o álibi fraudado do rei: tinha que ser um golpe contra o rei.

Isso certamente o tornava um golpe muito mais perigoso, porque podia partir o Exército em duas metades contrapostas, uma leal ao rei e outra rebelde; mas de maneira alguma o tornava um golpe impossível,

pois de fato não era impossível que, como o rei não estava com eles, os militares de coração mais franquista e com mais fúria acumulada optassem por seguir o exemplo de Tejero e aproveitar aquela oportunidade talvez irrepetível de se agrupar sem desculpas em torno do golpe que vinham pedindo havia anos. O golpe de Armada e Milans morreu no escritório do prédio novo da Câmara não porque Tejero estivesse louco, como Armada pensou ou fingiu pensar, mas porque, embriagado de poder, de egolatria, de notoriedade e de idealismo, disposto a sair da Câmara pela porta principal da vitória ou do fracasso (mas só pela porta principal), o tenente-coronel quebrou uma cadeia de comando muito fraca e tentou impor o seu golpe a Armada e Milans: não um que desembocasse num governo de unidade, mas um que desembocasse numa junta militar; não um golpe com a monarquia contra a democracia, mas um contra a monarquia e contra a democracia; o golpe de Armada e Milans fracassou porque Tejero apostou todas as fichas em seu encontro com Armada na Câmara e preferiu o fracasso à vitória de um golpe diferente do dele, porém à uma e meia da madrugada ainda faltava saber quantos militares aceitariam o desafio de Tejero, quantos compartilhavam sua ideia excludente do golpe e sua utopia do país como quartel, e quantos estavam dispostos a correr um risco de verdade para executá-la, aderindo a um golpe duro que iria colocar o rei diante da alternativa de aceitar seu resultado ou renunciar à Coroa. O discurso do rei na televisão e o fracasso de Armada na Câmara não marcaram, portanto, o final do golpe, mas o início de uma nova fase dele: a última.

Os dois fatos se deram quase ao mesmo tempo; e essa sincronia inevitavelmente disparou conjecturas. A mais insistente foi elaborada e divulgada pelos golpistas em função do julgamento do 23 de fevereiro e afirma que La Zarzuela não divulgou a mensagem real até saber o resultado do encontro entre Armada e Tejero e que só autorizou que ela fosse transmitida pela televisão quando ficou evidente que o general tinha falhado; também afirma que, se Armada não tivesse falhado, se Tejero o tivesse deixado negociar com os deputados e estes tivessem concordado em formar com ele um governo de unidade como saída para o golpe, o rei teria aceitado o acordo, sua mensagem não teria sido transmitida e o golpe teria tido êxito com o seu beneplácito: afinal, com o governo de unidade presidido por Armada e apoiado pela Câmara, o rei conseguiria o que buscava quando encomendou o golpe a Armada. Essa

é uma conjectura trapaceira — mais uma das muitas que serviram para tentar culpar o rei e inocentar os golpistas durante o julgamento do 23 de fevereiro —, porque parte da mentira de que o rei ordenou o golpe e porque mistura o verificável com o inverificável, mas em certo sentido não é desatinada. No verificável é mentirosa; está provado que o rei não esperou até saber o resultado da conversa de Armada para permitir que a televisão transmitisse a sua mensagem: deixando de lado o testemunho unânime dos diretores e técnicos da televisão, que afirmam ter colocado a mensagem no ar assim que ela chegou às suas mãos, o fato é que Armada saiu da Câmara cinco minutos depois que as palavras do rei foram transmitidas, que ele não pôde avisar do seu fracasso a La Zarzuela ainda de dentro da Câmara — só poderia fazê-lo na presença de Tejero, e este seria o mais interessado em revelar a informação durante o julgamento e que, quando chegou ao hotel Palace e soube pelos que dirigiam o cerco que o rei acabava de falar pela televisão, o general demonstrou surpresa e desagrado, teoricamente porque a intervenção do monarca podia dividir o Exército e provocar um conflito armado, porém na prática porque não se resignava ao seu fracasso (e sem dúvida também porque começou a sentir que havia calculado mal, que tinha se exposto demais ao negociar com Tejero, que as suspeitas que se abatiam sobre ele se tornavam cada vez mais densas e que, se os golpistas fossem derrotados, não ia ser tão simples quanto pensava no início esconder o seu verdadeiro papel no golpe atrás da fachada de mero negociador frustrado da liberdade dos parlamentares sequestrados).



Até aqui, o verificável; agora vejamos o inverificável: o que aconteceria se Armada tivesse conseguido negociar com os parlamentares a criação de um governo de unidade?

Eles teriam aceitado? O rei teria aceitado?

O plano de Armada pode parecer inverossímil, e talvez fosse mesmo, entretanto a história é farta em inverossimilhanças e, como lembrava Santiago Carrillo na noite em que permaneceu trancado na sala dos relógios da Câmara, -não teria sido a primeira vez que um

Parlamento democrático cede à chantagem do seu próprio Exército e apresenta a derrota como uma vitória ou como uma prudente saída negociada — temporária, talvez insatisfatória, mas imperiosa — para uma situação-limite: Armada não esquecia que vinte anos atrás, pouco antes de se instalar em Paris como estudante da Escola de Guerra, o general De Gaulle havia chegado de forma parecida à presidência da república francesa, e sem dúvida achou que o 23 de fevereiro poderia adaptar o modelo de De Gaulle à Espanha para dar um golpe encoberto. No que se refere ao rei, cabe perguntar se ele teria se recusado a sancionar um acordo aprovado pelos representantes da soberania popular, ou até se poderia ter feito isso. Seja qual for a resposta que se escolha para essa questão, uma coisa me parece inquestionável: se os líderes parlamentares tivessem aceitado as condições de Armada, a mensagem real não teria representado nenhum obstáculo para que elas se cumprissem, porque nenhuma de suas frases negava que o governo presidido por Armada pudesse se tornar um expediente circunstancial para o retorno à ordem constitucional violada com o ataque à Câmara ou porque o perímetro das palavras do rei tinha amplitude suficiente para abranger, se fosse preciso, a solução de Armada.

A mensagem era uma reelaboração de um telex que foi enviado às dez e meia da noite por La Zarzuela aos comandantes e dizia textualmente o seguinte:

“Ao me dirigir a todos os espanhóis, com brevidade e concisão, nas circunstâncias extraordinárias que estamos vivendo neste momento, peço a maior serenidade e confiança a todos e informo que remeti aos comandantes das Regiões Militares, Zonas Marítimas e Regiões Aéreas a seguinte ordem:

Diante da situação criada pelos acontecimentos ocorridos no Palácio da Câmara dos Deputados e para evitar qualquer possível confusão, confirmo que ordenei às autoridades civis e à Junta de Chefes de Estado-Maior que tomem todas as medidas necessárias para manter a ordem constitucional dentro da legalidade vigente. Toda medida de caráter militar que, dado o caso, tenha que ser tomada deverá contar com a aprovação da Junta de Chefes de Estado-Maior. A Coroa, símbolo da permanência e da unidade da

Pátria, não pode tolerar de nenhuma forma ações ou atitudes de pessoas que pretendam interromper pela força o processo democrático que a Constituição votada pelo povo espanhol determinou oportunamente por meio de um referendo”.

Essas palavras — pronunciadas por um monarca vestido com seu uniforme de comandante e com o rosto transfigurado pelas horas mais difíceis de seus 43 anos de vida — são uma evidente declaração de lealdade constitucional, apoio à democracia e repúdio ao ataque à Câmara, e assim foram interpretadas quando o rei as pronunciou e assim foram interpretadas depois; essa interpretação me parece correta, todavia as palavras têm dono, e é evidente que, se Armada tivesse conseguido negociar com os líderes políticos o governo previsto pelos golpistas e apresentar como solução para o golpe o que na verdade era seu êxito, essas mesmas palavras continuariam significando, obviamente, uma condenação aos invasores da Câmara, mas poderiam passar a significar um elogio a quem, como Armada e os líderes políticos que tivessem aceitado fazer parte do seu governo, conseguira resolver o sequestro dos parlamentares e restaurar assim a legalidade e a ordem constitucional abaladas.

Definitivamente: não é que o discurso do rei tenha sido escrito prevendo ou desejando que Armada saísse vitorioso da Câmara; suas palavras eram uma condenação ao golpe de Tejero, não necessariamente uma condenação ao golpe de Armada. Nunca saberemos se, caso Armada tivesse saído vitorioso da Câmara, o rei teria renegado o seu triunfo recusando-se a sancionar um governo de unidade arrancado mediante chantagem, porém sabemos que o fracasso de Armada encolheu o perímetro das palavras da mensagem real até fechar todas as portas de La Zarzuela para os golpistas e situar o monarca publicamente e sem retorno contra o golpe de Tejero, contra o golpe de Milans, contra o golpe de Armada, contra todos os golpes do golpe. Repito que isso não significa que à uma e vinte e cinco da madrugada o golpe tivesse fracassado; tinha fracassado o golpe brando de Armada e Milans, mas não o golpe duro de Tejero: o tenente-coronel continuava ocupando a Câmara, Milans continuava ocupando Valencia e uma parte do Exército continuava à espreita, indiferente à mensagem do rei ou irritada ou desconcertada com ela, aguardando algum movimento

de tropas ainda que mínimo para acabar com as hesitações, reunir a fúria acumulada nos corações franquistas e entregar a vitória aos partidários do golpe.



E foi nesse instante que apareceu a desculpa que tanta gente esperou a tarde inteira, o movimento mínimo que podia pressagiar a avalanche rebelde: à uma e trinta e cinco da madrugada, dez minutos depois de consumada a derrota do antigo secretário real, uma coluna enviada por um comandante da Encouraçada Brunete e integrada por catorze veículos leves e mais de uma centena de soldados tentava romper o equilíbrio do golpe unindo-se às várias centenas de guardas-civis que mantinham a Câmara sequestrada.

E assim o golpe começou a entrar em sua última fase.

¹ A existência dessa lista não é certa. Ela foi divulgada dez anos depois do golpe pelos jornalistas Joaquín Prieto e José Luis Barbería. A fonte de Prieto e Barbería é Carmen Echave, uma militante da UCD que trabalhava na equipe de um dos vice-presidentes da Câmara e, por sua condição de médica, naquela noite teve liberdade de movimentos para atender a emergências dos deputados; graças a isso, Echave teria ouvido Armada recitar a lista para um dos oficiais de Tejero. Tenha existido ou não, sido mostrada ou não para Tejero por Armada, ela é solidamente plausível: convivem nela líderes políticos e jornalistas próximos a Armada, como Manuel Fraga e Luis María Anson, militares com certos créditos democráticos, como os generais Manuel Saavedra Palmeiro e José Antonio Sáenz da Santamaría, dirigentes empresariais que tinham defendido em público um governo de unidade, como Carlos Ferrer Salat, e inúmeros políticos de direita, de centro e de esquerda que também o fizeram ou com quem Armada tinha mantido contatos nos meses anteriores ao golpe ou que, justificada ou injustificadamente, Armada considerava propensos a aceitar uma solução como a que ele

encarnava, ou que simplesmente lhe era conveniente que aceitassem. Há quem afirme ter obtido informações sobre possíveis governos de Armada antes de 23 de fevereiro, mas antes do golpe a maioria das pessoas que figuram nessa lista a desconhecia totalmente. A lista é a seguinte: Presidente: Alfonso Armada. Vice-presidente para assuntos políticos: Felipe González (secretário-geral do PSOE). Vice-presidente para assuntos econômicos: José María López de Letona (ex-presidente do Banco da Espanha). Ministro das Relações Exteriores: José María de Areilza (deputado da Coalizão Democrática). Ministro da Defesa: Manuel Fraga (presidente da Alianza Popular e deputado da Coalizão Democrática). Ministro da Justiça: Gregorio Peces Barba (deputado do PSOE). Ministro da Fazenda: Pío Cabanillas (deputado da UCO). Ministro do Interior: general Manuel Saavedra Palmeiro. Ministro das Obras Públicas: José Luis Alvarez (ministro dos Transportes e Comunicações e deputado da UCN). Ministro da Educação e Ciência: Miguel Herrero de Miñón (deputado e porta-voz do grupo parlamentar da UCN). Ministro do Trabalho: Jordi Solé Tura (deputado do PCE). Ministro da Indústria: Agustín Rodríguez Sahagún (ministro da Defesa e deputado da UCU). Ministro do Comércio: Carlos Ferrer Salat (presidente da CEOE, patronal dos empresários). Ministro da Economia: Ramón Tamames (deputado do PCE). Ministro dos Transportes e Comunicações: Javier Solana (deputado do PSOE). Ministro das Autonomias e Regiões: general José Antonio Sáenz de Santamaría. Ministro da Saúde: Enrique Múgica Herzog (deputado do PSOE). Ministro da Informação: Luis María Anson (presidente da agência de notícias EFE).

Quinta parte

VIVA A ITÁLIA!

A imagem, congelada, mostra a ala direita do plenário da Câmara na tarde de 23 de fevereiro. Já transcorreram quase quinze minutos desde que os guardas-civis sublevados irromperam e o capitão Jesús Muñecas acaba de anunciar da tribuna a chegada do militar responsável por assumir o comando do golpe. Neste exato momento a câmera — a única câmera que continua em funcionamento — mostra um plano fixo e frontal dessa área do plenário, com a figura de Adolfo Suárez quase no centro da imagem, monopolizando a atenção do espectador como se ali estivesse se desenvolvendo um drama histórico e o presidente do governo interpretasse o papel principal. Nada desmente a comparação quando a imagem se descongela; nada a desmentirá até o final da gravação. Depois do discurso do capitão Muñecas, o ambiente no plenário se distende, os deputados trocam fogo, cigarros e olhares mortícios, e Adolfo Suárez pede com gestos um cigarro a um meirinho, em seguida se levanta, anda até ele, pega o cigarro que este lhe oferece e volta a sentar-se. Suárez é um fumante inveterado, sempre tem cigarros nos bolsos e esta noite não é uma exceção (de fato, já fumou vários desde o início do sequestro), de forma que seu gesto é uma forma de sondar os assaltantes, medindo seu grau de permissividade com os sequestrados e procurando um modo de conseguir informação sobre o que está acontecendo. Encontra informação logo. Ainda não fumou metade do cigarro quando um homem à paisana entra pela porta direita do plenário; atrás dele aparece o tenente-coronel Tejero, que faz um gesto para seus homens indicando que deixem o recém-chegado se sentar ao lado do presidente, na escada lateral de acesso aos assentos. O homem (magro, alto e moreno, com um lenço branco aparecendo no bolso do jaquetão escuro) se senta no lugar indicado e em seguida Suárez e ele iniciam um diálogo que se prolonga praticamente sem interrupções durante os próximos minutos; a palavra diálogo é excessiva: Suárez se limita a ouvir as palavras do recém-chegado e a intercalar de vez em quando comentários ou

perguntas, ou o que a vista interpreta como comentários ou perguntas.

Quem é o recém-chegado? Por que permitiram sua entrada no plenário? Sobre o que está falando com Suárez?

O recém-chegado é o comandante de cavalaria José Luis Goróstegui, ajudante do general Gutiérrez Mellado; provavelmente o ataque à Câmara o surpreendeu nas imediações ou em alguma dependência do edifício; também provavelmente, fez valer a sua condição de militar, de amigo ou conhecido do capitão Muñecas e de conhecido de Tejero para que este permitisse que se sentasse ao lado do presidente e lhe contasse o que sabe. A julgar pela atenção que lhe dão os ministros e deputados em volta de Suárez, as notícias que Goróstegui traz devem ser escassas e de pouca importância; a julgar pela atenção concentrada que lhe dá Suárez, devem ser fartas e de extrema importância. O mais provável é que fossem as quatro coisas ao mesmo tempo, e o mais provável é que Tejero tenha permitido que Goróstegui falasse com Suárez para minar seu moral, para que este visse que tudo estava sob o seu controle na Câmara e que o golpe vencera.

Transcorrem assim vários minutos idênticos, ao fim dos quais uma voz corta como uma navalha o silêncio cheio de tosses e murmúrios que parece amortilhar o plenário. “Doutor Petinto, por favor, venha aqui”, diz. “Parece que este senhor está um pouco ferido.” A voz é de um oficial ou suboficial golpista que chama o médico da Câmara para atender Fernando Sagaseta, deputado da Unión del Pueblo Canario, sobre o qual caíram uns pedaços de emboço arrancados do teto pelo tiroteio. Todos os parlamentares se viram ao mesmo tempo em direção à parte de cima do plenário, de onde partiu a voz, mas em seguida voltam à posição anterior; também faz assim Adolfo Suárez, que segundos depois reata sua conversa com o comandante Goróstegui. Em determinado momento, porém, os dois homens emudecem e ficam olhando fixamente para a entrada esquerda do plenário: ali, após alguns segundos, quase imperceptível no canto inferior direito da imagem, aparece o tenente-coronel Tejero, primeiro de costas e depois virando-se para abarcar o plenário com o olhar, como se estivesse conferindo que estava tudo em ordem; o tenente-coronel desaparece e volta a aparecer e a desaparecer de novo, e seu vaivém é cópia de outro vaivém que

anima a imagem: um deputado — Donato Fuejo, médico e socialista — vai até a cadeira de Fernando Sagasetta, dois meirinhos levam copos de água para os taquígrafos e finalmente os tiram do plenário, um jornalista com o crachá visível no pulôver sobe uma escada lateral seguido por um guarda-civil. Esse vaivém de pessoas de um lugar para o outro não interrompeu as especulações e comentários de Adolfo Suárez e do comandante Goróstegui e, logo depois que Antonio Jiménez Blanco (membro da UCD e presidente do Conselho de Estado, que ouviu a notícia do ataque pelo rádio e conseguiu que os invasores o autorizassem a entrar na Câmara para dividir a sorte dos seus colegas) entrou no plenário e sentou atrás de Goróstegui, Suárez se levanta da cadeira e diz, dirigindo-se aos dois guardas-civis que controlam a entrada do plenário: “Quero falar com quem comanda esta força”; em seguida desce as escadas e dá uns passos em direção aos guardas. A câmera não registra o que acontece na sequência porque, mesmo sem saber que ela continua gravando, um guarda-civil acaba de bater acidentalmente no visor, obrigando-a a oferecer um confuso primeiro plano da tribuna da imprensa; em compensação, o som do plenário continua a ser captado com clareza. Ouve-se a voz de Suárez, ininteligível, em meio a um som de tumulto; ouvem-se rudes vozes militares tentando impor silêncio (alguém diz: “Calma, senhores!”; outra diz: “No próximo movimento com as mãos, isto aqui se mexerá, hein?; outra diz: “As mãozinhas paradas. Isto é para quando estiverem sozinhos. Aqui acabou”). mais rude, mais potente e mais depreciativa que as outras, uma voz acaba se impondo (“Senhor Suárez, permaneça na sua cadeira!”) e é então que o presidente consegue se fazer ouvir em meio à gritaria (“Eu tenho a faculdade como presidente do governo... até que sua voz é abafada por uma tempestade de gritos, insultos e ameaças que parece apaziguar a sala e devolvê-la ao simulacro de normalidade em que vive há meia hora. A partir desse momento, o silêncio mortuário de antes volta a reinar no plenário, enquanto a câmera, abandonada, continua mostrando um plano estático da tribuna da imprensa; por ele, nos minutos seguintes, passa em claro-escuro uma mixórdia de fragmentos desconexos: o rosto fugaz de uma mulher de óculos, paletós com crachás ilegíveis de jornalistas, mãos crispadas que desabafam o seu nervosismo ou o seu medo fazendo girar canetas baratas ou segurando cigarros trêmulos, um

maço de papéis com timbre da Câmara largado em uma escada, o corrimão de ferro forjado da escadaria, gravatas com estampas de losangos e camisas brancas e punhos brancos e vestidos roxos e saias pregueadas e pulôveres e calças cinza e mãos segurando pastas estufadas de papéis e pastas de executivos. E afinal, quase 35 minutos depois de iniciada, a gravação se corta com um torvelinho de neve.

Capítulo 1

Assim acaba a gravação: numa completa desordem sem sentido, como se o documento essencial sobre o 23 de fevereiro não fosse fruto casual de uma câmera que permanece inadvertidamente ligada durante os primeiros minutos do sequestro, e sim resultado da inteligência compositiva de um realizador que decide concluir sua obra com uma metáfora plausível do golpe de Estado; também, com uma afirmação de Adolfo Suárez como presidente do governo. Suárez não foi um bom presidente do governo durante seus dois últimos anos no poder, quando a democracia parecia começar a se estabilizar na Espanha, mas provavelmente era o melhor presidente para enfrentar um golpe de Estado, pois nenhum político espanhol de então sabia se comportar melhor que ele em circunstâncias extremas nem possuía o seu senso dramático, a sua fé de convertido no valor da democracia, o seu conceito mitificado da dignidade de um presidente do governo, o seu conhecimento do Exército e a sua valentia para se opor aos militares rebeldes. “É preciso deixar bem claro que na Espanha não existem um poder civil e um poder militar”, escreveu Suárez em junho de 1982, num artigo em que protestava pela benevolência das condenações impostas aos acusados pelo 23 de fevereiro. “O poder é só civil.” Esta foi uma das suas obsessões durante seus cinco anos à frente do governo: ele era o presidente do país, e a única obrigação dos militares consistia em obedecer às suas ordens. Até o último instante do mandato conseguiu que obedecessem, e até o último instante do mandato acreditou que tinha submetido os militares, mas bem no último instante do mandato o 23 de fevereiro desmanchou essa crença; talvez tenha lhe faltado astúcia para submetê-los, ou talvez fosse impossível.

Em todo caso, Suárez não ignorava como usar a sua astúcia, mas nem sempre considerava que devesse usá-la com os militares, e desde o dia em que se tornou presidente, e sobretudo à medida que foi se firmando no cargo, começou a lembrá-los das suas obrigações, sem rodeios, com ordens ou desplantes: por isso gostava de baixar a bola dos generais fazendo-os esperar na porta do seu gabinete e não hesitava em confrontar qualquer militar que questionasse sua autoridade ou lhe faltasse com o respeito (ou o ameaçasse: em Setembro de 1976, durante uma violenta discussão no gabinete de Suárez, que acabava de

aceitar ou exigir sua demissão como vice-presidente do governo, o general De Santiago lhe disse: “Não esqueça, presidente, que neste país houve mais de um golpe de Estado”. “E não esqueça, general”, respondeu Suárez, “que neste país continua havendo pena de morte”); por isso teve a coragem de tomar decisões vitais como a legalização do Partido Comunista sem contar com a aprovação do Exército e contra a sua opinião quase unânime; por isso o anedotário do 23 de Fevereiro transborda de exemplos da sua decisão terminante de não se deixar amedrontar pelos rebeldes e não ceder um centímetro do seu poder de presidente do governo. Alguns desses exemplos são invenções da hagiografia de Suárez; dois deles são indubitavelmente verdadeiros. O primeiro ocorreu durante a madrugada do dia 23, no pequeno escritório próximo ao plenário onde Suárez foi trancado sozinho depois da sua primeira tentativa de falar com os golpistas. Segundo o testemunho dos guardas-civis que o vigiavam, em determinado momento o tenente-coronel Tejero irrompeu no escritório e sem dizer uma palavra puxou o revólver e encostou o cano no peito dele; a resposta de Suárez consistiu em levantar-se e formular por duas vezes na cara do oficial rebelde a mesma ordem terminante: “Sentido!”. O segundo episódio ocorreu na tarde do dia 24, já derrotado o golpe, durante uma reunião da Junta de Defesa Nacional em La Zarzuela sob a presidência do rei; foi nesse momento que Suárez compreendeu que Armada tinha sido o principal cabeça do golpe e, depois de ouvir as provas que condenavam o antigo secretário do rei, entre elas a gravação das conversas telefônicas dos ocupantes da Câmara, o presidente ordenou ao general Gabeiras que o prendesse no ato. Gabeiras pareceu hesitar — era o superior imediato de Armada no quartel-general do Exército, praticamente não tinha se afastado dele durante quase toda a noite, e a medida deve ter lhe parecido prematura e desproporcionada -; em seguida o general olhou para o rei procurando uma ratificação ou uma negação da ordem de Suárez, que, como sabia muito bem quem era o verdadeiro chefe do Exército, fulminou o general com duas frases furiosas: “Não olhe para o rei. olhe para mim”. Isto era Adolfo Suárez ou pelo menos era isto o que ele gostava de imaginar que era: um galo de briga provinciano encarapitado no governo e completamente imbuído do seu papel de presidente.

Foi assim que tentou se comportar durante os quase cinco anos em que esteve no poder e foi assim que se comportou no 23 de fevereiro.

Seu gesto de levantar-se da cadeira e tentar falar com os golpistas no fundo não é diferente do seu gesto de enfrentar Tejero ou Gabeiras: os três gestos são tentativas de se afirmar como presidente do governo; também não é diferente no fundo do gesto de permanecer em sua poltrona enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário: esse é um gesto de coragem e de graça e de rebeldia, um gesto histriônico e um gesto libérrimo e um gesto póstumo, o gesto de um homem arrasado que concebe a política como uma aventura e que tenta agonicamente legitimar-se e que por um instante parece encarnar plenamente a democracia, mas também é um gesto de autoridade. Ou seja: um gesto de violência.

Ou seja: o gesto de um político puro.

Capítulo 2

O que é um político puro? Um político puro é a mesma coisa que um grande político, ou que um político excepcional? Um político excepcional é a mesma coisa que um homem excepcional, ou que um homem eticamente irrepreensível, ou que um homem simplesmente decente? É bem provável que Adolfo Suárez fosse um homem decente, mas não foi eticamente irrepreensível, nem excepcional, ou pelo menos não o que se costuma considerar excepcional; foi, porém, ao final de todas as contas, o político espanhol mais contundente e resolutivo do século passado.



Por volta de 1927 Ortega y Gasset tentou descrever o político excepcional e acabou talvez descrevendo o político puro. Este, para Ortega, não é um homem eticamente irrepreensível, nem tem por que sê-lo (Ortega considera insuficiente ou mesquinho julgar eticamente o político: é preciso julgá-lo politicamente); na sua natureza convivem algumas qualidades que em abstrato costumam ser consideradas virtudes com outras que em abstrato costumam ser consideradas defeitos, mas aquelas não lhe são menos consubstanciais que estas. Enumero algumas virtudes: a inteligência natural, a coragem, a serenidade, a garra, a astúcia, a resistência, a saúde dos instintos, a capacidade de conciliar o inconciliável. Enumero alguns defeitos: a impulsividade, a inquietação constante, a falta de escrúpulos, o talento para o engano, a vulgaridade ou a ausência de refinamento nas ideias e nos gostos; também, a ausência de vida interior ou de personalidade definida, o que faz dele um bufão camaleônico e um ser transparente cujo segredo mais recôndito consiste em não ter segredo nenhum. O político puro é o contrário de um ideólogo, mas não é só um homem de ação; tampouco é exatamente o contrário de um intelectual: tem o entusiasmo do intelectual pelo conhecimento, mas o emprega totalmente em detectar a morte no que parece vivo e em afinar o ingrediente essencial e a virtude primária do seu ofício: a intuição histórica. Essa foi a denominação de Ortega; Isaiah Berlin usaria outra, senso de realidade,

um dom transitório que não se aprende nas universidades nem nos livros e que supõe certa familiaridade com os fatos relevantes que permite a certos políticos e em certos momentos saber “o que se encaixa com quê, o que pode ser feito em determinadas circunstâncias e o que não, que métodos serão úteis em que situações e em que medida, sem que isso queira dizer necessariamente que sejam capazes de explicar como sabem e nem mesmo o que sabem”. O vade-mécum orteguiano do político puro não é inatacável; não o resumi aqui porque o seja, mas porque traça um retrato exato do futuro Adolfo Suárez. É verdade que dentre as qualidades do político puro Ortega só menciona de passagem aquela de que acusaram Suárez com mais insistência na época: a ambição; mas isso porque Ortega sabe que, para um político, assim como para um artista ou um cientista, a ambição não é uma qualidade — uma virtude ou um defeito —, e sim uma simples premissa. Suárez cumpria amplamente os requisitos dessa premissa.

O traço que melhor o definia até chegar ao poder era uma fome desmedida de poder: como aqueles jovens selvagens de romance antigo que saem da província para conquistar a capital — como Julien Sorel de Stendhal, como Lucien Rubempré de Balzac, como Frédéric Moreau de Flaubert —, Suárez era a ambição em pessoa e nunca se envergonhou disso, pois nunca aceitou que houvesse algo condenável em desejar o poder; ao contrário: achava que sem poder não havia política e que sem política não havia a menor possibilidade de plenitude existencial para ele. Foi um político puro porque nunca pensou que seria outra coisa, porque nunca sonhou ser outra coisa, porque era um asceta do poder disposto a sacrificar tudo para conquistá-lo e porque não hesitaria em pactuar com o diabo para chegar a ser o que chegou a ser. “O que é o poder para o senhor?”, perguntou-lhe um jornalista da *Paris Match* dias depois da sua nomeação como presidente do governo, e Suárez só conseguiu responder com seu sorriso deslumbrante de vencedor e umas palavras que não explicam nada e explicavam tudo: “O poder? Eu adoro”.

Essa desenvoltura jubilosa lhe proporcionou durante seus melhores anos uma superioridade imbatível sobre os adversários, que viam em seus olhos uma cobiça insaciável e, no entanto, não conseguiam resistir a ela e continuavam alimentando-a à própria custa. O poder político se tornou seu instrumento de crescimento pessoal, mas só porque antes havia sido uma paixão isenta, voraz, e, se ele tinha uma visão mistificada da dignidade de um presidente do governo, era porque um presidente do

governo constituía para ele a expressão máxima do poder e porque durante toda sua vida não havia desejado outra coisa além de ser presidente do governo. É verdade: ele foi um malandro sem formação, foi um falangistinha de província, foi um arrivista do franquismo, foi o moleque de recados do rei; seus caluniadores tinham razão, só que sua biografia demonstra que essa razão não é toda a razão. Tinha um talento de ator para o engano, mas na primeira vez que viu Santiago Carrillo não o enganou: vinha de uma família de derrotados republicanos, vários dos quais tinham conhecido os cárceres de Franco durante a guerra; ninguém em sua casa lhe inculcou, no entanto, a menor convicção política, nem é provável que alguém tenha lhe falado da guerra a não ser como se fala de uma catástrofe natural; em compensação, é provável que tenha aprendido desde criança a odiar a derrota do mesmo modo que se odeia uma pestilência familiar. Ele nasceu em 1932 em Cebreros, um povoado vinícola da província de Ávila. Sua mãe era filha de pequenos empresários e era uma mulher forte, devota e voluntariosa; seu pai era filho do secretário do tribunal e também um galo de briga simpático, presunçoso, trapaceiro, mulherengo e jogador. Embora nunca tenha chegado a se dar bem com o pai — talvez por isso mesmo —, pode ser que no fundo fosse igual a ele, a não ser pelo fato de que no seu caso o exercício dessas inclinações e traços de caráter era totalmente subordinado à satisfação do seu único apetite verdadeiro. Foi um péssimo estudante, que penou de colégio em colégio e que só pisou na universidade para prestar exames de matérias que frequentemente decorava sem entender; não tinha o hábito sedentário da leitura, e até o final de seus dias foi perseguido por uma lenda, no início fomentada por ele próprio, segundo a qual nunca teve paciência suficiente para ler um livro da primeira até a última página. Ele se interessava por outras coisas: garotas, bailes, o futebol, o tênis, o cinema e as cartas. Era um vitalista hiperativo e compulsivamente sociável, um líder de turma de bairro com uma simpatia espontânea e um sucesso inquestionável entre as mulheres, mas passava facilmente da euforia para o abatimento e, embora provavelmente nunca tenha consultado um psiquiatra, alguns amigos íntimos sempre o consideraram feito para o divã. O lenitivo contra suas fragilidades psicológicas foi uma religiosidade maciça que o jogou nos braços da Ação Católica e encaminhou sua vocação de protagonismo permitindo-lhe fundar e presidir desde a adolescência sociedades pias com inócuas pretensões políticas. No final dos anos

1940 ou princípio dos 1950, em uma cidade como Ávila, murada pelo puritanismo provinciano do nacional-catolicismo, Adolfo Suárez encarnava com perfeição o ideal juvenil da ditadura: um rapaz conservador, católico, bonito, jovial, esportista, audaz e empreendedor, cujas ambições políticas estavam costuradas às suas ambições sociais e econômicas e cuja mentalidade de obediência e sacristia não podia sequer cogitar que alguém pudesse questionar os fundamentos e mecanismos do regime, mas apenas se servir deles.

Tudo parecia lhe augurar um futuro brilhante, mas de um dia para o outro as coisas começaram a desmoronar. No início de 1955, quando tinha acabado de fazer 23 anos, de terminar aos trancos e barrancos o curso de direito e de conseguir o seu primeiro trabalho remunerado na Beneficência de Ávila, seu pai fugiu da cidade envolvido num escândalo de negócios, abandonando a família. Suárez sofreu essa deserção como um cataclismo: além disso, do aspecto afetivo, a fuga do pai significava o opróbrio social e a penúria econômica de uma família numerosa cujos apertos de dinheiro não correspondiam à sua boa posição na cidade; é provável que, dominado pela hipocondria e incapaz de custear com seu salário de aprendiz as necessidades da mãe e de seus quatro irmãos mais novos, Suárez tenha pensado com alguma seriedade na possibilidade de entrar para o seminário. Mas um golpe de sorte o livrou das suas aflições. No mês de agosto Suárez conheceu Fernando Herrero Tejedor, um jovem promotor falangista e militante do Opus Dei que acabava de ser nomeado governador civil e chefe provincial do Movimento em Ávila e que, graças à recomendação de um dos seus professores particulares, lhe deu um trabalho no governo civil, o que lhe permitiu complementar seu salário na Beneficência, entrar na estrutura do partido único e cultivar a amizade de um personagem poderoso e bem relacionado que com o passar dos anos se transformaria em seu mentor político. A alegria, no entanto, durou pouco: em 1956 Herrero Tejedor foi transferido para Logrono, Suárez perdeu o emprego e no ano seguinte, sem dinheiro e sem esperança de prosperidade na província, decidiu tentar a sorte em Madri. Lá reencontrou o pai, lá montou com ele um escritório de procurador dos tribunais (um ofício que seu pai já havia desempenhado de forma irregular em Ávila), lá conseguiu reunir de novo sob o mesmo teto o pai, a mãe e alguns dos seus irmãos, num apartamento da rua Hermanos Miralles. Mas em poucos meses as coisas voltaram a mudar: seu pai novamente meteu a família em problemas de

dinheiro e Suárez rompeu com ele, largou o escritório e foi viver numa pensão por conta própria. Pode ser que nessa época ele tenha chegado ao fundo, porém pouco sabemos com certeza: dizem que não conhecia quase ninguém em Madri; que visitava a mãe ocasionalmente e que ganhava a vida com trabalhos esporádicos, carregando malas na estação Príncipe Pío ou vendendo eletrodomésticos de porta em porta; dizem que passou dificuldades, que passou fome, que vadiava muito.

Alguns apologistas de Suárez usam os apuros provavelmente reais daqueles dias para pintar um *self-made man* que conheceu a miséria e não os privilégios em que cresceram os políticos do franquismo; esse retrato não é falso, desde que não esqueçamos, que o episódio foi muito breve e que, enquanto durou, Suárez não passava de um bom rapaz da província em tempos difíceis, banido na capital à espera de uma oportunidade digna da sua ambição. Quem a proporcionou foi novamente Herrero Tejedor, que àquela altura exercia o cargo de delegado nacional de províncias na Secretaria-Geral do Movimento e que, quando o pai de um amigo de Suárez lhe contou sua situação e pediu trabalho para ele, decidiu nomeá-lo seu secretário particular. Isso aconteceu no outono de 1958. A partir de então, e até a morte de Herrero Tejedor em 1975, Suárez praticamente não saiu da sua tutela; a partir de então, e até que ele mesmo acabou por destruí-lo, Suárez praticamente não saiu nem por um instante do poder franquista, porque aquele foi o início muito modesto da sua escalada degrau por degrau na hierarquia do Movimento. Mas, antes de começá-la, havia acontecido outra coisa: Suárez tinha conhecido, em Ávila Amparo Illana, uma jovem bonita, rica e com classe por quem se apaixonou imediatamente e com quem ainda levaria quatro anos para contrair matrimônio; naquela época estava a ponto de ir para Madri com uma mão na frente e outra atrás, e no primeiro dia em que visitou a casa de sua futura mulher, o pai dela — um coronel advogado e tesoureiro da Associação de Imprensa de Madri — lhe perguntou sobre sua forma de ganhar a vida. “Ganho mal”, respondeu ele, com toda a sua malandragem de galo de briga avilense. “Mas não se preocupe: antes dos trinta anos serei governador civil; antes dos quarenta, subsecretário; e antes dos cinquenta, ministro e presidente do governo.” Pode ser que o episódio seja falso — mais uma das lendas que rodeiam a sua juventude —, mas a verdade é que Suárez cumpriu esse programa ponto por ponto.

Na ordem fechada e piramidal do poder franquista, onde o servilismo era uma ferramenta imprescindível de promoção política, isso exigiu de Suárez empregar a fundo toda a sua arte da simpatia e toda a sua capacidade de adulação. Como secretário de Herrero Tejedor, seu trabalho consistia em manter a correspondência em dia, marcar encontros e atender visitas, muitas delas de líderes do partido e governadores civis de passagem por Madri: nenhum dos quais se esqueceria no futuro daquele falangista bem-arrumado, diligente e entusiasta que os cumprimentava levantando o braço num arremedo da saudação fascista (Às suas ordens, chefe!) e se despedia com um arremedo de batida de calcanhar militaresca (Mais alguma ordem?). Foi assim que começou a lavar o seu prestígio de filhote de falangista e a ganhar posições em dois enclaves estratégicos do regime: a Secretaria-Geral do Movimento e o ministério de presidência do governo; foi assim que, sem abandonar a lealdade a Ferrero Tejedor, começou a ganhar a confiança dos dois auxiliares do ditador que monopolizavam mais poder efetivo na Espanha em meados dos anos 1960 e representavam a possibilidade mais viável de um futuro franquismo sem Franco: o almirante Luis Carrero Blanco, ministro da Presidência, e Laureano López Rodó, ministro delegado do Plano de Desenvolvimento.

Nessa época Suárez já conhecia como poucos até a última dobra do poder, tinha desenvolvido um sexto sentido capaz de captar o menor movimento sísmico na delicada estrutura que o sustentava e se doutorou com todas as láureas na disciplina refinadíssima de circular entre as atritadas famílias do regime sem criar inimigos irrecuperáveis, conseguindo a proeza de que todas elas, dos falangistas aos membros do Opus Dei, o considerassem um dos seus. Ainda estava distante a época em que a pequena Madri do poder se transformou para ele no grande esgoto madrilenho: agora essa mesma cidade o enfeitava com o brilho sobrenatural de uma joia exótica; seu biógrafo menos indulgente, Gregorio Morán, descreveu minuciosamente as estratégias de arrivista criadas por sua vontade de conquistá-la. Segundo Morán, Suárez cobria de atenções aqueles que queria cativar, visitava suas casas e escritórios com qualquer desculpa, fazia de tudo para conquistar seus familiares e, manobrando com informações de primeira mão sobre as entranhas do poder e as corrupções e fraquezas daqueles que o exerciam, levava e trazia notícias, fofocas e boatos que faziam dele um informante muito

valioso e abriam caminho para a sua ascensão. Não se preocupava com métodos, não media recursos.

Em 1965 foi nomeado diretor de Programação da Radiotelevisión Española; seu chefe era Juan José Rosem, um austero galego insensível ao seu talento e ao seu encanto com quem mantinha relações não muito cordiais: procurou melhorá-las mudando-se com a família para um apartamento no mesmo prédio em que ele morava. Na mesma época decidiu que seu próximo cargo deveria ser o de governador civil; tratava-se de um cargo muito cobiçado porque naquele tempo um governador civil tinha um poder enorme na sua província e, a fim de atrair para a sua causa o ministro do Governo, Camilo Alonso Vega — íntimo de Franco e em grande parte responsável pela nomeação dos governadores civis—, durante três verões consecutivos alugou um apartamento vizinho ao que o ministro ocupava todo ano numa urbanização de Alicante e o submeteu a um assédio incansável que começava na missa diária da manhã e terminava com o último drinque da madrugada. Em 1973, quando já tinha fundadas esperanças de conseguir um ministério, concebeu a ideia genial de alugar um chalé de veraneio a poucos metros do palácio de La Granja, em Segóvia, em cujos jardins se comemorava todo ano, e durante um dia inteiro, o aniversário do início da guerra civil na presença de Franco e dos principais chefes do franquismo; Suárez convidava para o chalé alguns eleitos que, antes e depois da recepção interminável, do almoço desanimado e do espetáculo que o ministro da Informação e Turismo infligia aos presentes, gozavam do privilégio de se aliviar do calor desalmado de todo 18 de julho, de se poupar da tortura de percorrer os oitenta quilômetros que separavam o palácio de Madri com os trajes de noite e os *smokings* grudados no corpo pelo suor e de ser tratados com atenção pelo anfitrião, cuja simpatia e hospitalidade lhes despertavam sentimentos duradouros de gratidão.

Conquistou a amizade de Camilo Alonso Vega, e em 1968 nomeado governador civil de Segóvia; conquistou a amizade de Rosón — ou pelo menos conseguiu diminuir a desconfiança que lhe inspirava — e em 1969 foi nomeado diretor-geral da Radiotelevisión Española; conquistou a amizade de muitos chefes do franquismo, e em 1975 foi nomeado ministro.

Era irresistível, mas esses episódios de pura picardia não são apenas parte da sua verdadeira lenda negra; são também uma demonstração de que poucos políticos dominavam como ele a

endogamia envilecida do poder franquista e de que poucos como ele estavam dispostos a chegar tão longe para tirar partido dela. Por isso, a pessoa que de certo modo melhor retratou o Suárez dessa época foi Francisco Franco, que era quem melhor conhecia a lógica do poder franquista porque tinha sido criada por ele.

Os dois homens só se viram ao longo da vida em cerimônias de caráter protocolar, em alguma das quais, no entanto, o jovem político chamou a atenção com alguma declaração dissonante; provavelmente devido a isso, e sem dúvida aos dotes de psicólogo que lhe serviram para manter a chefia do Estado durante quarenta anos, Franco julgou reconhecer em Suárez os traços de um traidor, e uma vez, quando Suárez era chefe da Radiotelevisión Española, depois de conversarem um instante no palácio de El Pardo, o ditador comentou com seu médico particular: “Este homem é de uma ambição perigosa. Não tem escrúpulos”.¹



Franco acertou: a ambição de Suárez acabou sendo letal para o franquismo; sua falta de escrúpulos também. Ambas as coisas, no entanto, não explicam sua ascensão fulgurante nos anos 1960 e 1970. Suárez era um trabalhador em tempo integral, e seu talento político inquestionável: tinha curiosidade, ouvia mais do que falava, aprendia rápido, resolvia os problemas pela via mais simples e mais direta, renovava sem contemplações as equipes de políticos que herdava, sabia unir vontades contrapostas, conciliar o inconciliável e detectar a morte no que ainda parecia vivo; além disso, não desperdiçava uma oportunidade para demonstrar o seu valor: como se de fato tivesse selado um pacto com o diabo, não desperdiçava sequer oportunidades que poderiam ter arruinado a carreira de qualquer outro político. Em 15 de junho de 1969, quando ainda era governador civil de Segóvia, cinquenta e oito pessoas morreram soterradas pelos escombros de um restaurante situado no bairro de Los Ángeles de San Rafael; a tragédia foi consequência da avariza do proprietário do restaurante, mas o normal é que tivesse salpicado politicamente em Suárez, sobretudo num momento em que a

batalha entre falangistas e opusdeístas no interior do regime estava chegando ao ponto culminante; mas Suárez conseguiu sair robustecido da catástrofe: durante semanas os jornais não pararam de elogiar a serenidade e a coragem do governador civil que, como repetiram as matérias, chegou ao local logo depois do desmoronamento, assumiu o controle da situação e começou a retirar feridos dos escombros com as próprias mãos; pouco tempo depois, o governo o condecorou com a Grande Cruz do Mérito Civil por seu comportamento.

Meses antes do desastre de Los Ángeles de San Rafael ocorreu um fato que mudou a vida do futuro presidente: ele conheceu o futuro rei. A essa altura Suárez já tinha a convicção de que o príncipe Juan Carlos era o cavalo ganhador na iminente corrida do pós-franquismo — convicção transmitida por Herrero Tejedor, pelo almirante Carrero, por López Rodó, transmitida sobretudo por uma inteligência e um instinto políticos que nele eram a mesma coisa —, e por isso apostou todo o seu capital no príncipe; este, por sua vez, também apostou em Suárez, necessitado como estava da lealdade de jovens políticos dispostos a batalhar contra o poderoso setor dos velhos franquistas inflexíveis que desconfiavam da sua capacidade para suceder Franco. Foi essa a tarefa a que Suárez se dedicou de forma praticamente exclusiva durante os seis anos seguintes, porque sabia que batalhar para transformar o príncipe em rei era batalhar pelo poder, mas também porque, da mesma forma que sabia detectar o que estava morto no que ainda parecia vivo, sabia detectar o que já estava vivo no que parecia morto. Quanto ao rei, ele sentiu desde o começo enorme simpatia por Suárez, porém nunca se enganou sobre ele: “Adolfo não é nem do Opus nem falangista”, disse certa vez. “Adolfo é adolfista.”

Pouco depois de conhecer o príncipe — e em parte devido ao apoio deste —, foi nomeado diretor-geral da Radiotelevisión Española; permaneceu quatro anos no cargo, ao longo dos quais serviu à causa da monarquia com uma fidelidade beligerante, mas que também constituiriam uma etapa importante em sua vida política, porque descobriu o poder novíssimo da televisão de configurar a realidade e porque começou a sentir a proximidade e o verdadeiro hálito do poder e a preparar seu ataque ao governo: visitava com muita frequência La Zarzuela, onde ia entregar ao príncipe as gravações de suas viagens e atos protocolares que os noticiários da primeira cadeia de televisão transmitiam regularmente, despachava toda semana com o almirante

Carrero na sede da Presidência, no Paseo de la Castellana, nº 3, onde era recebido afetosamente e recebia orientações ideológicas e instruções concretas que cumpria sem hesitação, cultivava com carinho os militares que o condecoraram pela generosidade com que acolhia toda e qualquer proposta do Exército — e até os serviços de inteligência, com cujo chefe, o futuro coronel golpista José Ignacio San Martín, chegou a travar certa amizade. Foi também nessa época, perto do final da sua administração na Radiotelevisión Espanhola, que o sexto sentido de Suárez registrou um deslocamento quase invisível do centro de poder que em breve, no entanto, seria determinante: Carrero Blanco continuava representando a segurança de que o franquismo se manteria depois da morte de Franco, mas López Rodó começava a perder influência e, em contrapartida, afluía como nova referência política Torcuato Fernández Miranda, na época ministro secretário-geral do Movimento, um homem frio, culto, astuto e silencioso cuja altiva independência de opinião despertava as suspeitas de todas as famílias do regime e o agrado do príncipe, que havia adotado aquele catedrático de direito constitucional como principal conselheiro político. Suárez registrou a mudança: deixou de frequentar López Rodó e passou a frequentar Fernández Miranda que, embora provavelmente o desprezasse em segredo, em público o aceitou, sem dúvida porque tinha certeza de poder manobrar aquele jovem falangista sedento de glória.

A intuição de Suárez era correta, e em junho de 1973 Carrero foi nomeado presidente do governo — o primeiro nomeado por Franco, que continuou reservando para si mesmo os poderes de chefe de Estado — e Fernández Miranda acumulou a chefia do Movimento com a vice-presidência do gabinete, mas Suárez não conseguiu o ministério que já pensava merecer, e nem sequer convenceu Fernández Miranda de consolá-lo com a vice-secretaria do Movimento. Sua decepção foi enorme: em decorrência, Suárez se demitiu do seu cargo na Radiotelevisión Espanhola buscando refúgio na presidência de uma empresa estatal e na da organização juvenil cristã YMCA. Durante os dois anos e meio seguintes Suárez ficou afastado do poder, e sua carreira política parecia estagnada; em determinado momento parecia mesmo que chegara ao fim. Duas mortes violentas contribuíram para essa impressão passageira: em dezembro de 1973 o almirante Carrero morria em um atentado do ETA; em junho de 1975 Herrero Tejedor morria em um acidente de trânsito. O assassinato de Carrero foi providencial para o

país porque o desaparecimento do presidente do governo que iria preservar o franquismo facilitou a passagem da ditadura para a democracia, mas, como perdia um protetor poderoso, para Suárez podia ter sido catastrófico; a morte de Herrero Tejedor podia ter sido ainda pior: com ela Suárez ficava definitivamente ao deus-dará, desprovido também do apoio do homem em cuja sombra havia desenvolvido quase toda a sua carreira política e que três meses antes do acidente o nomeara vice-secretário-geral do Movimento. Suárez superou esse duplo contratempo porque na época já se sentia suficientemente seguro de si mesmo e da confiança do príncipe para não se deixar abater pela adversidade, de forma que nesse parêntese da sua ascensão política se dedicou a fazer dinheiro com negócios duvidosos, convencido com toda a razão de que era impossível progredir politicamente no franquismo sem dispor de certa fortuna pessoal (“Não sou ministro porque não moro em Puerta de Hierro nem estudei no Pilar”, disse certa vez naqueles anos); também se dedicou a estreitar sua relação com Fernández Miranda — e através dele com o príncipe — e a organizar a Unión del Pueblo Español (UDPE), uma associação política criada na esteira do impulso liberalizador mínimo promovido pelo substituto do almirante Carrero à frente do governo, Carlos Arias Navarro, e integrada por ex-ministros de Franco e por jovens quadros do regime — como o próprio Suárez.

De resto, numa época em que a morte de Franco após quarenta anos de governo absoluto aparecia ao mesmo tempo como um fato prodigioso e imediato e em que cada crise de saúde do ditador octogenário deixava o país tremendo de incerteza, Suárez cultivou de forma magistral a ambiguidade necessária para preparar seu futuro fosse qual fosse o futuro da Espanha: por um lado, não perdia uma oportunidade para proclamar sua fidelidade a Franco e ao regime, e em 12 de outubro de 1975, acompanhado por outros membros da UDPE, compareceu a uma manifestação multitudinária na praça de Oriente de apoio ao general, acossado pelos protestos da comunidade internacional contra a sua decisão de executar vários membros do ETA e do FRAP; por outro lado, porém, não economizava em público e em privado declarações a favor de abrir o jogo político e criar canais de expressão para as diferentes sensibilidades presentes na sociedade, lugares-comuns da sopa política da época que para os franquistas soavam como ousadias inofensivas ou tramoias para ingênuos e que para os partidários de acabar com o franquismo podiam soar como afirmações

ainda reprimidas do desejo de um futuro democrático para a Espanha. É provável que nem num caso nem em outro — nem quando se declarava indubitavelmente franquista nem quando se declarava incipientemente democrata — Suárez dissesse a verdade, mas é quase certo que, como um ser transparente cujo segredo mais recôndito é não ter segredo nenhum ou como um bufão virtuoso declamando o seu papel num palco, ele acreditava no que dizia, e por isso quem o ouvia acabava acreditando nele. A morte de Franco — cuja capela ardente visitou em companhia dos principais dirigentes da UDPE depois de fazer fila durante horas junto com milhares de franquistas banhados em lágrimas — relançou definitivamente sua carreira política. Depois de ser proclamado rei, Juan Carlos cedeu à pressão da ala mais dura do franquismo e confirmou na presidência do governo um franquista duro como Arias Navarro, mas conseguiu que Fernández Miranda ocupasse a presidência das Cortes e do Conselho do Reino — os outros dois principais organismos do poder — e também que, graças a Fernández Miranda, Arias nomeasse Suárez ministro secretário-geral do Movimento. Era um cargo que cobiçava havia anos, capaz de satisfazer a ambição do mais ambicioso, mas Suárez era mais ambicioso que o mais ambicioso e não se conformou com ele. Teoricamente, sua tarefa naquele governo que devia levar ao pós-franquismo era quase ornamental (os ministérios fortes eram ocupados por pessoas de mais idade e com muito mais importância, prestígio e experiência política que ele, como Manuel Fraga e José María de Areilza): Suárez não ignorava que havia sido colocado ali como ajudante de câmara ou como moleque de recados do rei; entretanto, não desperdiçou a oportunidade que se apresentava e, sobretudo à medida que Arias demonstrava ser um presidente lerdo, dúbio e incapaz de saldar sua descomunal hipoteca franquista, aproveitou a desunião e a ineficácia de um governo acossado por uma onda de conflitos sociais que na realidade eram mobilizações políticas para arrebatá-lo o primeiro plano dos seus colegas de gabinete: em março de 1976, na ausência de Manuel Fraga, ministro do Governo, Suárez superou com habilidade a crise provocada em Vitória pela morte de três operários nas mãos da polícia, o que evitou que o presidente Arias decretasse o estado de exceção para reprimir o que aos olhos do governo parecia prestes a degenerar em um surto revolucionário; em junho daquele mesmo ano defendeu nas Cortes, com um discurso brilhante no qual advogava pelo pluralismo político como caminho para conseguir a reconciliação entre os

espanhóis, uma tímida tentativa de reforma patrocinada pelo governo. A tentativa fracassou, mas seu fracasso representou para Suárez um êxito muito maior do que teria sido o seu êxito.

Não é um contrassenso: naquele momento, seis meses depois da proclamação da monarquia, o rei e seu mentor político, Fernández Miranda, já tinham entendido que para conservar o trono o primeiro devia renunciar aos poderes ou à grande parte dos poderes que herdara de Franco, transformando a monarquia franquista em uma monarquia parlamentar; também tinham um projeto de reforma mais profundo e ambicioso do que o apadrinhado pelo governo, sabiam que Arias Navarro não ia poder nem querer executá-lo e o discurso de Suárez nas Cortes acabou de convencê-los de que o jovem político era a pessoa adequada para fazê-lo.

Ou antes terminou de persuadir o rei, porque Fernández Miranda há tempos que estava persuadido disso, enquanto que o monarca ainda não tinha visto claramente que aquele mequetrefe serviçal e ambicioso, que aquele galo de briga falangista, simpático, trapaceiro e inculto — que tão útil lhe resultava como ajudante de câmara ou moleque de recados — fosse o personagem idôneo para realizar a tarefa sutilíssima de desmontar o franquismo sem descabros e montar alguma forma de democracia que garantisse o futuro da monarquia. Foi Fernández Miranda quem o convenceu, com sua retórica de leitor de Maquiavel e sua ascendência intelectual sobre ele, de que, ao menos para os seus objetivos daquele momento, essas características pessoais de Suárez não eram defeitos e sim virtudes. Eles necessitavam de um mequetrefe serviçal e ambicioso porque seu servilismo e sua ambição garantiam lealdade absoluta e porque sua falta de relevância e de projeto político definido ou de ideias próprias garantia que ia realizar sem desvios o que eles ditassem e que, uma vez realizada a missão, poderiam prescindir dele depois de agradecer os serviços prestados; necessitavam de um galo de briga falangista com a sua têmpera porque só um galo de briga falangista com a sua têmpera, jovem, duro, rápido, flexível, decidido e resistente, seria capaz primeiro de aguentar as investidas ferozes dos falangistas e dos militares e depois de mantê-los afastados; necessitavam de um sujeito simpático porque deveria seduzir meio mundo e de um sujeito trapaceiro porque deveria enganar a outra metade.

Quanto à sua falta de cultura, Fernández Miranda era suficientemente culto para saber que política não se aprende nos livros e que cultura podia ser um empecilho para aquela empreitada, e suficientemente perspicaz para perceber que Suárez possuía como nenhum outro político da sua geração esse dom transitivo ou essa compreensão exata e sem explicações do que estava morto e do que estava vivo no momento, ou essa familiaridade com os fatos significativos — com o que se encaixa e o que não se encaixa, com o que se pode e o que não se pode fazer, com como e com quem e com que custo se pode fazer — que Ortega chamava de intuição histórica e Berlin chamava de senso de realidade. Decidido a fazer de Suárez o presidente do governo que ia realizar a reforma, em 1º de julho de 1976 o rei obteve a demissão de Arías Navarro; não tinha as mãos livres, porém, para nomear seu substituto: de acordo com a legislação franquista, ele devia escolher um nome da lista tríplice apresentada pelo Conselho do Reino, um organismo consultivo com participação de alguns dos membros mais conspícuos do franquismo ortodoxo. Mas, graças à astúcia e à habilidade de Fernández Miranda, que presidia o Conselho e o estava preparando fazia meses para isso, ao meio-dia de 3 de julho o rei recebeu uma lista que incluía o nome do eleito. Suárez sabia; ou melhor dizendo: sabia que estava na lista tríplice, mas não sabia que era o eleito; ou melhor dizendo: ele não sabia, mas intuía, e naquela tarde de sábado, enquanto aguardava a ligação do rei em sua casa em Puerta de Hierro — finalmente morava em Puerta de Hierro e por isso agora era ministro e podia ser presidente do governo —, as dúvidas o consumiam. Em seus últimos anos de lucidez Suárez recordou essa cena em público algumas vezes, pelo menos uma delas na televisão, velho, grisalho e com o mesmo sorriso melancólico de triunfo com que Julien Sorel ou Lucien Rubempré ou Frédéric Moreau teriam recordado no final da vida o seu momento culminante, ou com o mesmo riso irônico de fracasso com que um homem que vendeu sua alma ao diabo recorda muitos anos depois o momento em que o diabo finalmente cumpriu sua parte do trato.

Suárez conhecia as maquinações do rei e de Fernández Miranda, as certezas de Fernández Miranda e as dúvidas do rei, sabia que o rei apreciava a sua fidelidade, o seu encanto pessoal e a eficácia que tinha demonstrado no governo, porém não estava seguro de que na última hora a prudência ou o receio ou o conformismo não fossem aconselhá-lo a esquecer o atrevimento de nomear uma figura secundária da política e

quase desconhecido pela opinião pública como ele e a optar pela experiência de Federico Silva Muñoz ou Gregorio López Bravo, os outros dois integrantes da lista tríplice. Ele nunca tinha querido ser outra coisa, nunca tinha sonhado ser outra coisa, sempre foi um asceta do poder, e agora que tudo parecia pronto para lhe permitir saciar sua fome insatisfeita e sua ambição de plenitude vital intuía que, se não conseguisse naquele momento, não ia conseguir nunca mais. Sentou-se impaciente ao lado do telefone e finalmente, em algum momento da tarde, o telefone tocou. Era o rei; perguntou o que ele estava fazendo. Nada, respondeu. Estava organizando uns papéis. Ah, disse o rei, e em seguida perguntou sobre sua família. Estão passeando, explicou. Em Ibiza. Eu fiquei sozinho com Mariam. Ele sabia que o rei sabia que ele sabia, mas não disse mais nada e, depois de um silêncio muito breve que viveu como se fosse eterno, resolveu perguntar ao rei se queria alguma coisa. Nada, disse o rei. Só saber como você estava. Depois o rei se despediu e Suárez desligou o telefone com a certeza de que o monarca tinha se acovardado e nomeado Silva ou López Bravo e não tivera coragem de lhe dar a notícia. Pouco depois o telefone voltou a tocar: era o rei novamente. Olhe, Adolfo, disse. Por que você não vem para cá? Quero conversar sobre um assunto. Tentou dominar a euforia e, enquanto se vestia e pegava o Seat 127 de sua mulher e rumava para La Zarzuela em meio ao trânsito ralo de um fim de semana de verão, para se proteger de uma desilusão contra a qual estava indefeso ia repetindo para si mesmo que o rei só o chamara para pedir desculpas por não tê-lo escolhido, para explicar sua decisão, para dizer que continuava contando com ele, para envolvê-lo em declarações de amizade e de afeto.

Em La Zarzuela foi recebido por um ajudante de ordens que o fez esperar alguns minutos e em seguida o chamou para entrar no gabinete do rei. Entrou, mas não viu ninguém, e naquele momento deve ter experimentado uma aguda sensação de irrealidade, como se estivesse prestes a terminar bruscamente uma representação teatral que ele vinha interpretando sem saber havia muitos anos. Foi tirado desse segundo de pânico ou de desconcerto por uma gargalhada atrás dele; virou-se: o rei tinha se escondido atrás da porta do gabinete. Era preciso lhe pedir um favor, Adolfo, disse à queima-roupa. Quero que seja o presidente do governo. Não deu nem um grito de júbilo; tudo o que conseguiu articular foi: Caramba, Majestade, achei que não fosse me pedir isso nunca.

¹ Suárez tinha ido a El Pardo naquele dia para gravar a mensagem natalina de Franco; não se sabe sobre o que conversaram, mas é sabido que em certa recepção oficial realizada na mesma época Suárez conversou com Franco — era a isso que eu me referia acima quando mencionei declarações dissonantes — sobre o inevitável futuro democrático que aguardava o país depois da sua morte. Para qualquer pessoa esse atrevimento indicaria que Suárez era um franquista tão seguro do seu impecável histórico franquista e da sua lealdade a Franco que se permitia questionar a continuidade do regime sem medo de desencadear a ira do seu fundador; é possível que para Franco significasse a mesma coisa, mas que justamente por isso o tenha considerado um comentário mais insidioso, e não o deixou no esquecimento.

Capítulo 3

Em 18 de fevereiro de 1981, cinco dias antes do golpe de Estado, o jornal *El País* publicou um editorial em que comparava Adolfo Suárez com o general Della Rovere. Era outro clichê, ou quase: na pequena Madri do poder de princípio dos anos 1980 — em certos círculos da esquerda dessa pequena Madri — comparar Suárez com o colaboracionista italiano do nazismo transformado em herói da resistência que era o protagonista de um velho filme de Roberto Rossellini era quase tão comum quanto mencionar o nome do general Pavía toda vez que se falava da ameaça de um golpe de Estado. Mas, embora fizesse três semanas que Suárez havia renunciado ao cargo de presidente, e isso talvez ajudasse a esquecer os erros e lembrar os acertos do construtor da democracia, o jornal não recorria à comparação para elogiar a figura de Suárez, mas sim para difamá-la.

O editorial era muito duro. Intitulava-se “*Adeus, Suárez, adeus*” e continha não apenas condenações implacáveis à sua passividade como presidente em exercício, mas principalmente uma crítica geral à sua gestão à frente do governo; o único mérito que o jornal parecia reconhecer nele era ter assumido a postura de um presidente democrático para brecar durante anos os restos do franquismo, “como um general Della Rovere convencido e transmutado em seu papel de defensor da democracia”.

Mas logo a seguir o jornal negava a Suárez essa honra de consolação e o acusava de ter se rendido à chantagem da direita com a sua renúncia. “O general Della Rovere morreu fuzilado”, concluía, “e Suárez foi embora depressa e correndo, com um sem-fim de amarguras e bem pouca valentia.” Será que Suárez conhecia o filme de Rossellini?

Será que leu o editorial do *El País*? Suárez gostava muito de cinema: quando jovem tinha sido assíduo espectador de sessões duplas, e já como presidente era rara a semana em que não via mais de um dos filmes que seu mordomo Pepe Higuera conseguia com a Radiotelevisión Española e projetava em dezesseis milímetros numa sala de La Moncloa (às vezes assistia a esses filmes com a família ou com convidados da família; com frequência os via sozinho, de madrugada: Suárez dormia pouco e se alimentava mal, à base de café puro, cigarros de tabaco escuro e omeletes); seus gostos de cinéfilo não eram

sofisticados — gostava principalmente de filmes de aventura e comédias americanas —, mas não é impossível que ele tenha visto o filme de Rossellini quando estreou na Espanha em 1960, ou mesmo que o tenha visto anos mais tarde em La Moncloa, curioso para conhecer o personagem com quem o grande esgoto madrilenho o comparava.

Quanto ao editorial do *El País*, é provável que o tenha lido; nos meses de assédio político e desmoração pessoal que antecederam o golpe, ele não permitia que os jornais chegassem às dependências familiares sem ser expurgados, para poupar sua mulher e seus filhos dos ataques cotidianos de que era alvo, mas Suárez continuava a lê-los, ou pelo menos continuava a ler *El País*: desde o dia da sua nomeação até o da renúncia, esse jornal foi um crítico muito severo do seu mandato, mas, como representava a esquerda intelectual, moderna e democrática que a sua culpa irredenta de antigo falangista invejava e que havia anos sonhava representar, não deixou um instante de levar em conta nem provavelmente de buscar em segredo a sua aprovação, e por isso tanta gente no seu partido e fora dele o acusava de governar de olho nas páginas do jornal.

Não sei se Suárez realmente leu o editorial do *El País* em 18 de fevereiro; se leu, deve ter sentido uma humilhação profunda, porque nada podia humilhar tanto o antigo galo de briga falangista quanto ser acusado de covarde, e poucas coisas devem ter-lhe dado tanta satisfação como demonstrar cinco dias depois que a acusação era falsa. Não sei se Suárez realmente teve o capricho ou a curiosidade de ver o filme de Rossellini quando já era presidente do governo e tanta gente o identificava com o protagonista; se o viu, deve ter sentido a mesma emoção profunda que sentimos quando vemos fora de nós o que temos dentro de nós e, se tiver se lembrado dele depois de 23 de fevereiro, provavelmente pensou na estranha propensão do real a se deixar colonizar pelos clichês, a demonstrar que estes, apesar de serem verdades fossilizadas, nem por isso deixam de ser verdade, ou de prefigurá-la.

O general Della Rovere narra uma fábula ambientada em uma maltrapilha e arruinada cidade italiana ocupada pelos nazistas. O protagonista é Emmanuele Bardone, um mequetrefe bem-apegoado, simpático, mentiroso, trapaceiro, mulherengo e jogador, um malandro sem escrúpulos que extorque as famílias dos prisioneiros antifascistas com o embuste de que usa o dinheiro que lhe dão para aliviar o cativeiro

de seus parentes. Bardone também é um camaleão: na frente dos alemães é um partidário fervoroso do Reich; na frente dos italianos, um adversário oculto do Reich; na frente de uns e de outros desenvolve todos os seus dotes de sedutor, e consegue convencer a uns e a outros de que não há ninguém no mundo mais importante que eles e de que está disposto a se empenhar por sua causa. O destino de Bardone começa a mudar no dia em que os alemães, em um controle rotineiro de estrada, matam o general Della Rovere, um aristocrático e heroico militar italiano que acabara de voltar ao país para articular a resistência ao invasor; para o coronel Müller — o chefe das forças ocupantes na cidade —, trata-se de uma péssima notícia: se tivesse sido preso, Della Rovere poderia ter utilidade; morto, não tinha nenhuma. Müller decide então divulgar que Della Rovere estava preso, e pouco depois Bardone, cujo talento dramático o coronel havia conhecido recentemente e cujas trapaças com um oficial corrupto desmascarou logo depois, lhe traz a possibilidade de tirar proveito desse boato: Müller propõe salvá-lo do paredão de fuzilamento e lhe oferece liberdade e dinheiro se ele aceitar se passar pelo general Della Rovere e entrar na prisão, considerando que no futuro poderá utilizar sua presença ali. Bardone aceita o trato e é transferido para uma prisão repleta de presos antifascistas. Desde o primeiro momento o malandro sem escrúpulos interpreta com brio o papel de aristocrata de esquerda, e tudo o que vê ou vivencia no cárcere parece ajudá-lo na interpretação, abalando a sua consciência: no próprio dia da sua chegada lê nas paredes da cela as mensagens póstumas dos *partisanos* fuzilados; os presos se põem às suas ordens e o tratam com o respeito que merece aquele que personifica para eles a promessa de uma Itália livre, perguntam por parentes e amigos que lutaram em unidades sob seu comando, brincam sobre o destino desventurado que os espera, pedem sem palavras que ele lhes dê ânimo; um dos presos próximos a Bardone se suicida para não ter que delatar; para reforçar o seu papel de Della Rovere, mais tarde os alemães torturam o próprio Bardone, que está prestes a desencadear um motim entre os companheiros de prisão; mais tarde ainda Bardone recebe uma carta da condessa Della Rovere em que a mulher do general tenta confortar o marido assegurando que ela e os filhos estão bem e só pensam em ser dignos de sua coragem e seu patriotismo.

Essa série contínua de impressões começa a provocar uma sutil, quase invisível metamorfose em Bardone, e certa noite se dá o insólito:

durante um bombardeio aliado que provoca uma gritaria de pânico na prisão, ele exige sair da cela; está tremendo de medo, mas, como se o personagem do general tivesse se apoderado momentaneamente da sua pessoa, de pé no corredor da galeria de presos políticos e investido da grandeza de Della Rovere, Bardone acalma o temor de seus companheiros levantando a voz no meio do estrondo da batalha: “Amigos, aqui fala o general Della Rovere”, diz. “Calma, dignidade, controle. Sejam homens. Demonstrem a estes canalhas que não temem a morte. São eles que devem tremer. Cada bomba que cai sobre nós é mais um passo para o fim deles, para a nossa libertação.” Pouco depois desse episódio o acaso oferece ao coronel Müller a oportunidade que esperava. Um grupo de nove *partisanos* capturados numa operação entrou na cadeia; entre eles está Fabrizio, o líder da resistência, cuja identidade os alemães desconhecem: Müller pede a Bardone que o identifique e depois o delate. Por um instante Bardone hesita, como se dentro dele se desenrolasse uma luta entre Bardone e Della Rovere; mas Müller o lembra do dinheiro e da liberdade prometidos e acrescenta ao suborno um salvo-conduto para escapar rumo à Suíça, e finalmente vence Bardone. Ele ainda não tinha conseguido identificar Fabrizio quando uma alta autoridade fascista morre nas mãos da resistência; em represália, Müller decide fuzilar dez *partisanos*, e o coronel acha que é hora de ajudar Bardone em sua tarefa de delator. Na noite anterior à execução, Müller tranca numa cela vinte homens, dentre os quais sairão as dez vítimas expiatórias; certo de que às portas da morte Fabrizio se identificará para Della Rovere, Müller inclui entre eles Bardone e os nove presos na operação. Müller não está enganado: ao longo da noite passada em claro, enquanto os réus buscam forças ou consolo na companhia valorosa do falso general Della Rovere, Fabrizio se identifica para ele.

Finalmente, ao amanhecer, onze detidos saem da cela; Bardone é um deles, mas Fabrizio não. A caminho do pelotão de fuzilamento formado no pátio da prisão, Müller interpela Bardone, separa-o da fila de condenados perguntando se conseguiu descobrir quem é Fabrizio. Bardone fixa o olhar em Müller, mas não diz nada; bastaria ele pronunciar uma palavra para recuperar a liberdade, com dinheiro suficiente para prosseguir sua vida interrompida de mulheres e jogo, mas não diz nada. Perplexo, Müller insiste: ele tem certeza de que Bardone sabe quem é Fabrizio, está seguro de que numa noite como aquela

Fabrizio já se identificou. Bardone não afasta os olhos de Müller. “O que é que você sabe?”, diz finalmente. “Já aconteceu alguma vez uma noite como esta?” “Responda!”, grita Müller furioso. “Você sabe quem é?” A única resposta de Bardone foi pedir a Müller lápis e papel; rabisca umas linhas, devolve o papel e, antes que o coronel possa verificar se contém o nome verdadeiro de Fabrizio, pede que o entregue à condessa Della Rovere.

Enquanto Bardone exige que um carcereiro lhe abra as portas do pátio, Müller lê no papel: “Meu último pensamento é para você”, diz. “Viva a Itália!” O pátio está coberto de neve; amarrados em seus respectivos postes, dez homens aguardam a morte de olhos vendados. Bardone — que não é mais Bardone e sim Della Rovere, como se Della Rovere de alguma forma sempre houvesse estado nele — ocupa um lugar junto aos seus companheiros e, justo antes de cair sob a descarga do pelotão de fuzilamento, dirige-se a eles. “Senhores”, diz. “Neste momento supremo dediquemos nossos pensamentos às nossas famílias, à pátria e à majestade do rei.” E acrescenta: “Viva a Itália!”.

Capítulo 4

É provável que a metamorfose de Adolfo Suárez num homem que de algum modo sempre havia estado nele e que quase não tinha mais relação com o antigo falangista de província e com o antigo arrivista do franquismo tenha se iniciado no mesmo dia em que o rei o nomeou presidente do governo, mas a realidade é que só começou a se tornar visível muitos meses mais tarde. A acolhida que a opinião pública deu à sua nomeação foi demolidora. Ninguém a resumiu melhor que um humorista. Numa vinheta de Forges, dois devotos de Franco trancados em um *bunker* comentavam a notícia; um deles dizia: “Chama-se Adolfo, não é maravilhoso?”; o outro respondia: “Certamente”.

Foi assim: com pouquíssimas exceções, só a ultradireita — dos “camisas-velhas” da Falange aos militares e tecnocratas do Opus, passando pelos Guerrilheiros de Cristo Rei — comemorou a ascensão de Suárez à presidência, convencida de que o jovem, obsequioso e disciplinado falangista representava vinho novo em odres velhos, era a demonstração evidente de que os ideais de 18 de julho continuavam vigentes e a melhor garantia de que o franquismo, com todas as mudanças cosméticas que as circunstâncias exigissem, não iria morrer com a morte de Franco. Fora da ultradireita, porém, só havia pessimismo e espanto: para a imensa maioria da oposição democrática e dos reformistas do regime, Suárez ia ser apenas, como escrevia *Le Figaro*, “o executor das baixas manobras da extrema direita, decidida a torpedear a democratização com todos os meios” ou, como escrevia *El País*, a ponta de lança de “uma máquina que vem a ser o autêntico *bunker* imobilista do país” e que “encarna as tradicionais formas de ser espanhol em sua lenda mais negra e autoritária: o poder econômico e o político aliados em uma simbiose perfeita com o integrismo eclesiástico”.

Suárez não arredou pé: sem dúvida era essa a reação que esperava — dada a sua trajetória, não podia esperar outra —, e era essa também a reação que mais lhe convinha.

Porque se a tarefa que tinha recebido do rei consistia em desmontar o franquismo para montar com seus materiais uma monarquia parlamentar, liquidando o morto que ainda parecia vivo e fazendo viver o que já parecia morto, a primeira coisa que precisava garantir era a cumplicidade (ou pelo menos a confiança, ou pelo menos a passividade)

da ortodoxia franquista; a segunda coisa que precisava garantir era a compreensão (ou pelo menos a tolerância, ou pelo menos a paciência) da oposição clandestina. Foi a essa dupla conquista a priori impossível que ele se lançou desde o primeiro momento.

Maquiavel recomenda ao político “manter em suspenso e espantados os ânimos dos súditos”, encadeando suas ações com objetivo de não dar aos adversários “espaço para poder urdir calmamente algo contra ele”. Talvez Suárez não tivesse lido Maquiavel, mas seguiu à risca o conselho, e assim que foi nomeado presidente do governo começou a correr um *sprint* de golpes de efeito com tamanha rapidez e segurança em si mesmo que ninguém encontrou argumentos, recursos ou ânimo para freá-lo: no dia seguinte à sua posse leu na televisão uma mensagem na qual, com linguagem, tom e maneiras de um político incompatível com os farrapos engomados do franquismo, prometia concórdia e reconciliação por meio de uma democracia em que os governos fossem “o resultado da vontade da maioria dos espanhóis”. No outro dia formou com a ajuda do seu vice-presidente Alfonso Osorio um gabinete muito jovem composto por falangistas e democratas cristãos bem relacionados com a oposição democrática e com os poderes econômicos. Um dia apresentava uma declaração programática quase de ruptura na qual o governo se comprometia a “devolver a soberania ao povo espanhol” e anunciava eleições gerais antes de 30 de junho do próximo ano; no dia seguinte reformava por decreto o Código Penal que impedia a legalização dos partidos e no outro decretava anistia para delitos políticos; um dia declarava a co-oficialidade da língua catalã proscrita até então e no dia seguinte declarava legal a proscrita bandeira basca; um dia anunciava uma lei que permitia revogar as Leis Fundamentais do franquismo e no seguinte conseguia que fosse aceita pelas Cortes franquistas e no outro convocava um referendo para aprová-la e no dia seguinte o ganhava; um dia dissolia por decreto o Movimento Nacional e no seguinte mandava retirar, à noite e às escondidas, os símbolos falangistas das fachadas de todos os prédios do Movimento e no seguinte legalizava de surpresa o Partido Comunista e no seguinte convocava as primeiras eleições livres em quarenta anos.

Esta foi a sua forma de agir durante seu primeiro governo de onze meses: tomava uma decisão inusitada e, quando o país ainda estava tentando assimilá-la, tomava outra decisão ainda mais inusitada, e depois outra mais inusitada ainda, e depois outra; improvisava

constantemente; arrastava os acontecimentos, mas também se deixava arrastar por eles; não dava tempo para ninguém reagir, nem para tramar alguma coisa contra ele, nem para perceber a disparidade entre o que fazia e o que dizia, nem sequer para se surpreender, ou não mais tempo do que dava a si mesmo: praticamente a única coisa que seus adversários podiam fazer era ficar em suspenso, tentar entender o que ele fazia e procurar não perder o passo. No início do mandato seu objetivo principal foi convencer os franquistas e a oposição democrática de que a reforma que ia realizar era o único modo de que ambos atingissem seus objetivos contrapostos. Aos franquistas dizia que era preciso renunciar a certos elementos do franquismo a fim de garantir a continuidade do franquismo; à oposição democrática dizia que era preciso renunciar a certos elementos da ruptura com o franquismo a fim de garantir a ruptura com o franquismo. Para surpresa geral, convenceu a todos. Primeiro convenceu os franquistas e, quando eles estavam convencidos, convenceu a oposição: os franquistas, enganou completamente; a oposição, não, ou não completamente, ou não mais do que enganou a si mesmo, mas manobrou-a como quis, obrigou-a a jogar no campo e com as regras que ele escolheu e planejou e, quando ganhou o jogo, colocou-a para trabalhar a seu serviço.

Como conseguiu? Em certo sentido, com os mesmos métodos histriônicos de sedutor com que Emmanuele Bardone convencia igualmente os italianos e os alemães de que não havia ninguém no mundo mais importante que eles e de que estava disposto a se empenhar por eles, e com os mesmos dotes de camaleão com que Bardone convencia os alemães de que era um partidário fervoroso do Reich e os italianos de que era um adversário oculto do Reich. Se na televisão era quase sempre imbatível, pois a dominava melhor que qualquer outro político, cara a cara era ainda mais: podia sentar-se a sós com um falangista, com um tecnocrata do Opus ou com um guerrilheiro de Cristo Rei e o falangista, o tecnocrata e o guerrilheiro se despediam dele com a certeza de que no fundo era um guerrilheiro, um falangista ou um defensor do Opus; podia sentar-se com um militar e, lembrando dos seus tempos de alferes, dizer: Não se preocupe, no fundo continuo sendo um militar; podia sentar-se com um monarquista e dizer: Acima de tudo sou monarquista; podia se sentar com um democrata cristão e dizer: Na verdade, sempre fui um democrata cristão; podia se sentar com um social-democrata e dizer: No fundo, sou um social-democrata; podia se

sentar com um socialista ou um comunista e dizer: Não sou comunista (ou socialista), mas sou dos seus, porque minha família era republicana e no fundo nunca deixei de sê-lo. Aos franquistas dizia: Temos que ceder para poder ganhar legitimidade e conservar o poder; à oposição democrática dizia: Eu tenho o poder e vocês a legitimidade: precisamos nos entender. Todos ouviam de Suárez o que precisavam ouvir e todos saíam dos encontros com ele encantados com sua bonomia, sua modéstia, sua seriedade e sua ductilidade, suas excelentes intenções e sua vontade de transformá-las em fatos.

Quanto a ele, ainda não era um presidente democrático, mas, da mesma forma que, desde que entrou na prisão, Bardone tentou agir como pensava que o general Della Rovere agiria, desde a sua designação como presidente do governo Suárez tentou agir como pensava que um presidente democrático agiria: da mesma forma que Bardone, tudo o que via e vivenciava o ajudava a aperfeiçoar sua interpretação; da mesma forma que Bardone, em pouco tempo começou a absorver a razão política e moral dos partidos democráticos; da mesma forma que Bardone, enganava com tamanha sinceridade que nem ele mesmo sabia que enganava. Foi assim que ao longo daquele breve primeiro ano de governo Suárez construiu os fundamentos de uma democracia com os materiais de uma ditadura realizando com sucesso uma série de operações insólitas, a mais insólita das quais — e talvez a mais essencial — era a liquidação do franquismo pelas mãos dos próprios franquistas. A ideia se deveu a Fernández Miranda, mas Suárez foi muito mais que um simples executor: ele a estudou, ajustou os detalhes e levou à prática. Era praticamente obter a quadratura do círculo, de conciliar o inconciliável para eliminar o morto que parecia vivo. Tratava-se no fundo de uma artimanha jurídica apoiada no seguinte raciocínio: a Espanha de Franco era regida por um conjunto de Leis Fundamentais que, segundo o próprio ditador havia frisado largamente, eram perfeitas e ofereciam soluções perfeitas para qualquer eventualidade; no entanto, as Leis Fundamentais só poderiam ser perfeitas se pudessem ser modificadas — caso contrário, não seriam perfeitas, porque não poderiam se adaptar a qualquer eventualidade: o plano concebido por Fernández Miranda e desenvolvido por Suárez consistiu em elaborar uma nova Lei Fundamental, a chamada Lei para a Reforma Política, que se somasse às outras, modificando-as na aparência, mas no fundo as revogando ou autorizando a revogar, o que

permitiria substituir um regime ditatorial por um regime democrático respeitando os procedimentos jurídicos daquele.

A argúcia era brilhante, contudo precisava passar pelas Cortes franquistas em um inédito exercício de imolação coletiva; sua execução foi vertiginosa: no fim de agosto de 1976 já estava preparado um rascunho da lei, no início de setembro Suárez a anunciava pela televisão e durante os dois meses seguintes se entregou a uma batalha em todas as frentes para convencer os representantes franquistas de que aceitassem o suicídio. A estratégia que idealizou para isso foi um prodígio de precisão e trapaça: enquanto Fernández Miranda na presidência das Cortes puxava o tapete dos caluniadores da lei, Suárez encarregava da sua defesa Miguel Primo de Rivera, sobrinho do fundador da Falange e membro do Conselho do Reino, que pediria o voto a favor “com a emocionada lembrança de Franco”; nas semanas anteriores à reunião da junta, Suárez, seus ministros e outros altos cargos do governo, depois de dividir entre si os representantes contrários ou relutantes ao projeto, tomaram café da manhã, o aperitivo, almoçaram e jantaram com eles, adulando-os com promessas pletóricas e enredando-os em tramoias para incautos; em alguns poucos casos foi preciso recorrer à ameaça sem rodeios, mas com um grupo de representantes sindicais não restou outro remédio senão embarcá-los em um cruzeiro pelo Caribe rumo ao Panamá.

Finalmente, em 18 de novembro, depois de três dias consecutivos de debates e não sem que parecesse em mais de um momento que tudo ia por água abaixo, a lei foi votada nas Cortes; o resultado foi inequívoco: 425 votos a favor, 59 contra e 13 abstenções. A reforma havia passado. As câmeras de televisão registraram o momento e depois o reproduziram em inúmeras ocasiões. Os representantes franquistas aplaudem de pé; de pé, Suárez aplaude os representantes franquistas. Parece emocionado; parece a ponto de chorar; não há nenhum motivo para pensar que está fingindo ou que, como o ator consumado que é, se está fingindo, não sente o que finge sentir. A verdade é que poderia estar rindo às gargalhadas por dentro do rebanho de mentecaptos que tinha acabado de assinar a própria sentença de morte em meio aos abraços e felicitações de uma apoteótica festa franquista. Foi um passe de mágica espetacular, e o maior sucesso da sua vida. Na Espanha, a oposição democrática não podia acreditar; fora da Espanha, a incredulidade era total: “Incrível vitória de Adolfo Suárez”, escrevia *The New York Times*;

“As Cortes nomeadas pelo ditador aterraram o franquismo”, dava em manchete o *Le Monde*.

Poucos dias depois, sem dar um instante de trégua nem permitir que seus adversários saíssem do estupor, convocou um referendo sobre a lei recém-aprovada; a consulta foi realizada em 15 de dezembro e teve quase 80% de participação e quase 95% de votos afirmativos. Para os franquistas e para a oposição democrática, que haviam defendido o voto negativo e a abstenção, o revés foi conclusivo; muito mais para os primeiros que para a segunda, é claro: a partir daquele momento os franquistas só podiam apelar para a violência, e a semana de 23 a 28 de janeiro — quando grupos de ultradireita assassinaram nove pessoas em um clima pré-bélico no qual Suárez teve a certeza de que alguém estava tentando dar um golpe de Estado — foi o primeiro aviso de que estavam dispostos a utilizá-la; no que se refere à oposição democrática, foi obrigada a deixar de lado a quimera de impor uma clara ruptura frontal com o franquismo para aceitar a inesperada e trapaceira reforma com ruptura imposta por Suárez, e começou a negociar com este, dividida, desarrumada e enfraquecida, nos termos que ele havia escolhido e que mais lhe convinham. De resto, àquela altura, por volta de fevereiro de 1977, já estava claro para todos que Suárez ia cumprir em um tempo recorde a tarefa que o rei e Fernández Miranda lhe confiaram; de fato, atravessado o Rubicão da Lei para a Reforma Política, só restava a Suárez terminar a desmontagem do esqueleto legal e institucional do franquismo e convocar eleições livres depois de negociar com os partidos políticos os requisitos de sua legalização e sua participação nas eleições. Aí teoricamente terminava o seu trabalho, aquilo era teoricamente o final do espetáculo, mas àquela altura Suárez já acreditava em seu personagem e estava exultante, navegando na onda mais forte do tsunami dos seus êxitos, de forma que nada lhe pareceria mais absurdo que deixar o cargo com o qual havia sonhado a vida toda; pode ser que esse tenha sido, porém, o intuito do rei e de Fernández Miranda ao lhe dar o papel principal naquele drama de seduições, meias verdades e enganos, certos como provavelmente estavam de que o mequetrefe encantador e astucioso se queimaria no palco, certos como sem dúvida estavam de que ele não seria capaz de dirigir as complexidades do Estado em condições normais, muito menos depois de eleições democráticas. Uma vez convocadas estas e concluída a sua tarefa, Suárez deveria se retirar para os bastidores, entre aplausos e

demonstrações de gratidão, para ceder a graça dos holofotes a um verdadeiro estadista, talvez o próprio Fernández Miranda, talvez o eterno presidenciável Fraga, talvez o vice-presidente Alfonso Osorio, talvez o culto, elegante e aristocrático José María de Areilza.

É óbvio que Suárez poderia ignorar as intenções do rei, forçar a mão e se candidatar sem o seu consentimento, mas ele era o presidente nomeado pelo rei e queria ser o candidato do rei e depois o presidente eleito do rei. E durante aqueles meses fulgurantes, enquanto se libertava pouco a pouco da tutela de Fernández Miranda e dava cada vez menos ouvidos a Osorio, aplicou-se em demonstrar com fatos ao rei que era ele o presidente de que necessitava porque era o único político capaz de arraigar a monarquia montando uma democracia da mesma forma que estava desmontando o franquismo; também se aplicou em demonstrar por contraste que Fernández Miranda era apenas um velho jurista pacato e irreal, Fraga um bulldozer indiscriminado, Osorio um político tão pomposo quanto fútil e Areilza um boneco sem conteúdo. Tudo isso ficaria claro para o rei quando, no princípio do mês de abril, Suárez deu o golpe mais audaz da sua carreira, outro salto mortal político, mas dessa vez sem rede: a legalização do Partido Comunista. Essa medida era o limite que os militares tinham imposto para a reforma e Suárez parecia ter aceitado ou os fez pensar que aceitava; talvez no começo tenha aceitado seriamente, mas, à medida que se imbuía do seu personagem de presidente democrático sem democracia e se impregnava das motivações de uma oposição que o empurrava nas ruas com mobilizações populares e o forçava a avançar muito mais no caminho da reforma do que tinha previsto, Suárez compreendeu que necessitava do Partido Comunista tanto quanto o Partido Comunista necessitava dele.

Perto do final de fevereiro já havia tomado uma decisão e criado um malabarismo de funambulista como o que permitiu que as Cortes de Franco se imolassem, só que dessa vez optou por realizá-lo praticamente a sós e às escondidas: primeiro, com a discordância de Fernández Miranda e Osorio mas com a concordância do rei, encontrou-se às escondidas com Santiago Carrillo e selou com ele um pacto de ferro; depois procurou cobrir as próprias costas com um parecer jurídico do Tribunal Supremo favorável à legalização e, quando o negaram, manobrou para arrancá-lo da Junta de Fiscais; então sondou os ministros militares e espalhou a confusão entre eles ordenando ao general Gutiérrez Mellado que os avisasse de que o PCE podia ser legalizado

(estavam esperando um trâmite judicial, disse-lhes Gutiérrez Mellado), e também que, se desejassem algum esclarecimento, o presidente estava disposto a dar, embora não tenha lhes dito quando nem como nem se de fato ia ser legalizado — um malabarismo dentro do malabarismo com o qual pretendia impedir que os ministros militares o acusassem de não tê-los informado e ao mesmo tempo evitar que reagissem contra sua decisão antes que a anunciasse. Depois esperou os feriados da Semana Santa, mandou os reis viajarem pela França, Carrillo para Cannes, seus ministros de férias e, com as ruas das grandes cidades desertas e os quartéis desertos e as redações dos jornais e as rádios e a televisão desertas, ficou sozinho em Madri: jogando cartas com o general Gutiérrez Mellado.

Finalmente, de novo com o apoio do rei e a oposição de Osorio e sem consultar Fernández Miranda, no Sábado de Aleluia — o dia mais deserto daqueles dias desertos —, legalizou o PCE. Aquilo era uma bomba, e quase explodiu em suas mãos: ele tomou essa decisão brutal porque suas vitórias lhe haviam proporcionado uma confiança absoluta em si mesmo e, não obstante já esperasse que a sacudida no Exército seria feroz e que haveria protestos e ameaças e talvez tentativas de rebelião, a realidade superou seus piores presságios e em alguns momentos, durante os quatro dias de loucos que se seguiram ao Sábado de Aleluia, Suárez provavelmente pensou mais de uma vez que havia superestimado as suas forças e que o golpe de Estado era inevitável, até que no quinto dia reverteu em benefício próprio a catástrofe anunciada: pressionou Carrillo até o limite e este conseguiu que o partido renunciasse publicamente a alguns dos seus símbolos e aceitasse todos os que o Exército considerava ameaçados com sua legalização: a monarquia, a unidade da pátria e a bandeira rubro-amarela. Aí se acabou tudo. Os militares permaneceram nos quartéis, o país inteiro parou de conter a respiração e Suárez conquistou uma vitória dupla: por um lado conseguiu domesticar os militares — ou pelo menos por enquanto —, obrigando-os a digerir uma decisão indigerível para eles e indispensável para ele (e para a democracia); por outro lado conseguiu domesticar o Partido Comunista — e junto com o Partido Comunista, não muito depois, toda a oposição democrática —, obrigando-o a aderir sem reservas ao projeto da monarquia parlamentar e transformando o adversário de sempre no principal suporte do sistema.

Para concluir a jogada, Suárez transformou subitamente Fernández Miranda e Osorio em dois políticos antiquados, a um passo da aposentadoria: estava tudo preparado para que convocasse as primeiras eleições democráticas em quarenta anos e as ganhasse capitalizando o sucesso de suas reformas. Convocou e ganhou as eleições, e no caminho também eliminou Fraga e Areilza, seus dois últimos rivais. Abandonou o primeiro em um partido antediluviano, onde as glórias fugitivas da debandada franquista tentavam sobreviver; com o segundo não teve piedade. Como Suárez não tinha um partido próprio para participar das eleições, durante meses, às escondidas, maquinando à distância e fazendo jogo de cena com a conversa de que nem sequer ia se candidatar, aguardou até que se formasse uma grande coalizão de partidos centristas em torno de um partido encabeçada por Areilza; uma vez formada a coalizão, pulou de cabeça nela e, fortalecido pela certeza generalizada de que a lista eleitoral que ele encabeçasse com o seu prestígio de parteiro da reforma seria a vencedora das eleições, pôs os dirigentes da nova agremiação diante de uma alternativa diáfana: ou Areilza ou ele. Não foi preciso nem que respondessem: Areilza teve que se retirar, ele remodelou a coalizão como bem quis e, em 3 de maio de 1977, no mesmo dia em que era fundada a UCD, anunciou sua candidatura às eleições. Menos de um mês e meio depois saiu vencedor. Talvez Suárez tenha pensado com toda a razão que foi ele que as ganhou, não a UCD, porque sem ele a UCD não existiria como tal; mas, com ou sem razão, talvez também tenha pensado outras coisas. Talvez tenha pensado que sem ele não apenas não existiria a UCD: tampouco existiriam os outros partidos. Talvez tenha pensado que sem ele não apenas não existiriam os outros partidos: tampouco existiria a democracia. Talvez pensado que o seu partido era ele, que o governo era ele, que a democracia era ele, porque ele era o líder carismático que havia acabado, em onze meses e de forma pacífica, com quarenta anos de ditadura, numa operação inédita na história. Talvez tenha pensado que ia governar durante décadas. Talvez tenha pensado que, portanto, não devia governar olhando apenas para a direita e o centro — que eram os seus, os que o tinham levado ao poder com seus votos —, mas olhando também para a esquerda: afinal de contas, deve ter pensado, um governante de verdade não governava para uns poucos, e sim para todos; afinal de contas, deve ter pensado, também precisava da esquerda para governar; afinal de contas, deve ter pensado, no fundo ele

era um social-democrata, quase um socialista; afinal de contas, deve ter pensado, não era um falangista, porém tinha sido, e o falangismo e a esquerda compartilhavam a mesma retórica anticapitalista, a mesma preocupação social, o mesmo desprezo pelos 44 potentados; afinal de contas, deve ter pensado” ele era qualquer coisa menos um potentado.

Ele era um peão na política e na vida, conhecia o desamparo das ruas e as pensões miseráveis e os salários de fome e de forma alguma ia aceitar que o qualificassem de político de direita; ele era de centro-esquerda, cada vez mais de esquerda e menos de centro, embora o centro e a direita votassem nele, estava a anos-luz de Fraga e seus paquidermes franquistas ser de direita era ser antigo de corpo e de espírito, estar contra a história e contra os oprimidos, levar a culpa e a vergonha de quarenta anos de franquismo, ao passo que ser progressista era o mais justo, o mais moderno e o mais audaz, e ele sempre — sempre: desde que comandava a sua turma de adolescentes em Ávila e encarnava com Perfeição o ideal juvenil da ditadura — tinha sido o mais justo, o mais moderno e o mais audaz. Seu passado franquista estava ao mesmo tempo muito longe e muito perto e o humilhava com sua proximidade, ele não era mais o mesmo, agora era não apenas o fazedor da democracia, mas o campeão da democracia, o principal baluarte da sua defesa; ele a havia construído com as próprias mãos e ia defendê-la dos militares e dos terroristas, da ultradireita e da ultraesquerda, dos banqueiros e dos empresários, de políticos e jornalistas e aventureiros, de Roma e de Washington. Talvez tenha sido isso o que sentiu Adolfo Suárez com o passar dos anos; isso ou parte disso ou algo muito semelhante a isso, um sentimento que se impôs paulatinamente assim que foi eleito presidente do governo nas primeiras eleições democráticas e que a partir daquele instante começou a operar sobre ele uma metamorfose radical: o antigo falangista provinciano, o antigo arrivista do franquismo, o Julien Sorel ou Lucien Rubempré ou Frédéric Moreau dos anos 1960 acabou assumindo a dignidade do herói da democracia, Emmanuele Bardone se sentiu o general Della Rovere e o plebeu fascista se viu transformado em aristocrata de esquerda.

Como Bardone, não o fez por arrogância, pois a arrogância não estava em sua natureza, mas porque um instinto estético e político mais forte que ele o levou a interpretar com uma fidelidade anterior à razão o papel que a história lhe havia atribuído ou que ele achou que lhe havia atribuído. Eu disse com o passar dos anos, disse paulatinamente: tal

como a de Bardone, a mutação de Suárez não foi, é quase supérfluo dizer, uma epifania instantânea, e sim um processo lento, ziguezagueante e quase sempre secreto para todo mundo ou para quase todo mundo, mas talvez principalmente para o próprio Suárez.

Embora seja razoável remontar a origem de tudo ao dia em que o rei o nomeou presidente do governo e, enobrecido pelo cargo, ele se propôs agir como se fosse um presidente do governo nomeado pelos cidadãos, abrindo-se à argumentação política e moral da oposição democrática, a verdade é que o seu novo personagem não deu sinais de vida até que, para se descolar da direita, pouco antes das eleições Suárez insistiu em dar um peso desproporcionado na UCD ao pequeno Partido Social-Democrata da coalizão, e até que, logo depois — enquanto no seu grupo parlamentar se discutia a possibilidade de que seus deputados ocupassem a ala esquerda do plenário da Câmara, simbolicamente reservada aos partidos de esquerda —, ele se declarava social-democrata para o seu antigo vice-presidente e lhe anunciava a formação de um governo de centro-esquerda. Esses gestos antecipam a deriva de Suárez durante os quatro anos em que ainda ficou no governo. Foram anos de declínio: nunca mais voltou a ser o político explosivo dos seus primeiros onze meses de mandato, no entanto até março de 1979, quando ganhou suas segundas eleições gerais, ainda era um político decidido e eficaz; depois, até 1981, foi um político medíocre, às vezes nefasto.



Três projetos monopolizaram o primeiro período; três projetos coletivos, que Suárez pilotou, mas que tiveram a participação dos principais partidos políticos: os Pactos de La Moncloa, a elaboração da Constituição e o planejamento do chamado Estado das Autonomias. Não eram as empreitadas épicas que haviam incendiado sua imaginação e multiplicado o seu talento durante o primeiro ano na presidência, façanhas que exigissem trapaças jurídicas, passes de mágicas nunca vistos, falsos duelos contra inimigos falsos, encontros secretos, decisões de vida ou morte e cenografias de paladino a sós com seu escudeiro diante do perigo; não eram esse tipo de empreitada, porém eram

questões de envergadura histórica; não as atacou com o ímpeto de predador que demonstrara até então, entretanto o fez com a convicção proporcionada pela força das suas vitórias e a autoridade dos votos; também o fez enquanto o general Della Rovere pouco a pouco substituía dentro dele Emmanuele Bardone. Assim, os Pactos de La Moncloa foram uma tentativa em grande parte bem-sucedida de pacificar uma vida social dos estertores do franquismo em pé de guerra e convulsionada pelas consequências devastadoras da primeira crise do petróleo; contudo esses pactos foram acima de tudo um acordo entre o governo e a esquerda e, embora tenham sido assinados pelos principais partidos políticos, receberam ásperas críticas dos empresários, da direita e de determinados setores da UCD, que acusaram o presidente de ter se rendido aos sindicatos e aos comunistas. Da mesma forma, a Constituição foi igualmente uma tentativa bem-sucedida de dar à democracia um marco legal duradouro; mas o mais provável é que Suárez só tenha aceitado elaborá-la por pressão da esquerda, e é certo que, apesar de no início ter feito o possível para que o texto se ativesse literalmente aos seus interesses, quando viu que sua pretensão era inútil e perniciosa se esforçou mais do que ninguém para que o resultado fosse fruto de um acordo entre todos os partidos, e não, como haviam sido todas ou quase todas as Constituições anteriores, um motivo contínuo de discórdia e no longo prazo um lastro para a democracia, assim como também é certo que, para consegui-lo, sempre procurou se aliar com a esquerda e não com a direita, o que produziu mais ressentimentos em seu próprio partido. Esses dois grandes projetos — o primeiro aprovado na Câmara em 347

outubro e o segundo aprovado por referendo em dezembro de 1978 — representaram dois êxitos para Suárez (e para a democracia); tanto quanto neles, no terceiro é impossível não imaginar o general Della Rovere pugnando de novo para suplantar Emmanuele Bardone: a diferença é que dessa vez o projeto escapou das mãos de Suárez e acabou se tornando uma das principais causas da desordem política que provocou sua saída do poder e o golpe de 23 de fevereiro. Não deveria ter acontecido, pois a ideia do Estado das Autonomias era pelo menos tão válida quanto a dos Pactos de La Moncloa e quase tão necessária quanto a de elaborar uma Constituição. Talvez Suárez não entendesse uma palavra de História, como repetiam seus caluniadores, mas o que entendia perfeitamente é que a democracia não ia funcionar na Espanha

se não satisfizesse às aspirações do País Basco, da Catalunha e da Galícia de ter as suas singularidades históricas e linguísticas reconhecidas e a gozar de certa autonomia política.

O artigo VIII da Constituição, que define a organização territorial do Estado, pretendia responder a essas antigas demandas; previsivelmente, sua redação provocou uma batalha entre os partidos políticos cujo saldo foi um texto híbrido, confuso e ambíguo que deixava quase todas as portas abertas e que, para ser logo aplicado com sucesso, teria exigido uma astúcia, uma sutileza, uma capacidade de conciliar o inconciliável e uma intuição histórica ou um senso de realidade que por volta do início de 1979 Suárez já perdia de forma acelerada. Tudo começou muito antes da aprovação da Constituição e começou bem, ou pelo menos bem para Suárez, que realizou um novo passe de mágica na Catalunha: a fim de conjurar o perigo de que a esquerda que ganhara as eleições gerais na região formasse um governo autônomo de esquerda, Suárez tirou da manga o nome de Josep Tarradellas, o último presidente do governo catalão no exílio, um velho político pragmático que garantia ao mesmo tempo o apoio de todos os partidos catalães e o respeito à Coroa, ao Exército 348

unidade da Espanha, de modo que sua volta em outubro de 1977 aduziu o restabelecimento, depois de quarenta anos, de uma instituição republicana como ferramenta legitimadora da monarquia parlamentar e como vitória do governo de Madri. Na Galícia as coisas não funcionaram tão bem, e no País Basco muito menos. Muitos militares receberam o anúncio da autonomia desses três territórios como anúncio do desmembramento da Espanha, mas os verdadeiros problemas surgiram mais tarde; mais tarde e em mais de um sentido por culpa de Suárez ou do general Della Rovere que esperneava dentro dele para expulsar Emmanuele Bardone: como na Espanha daqueles anos nacionalismo e esquerda se identificavam com manifesta incongruência, como se identificavam esquerda e descentralização Estado com manifesta congruência, em parte para se aproximar da esquerda e em todo caso para que não se pudesse acusá-lo de discriminar ninguém — para continuar a ser o mais justo, o mais moderno e o mais audaz

~~, Suárez não hesitou em dar autonomia a todos territórios, mesmo àqueles que nunca tinham pedido porque não tinham consciência ou ambição de singularidade, com o corolário que, antes mesmo que o~~

~~referendo constitucional se realizasse, apareceram praticamente da noite para o dia catorze governos pré~~

autônomos e começaram a ser discutidos catorze estatutos de autonomia cuja aprovação exigiria realizar às pressas dezenas e dezenas de referendos e eleições regionais em meio a uma floração improvisada particularismos vernáculos e de uma guerra recheada de desconfianças e ofensas comparativas entre comunidades. Era mais do que um Estado secularmente centralista podia suportar em poucos meses sem correr o risco de se desmembrar, e a preocupação começou a se espalhar até entre os nacionalistas e os partidários mais entusiastas da descentralização ante uma fuga cujo final ninguém vislumbrava cujas consequências quase todos começavam a temer. No final de 1979, o próprio Suárez pareceu entender que a desordem galopante 349

em que estava sendo realizada a descentralização do Estado democrático significava uma ameaça para a democracia e para o Estado; então tentou recuar, racionalizá-la ou atrasá-la, mas àquela altura ele já era um político ortopédico e sem recursos, e a ameaça de fredda só conseguiu dividir o governo e o seu partido e angariar uma impopularidade que no início do ano seguinte o levou a perder em menos de um mês, sucessiva e pomposamente, um referendo na Andaluzia, uma eleição no País Basco e outra na Catalunha. É verdade que ninguém o ajudou a reparar os danos: durante a primavera e o verão de 1980 já valia tudo contra ele e, em vez de tentar apoiá-lo como tinham feito durante seus primeiros anos de mandato — porque entenderam que apoiá-lo significava apoiar a democracia —, os partidos políticos ficaram obcecados em derrubá-lo a qualquer preço, sem entender que derrubá-lo a qualquer preço significava contribuir para derrubar a democracia; não foi só essa, contudo, a sua obsessão: articular territorialmente o Estado era provavelmente o problema central do momento, e nenhum assunto revelou tanto a indigência e a frivolidade temerária de uma classe política que se envolveu ao longo de 1980 em brigas delirantes em torno dele, perseguiu sem escrúpulos posições de vantagem, fomentou um clima de caos universal e ganhou um descrédito acelerado, deixando o país numa situação cada vez mais precária enquanto a segunda crise do petróleo dissipava a fugaz bonança atraída pelos Pactos de La Moncloa, estrangulava a economia e deixava metade dos trabalhadores no desemprego, enquanto o ETA estimulava o golpe de Estado assassinando militares na campanha terrorista mais desumana de sua história. Foi

esse o húmus onívoro em que nasceu e cresceu o 23 de fevereiro, e a inépcia de Suárez para encaminhar os primeiros passos do Estado das Autonomias alimentou sua voracidade como talvez não o tenha feito nenhuma das inépcias que cometeu na época. Com a perspectiva do tempo, porém, é no mínimo exagerado afirmar que naqueles dias a situação 350

era objetivamente catastrófica e que o país se precipitava descontroladamente na desintegração, mas ao que parece era isso que todo mundo pensava nas vésperas do golpe de Estado; não apenas os militares golpistas: todo mundo, incluindo alguns dos poucos que no 23 de fevereiro tiveram a coragem de se expor pela democracia desde o primeiro momento. No penúltimo dia de dezembro de 1980, *El País* pintava um quadro de fim do mundo em que a desordem territorial pressagiava uma solução violenta; depois de acusar todos os partidos políticos sem exceção de irresponsabilidade e condenar sua ignorância culposa do ponto de chegada do Estado das Autonomias, ou seu interessado desinteresse em defini-lo, concluía o editorial: “Uma decomposição política menos grave do que a que aqui [...] se aponta levou Companys a se revoltar, em 6 de outubro de 1934, contra um governo central de coalizão direitista, e uma fração socialista a promover a desesperada intentona de Astúrias”. Considerando que esse era o diagnóstico pré-revolucionário do jornal que melhor representava a esquerda espanhola, talvez valha a pena perguntar se grande parte da sociedade democrática não estava proporcionando argumentos diários aos golpistas para reafirmar sua certeza de que o país estava numa situação de emergência máxima que exigia soluções de emergência máxima; talvez valha a pena perguntar também — é só uma forma mais desagradável de formular a mesma pergunta — se grande parte da sociedade democrática não contribuiu à revelia para facilitar involuntariamente a tarefa dos inimigos da democracia. Pode-se acusar o Suárez daqueles dias de passividade e de incapacidade, e também de indigência política, mas não de ser irresponsável ou frívolo ou um oportunista sem escrúpulos: Suárez continuava sendo Suárez, no entanto não era mais um Julien Sorel ou um Lucien Rubempré ou um Frédéric Moreau, Emmanuele Bardone a ponto de se transmutar definitivamente no general Della Rovere. Provavelmente a última ocasião em que Suárez interpretou Bardone ocorreu 351

logo antes de ser eleito presidente do governo pela segunda vez, em março do 1979; diante do temor de uma vitória do PSOE, tentou o seu último número de ilusionista, a última grande trapaça do malandro de província: foi à televisão na véspera das eleições clamando contra o perigo de que a esquerda revolucionária vencesse e destruísse a família e o Estado; ele sabia muito bem que aquele clamor não passava de um bicho-papão para assustar velhinhas, mas provavelmente suspeitava que só poderia ganhar as eleições se arriscando a dar uma cambalhota demagógica, e não hesitou em fazê-lo. A tramoia funcionou, ele ganhou as eleições, e depois monopolizou mais poder do que jamais tivera antes. Passado pouco tempo, porém, entrou em queda livre; já conhecemos o resto da história: 1979 foi um ano ruim para ele; 1980 foi pior. Apesar disso, é provável que durante essa época de desastres — enquanto chegava o momento da sua renúncia à presidência e o momento do golpe militar e ele se imaginava no centro do ringue, cego e cambaleando e resfolegante entre as vaias do público e o calor dos refletores, politicamente acabado e pessoalmente abalado — Suárez tenha se compenetrado mais que nunca do seu papel aristocrático de homem de Estado progressista, cada vez mais convicto de ser o último baluarte da democracia quando todas as defesas da democracia eram derrubadas, cada vez mais certo de que as incontáveis manobras políticas empreendidas contra ele entreabriam as portas da democracia para os inimigos da democracia, cada vez mais profundamente imbuído da dignidade do seu cargo de presidente da democracia e da sua responsabilidade como fazedor da democracia, com o personagem cada vez mais incorporado à sua pessoa, como um Suárez inventado mais real que o Suárez real porque se sobrepunha ao real, como um ator prestes a interpretar a cena que o justificará perante a história escondido atrás de uma máscara que, em vez de ocultar, revela o seu verdadeiro rosto, como um Emmanuele Bardone já transformado definitivamente no general Della Rovere que na tarde 352

do 23 de fevereiro, na hora da verdade, enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário da Câmara e os deputados buscavam refúgio debaixo de suas cadeiras, ele poderia ter ficado em meio àquele estrondo de batalha para aplacar o temor dos companheiros e ajudá-los a enfrentar a adversidade com estas palavras: “Amigos, vos fala o seu presidente. Calma, dignidade, controle. Sejam homens”. E também com estas palavras: “Demonstrem a esses canalhas que vocês não temem a

morte”. E ainda com estas: “Neste momento supremo dediquemos nossos pensamentos a nossas famílias, à pátria e à majestade do rei”. E finalmente com estas: “Viva a Itália!”.

Capítulo 5

Rossellini não se sentia muito orgulhoso de *O general Della Rovere*, mas um artista nem sempre é o melhor juiz da própria obra, e acho que ele estava enganado: o filme é formalmente tradicional, às vezes quase convencional, contudo a fábula apresentada pelo destino de Emmanuele Bardone — um colaboracionista do fascismo transformado em herói da Itália antifascista — é de uma riqueza e de uma complexidade extraordinárias; ainda mais rica e mais complexa é, provavelmente, a fábula paralela apresentada pelo destino de Adolfo Suárez — um colaboracionista do franquismo transformado em herói da Espanha democrática —, porque Suárez foi um político e sua trajetória sugere que num político os defeitos privados podem ser virtudes públicas ou que em política é possível chegar ao bem por meio do mal, ou que não basta julgar eticamente um político — é melhor julgá-lo politicamente — ou que a ética e a política são incompatíveis e a expressão ética política é um oxímoro, ou talvez que os defeitos e as virtudes não existem em abstrato, só existem em função das circunstâncias em que são praticados: Suárez não foi um homem eticamente irrepreensível, mas é bem possível que jamais poderia ter feito o que fez durante anos se não fosse um malandro com moral de sobrevivente e o dom do engano, um arrivista sem muita cultura nem ideias políticas firmes, um galo de briga falangista, adulator e trapaceiro. É razoável conjecturar que qualquer dos jovens políticos franquistas que na época da morte de Franco sabiam ou intuía como ele que o franquismo não tinha futuro e que era preciso ampliá-lo ou transformá-lo poderia ter feito o que Suárez fez; é razoável, entretanto a realidade é que, embora quase todos tivessem os mesmos defeitos privados que ele, nenhum reunia sua coragem, sua audácia, sua força, sua vocação política excludente, seu histrionismo, sua seriedade, seu encanto, sua modéstia, sua inteligência natural, sua aptidão para conciliar o inconciliável e sobretudo um senso da realidade e uma intuição histórica que o fizeram entender logo, empurrado pela oposição democrática, que, em vez de tentar se impôr à realidade, devia deixar-se moldar por ela, que ampliar ou transformar o franquismo só levaria a desventuras e que a única coisa a fazer era matá-lo de uma vez por todas, traindo o passado para não trair o futuro. Seja como for, não se deve exagerar o paralelismo entre Bardone e Suárez: Bardone era um

indivíduo moralmente abjeto que cometeu pecados atrozes numa época atroz; Suárez, por outro lado, foi um homem basicamente honesto: enquanto ocupou a presidência do governo seus pecados não foram mortais — ou foram apenas os pecados mortais que o exercício do poder comporta —, e antes de ocupá-la seus pecados foram os pecados comuns de uma época podre.

Junto com os sucessos políticos que obteve, isso provavelmente explique por que tanta gente o admirou durante anos e não deixou de votar nele; quero dizer que não é verdade que as pessoas votavam em Suárez porque se enganavam sobre seus defeitos e limitações, ou porque Suárez conseguia enganá-las: votavam nele um pouco porque era como eles gostariam de ser, mas principalmente porque, menos por suas virtudes que por seus defeitos, era mais ou menos assim a Espanha dos anos 1970: um país povoado de Homens vulgares, incultos, trapaceiros, jogadores, mulherengos e sem muitos escrúpulos, provincianos com moral de sobreviventes educados entre a Ação Católica e a Falange que viveram confortavelmente sob o franquismo, colaboracionistas que nunca admitiriam sua colaboração mas que se envergonhavam em segredo dela cada vez mais e que confiaram em Suárez porque sabiam que ele, embora quisesse ser o mais justo e o mais moderno e o mais audaz — ou exatamente porque queria —, nunca ia deixar de ser um dos seus e nunca os levaria aonde não queriam ir. Suárez não os decepcionou. construiu um futuro para eles e, ao construí-lo, limpou o próprio passado, ou tentou limpar. Pensando bem, nesse ponto o estranho destino de Suárez também se assemelha ao de Bardone. gritando “Viva a Itália!” para o pelotão de fuzilamento em um amanhecer nevado, Bardone não só se redimia, como também de algum modo redimia todo o seu país por ter colaborado maciçamente com o fascismo; permanecendo em sua cadeira enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário durante a tarde de 23 de fevereiro, Suárez não só se redimia, como também de algum modo redimia todo o seu país por ter colaborado maciçamente com o franquismo. Quem sabe. provavelmente foi por isso — provavelmente também foi por isso — que Suárez não se jogou no chão.

Capítulo 6

Serão os defeitos privados de um político virtudes públicas? É possível chegar ao bem por meio do mal? É insuficiente ou mesquinho julgar eticamente um político e só se deve julgá-lo politicamente? Serão incompatíveis a ética e a política e é um oxímoro a expressão “ética política”? Pelo menos desde Platão a filosofia tem discutido o problema da tensão entre meios e fins, e não há nenhuma ética séria que não tenha indagado se é lícito usar meios duvidosos, ou perigosos, ou simplesmente maus, para atingir fins bons. Maquiavel não tinha nenhuma dúvida de que era possível chegar ao bem por meio do mal, porém um quase contemporâneo dele, Michel de Montaigne, foi ainda mais explícito: “O bem público requer que se traia e que se minta, e que se assassine”; por isso ambos consideravam que a política devia ser deixada nas mãos de “cidadãos mais vigorosos e menos pacatos, que sacrificam a honra e a consciência pela salvação de seu país”. Max Weber pensou a questão em termos semelhantes. Weber não crê que ética e política sejam exatamente incompatíveis, mas sim que a ética do político é uma ética específica, com efeitos secundários letais: diante da ética absoluta, que denomina “ética da convicção” e que se ocupa da bondade dos atos sem reparar em suas consequências — *Fiat iustitia et pereat mundus* —, o político pratica uma ética relativa, chamada por Weber de “ética da responsabilidade” e que, em vez de se ocupar da bondade dos atos, se ocupa sobretudo da bondade das consequências dos atos. Contudo, se o meio essencial da política é a violência, como pensa Weber, então o ofício do político consiste em usar meios perversos para, atendo-se à ética da responsabilidade, atingir fins benéficos. Por isso Weber diz que o político é um homem perdido que não pode aspirar à salvação de sua alma, porque, ao pactuar com a força do poder, ele pactuou com o diabo e está condenado a sofrer as consequências desse pacto abominável. Por isso também, acrescentaria, o poder se parece com uma substância abrasiva que ao passar deixa um vazio tão mais extenso quanto maior é a quantidade que se acumula.

É por essa razão que todo político puro mais cedo ou mais tarde acaba pensando que sacrificou a sua honra e a sua consciência pela salvação do país, porque mais cedo ou mais tarde percebe que vendeu a alma e que não vai se salvar. Suárez não percebeu logo. Depois de

deixar o poder na sequência do golpe de Estado, continuou na política exatamente por mais dez anos, porém nesse tempo se transformou em um político diferente; não deixou de ser um político puro, mas quase não agia mais como tal e começou a ser um político com menos responsabilidades e mais convicções — ele, que quando jovem quase não tinha nenhuma —, como se pensasse que essa mudança de última hora podia impedir que o diabo viesse cobrar a sua parte do trato. Na época em que Suárez renunciou à presidência do governo, o rei lhe prometeu um ducado como prêmio pelos serviços prestados ao país; pouca gente em La Zarzuela era partidária de enobrecer aquele arrivista que para muitos havia se rebelado contra o rei e colocado a Coroa em perigo, de modo que a concessão se atrasou e, num gesto mais comovente que embaraçoso — porque revela o plebeu arrivista da província ainda lutando para se legitimar e expiar o passado —, Suárez cobrou a promessa e dois dias depois do 23 de fevereiro o monarca finalmente o nomeou duque de Suárez com a condição de que permanecesse afastado da política por uma temporada. Suárez não perdeu tempo para aceitar esse acordo vexatório, mandar bordar suas camisas com uma coroa ducal e começar a usar seu título de nobreza; eram os signos externos que permitiam a interpretação do personagem que fazia tempo aspirava a ser e que de algum modo já era: um aristocrata progressista, exatamente igual ao general Della Rovere. Talvez menos interessado em seu futuro político do que em acabar de cinzelar sua figura histórica, empenhado no esforço inútil de fundir a ética da convicção com a ética da responsabilidade, ele tentou ser fiel durante o resto de sua vida política a esta imagem só em parte irreal: a imagem de um estadista sem ambição de poder, consagrado ao que então denominava “levar a ética à política”, a preservar a democracia, a fomentar a concórdia, a ampliar as liberdades e a combater a desigualdade e a injustiça.

Nem sempre conseguiu, às vezes por inconsciência, outras vezes por despeito, frequentemente por sua dificuldade para refrear o político puro que ainda tinha dentro de si. Três dias depois do golpe de Estado viajou para longas férias nos Estados Unidos e Caribe em companhia da sua mulher e de um grupo de amigos; era a desistência compreensível de um homem desfeito e enfastiado até o limite, mas também era uma maneira ruim de deixar a presidência, porque significava abandonar seu sucessor: não lhe transferiu os poderes, não lhe deixou uma só indicação

nem deu um único conselho. A única coisa que Leopoldo Calvo Sotelo encontrou em seu gabinete de La Moncloa foi uma caixa-forte com seus segredos de governante, mas cujo único conteúdo, como verificou depois que os chaveiros a forçaram, era um papel dobrado em quatro onde Suárez havia anotado de próprio punho a combinação da caixa-forte, como se quisesse fazer uma brincadeira com seu substituto ou como se quisesse dar-lhe uma lição sobre a verdadeira essência do poder ou como se quisesse revelar-lhe que ele na realidade era apenas um bufão camaleônico sem vida interior ou personalidade definida e um ser transparente cujo segredo mais recôndito consistia em não ter segredo nenhum. Ele não abandonou, no entanto, apenas o seu sucessor; também abandonou o seu partido. De volta das férias, Suárez montou um escritório de advocacia com um grupo de fiéis vindos do gabinete presidencial, e durante algum tempo se esforçou para permanecer afastado da política; a pequena Madri do poder facilitou o seu esforço: a calamidade dos seus últimos meses de governo e o trauma da renúncia e do 23 de fevereiro fizeram dele praticamente um indesejável, e qualquer pessoa que alimentasse alguma ambição — e quase qualquer pessoa que não alimentasse nenhuma ambição — procurava mantê-lo à distância.

Sua vocação era, porém, muito mais forte que sua insolvência e, em face da promessa que tinha feito ao rei, esse período sem política foi breve e seu afastamento do poder, relativo; afinal ainda mantinha certo controle da UCD por intermédio de alguns de seus homens, o que não impediu que o partido continuasse desabando nem que ele assistisse a esse desabamento com um desgosto misturado com um ódio vingativo: ao contrário do que muitos correligionários vinham apregoando, aquilo provava que sua liderança não havia sido a causa de todos os males da UCD; com seu sucessor, porém, o desgosto não tinha mistura: assim que chegou à presidência do governo, Calvo Sotelo começou a adotar medidas que corrigiam de alto a baixo a política de Suárez e que este interpretou como um giro intolerável à direita. Em decorrência, poucos meses depois de sua retirada da política, Suárez se pôs a preparar a volta. A essa altura Calvo Sotelo tinha afastado os suaristas da direção da UCD e ele se sentia cada vez mais desconfortável num partido ao qual responsabilizava com razão pela sua queda; assim, embora tenha recebido ofertas para retomar o volante da UCD a fim de evitar que o partido se espatifasse, Suárez as recusou e, nos últimos dias de julho de

1982, apenas três meses antes das eleições gerais, anunciou a criação de um novo partido: o Centro Democrático e Social (CDS). Foi sua última aventura política. Um objetivo duplo a movia: por um lado, criar um partido de verdade, coeso organizativa e ideologicamente, que fosse o que a UCD não tinha sido; por outro, proclamar seus novos princípios de homem de Estado progressista e de concórdia, sua nova ética política de aristocrata de esquerda ou de centro-esquerda. Montou o partido praticamente sem recursos, praticamente sem homens, sem o apoio de ninguém ou de quase ninguém, e muito menos de ninguém dos chamados poderes factuais, que tinham feito o possível para derrubá-lo do poder e viam com horror a possibilidade de sua volta.

Ao contrário de desencorajá-lo, esse abandono o entusiasmou, provavelmente porque sentiu que devolvia à política um fôlego épico e estético que não sentia desde os seus primeiros meses de governo e que quase tinha esquecido, autorizando-o, além do mais, a se apresentar como vítima dos capitalistas e como um lutador solitário contra a injustiça e a adversidade ou, como disse aos jornalistas no ato de apresentação do novo partido, como um Quixote de lança em riste endireitando o que estivesse torto na intempérie dos caminhos. Por esses dias circulou com insistência uma história que muitos consideram apócrifa. Segundo ela, pouco antes das eleições um de seus colaboradores lhe recomendou que contratasse um assessor norte-americano para a campanha; Suárez aceitou a sugestão. O senhor quer ganhar as eleições? Essa foi a pergunta que o assessor fez à queima-roupa quando Suárez o recebeu. Obviamente, Suárez disse que sim. Então me deixe usar a gravação do golpe de Estado, disse o assessor. Mostre às pessoas o plenário vazio e o senhor sentado em sua poltrona e terá a maioria absoluta. Suárez deu uma risada, agradeceu ao assessor e o despediu no ato. A história parece uma imagem surgida da criatividade de algum hagiógrafo de Suárez — usar eleitoralmente as imagens mais desoladoras da democracia não era fazer um favor à democracia, e o grande homem escolhia jogar limpo mesmo à custa de perder as eleições.

Não sei se é verdade que algum assessor fez uma proposta semelhante a Suárez, mas, se for, eu apostaria que foi essa a sua reação: primeiro, porque ele sabia que o assessor estava errado e que, embora a imagem do plenário na tarde do 23 de fevereiro pudesse lhe dar alguns milhares de votos, nunca o faria ganhar as eleições; e segundo — e sobretudo —, porque, mesmo que o uso eleitoral daquelas

imagens o fizesse ganhar as eleições, teria estragado irremediavelmente o papel que devia interpretar para exorcizar de uma vez por todas o seu passado e fixar seu lugar na história; ou, em outras palavras: talvez Emmanuele Bardone tivesse aceitado o conselho do assessor, mas o general Della Rovere não, e já fazia muito tempo que Suárez não queria saber mais nada de Emmanuele Bardone. Nessas eleições obteve duas cadeiras. Era um resultado ínfimo, que não bastava sequer para ter uma bancada parlamentar própria na Câmara e que o confinou no desvão da bancada mista junto com o seu eterno cupincha Santiago Carrillo, que nessa época prolongava sua agonia à frente do PCE e não se cansava de lhe repetir entre risadas que era assim que o país pagava o gesto dos dois de aguentar firme na tarde do 23 de fevereiro; mas também era um resultado suficiente para lhe permitir atuar como aristocrata de esquerda ou de centro-esquerda e estadista da concórdia. Começou a fazê-lo na primeira oportunidade que teve: durante a sessão de posse do novo presidente, deu seu voto a Felipe González, que tinha sido o seu adversário mais encarniçado enquanto presidia o governo e que nem sequer lhe agradeceu o apoio, sem dúvida porque a maioria absoluta obtida pelo PSOE nas eleições tornava o gesto supérfluo. “Não devemos contribuir para a desilusão”, disse Suárez nesse dia na tribuna da Câmara. “Não comemoraremos os possíveis erros do governo. Não participaremos, nem na Câmara nem fora dela, de operações de desestabilização do governo. Não somos partidários do irresponsável e perigoso jogo de capitalizar em benefício próprio as dificuldades dos que têm a honrosa tarefa de governar a Espanha.”

Essas palavras foram recebidas com a sonora indiferença ou com o desprezo silencioso de um plenário quase vazio, mas continham uma declaração de princípios e uma lição de ética política que durante os quatro anos seguintes ele não se cansaria de dar: não estava disposto a fazer com outros o que outros tinham feito com ele ao preço de provocar uma crise de Estado como a que levou à sua renúncia e ao 23 de fevereiro. Era uma forma de defesa retroativa e, embora ninguém tivesse reconhecido a sua autoridade para dar lições de ética política, Suárez continuou pregando com destemor o seu novo evangelho. A verdade é que se ateu a ele, em parte porque sua insignificância parlamentar permitia fazê-lo, mas principalmente porque queria acima de qualquer outra coisa ser fiel à idiossincrasia do seu novo personagem.

Foi assim que começou a construir sua ressurreição: pouco a pouco as pessoas começaram a enterrar o político desnordeado dos seus últimos anos de mandato e a desenterrar o vibrante construtor da democracia, e pouco a pouco, e principalmente à medida que alguns se desiludiam da ilusão socialista, começaram a ter eco os seus gestos e sua retórica de homem de Estado, o seu regeneracionismo ético e um confuso discurso progressista que lhe permitiu ao mesmo tempo flertar com a esquerda intelectual das capitais, à qual sempre quis pertencer, e recuperar parte do seu atrativo para a direita tradicional das províncias, à qual sempre havia pertencido.

Quatro anos depois do seu primeiro discurso na Câmara como deputado, sentiu que a eleição geral o deixava de novo às portas do governo. Foi em junho de 1986 e ele se candidatou outra vez praticamente sem dinheiro nem apoio da mídia, mas com uma mensagem radical que minou os seus adversários e lhe deu quase dois milhões de votos e quase vinte parlamentares. Essa vitória volumosa e imprevista mergulhou a direita na aflição (“Se este país deu dezenove deputados a Suárez é porque não tem mais remédio”, declarou Fraga, que pouco depois abandonaria a liderança do seu partido) e no desconcerto a esquerda, que se viu obrigada a levar a sério a ascensão de Suárez e a partir daquele momento não parou de pedir-lhe que deixasse de disputar os seus eleitores e voltasse ao seu discurso e ao seu lugar na direita.

Se o seu único objetivo fosse reconquistar a presidência, deveria tê-lo feito: liquidado Fraga e resignados os chamados poderes factuais ao seu retorno à política, Suárez era para quase todos o líder natural da centro-direita. Por isto o sucessor de Fraga lhe ofereceu uma e outra vez que fosse a figura de proa eleitoral de uma grande coalizão capaz de derrotar os socialistas. Deveria ter feito, mas não fez: tinha perdido a sua ferocidade juvenil de político puro e não estava mais disposto a voltar para o governo pisando nas ideias que tornara suas; era um político de convicções e não uma piranha do poder; sentia-se mais próximo da esquerda generosa que defendia os desfavorecidos que da mesquinha direita, que só defendia os próprios privilégios; em suma: tinha resolvido interpretar o seu personagem até o final. Além do mais, depois de um lustro de dificuldades políticas o sucesso voltava a impulsioná-lo com uma euforia que por momentos parecia compensar as agonias dos seus últimos anos em La Moncloa: brandindo o idealismo dos valores e a

medida real de seus êxitos diante do que considerava o pragmatismo rasteiro dos socialistas e a impotência sem futuro da direita, como se nunca tivesse perdido seu antigo carisma nem sua capacidade de conciliar o inconciliável nem sua intuição histórica, nos meses seguintes Suárez voltou a deslumbrar muitos dos seus velhos partidários e atraiu políticos, profissionais e intelectuais de esquerda ou de centro-esquerda, e em pouco tempo conseguiu que um partido de sotaque caudilhista, sem outras garantias além da obstinação e do histórico do seu líder, se implantasse em toda a geografia espanhola e que alguns pudessem imaginá-lo como uma séria alternativa de poder ao poder socialista.

Não é impossível que algumas vitórias simbólicas desse pequeno retorno em grande estilo tenham significado secretamente para ele quase tanto quanto as vitórias eleitorais. Em outubro de 1989 foi nomeado presidente da Internacional Liberal, uma organização que por exigência sua trocou de nome para Internacional Liberal e Progressista: era o reconhecimento de que o falangista de Ávila que havia chegado a secretário-geral do partido único de Franco havia se tornado um político de referência para o progressismo internacional, e o atestado definitivo de que também para o mundo Emmanuele Bardone já era o general Della Rovere. Ainda mais feliz intimamente deve ter ficado com um fato insignificante ocorrido na Câmara dois anos antes. Durante um debate parlamentar o novo líder da direita, António Hernández Mancha, cujos pedidos de apoio Suárez tinha recusado várias vezes, recitou-lhe com uma altivez irônica de advogado do Estado uns versos mal-ajambrados para a ocasião que atribuiu a Santa Teresa de Jesus: “O que tenho eu, Adolfo, que minha inimizade procuras?/ Que interesse te aflige, Adolfo meu,/ que ante a minha porta, coberto de orvalho,/ passas as noites de inverno escuro?”.

Assim que seu adversário concluiu a fala, Suárez pulou da cadeira e pediu a palavra: afirmou que Hernández Mancha tinha recitado mal todos e cada um dos versos do quarteto, em seguida recitou-os corretamente e, para terminar, disse que o autor não era Santa Teresa e sim Lope de Vega; depois disso, sem mais comentários, voltou a sentar-se. Era a cena sonhada por qualquer galo de briga provinciano com gana de desforra: sempre havia sido um parlamentar retraído e vulgar, mas acabava de envergonhar numa plenária da Câmara e diante das câmeras de televisão seu competidor mais direto, lembrando àqueles que durante anos o consideraram um mequetrefe ignorante que

provavelmente não tinha lido tanto quanto eles, mas tinha lido o suficiente para fazer muito mais pelo país do que eles tinham feito, e lembrando de passagem que Hernández Mancha era apenas mais um dos muitos mequetrefes enfeitados com honras acadêmicas que ele enfrentava em sua carreira política e que, por acharem que sabem tudo, nunca entenderiam nada. Tudo isso foi uma miragem, o fulgor póstumo de uma estrela extinta, os cem dias de glória do imperador destronado.

Eu resisto a acreditar que Suárez não soubesse; resisto a acreditar que tenha voltado para a política sem saber que não voltaria ao poder: afinal de contas pouquíssima gente sabia como ele que é impossível levar a ética à política sem renunciar à política, porque pouquíssima gente sabia como ele que ninguém chega ao poder sem usar meios escusos ou perigosos ou simplesmente maus, jogando limpo ou se esforçando ao máximo para jogar limpo e ocupar um lugar honroso na História; e me pergunto se ele não sabia mais, se pelo menos não intuía que, se podemos admirar seriamente os heróis e eles não nos incomodam ou nos ofendem diminuindo-nos com as enfáticas anomalias dos seus atos, provavelmente não podemos admirar os heróis da retirada, ou não plenamente, e por isso não queremos que eles voltem a nos governar uma vez concluída sua tarefa: por um lado porque suspeitamos que sacrificaram nela sua honra e sua consciência, e por outro porque temos uma ética da lealdade, mas não temos uma ética da traição.

A miragem, em todo caso, só durou dois anos: no terceiro já tinha se espalhado na Câmara e na opinião pública a certeza de que o que Suárez chamava de política de Estado era na realidade uma política ambígua, trapaceira e populista, que buscava em Madri os votos da esquerda e em Ávila os da direita, e que lhe permitia negociar com a esquerda na Câmara e com a direita nas prefeituras; no quarto, depois de ter resultados decepcionantes nas eleições gerais e europeias, surgiram problemas no partido, divisões internas e expedientes contra os militantes rebeldes, e a direita e a esquerda viram a oportunidade que esperavam para liquidar um adversário comum e se lançaram ao mesmo tempo sobre ele em busca dos seus eleitores de esquerda e de direita; o quinto ano foi o do desmoronamento: nas eleições autônomas de 26 de maio de 1991 o CDS perdeu mais da metade de seus votos e ficou fora de quase todos os parlamentos regionais. Nessa mesma noite Suárez anunciou sua demissão como presidente do partido e a renúncia à sua

cadeira na Câmara. Era o final: um final medíocre, sem grandeza nem brilho. Não dava mais: estava exausto e desiludido, impotente para voltar às batalhas dentro e fora do seu partido. Ele não se retirava: era retirado. Não deixava nada atrás de si: a UCD havia desaparecido havia anos, e o CDS não demoraria a desaparecer. A política é um açougue: ouviram-se muitos suspiros de alívio, mas nem um único lamento por sua retirada.

Durante o ano seguinte Suárez começou a se familiarizar com o seu futuro de aposentado precoce da política, pai da pátria desempregado, intermediário de negócios ocasionais, conferencista de luxo na América Latina e jogador de longas partidas de golfe. Era um futuro prolongado, apaziguado e um pouco insípido, ou assim deve ter imaginado ele, talvez com certa dose inesperada de alegria. Na primeira vez que deixou o poder, depois de sua renúncia e do golpe de Estado, certamente sentiu um frio de viciado sem a sua droga; é bem possível que agora não sentisse nada parecido, ou que só sentisse algo bastante parecido ao assombro feliz de quem joga fora um lastro que não tinha consciência de estar carregando. Esqueceu a política; a política o esqueceu. Continuava profundamente religioso e não creio que tenha lido Max Weber, de forma que não tinha nenhum motivo para duvidar de que ia se salvar e de que, embora o poder fosse uma substância abrasiva e ele tivesse feito um pacto com o diabo, ninguém viria lhe cobrar nada; continuava um otimista compulsivo, de modo que deve ter tido certeza de que só lhe restava deixar o tempo transcorrer placidamente à espera de que o país viesse lhe agradecer pela sua contribuição à conquista da democracia. “Uma coisa, e somente uma, o herói da retirada tem garantida”, escreveu Hans Magnus Enzensberger a propósito de Suárez pouco antes de que este deixasse a política: “A ingratidão da pátria”.

Aparentemente Enzensberger estava enganado, ou pelo menos em parte, mas Suárez estava enganado de todo, e pouco tempo mais tarde começou a se operar nele uma metamorfose final, como se, depois de ter interpretado um jovem arrivista de romance francês antigo e um malandro adulto transformado em herói aristocrático de filme neorrealista italiano, um demiurgo lhe houvesse destinado para o último lance da vida um papel trágico de velho, piedoso e devastado príncipe de romance russo. Suárez recebeu o primeiro aviso de que não teria uma aposentadoria plácida um ano e meio depois de abandonar a política, quando, no mês de novembro de 1992, soube que sua filha Mariam tinha um câncer de seio e que os médicos não lhe davam mais de três meses

de vida. A notícia o deixou aniquilado, mas não o paralisou, e sem perder um minuto se entregou a lutar contra a doença da filha. Passados dois anos, quando pensou que tinha vencido, diagnosticaram um câncer idêntico em Amparo, sua mulher.

Dessa vez o golpe foi mais duro, porque se somava ao anterior, e ele não se refez. Talvez, católico até o fim, debilitado pela idade e pela infelicidade, o que tenha acabado de derrotá-lo não foi essa dupla doença mortal, mas a culpa. Em 2000, quando sua mulher e sua filha ainda estavam vivas, Suárez escreveu o prólogo para um livro que a segunda publicou sobre sua doença. “Por que elas? Por que conosco?”, lamentava-se. “O que elas fizeram? O que nós fizemos?” Suárez entende que tais perguntas são absurdas, “o tributo lógico da egolatria instintiva”, mas o fato de que mesmo assim as formule prova que as fez muitas vezes e que, mesmo sem ter lido Max Weber, o remorso o mortificou frequentemente com a recriminação ilusória de que o diabo tinha vindo cobrar a sua parte do trato e de que o vazio calcinado que o rodeava era o fruto da egolatria instintiva que lhe havia permitido chegar a ser quem sempre quis ser. E foi aí que aconteceu. Foi aí, no momento talvez mais obscuro da sua vida, que chegou o inevitável, a desejada hora do reconhecimento público, a oportunidade de que todos lhe agradecessem pelo sacrifício da sua honra e da sua consciência pelo país, a humilhante cerimônia nacional da compaixão. Ele era o grande homem abatido pela desgraça e não incomodava mais ninguém, nem podia fazer sombra a ninguém, nem ia voltar para a política e podia ser usado por uns e por outros e transformado no perfeito paladino da concórdia, no ás invicto da reconciliação, no fazedor sem mácula da mudança democrática, numa estátua viva apta para se esconder atrás dela e assear consciências e fortalecer instituições cambaleantes e exhibir sem pudor a satisfação do país com o seu passado imediato e organizar cenas wagnerianas de gratidão com o líder cansado.

Começaram a chover comemorações, medalhas, distinções honoríficas, ele recuperou a amizade do rei, a confiança dos seus sucessores na presidência do governo, a simpatia popular, conseguiu tudo o que havia desejado e previsto, embora tudo fosse um pouco falso e forçado e apressado e principalmente tardio, porque a essa altura ele já estava indo embora ou já tinha ido e assistia ao próprio desabamento final sem entender muito e mendigando de quem cruzava em seu caminho uma oração por sua mulher e por sua filha, como se sua alma

tivesse se extraviado definitivamente num labirinto de contrição autocompassiva e meditações atormentadas sobre os frutos culpados da egolatria e ele tivesse definitivamente se transformado no velho príncipe pecador e arrependido de um romance de Dostoiévski. Em maio de 2001 sua mulher morreu; três anos mais tarde morreu sua filha. A essa altura sua mente já havia abdicado e ele estava em outro lugar, longe de si mesmo. A doença começara a se insinuar muito antes, levando-o e trazendo-o da memória ao esquecimento, mas por volta de 2003 a deterioração já era inocultável. Data dessa época o seu último discurso político, que não foi exatamente um discurso político; a televisão captou um trecho. O partido da direita havia oferecido ao seu filho Adolfo que encabeçasse a candidatura à presidência da comunidade autônoma de Castilla-La Mancha; como não ignorava que a intenção da oferta era rentabilizar o prestígio do seu sobrenome, Suárez aconselhou o filho a não aceitar, mas a ânsia de emular o pai foi mais forte que a falta de vocação e o filho apresentou sua candidatura, e o pai sentiu-se obrigado a apoiá-la. Em 3 de maio ambos fizeram um comício em Albacete.

Em pé diante da tribuna e da multidão, Suárez está usando um terno escuro, camisa branca e gravata de bolinhas; tem setenta anos e, embora seu corpo conserve vestígios da sua superioridade de tenista e do seu porte de bailarino de verbena, revela a idade que tem, com o cabelo entretecido de branco, as entradas generosas, a pele salpicada pelas manchas da velhice. Não fala de política; fala do seu filho, menciona o fato de que ele estudou em Harvard e depois para de repente. “Meu Deus”, diz, quase sem sorrir e remexendo nos papéis que preparou. “Acho que fiz uma confusão dos diabos.” O público aplaude, pede que continue, e ele levanta a vista dos papéis, morde o lábio inferior com um resto de afetação e sorri longamente; para os seus velhos conhecidos, é um sorriso inconfundível: é o mesmo sorriso de galã seguro de agradar a todo mundo com que em outros tempos podia convencer um falangista, um tecnocrata do Opus ou um guerrilheiro de Cristo Rei de que no fundo era um guerrilheiro, um falangista ou um admirador do Opus; é o mesmo sorriso com que podia dizer: Não sou comunista (ou socialista), mas sou dos seus, porque minha família sempre foi republicana e no fundo eu não deixei de ser; é o mesmo sorriso com que dizia: Eu tenho o poder e vocês, a legitimidade: precisamos nos entender. É o mesmo sorriso, talvez um pouco menos natural ou mais esvaído, mas no fundo é o mesmo. Volta a olhar para os

papéis, volta a dizer que seu filho estudou em Harvard, volta a parar de repente. “Não sei se estou repetindo isto”, diz. Soa uma ovação de emergência. “Fiz uma confusão dos diabos com os papéis”, repete. Começa a música, as pessoas se levantam para cobrir seus balbucios com aplausos, ele se esquece dos papéis e tenta improvisar uma despedida, mas a única coisa que o ouvem dizer em meio ao rebuliço é a frase: “Meu filho não os decepcionará”. Foram as últimas palavras que pronunciou em público.



Aí acabou tudo. Depois, durante alguns anos, desapareceu, encerrado na sua casa em La Florida, e era como se tivesse morrido. De fato, todo mundo começou a falar dele como se estivesse morto. Eu mesmo escrevi este livro como se ele estivesse morto. Um dia, no entanto, voltou a aparecer: foi em 18 de julho de 2008.

Nessa manhã todos os jornais espanhóis reproduziram na capa a sua última fotografia. Foi tirada por seu filho Adolfo no dia anterior, e nela Suárez aparece em companhia do rei no jardim da casa de La Florida. Os dois homens estão de costas, andando sob o sol por uma grama recém-cortada em direção a um arvoredor frondoso. O rei está com um terno cinza e apoia a mão direita no ombro direito de Suárez, com ar amistoso ou protetor; Suárez usa uma camisa azul com manga arregaçada, calça bege e sapato marrom. A fotografia capta um momento da visita do rei a Suárez para lhe entregar o colar da Ordem do Tosão de Ouro, a distinção máxima concedida pela Casa Real espanhola; segundo as notícias, o rei também a concedeu a outras figuras de grande relevo no passado recente da Espanha — entre elas o grão-duque João I de Luxemburgo, Beatriz I dos Países Baixos e Margarida II da Dinamarca —, mas ao mequetrefe que o ajudou como ninguém a conservar a Coroa só a concedeu havia pouco mais de um ano, e até esse dia não tivera tempo para entregá-la. A gratidão da pátria.

Capítulo 7

Sabemos o que aconteceu nos serviços de inteligência antes do 23 de fevereiro e durante o 23 de fevereiro, mas o que aconteceu depois? O que aconteceu depois quase não deixa dúvidas, e pode ser contado sucintamente. Os dias posteriores ao golpe foram de grande nervosismo no CESID. Nas sedes do organismo circulavam rumores a respeito da participação de membros da unidade do comandante Cortina na intentona; muitos desses rumores apontavam os três membros da SEA — o sargento Sales, os cabos Monge e Moya —, o capitão Gómez Iglesias, o capitão García-Almenta, subcomandante de Cortina, e o próprio Cortina; todos ou quase todos esses rumores vinham da mesma fonte: o capitão Rubio Luengo e o sargento Rando Parra, a quem na tarde do golpe Monge relatou sua peripécia como guia dos ônibus de Tejero até a Câmara, secundado por Moya e Sales e por ordem de García-Almenta e, segundo a inferência geral, de Cortina. O comandante provavelmente julgava ter criado durante seus cinco anos no comando da AOME, uma organização tão elitista, hermética, fiel e disciplinada como uma ordem de cavaleiros juramentados, mas nesse momento constatou que alguns dos seus homens tinham contas a acertar com ele e estavam decididos a aproveitar a oportunidade para fazê-lo.

Foram eles que se dirigiram a Calderón, o homem forte do serviço, a fim de denunciar Cortina e os outros golpistas da sua unidade. Por motivos óbvios, Calderón tinha pavor de que as responsabilidades pelos fatos de 23 de fevereiro pudessem chegar ao CESID (já tinha bastantes problemas com as acusações de negligência e imprevisão que recaíam sobre ele), modo que conversou com Cortina e, quando este lhe garantiu que a AOME não tinha participado do golpe, exigiu que falasse com seus homens e cessasse os rumores. Nos dias seguintes Cortina se reuniu com Rubio Luengo e Rando Parra: segundo Cortina, tentou demonstrar-lhes que suas acusações eram falsas; segundo Rubio Luengo e Rando Parra, para comprar seu silêncio tentou chantageá-los, tentou suborná-los, ameaçou-os veladamente (segundo Rando Parra as ameaças de alguns companheiros de unidade delatados foram mais diretas, e incluíram insultos, ameaças de morte e a destruição de uma motocicleta). Em meados de março um oficial da AOME contou ao presidente da Comissão de Defesa da Câmara que a direção do CESID estava tentando

ocultar a participação de alguns dos seus companheiros no golpe, e no final do mês, pressionado de fora e de dentro — talvez mais de dentro —, Calderón ordenou uma investigação ao tenente-coronel Juan Jáudenes, chefe da Divisão de Interior. Depois de várias semanas de interrogatórios a acusadores e acusados, Jáudenes fez um relatório que, como era previsível, eximia o CESID em geral e o comandante Cortina e seus subordinados em particular de qualquer vinculação com o golpe.

Tudo foi inútil. Poucos dias depois do início de maio, quando um novo diretor do CESID tomou posse e enviou o Relatório Jáudenes ao juiz nomeado pelo governo para instruir a causa do 23 de fevereiro, o comandante Cortina foi indiciado. Não foi indiciado por causa do relatório, mas é provável que algumas informações nele contidas tenham ajudado a convencer o juiz do seu envolvimento no golpe; foi indiciado por causa do tenente-coronel Tejero. Este, em seus dois primeiros depoimentos ao juiz, não mencionou Cortina nem seu amigo Gómez Iglesias, segundo Tejero porque ambos lhe enviaram por intermédio do seu advogado uma mensagem idêntica: se os delatasse, só conseguiria perder o seu respaldo e do CESID no momento em que estava mais necessitado; porém, no terceiro depoimento, que deu no princípio de abril no castelo de Palma, em El Ferrol, o tenente-coronel afirmou que Cortina foi o verdadeiro instigador do golpe.

Já mencionei as razões dessa mudança: durante aqueles dois meses posteriores ao 23 de fevereiro as defesas de quase todos os acusados tinham elaborado uma estratégia conjunta, estimulada pela imprensa de ultradireita, que consistia em sustentar que seus defendidos eram inocentes do delito de rebelião de que eram acusados porque tinham se limitado a obedecer às ordens dos seus superiores, que obedeciam às ordens de Milans e de Armada, que por sua vez obedeciam às ordens do rei; essa foi sua principal linha argumentação antes do julgamento e durante, e implicar Cortina era não apenas uma forma de envolver no golpe um organismo essencial do Estado, mas, sobretudo, já que era possível relacionar o comandante com Armada e com o rei, uma forma de nele envolver a cúpula do Exército e a Coroa. De modo que no terceiro depoimento que deu ao juiz o tenente-coronel Tejero decidiu prescindir do prometido respaldo do CESID, contou ou inventou seus dois encontros com Cortina e o acusou de tê-lo incentivado a dar o golpe e de ser seu contato com Armada, e no dia 21 de maio, depois de ser interrogado pelo juiz instrutor, comandante

Cortina foi preso sob a acusação de ter participado do golpe. Alguns dias mais tarde, em 13 de junho, o capitão Gómez Iglesias indiciado. Nenhum outro membro da AOME teve o mesmo destino.

Capítulo 8

23 de fevereiro

De certo modo, foi o momento mais perigoso da noite. Era uma e meia da madrugada e, depois do discurso pela televisão em que o rei condenou o ataque à Câmara e exigiu respeito à Constituição, muita gente que até então estava acordada em todo o país, grudada no rádio e na televisão, foi dormir, e quase todo mundo sentiu que a fala do monarca marcava o fim do golpe ou o princípio do fim do golpe. Era um sentimento apenas em parte oportuno. Depois do fracasso de Armada na Câmara, o golpe brando de Armada e Milans havia fracassado, mas não o golpe duro de Tejero, um golpe que pretendia acabar com a democracia mesmo à custa de acabar com a monarquia e que — com o tenente-coronel ainda ocupando a Câmara, com Milans ainda nas ruas de Valencia, com os comandantes ainda na expectativa e com muitos generais, comandantes e oficiais ainda tentados a agir — continuava à espera de que um mínimo movimento de tropas desatasse uma reação em cadeia no Exército. O problema era que naquele ponto, com o rei claramente posicionado contra os golpistas, essa reação implicaria quase forçosamente um enfrentamento armado entre leais e rebeldes à Coroa, o que havia sido uma possibilidade -desde o começo do golpe, mas que provavelmente nunca esteve tão perto de ocorrer como naquele momento, quando as ordens do rei mal estavam começando a erodir a moral dos amotinados e ainda não se havia estabelecido por completo no Exército a certeza de que o golpe não ia triunfar.

Àquela hora, quinze minutos depois do pronunciamento do rei na televisão, dez minutos depois de Armada ter saído da Câmara sem conseguir fazer sua proposta de governo de unidade aos parlamentares, ocorreu o mínimo movimento de tropas esperado pelos golpistas: uma coluna de quinze Land Rovers transportando um comandante, quatro capitães, dois tenentes, cinco suboficiais e cento e nove soldados de tropa surgiu no centro de Madri: chegou até a Carrera de San Jerónimo, rompeu o duplo cordão de isolamento de guardas-civis e policiais

nacionais que cercava a Câmara e, enquanto a multidão que formava rodinhas em torno do hotel Palace tentava entender se o objetivo dos recém-chegados era desalojar os rebeldes ou apoiá-los, se incorporou às forças do tenente-coronel Tejero.

A coluna vinha do quartel-general da Encouraçada Brunete nos subúrbios da capital e estava sob o comando de Ricardo Pardo Zancada, o mesmo comandante do Estado-Maior que, na véspera do golpe, durante uma viagem de ida e volta a Valencia, recebeu de Milans a tarefa de sublevar sua divisão com a ajuda do general Torres Rojas e do coronel San Martín. Ao longo de toda a tarde e toda a noite, Pardo Zancada havia assistido entre perplexo, irado e impotente ao fracasso da rebelião na Brunete, uma vez que Juste, o comandante em chefe, revogou a ordem de saída das tropas dada a todos os regimentos minutos antes do ataque à Câmara; envergonhado com a fuga de Torres Rojas, que pouco depois das oito voltou para La Coruña sem cumprir sua missão, e com a paralisia de San Martín e do resto dos chefes e oficiais da unidade, que tantas vezes se mostraram partidários fervorosos do golpe, pouco antes da uma da madrugada Pardo Zancada trocou o uniforme de passeio pelo de campanha, improvisou sua coluna de veículos ligeiros com a colaboração de vários jovens capitães e com as duas únicas companhias acantonadas no quartel-general e, depois de deixá-la formada durante mais de um quarto de hora nas imediações da barreira de saída como uma forma de desafio ou convite aos seus companheiros, seguiu para a Câmara após constatar que ninguém mais ia engrossá-la e de ameaçar dar um tiro na cabeça do soldado que desobedecesse às suas ordens. Não foi um ato quixotesco.

Como Pardo Zancada se uniu a Tejero quando muita gente achava que o golpe já tinha sido virtualmente neutralizado, muitos pensaram que era um ato quixotesco, ou o que se costuma denominar como tal: um gesto nobre de lealdade a uma causa perdida.

Não foi: é verdade que, ao contrário de muitos de seus companheiros, Pardo Zancada demonstrou não ser um covarde; também é verdade que ele era um idealista com a imaginação demasiadamente inflamada pelas dignidades da perfumaria de heroísmo franquista e um radical demasiadamente imbuído da miscelânea ideológica da ultradireita para se deixar intimidar no último momento, mas não é verdade que o seu ato tenha sido um ato quixotesco. Foi um ato de guerra: a rigor, o único ato de guerra produzido desde que Tejero ocupou a Câmara e

Milans as ruas de Valencia e, portanto, a alfinetada necessária para atirar os militares e liberar os arrebatamentos golpistas reprimidos que agitavam os quartéis havia muitas horas, a faísca que podia incendiar o paiol de pólvora da Brunete e, com ele, todo o Exército. Por esse motivo, o movimento de Pardo Zancada era perigoso; por esse motivo, e provavelmente por um outro. Embora tenha agido em 23 de fevereiro sob as ordens de Milans, é possível que Pardo Zancada tivesse ligações mais ou menos próximas com um grupo de coronéis que por sua vez era ligado a San Martín ou capitaneado por San Martín, um grupo que, conforme explicava em novembro do ano anterior o relatório de Manuel Fernández-Monzón Altolaquirre intitulado “Panorama de las operaciones en marcha”, estava planejando havia meses um golpe duro cujo objetivo era o estabelecimento de uma república presidencialista ou uma junta militar; San Martín e Pardo Zancada aderiram no último momento ao golpe monárquico de Armada e Milans, mas, após o fracasso deste, o golpe dos coronéis era talvez a única alternativa visível para os golpistas em meio à tensão, ao desconcerto e ao caos reinantes, e a ação de Pardo Zancada podia ser uma mola que, ainda que não ativasse a operação, ativava os organizadores e os cúmplices e simpatizantes dos organizadores, incorporando-os ao levante e arrastando à força Milans e os demais comandantes para um golpe que já não poderia mais ser com o rei, e sim contra ele.

É verdade que à uma e meia da madrugada provavelmente poucas pessoas temiam que aquele imprevisto implicasse uma reviravolta suficiente para dar a vitória aos golpistas, mas os primeiros momentos de Pardo Zancada na Câmara pareciam confirmar esses negros prognósticos. A chegada da sua coluna levantou o moral dos guardas-civis revoltados, que estavam começando a ser vítimas do cansaço e do desânimo, conscientes de que o fracasso da negociação entre Armada e Tejero havia impedido um desenlace favorável para o sequestro e de que a cada minuto que passava ficava mais difícil a vinda do Exército em seu auxílio; entretanto, além de proporcionar uma dose momentânea de ânimo aos rebeldes — fazendo-os pensar que a Brunete finalmente tinha aderido ao golpe e que aquele destacamento era apenas a cabeça de ponte do esperado movimento geral —, assim que se pôs sob as ordens de Tejero, Pardo Zancada se concentrou na tarefa de sublevar outras unidades: munido de uma lista telefônica da divisão que tinha conseguido no quartel-general e pulando de telefone em telefone à

medida que os homens que comandavam o cerco à Câmara cortavam as comunicações com o exterior até deixar apenas quatro ou cinco aparelhos em funcionamento dos oitenta de que dispunha o edifício, Pardo Zancada falou (de um escritório do térreo do edifício novo, do posto telefônico, das cabines de imprensa) com numerosos chefes da Brunete com comando em tropa; depois de contar as novidades a San Martín telefonando para o quartel-general, falou com o coronel Centeno Estévez, da Brigada Mecanizada 11, com o tenente-coronel Fernando Pardo de Santayana, do Grupo de Artilharia Antiaérea, com o coronel Pontijas, da Brigada Encouraçada XII, com o tenente-coronel Santa Pau Corzán, do Regimento de Cavalaria Villaviciosa 14. Com todos eles a conversa foi parecida: Pardo Zancada informava o que tinha feito e os exortava a seguir o seu exemplo, garantindo que muitos outros como eles se dispunham a imitar o seu gesto e que bastava estacionar um tanque na Carrera de San Jerónimo para que o golpe fosse irreversível. As reações às suas ligações oscilaram entre o derrotismo de Pardo de Santayana e o entusiasmo de Santa Pau Corzán (“Não se preocupe, Ricardo, não os deixaremos de calças na mão! Vamos com vocês!”), e por volta das três e meia da madrugada seus esforços pareceram frutificar quando um ajudante de Milans ligou para a Câmara anunciando que os regimentos de cavalaria Villaviciosa e Pavía tinham acabado de se revoltar e se dirigiam para a Carrera de San Jerónimo.

Não era verdade, mas — graças ao tenente-coronel De Meer e ao coronel Valencia Remón, que até bem avançada a madrugada estiveram a ponto de tirar seus tanques dos quartéis — faltou pouco para que fosse; também faltou pouco para que pelo menos duas ou três unidades da Brunete imitassem Pardo Zancada. Este também fracassou quando quis divulgar um manifesto em que expunha as razões dos golpistas: o jornal El Alcázar se recusou a publicá-lo em suas páginas; a emissora La Voz de Madrid alegou problemas técnicos para não transmiti-lo: os dois veículos negaram ao comandante um recurso propagandístico que pretendia vencer a indecisão dos seus companheiros de armas em todo o país. Pouco depois de receber a notícia desse duplo revés, Pardo Zancada ligou para Valencia e falou com Milans. Foi a última vez que falaram naquela noite e, embora o comandante não soubesse, àquela altura já fazia várias horas que Milans entendera que o golpe chegava ao fim. Minutos depois do pronunciamento do rei na televisão e de Tejero ter se negado a obedecer no escritório do edifício novo da Câmara, selando

o fracasso do seu golpe brando, Milans recebeu um telex de La Zarzuela no qual o exortavam de forma dramática a acabar com a quartelada.

Nele, depois de reiterar sua decisão de defender a ordem constitucional, o rei dizia: “Qualquer golpe de Estado não poderá se respaldar no rei, é contra o rei”. E também dizia: “Ordeno que retire todas as unidades que tenha deslocado”. E ainda: “Ordeno que diga a Tejero que deponha imediatamente a sua atitude”. E finalmente: “Juro que não abdicarei da Coroa nem abandonarei a Espanha. Quem se revoltar está disposto a provocar, e será responsável por ela, uma nova guerra civil”. Esse ultimato parece ter vencido a resistência de Milans, que assim que o recebeu emitiu a ordem de retorno aos aquartelamentos a todos os seus grupos táticos, mas a tensão no comando militar de Valencia ainda se prolongou durante várias horas, e não somente por causa das tentativas fracassadas de prender seu titular instruídas pelo general Gabeiras no quartel-general do Exército, mas principalmente porque as dúvidas não deixavam de atormentar Milans nem lhe permitiam dar o braço a torcer, como se esperasse que alguma adesão de última hora ainda pudesse dar a vitória aos golpistas ou como se tivesse vergonha de abandonar à própria sorte os ocupantes da Câmara, os quais, afinal de contas, ele tinha colocado lá. Não houve nenhuma outra adesão, ninguém se atreveu a desobedecer ao rei, os coronéis liderados por San Martín ou ligados a San Martín decidiram permanecer escondidos à espera de uma ocasião mais propícia e, depois de se convencer de que tampouco podia fazer alguma coisa por Tejero e por Pardo Zancada (ou de que o melhor que podia fazer por eles era justamente abandoná-los, para provocar sua rendição e acabar com o sequestro), Milans admitiu a derrota. Deve ter sido isso o que ele disse a Pardo Zancada na última vez que falaram por telefone naquela noite: que nenhum comandante apoiava o golpe e que ele havia chamado as tropas de volta para os quartéis e anulado o decreto do estado de exceção; só acrescentou que tentasse convencer Tejero a aceitar o acordo que Armada lhe havia oferecido horas antes e que o tenente-coronel recusara. Naquele momento esse pedido já era absurdo, além de inútil, e ambos sabiam que era inútil — e absurdo.

“Meu general”, disse Pardo Zancada. “Não quer falar diretamente com o tenente-coronel?” “Não”, respondeu Milans. “Fale você.” “Às suas ordens, meu general”, disse Pardo Zancada. “Quer mais alguma coisa de mim?” “Nada, Pardo”, disse Milans. “Um forte abraço.” Eram quatro e

meia da manhã do dia 24 e o golpe ainda não havia terminado, mas definitivamente sua natureza tinha mudado: até então era um problema político e militar; a partir de então, fracassados o golpe brando de Armada e Milans e sua tentativa improvisada de transformá-lo no golpe duro de Tejero, era apenas um problema de ordem pública: tudo consistia agora em encontrar uma saída sem violência para o sequestro do governo e dos deputados. E, na realidade, àquela altura da madrugada — à medida que depois do discurso do rei na televisão choviam condenações ao golpe de organizações políticas, sindicais e profissionais, governos autônomos, prefeituras, parlamentos, da imprensa e de um país inteiro que tinha ficado em silêncio até que vislumbrou o fracasso dos golpistas —, o interior da Câmara começava a ficar maduro para a capitulação, ou pelo menos era o que pensavam os homens que dirigiam o cerco ao prédio e já tinham descartado a ideia de assaltá-lo com grupos de operações especiais por temor a um massacre e concluíram que bastava deixar o tempo correr para que a falta de apoio externo os fizesse sucumbir: com exceção dos principais líderes políticos, isolados durante a noite toda em outras dependências da Câmara, os parlamentares continuavam no plenário, fumando e cochilando e trocando notícias contraditórias em voz baixa, a cada minuto mais certos da derrota do golpe, vigiados por guardas-civis que tentavam fazê-los esquecer as agressões dos primeiros instantes do sequestro tratando-os cada vez com mais consideração porque estavam cada vez mais desmoralizados pela evidência da sua solidão, mais dizimados pelo sono, pelo cansaço e pelo desânimo, mais arrependidos de ter embarcado ou de se deixar embarcar naquela odisseia sem saída, mais assustados com o futuro que os esperava e mais impacientes de que tudo aquilo terminasse o quanto antes.

Pouco antes de amanhecer tiveram início as tentativas de negociar a rendição dos rebeldes. A primeira partiu do comando militar de Madri (ou talvez de La Zarzuela) e o encarregado de realizá-la foi o coronel San Martín; o segundo partiu do quartel-general do Exército e o encarregado foi o tenente-coronel Eduardo Fuentes Gómez de Salazar. As duas tentativas pretendiam tirar Pardo Zancada do Congresso (a teoria era de que, se ele saísse, Tejero não ia demorar a segui-lo), mas, embora San Martín parecesse a pessoa ideal para fazê-lo, porque era amigo e superior hierárquico imediato de Pardo Zancada e provavelmente porque muitos suspeitavam que estava envolvido de algum modo no golpe, a

primeira falhou; mas a segunda não. O tenente-coronel Fuentes era um oficial que servia na Divisão de Inteligência Exterior do quartel-general do Exército e tinha uma amizade de muitos anos com Pardo Zancada: ambos haviam trabalhado sob as ordens de San Martín no serviço de inteligência do almirante Carrero Blanco, ambos faziam parte do comitê de redação da revista militar Reconquista e ambos defendiam ideias radicais; naquela noite Pardo Zancada e ele tinham se falado várias vezes pelo telefone, dando ânimo um ao outro, mas por volta das oito da manhã Fuentes já admitia que a permanência do amigo na Câmara carecia de sentido e decidiu pedir autorização dos seus superiores para falar com ele e tentar fazê-lo desistir. A ideia foi bem recebida no quartel-general, deram-lhe a autorização e, após passar pelo posto de comando do cerco no hotel Palace — onde os generais Aramburu Topete e Sáenz de Santamaría lhe exigiram que só aceitasse condições de rendição que julgasse absolutamente razoáveis — pouco depois das nove se dirigiu aos guardas-civis que controlavam a cerca de acesso à Câmara e pediu para falar com Pardo Zancada.

Assim começou o epílogo do golpe.

A essa altura já fazia várias horas que o país havia acordado com um resolutivo e tardio ardor antigolpista, os jornais esgotavam edições especiais com manchetes explodindo de entusiasmo pelo rei e pela Constituição e de invectivas contra os amotinados e, embora todas as cidades tenham voltado à agitação de uma manhã qualquer de inverno seguindo a ordem de normalidade dada por La Zarzuela e pelo governo provisório, em Madri mais de quatro mil pessoas se aglomeravam nos arredores da Carrera de San Jerónimo, convulsionados durante a noite por bandos de ultradireitistas, dando vivas à liberdade e à democracia; a essa altura os sequestradores praticamente não controlavam mais a situação dentro da Câmara: por volta das oito da manhã os parlamentares se negaram com gritos de protesto a tomar o café da manhã com as provisões oferecidas — leite, queijo, presunto de York —, por volta das nove os guardas-civis tiveram que reprimir e ameaçar com armas um início de motim protagonizado por Manuel Fraga e secundado por vários dos seus colegas, e faltava pouco mais de uma hora para que Tejero permitisse a saída das deputadas e para que várias dezenas de guardas-civis se entregassem às forças leais pulando pela janela da sala de imprensa do prédio novo da Câmara para a Carrera de San Jerónimo. Esses sinais de debandada explicam por quê, ao contrário do coronel

San Martín algumas horas antes, o tenente-coronel Fuentes encontrou um Pardo Zancada predisposto a negociar uma saída. A negociação, no entanto, foi longa e trabalhosa. Pardo Zancada pediu para sair da Câmara ao mesmo tempo que Tejero, pediu para fazê-lo no comando de sua unidade e ir entregá-la no quartel-general da Brunete, pediu que não responsabilizassem nenhum de seus homens salvo ele mesmo, pediu que não houvesse fotógrafos nem câmeras de televisão no momento da saída.

Fuentes considerou aceitáveis todas as condições menos uma. Não vão poder deixar em liberdade os capitães, objetou. Certo, respondeu Pardo. Então de tenente para baixo. Fuentes voltou para o Palace, onde rapidamente aprovaram o que tinha combinado, da mesma maneira que o fez o general Gabeiras no quartel-general do Exército, e o tenente-coronel logo depois voltou à Câmara para tentar convencer Tejero também. Após reunir-se com seus Oficiais e seus guardas, Tejero assinou as exigências de Pardo Zancada, mas suavizou algumas e acrescentou outras, entre elas a de que o general Armada garantisse o acordo com a sua presença. Fuentes anotou tudo numa folha de bloco, e quando estava voltando para o Palace se encontrou com o general Aramburu Topete a alguns metros da entrada em companhia do general Armada, a quem mandou chamar para reforçar as negociações. Houve mais conchavos, mais idas e vindas entre a Câmara e o Palace, e por volta das onze e meia a rendição se consumou: no pátio que separa o edifício novo do edifício velho, em cima do teto de um dos Land Rovers de Pardo Zancada, na presença deste, de Tejero, de Fuentes e de Aramburu Topete, o general Armada avalizou o cumprimento dos pontos do acordo assinando a folha onde Fuentes os havia anotado. Meia hora mais tarde começou o desalojo da Câmara.

Aconteceu de forma organizada: o presidente da Câmara encerrou a sessão regulamentarmente e os parlamentares começaram a sair; entretanto, uma última humilhação os esperava no pátio, onde Pardo Zancada tinha formado sua coluna de soldados em linhas de três para obrigá-los a passar à sua frente, moídos pelos efeitos da noite em claro e observados de longe pela multidão que os esperava às portas do Palace, antes de voltar à liberdade na Carrera de San Jerónimo.

Um dos primeiros parlamentares a sair foi Adolfo Suárez. Saiu sozinho, cheio de urgências, ignorando os soldados formados no pátio, mas quando atravessou o portão de entrada e se dirigiu para o seu carro

oficial notou a presença do general Armada e, como tinha ouvido em algum momento das suas longas horas de isolamento no quarto dos meirinhos que o antigo secretário do rei estava negociando uma solução para o sequestro, Suárez virou-se para ele, cumprimentou-o calorosamente e quase o abraçou, convencido de que o homem que sempre havia considerado um golpista em potencial e nos últimos tempos o articulador de delicadas operações políticas contra o governo afinal fora o responsável por sua libertação e pelo fracasso do golpe. Outros deputados imitaram o gesto de Suárez, entre eles o general Gutiérrez Mellado, mas no futuro quase todos se lembrariam muitas vezes da cara de cadáver do general Armada enquanto recebia suas efusões. Era meio-dia em ponto de uma terça-feira gelada e brumosa, tinham acabado de transcorrer as dezessete horas e meia mais confusas e decisivas do último meio século de história da Espanha, e o golpe de 23 de fevereiro havia terminado.

Epílogo

PRÓLOGO DE UM ROMANCE

Capítulo 1

O julgamento do golpe de estado de 23 de fevereiro foi realizado entre 19 de fevereiro e 3 de junho de 1982, no depósito de papel do Serviço Geográfico do Exército, em Campamento, uma área de instalações militares próxima a Madri: em meio a estritas medidas de segurança e durante intermináveis sessões pela manhã e à tarde, numa sala lotada de familiares, advogados, jornalistas, comissões militares, convidados e observadores. O tribunal era composto por trinta e três generais do Tribunal Supremo de Justiça Militar, órgão máximo da jurisdição castrense, e as pessoas julgadas eram trinta e três, todos militares, menos um civil. É um número ridículo se comparado com o número real de envolvidos no golpe; a razão dessa disparidade é clara: o governo de Leopoldo Calvo Sotelo, desde que, três dias depois do motim, nomeou um juiz especial para investigar o caso, e no decorrer dos quatro meses exatos que durou a instrução do sumário, fez tudo o que pôde para restringir ao máximo o número de acusados porque pensava que a cambaleante democracia posterior ao golpe não resistiria ao desfile de centenas de militares de alta patente pela sala do júri e ao exame rigoroso de seus cúmplices civis, um exame capaz de atingir os muitos membros da classe dirigente que, sabendo ou sem saber, criaram a placenta do golpe.

De fato, no tempo transcorrido entre o golpe e a audiência do julgamento, enquanto nos quartéis e nos jornais de ultradireita crescia uma campanha destinada a culpar o rei para desculpar os golpistas, alguns acusados chegaram a acalantar a esperança de que o julgamento não se realizaria, e pouco antes do início das sessões o próprio presidente do governo reuniu os diretores dos principais jornais nacionais pedindo-lhes que evitassem publicar notícias capazes de ofender os militares, que não transformassem suas páginas em um alto-falante propagandístico involuntário dos golpistas e que por isso informassem o que ia acontecer na sala do Serviço Geográfico do Exército num tom baixo, praticamente em surdina.

O julgamento aconteceu, a esperança de impunidade dos processados se frustrou, mas os jornais recusaram a autocensura que o governo lhes pedia, e durante os mais de três meses de interrogatórios públicos os espanhóis tiveram notícias diárias e exaustivas sobre o golpe

e os golpistas contaram com um potente amplificador para cada uma das suas palavras, fato que, ao contrário do que o governo temia, contribuiu para desprestigiá-los ante a maioria do país, embora aos olhos dos seus incondicionais tenha incrementado o seu prestígio. Foi o julgamento mais longo da história da Espanha. Como os juízes e os acusados eram militares, e o Exército uma instituição meticulosamente endogâmica, no fundo se tratava de um julgamento quase impossível: juízes e acusados tinham compartilhado quartéis e vilas militares, suas mulheres eram amigas e faziam compras nas mesmas lojas, seus filhos eram amigos e estudavam nos mesmos colégios; alguns juízes poderiam perfeitamente estar no lugar dos acusados e alguns acusados no lugar dos juízes. Desde o primeiro momento os golpistas, seus defensores e seus familiares tentaram transformar a sala da audiência e suas imediações no cenário de uma sórdida palhaçada, e até certo ponto conseguiram: praticamente não houve um dia em que não se registrassem tumultos, protestos, gritos, aplausos, julgamentos, ameaças, expulsões, interrupções ou provocações, de tal maneira que, à medida que o tempo passava, os acusados e seus defensores foram se encorajando a ponto de conseguir intimidar o tribunal, o que explica por que antes das deliberações para o veredicto foi substituído o general que o presidia, fraco demais para suportar a pressão a que estava sendo submetido e manter sob controle a intimidação dos golpistas.

Desde o primeiro momento também ficou claro que a estratégia das defesas dividia os acusados em dois grupos antagônicos: um formado pelo general Armada, pelo comandante Cortina e pelo capitão Gómez Iglesias, subordinado de Cortina na AOME; o outro formado por todos os demais, liderados pelo general Milans e o tenente-coronel Tejero. Os primeiros se limitaram a defender-se com mais ou menos eficiência do delito de rebelião militar de que eram acusados, tentando para isso se desvincular do golpe e dos demais réus; já os segundos — com exceção do comandante Pardo Zancada, que assumiu de peito aberto sua responsabilidade nos acontecimentos — tentaram se vincular aos primeiros e, por intermédio deles, ao rei, com vistas a transformar aquele Conselho de Guerra num julgamento político e se apresentando como um grupo de homens de honra que agiu sob as ordens de Armada, que por sua vez agiu sob as ordens do rei, a fim de salvar um país corrompido por um regime político corrompido e uma classe política

corrompida; gozavam portanto da atenuante militar da obediência devida e da atenuante política do estado de necessidade.

Juridicamente essa linha de defesa parecia lógica: ou Armada tinha dito a verdade para Milans em suas reuniões conspiratórias e o golpe de Estado era uma operação desejada pelo rei, e nesse caso os acusados não eram culpados segundo os seus defensores porque tinham se limitado a obedecer ao rei por intermédio de Armada e Milans, ou então Armada tinha mentido para Milans e o rei não desejava o golpe, e portanto o único culpado de tudo era Armada; na verdade era uma linha de defesa contraditória e desatinada: contraditória porque a atenuante da obediência devida negava atenuante do estado de necessidade: se os golpistas consideravam necessário ou indispensável um golpe de Estado, era porque conheciam a situação do país .e portanto não agiram ingenuamente e às cegas sob as ordens do rei; desatinada porque era absurdo pretender que a figura jurídica da obediência devida abarcasse afrontas como o ataque à Câmara ou a invasão de Valencia pelos tanques. Foi assim que, à base de contradições e desatinos, o julgamento se transformou num festival de mentiras no qual, com exceção de Pardo Zancada, nenhum dos acusados disse o que deveria ter dito: que fizeram o que fizeram porque achavam que era o que devia ser feito, aproveitando que Milans dizia que Armada dizia que o rei dizia que era o que devia ser feito, e que de qualquer forma teriam feito o que fizeram mais cedo ou mais tarde, porque era o que, como muitos dos seus companheiros, estavam desejando fazer havia muito tempo.

Na audiência os protagonistas do golpe se comportaram como o que eram: Tejero, como um caipira brutalizado imbuído de boas intenções; Milans, como um flibusteiro uniformizado e desafiante; Armada, como um cortesão rico em dubiedades: isolado, desprezado e insultado por quase todos os companheiros de banco, que exigiam que delatasse o rei ou reconhecesse que tinha mentido, Armada por um lado negava o envolvimento do monarca, mas por outro o insinuava com suas proclamações de lealdade à Coroa e mais ainda com os seus silêncios, que sugeriam que se calava para proteger o rei; quanto ao comandante Cortina, demonstrou ser de longe o mais inteligente dos réus: desmontou todas as acusações que pesavam sobre ele, driblou todas as armadilhas que o promotor e as defesas lhe fizeram e, como escreveu Martín Prieto — repórter do *El País* nas sessões do julgamento —, submeteu seus interrogadores a “um sofrimento superior à capacidade humana de

resistência”. Os últimos dias foram difíceis para Armada, Cortina e Gómez Iglesias; embora tivessem convivido durante meses sem grandes problemas com os outros acusados no alojamento do Serviço Geográfico, à medida que se aproximava a hora do veredicto e ficava evidente que todos ou quase todos iam ser condenados, as relações entre os dois grupos se tornaram insustentáveis, e no dia em que Tejero tentou agredir Cortina ao término da sessão matutina, o tribunal decidiu proteger os três dissidentes confinando-os em uma ala isolada do alojamento.

Finalmente, no dia 3 de junho, o tribunal emitiu a sentença: Tejero e Milans foram condenados a trinta anos de prisão — a pena máxima —, mas Armada a apenas seis, da mesma forma que Torres Rojas e Pardo Zancada, e todos os outros chefes e oficiais se safaram com penas que variavam entre um e cinco anos; todos menos Cortina, que foi absolvido, assim como um capitão da Brunete e um capitão e nove tenentes que acompanharam Tejero até a Câmara.

Não era uma condenação indulgente, era quase um convite para repetir o golpe, e o governo recorreu aos magistrados civis do Supremo Tribunal. Menos de um ano depois o supremo ditou a sentença definitiva; a maioria dos processados teve sua condenação pelo menos duplicada: Armada passou de seis para trinta anos, Torres Rojas e Pardo Zancada de seis para doze, Ibáñez Inglés de cinco para dez, San Martín de três para dez, e assim sucessivamente, e até os tenentes que invadiram a Câmara e haviam sido absolvidos pelo primeiro tribunal também foram condenados.

O Supremo só confirmou a pena de trinta anos imposta a Milans e Tejero e a absolvição de Cortina e dos outros dois capitães. Talvez o castigo continuasse benevolente, mas não havia mais tribunais para apelar e os golpistas começaram a sair das prisões pouco depois da sua firme condenação. Alguns foram forçados a deixar o Exército, mas quase todos os que tiveram oportunidade permaneceram nele, incluindo, é claro, os guardas-civis e suboficiais que, apesar de terem metralhado o plenário da Câmara e sacudido o general Gutiérrez Mellado, nem sequer foram processados.

Alguns oficiais fizeram carreiras destacadas depois do golpe: Manuel Boza — um tenente que a gravação do ataque à Câmara mostra interpelando Adolfo Suárez, provavelmente repreendendo ou xingando — reingressou na Guarda Civil após cumprir uma pena de doze meses

de prisão, e nos anos posteriores recebeu as seguintes condecorações por seus méritos excepcionais e conduta irrepreensível: Cruz do Mérito da Guarda Civil com Distintivo Branco, Real Ordem de São Hermenegildo, Placa de São Hermenegildo e Comenda de São Hermenegildo; Juan Pérez da Lastra — um capitão cujo entusiasmo golpista não impediu que na noite de 23 de fevereiro largasse seus homens na Câmara para ir dormir algumas horas em casa e retornar depois sem que ninguém notasse sua ausência — também voltou para a Guarda Civil uma vez cumprida a pena, e em 1996 se reformou com o posto de coronel São Hermenegildo, Comenda de São Hermenegildo e Placa de São Hermenegildo. A gratidão da pátria.



Os principais responsáveis pelo 23 de fevereiro demoraram mais tempo para sair da prisão; alguns morreram. O último a voltar à liberdade foi o tenente-coronel Tejero, que um ano depois do golpe tentou em vão se candidatar às eleições com um efêmero partido chamado Solidariedade Espanhola cujo slogan de campanha era: “Ponha Tejero na Câmara com o seu voto”; como muitos de seus companheiros, durante os anos de reclusão ele levou uma vida confortável, tratado com atenção por alguns diretores das penitenciárias onde esteve e transformado em ícone da ultradireita, mas quando saiu da prisão, em 1996, não era mais ícone de nada ou apenas um ícone pop, e suas únicas atividades conhecidas depois disso são pintar quadros que ninguém compra e mandar aos jornais cartas que ninguém lê, além de comemorar todo mês de fevereiro o aniversário da sua gesta. Milans morreu em Madri em julho de 1997; foi enterrado na cripta do Alcázar de Toledo, onde havia iniciado o seu histórico de guerra como herói franquista; tal como Tejero, ele nunca se arrependeu de ter organizado o 23 de fevereiro, mas abandonou o seu monarquismo, e ao longo dos anos que passou na prisão instigou ou abençoou quase todas as tentativas de golpe de Estado, incluindo aquela que, em 2 de junho de 1985, planejava assassinar a cúpula do Exército, o presidente do governo e a família real inteira durante um desfile militar. Armada, em contraste, continuou monárquico, ou pelo menos é o que ele afirma, mas

em nenhuma das suas muitas declarações públicas — nem certamente nas suas melosas e embusteiras memórias — deixou de alimentar a ambiguidade sobre o papel do rei no golpe; foi indultado por um governo socialista no final de 1988, e desde então divide o tempo entre sua casa de Madri e seu paço em Santa Cruz de Rivadulla, em La Coruña, uma aristocrática mansão barroca onde até pouco tempo cuidava pessoalmente de um viveiro que produz cem mil espécies de camélias. Quanto a Cortina, o que aconteceu com ele depois do golpe merece uma explicação menos sucinta. Na madrugada de 14 de junho de 1982, um pouco mais de um mês depois de promulgada a sentença do Tribunal de Justiça Militar que absolvía o comandante de inteligência, quatro potentes cargas explosivas mandaram pelos ares as quatro sedes secretas da AOME.

As bombas explodiram quase ao mesmo tempo, numa operação sincronizada que não fez vítimas, e no dia seguinte os meios de comunicação atribuíram o ataque a uma nova ofensiva terrorista do ETA. Errado: o ETA jamais reivindicou essa ação, que tinha a assinatura da Guarda Civil e que só podia ter sido realizada contando com relatórios de membros da AOME. Ainda sob o efeito da enorme tensão militar provocada pelo Conselho de Guerra generalizado e pela condenação de alguns dos chefes mais influentes do Exército, houve quem interpretasse o quádruplo atentado como um sinal de que um novo golpe militar estava em andamento e como um aviso ao CESID de que dessa vez não se intrometesse no caminho dos seus organizadores; o mais provável é que tenha sido um aviso mais pessoal: muitos militares e guardas-civis estavam furiosos com o CESID porque não apoiou o golpe em 23 de fevereiro e fez todo o possível para impedi-lo, mas estavam ainda mais furiosos com Cortina, que segundo eles arrastou os golpistas para a aventura, depois os abandonou no meio do caminho e, apesar de tudo, conseguiu sair ileso do julgamento. Esse detestável precedente e certa coincidência de datas e lugares explicam as dúvidas suscitadas por um episódio ocorrido um ano mais tarde, em 27 de julho de 1983. Nesse dia, poucos meses depois de o Tribunal Supremo ter emitido a sentença definitiva multiplicando por duas a pena da maioria dos condenados pelo 23 de fevereiro e confirmando a absolvição de Cortina, o pai deste morreu num incêndio em sua casa; o fato de que o lugar fosse o mesmo onde aconteceu, segundo Tejero, seu encontro com o comandante nos dias anteriores ao golpe, para não falar das circunstâncias em que o

incêndio ocorreu — às quatro da tarde e enquanto o pai de Cortina dormia —, acabou robustecendo a hipótese de vingança. Cortina e os investigadores atribuíram o incêndio a um curto-circuito; a explicação não convenceu quase ninguém, porém nem sempre a verdade convence.

Seja como for, depois do julgamento Cortina se reintegrou ao Exército; no entanto nunca voltou aos serviços de inteligência — todos os seus destinos a partir de então eram relacionados com a logística —, não conseguiu dissipar as suspeitas que pesavam sobre ele, sua equívoca reputação o perseguiu em toda parte e nos anos seguintes o Exército praticamente não teve um escândalo sem que alguém pretendesse relacionar seu nome. Em 1991, já promovido a coronel, foi exonerado do cargo por facilitar o vazamento para a imprensa de planos secretos de operações militares, contudo, embora afinal tenha sido absolvido da acusação de negligência, a essa altura já havia pedido sua passagem para a reserva. Depois, assessorou durante algum tempo um vice-presidente do governo de José María Aznar; atualmente tem uma consultoria de assuntos de logística chamada 12V e participa de uma empresa de segurança familiar.

Enquanto termino este livro, ele é um ancião atlético, com cabelo branco e ralo, uma careca pontilhada de sardas, óculos de aro dourado e nariz de boxeador, um homem afável, irônico e risonho que tem um retrato autografado do rei no seu escritório e que há muitos anos não quer nem ouvir falar do 23 de fevereiro.

Capítulo 2

Durante os meses seguintes ao fracasso do golpe de Estado alguns políticos e jornalistas democratas repetiram com frequência que o golpe tinha vencido, ou que pelo menos não tinha fracassado completamente. Era uma imagem retórica, um modo de alertar contra o que consideravam um encolhimento da democracia depois do 23 de fevereiro. O golpe não venceu, nem mesmo parcialmente, mas no curto prazo alguns objetivos políticos dos golpistas pareceram se realizar. Qual era teoricamente o objetivo político fundamental dos golpistas? Para Armada, para Cortina, para quem pensava como Armada e Cortina — não para Milans nem para Tejero, nem para quem pensava como Milans e Tejero, que sem dúvida eram a maioria dos golpistas —, o objetivo político fundamental do 23 de fevereiro consistia em proteger a monarquia, retificando ou recortando ou encolhendo uma democracia que a seu ver constituía uma ameaça para ela, e enraizá-la na Espanha.

Para atingir esse objetivo fundamental seria preciso atingir outro objetivo fundamental: acabar com a carreira política de Adolfo Suárez, que era o principal responsável por aquele estado de coisas; depois seria preciso acabar com aquele estado de coisas: seria preciso acabar com o risco de um golpe duro e antimonárquico, seria preciso acabar com o terrorismo, seria preciso acabar com o Estado das Autonomias ou colocá-lo entre parêntese ou diminuir suas pretensões e reafirmar o sentimento nacional, seria preciso acabar com a crise econômica, seria preciso acabar com uma política internacional que irritava os Estados Unidos porque distanciava a Espanha do bloco ocidental, seria preciso estreitar as margens de tolerância em todos os âmbitos, seria preciso dar uma lição na classe política e seria preciso devolver a confiança perdida ao país. Esses eram teoricamente, insisto, os objetivos do 23 de fevereiro. Nos meses posteriores ao golpe — enquanto o país tentava assimilar o que acontecera aguardando o julgamento dos golpistas com mais ceticismo que temor, e enquanto o governo e a oposição praticavam uma política de apaziguamento com os militares e certos políticos e muitos jornalistas denunciavam a realidade de uma democracia vigiada pelo Exército —, alguns deles se realizaram imediatamente.

A carreira política de Adolfo Suárez terminou no próprio 23 de fevereiro, exatamente quando fez o seu último ato verdadeiramente

político ao permanecer sentado em sua cadeira enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário da Câmara: sem o golpe, Suárez talvez tivesse alguma possibilidade de voltar ao poder; com o golpe não tinha nenhuma: provavelmente podemos admirar os heróis, provavelmente podemos admirar até mesmo os heróis da retirada, mas não queremos que eles nos governem, de modo que depois do 23 de fevereiro Suárez não passava de um sobrevivente de si mesmo, um político póstumo. Depois do golpe de Estado, em todas as repartições públicas, em todas as prefeituras, em todas as assembleias dos partidos e em todas as sedes dos governos autônomos floresceram subitamente bandeiras nacionais, e todas as prisões se encheram de delinquentes comuns. O golpe de Estado, como dizem frequentemente, foi a vacina mais eficaz contra outro golpe de Estado, e é verdade: depois do 23 de fevereiro o governo de Leopoldo Calvo Sotelo investiu trilhões na modernização das Forças Armadas e fez um expurgo profundo substituiu a Junta de Chefes de Estado-Maior em bloco, passou para a reserva os generais mais franquistas, rejuvenesceu os comandos, controlou severamente as promoções e remodelou os serviços de inteligência — e, embora depois de 1981 tenham havido várias tentativas de rebelião militar, a realidade é que foram organizadas por uma minoria cada vez mais excêntrica e isolada, porque o 23 de fevereiro não desacreditou os golpistas apenas ante a sociedade, mas também ante os próprios companheiros de armas, precipitando assim o final de uma tradição de dois séculos de golpes militares. Três meses depois do 23 de fevereiro, o governo assinou o tratado de adesão à Otan que Suárez tinha se negado a assinar durante anos, o que tranquilizou os Estados Unidos, contribuiu para civilizar o Exército, deixando-o em contato com exércitos democráticos, e inseriu totalmente o país no bloco ocidental.

Um pouco mais tarde, no início de junho, o governo, os empresários e os sindicatos, com o apoio de outros partidos políticos e uma intenção semelhante à dos Pactos de La Moncloa, assinaram um Acordo Nacional de Emprego que freou a extinção diária de milhares de postos de trabalho, reduziu a inflação e representou o início de uma série de mudanças que anunciavam o começo da recuperação econômica de meados dos anos 1980. E quarenta e cinco dias depois o governo e a oposição assinaram em meio a grandes protestos dos nacionalistas a chamada LOAPA, uma lei orgânica que, fundamentada na necessidade de racionalizar o Estado autonômico, tentou brevar a sua descentralização.

Os terroristas não pararam de matar, certamente, mas sem dúvida depois do golpe mudou a atitude do país em relação a eles: a esquerda decidiu retirar os álibis que costumava dar-lhes, as Forças Armadas começaram a sentir a solidariedade da sociedade civil e os governos se puseram a lutar contra o ETA com instrumentos que Suárez nunca se atreveu a utilizar: em março de 1981, Calvo Sotelo autorizou a intervenção do Exército na luta antiterrorista nas fronteiras terrestres e marítimas. Foi só dois anos mais tarde, assim que chegaram ao poder, que os socialistas criaram o CAI, um grupo de mercenários financiado pelo Estado que iniciou uma campanha de sequestros e assassinatos de terroristas no Sul da França.

O aumento da beligerância social contra o terrorismo era apenas um aspecto de uma mudança social mais ampla. Dezessete horas e meia de humilhação no plenário da Câmara foram um corretivo suficiente para a classe política, que subitamente pareceu adquirir uma maturidade forçada, interrompeu por um tempo as furiosas rixas intrapartidárias e a furiosa voracidade de poder que tinham servido para criar a placenta do golpe, parou de especular com operações turvas de engenharia constitucional e não voltou a mencionar governos de gestão ou concentração ou salvação ou unidade nem a envolver neles o Exército; não menos duro foi o corretivo para a maioria do país, que tinha aceitado o franquismo com passividade, depois se encantou com a democracia e mais tarde parecia decepcionada: de repente a desilusão evaporou e todos pareceram redescobrir com entusiasmo as vantagens da liberdade, e provavelmente a melhor prova disso é que um ano e meio depois do golpe uma desconhecida maioria de espanhóis decidiu que não haveria reconciliação real até que os herdeiros dos perdedores da guerra voltassem a governar, permitindo uma alternância no poder que consolidou a democracia e a monarquia. Esse foi outro efeito secundário que é difícil não incluir pelo menos em parte na conta do 23 de fevereiro: no início de 1981 ainda era difícil imaginar o Partido Socialista governando a Espanha, mas em outubro do ano seguinte ele chegou ao poder com dez milhões de votos e todos os louvores da monarquia e do Exército, dos empresários e dos financistas e dos jornalistas, de Roma e Washington.

É verdade: nada disso aconteceu graças ao golpe, e sim apesar do golpe; não aconteceu porque o golpe tenha vencido, mas sim porque

fracassou e porque seu fracasso convulsionou o país e pareceu mudá-lo de vez.

Mas sem o golpe essa convulsão não teria ocorrido, nem essa mudança, ou pelo menos não como ocorreu e com a rapidez com que ocorreu, e sobretudo não teria ocorrido o mais importante, pois a Coroa ganhou um poder e uma legitimidade com que antes do golpe não tinha sequer sonhado. O poder do rei provinha de Franco, e sua legitimidade provinha do fato de ter renunciado aos poderes ou a uma parte dos poderes de Franco para dar espaço à soberania popular e transformar-se em monarca constitucional; mas era uma legitimidade precária, que tirava poder efetivo do rei e o deixava exposto aos vaivéns de uma história que destronara muitos dos seus antecessores. O golpe de Estado blindou a Coroa: atuando à margem da Constituição, usando a última carta de poder de um rei sem poder — a que tinha como chefe simbólico do Exército e herdeiro de Franco —, o rei freou o golpe e se converteu em salvador da democracia, o que deu legitimidade à monarquia e fez dela a instituição mais sólida, mais querida, mais popular, mais resguardada contra a crítica e, no fundo, a mais poderosa do país. É o que continua sendo hoje, para a incredulidade de ultratumba dos antepassados do rei e para a inveja de todas as monarquias do continente. Ou, em outras palavras: se antes do 23 de fevereiro os golpistas tivessem feito um cálculo de riscos e benefícios e chegado à conclusão de que para a monarquia parlamentar era menos perigoso dar um golpe ou permitir que o dessem do que não dá-lo, ou se tivessem planejado o golpe não para destruir a democracia, mas para encolhê-la por um tempo e resguardar assim a monarquia num momento de crise e enraizá-la no país, então haveria motivos para sustentar que o golpe de 23 de fevereiro foi vitorioso, ou pelo menos que não fracassou por completo. Entretanto, é mais adequado dizer o seguinte: o golpe de Estado fracassou por completo e foi o seu completo fracasso que fez do sistema democrático em forma de monarquia parlamentar o único sistema de governo verossímil na Espanha, e por isso também é possível dizer que, como se tivesse querido insinuar que a violência é a jazida da história, a matéria de que é feita, que só um ato de guerra pode revogar outro ato de guerra — como se tivesse querido insinuar que só um golpe de Estado pode revogar outro golpe de Estado, que só um golpe de Estado poderia revogar o golpe de Estado que no dia 18 de julho de 1936 gerou a guerra e sua prolongação por outros meios que foi o

franquismo —, o 23 de fevereiro não encerrou apenas a transição e o pós-guerra franquista: o 23 de fevereiro encerrou a guerra.

Capítulo 3

Terá razão Borges, e é verdade que qualquer destino, por mais longo e complicado que seja, consta na verdade de um único instante, o instante em que um homem sabe para sempre quem é? Volto a olhar para a imagem de Adolfo Suárez na tarde de 23 de fevereiro e, como se não a tivesse visto centenas de vezes, ela volta a me parecer hipnótica e radiante, real e irreal ao mesmo tempo, minuciosamente carregada de sentido: os guardas-civis atirando no plenário, o general Gutiérrez Mellado de pé ao seu lado, a mesa da Câmara deserta, os taquígrafos e os meirinhos deitados no chão, os parlamentares deitados no chão e Suárez encostado no couro azul da sua poltrona de presidente enquanto as balas zunem ao seu redor, sozinho, estatuário e espectral em meio a um deserto vermelho de assentos vazios. É uma imagem fugidia. Se não estou enganado, nos gestos paralelos de Gutiérrez Mellado e Santiago Carrillo há uma lógica que sentimos de imediato, mais com o instinto que com a inteligência, como se fossem dois gestos necessários para os quais ambos tivessem sido programados pela história e por suas biografias contrapostas de antigos inimigos de guerra.

O gesto de Suárez é quase idêntico, mas ao mesmo tempo sentimos que é diferente e mais complexo, ou pelo menos é o que eu sinto, sem dúvida porque também sinto que o seu significado completo me escapa. É verdade que se trata de um gesto de coragem e de graça e de rebeldia, um gesto soberano de liberdade e um gesto histriônico, o gesto de um homem arrasado que concebe a política como aventura e que tenta agonicamente se legitimar e que parece encarnar por um momento a democracia em sua plenitude, um gesto de autoridade e um gesto de redenção individual e talvez coletiva, o último gesto puramente político de um político puro, e por isso o mais violento.

Tudo isso é verdade, mas também é verdade que por alguma razão esse inventário de definições não satisfaz o sentimento nem o instinto nem a inteligência, como se o gesto de Suárez fosse inesgotável ou inexplicável ou absurdo, ou como se contivesse infinitos gestos. Há alguns dias, por exemplo, pensei que o gesto de Suárez na verdade não era um gesto de coragem, mas de medo: eu me lembrei de um toureiro que dizia emocionar-se até as lágrimas quando toureava, não porque fosse bom nisso, mas porque o medo o fazia vencer o medo; me lembrei

também de um poeta que falou de um toureiro que entrava na arena morto de medo e, como já estava morto, não tinha medo do touro e ficava invulnerável. Então pensei que naquele instante Suárez estava tão quieto em sua cadeira porque estava emocionado até as lágrimas, aos prantos por dentro, morto de medo. Anteontem à noite pensei que o gesto de Suárez era o gesto de um neurótico, de um homem que desaba com o sucesso e cresce com a adversidade. Ontem à noite pensei outra coisa: pensei que tinha escrito muitas páginas sobre Suárez e ainda não tinha dito que ele era tudo menos um mequetrefe, que era um sujeito sério, um sujeito que se responsabilizava por suas palavras e seus atos, um sujeito que tinha fabricado a democracia ou sentia tê-la fabricado e que na tarde de 23 de fevereiro entendeu que a democracia estava sob a sua responsabilidade e não se escondeu e permaneceu imóvel em sua poltrona enquanto as balas zuniam ao seu redor no plenário como um capitão que permanece imóvel na ponte de comando enquanto seu navio afunda.

E agora há pouco, logo depois de escrever a frase de Borges que encabeça este trecho, pensei que o gesto de Suárez é um gesto borgiano e aquela cena, uma cena borgiana, porque me lembrei de Alan Pauls, que afirma num ensaio sobre Borges que o duelo é o DNA dos relatos de Borges, sua impressão digital, e pensei que, ao contrário do falso duelo que Adolfo Suárez e Santiago Carrillo um dia inventaram, aquela cena é um duelo de verdade, ou seja, um duelo entre homens armados e homens desarmados — um êxtase, um transe vertiginoso, uma alucinação, um segundo extirpado à corrente do tempo, “uma suspensão do mundo”, diz Pauls, “um bloco de vida arrancado do contexto da vida”, um buraco minúsculo e deslumbrante que repele todas as explicações ou talvez contenha todas, como se realmente bastasse saber olhar para ver naquele instante eterno o código exato do 23 de fevereiro, ou como se misteriosamente, naquele instante eterno, não apenas Suárez mas o país inteiro houvesse sabido para sempre quem era. Não sei: talvez eu pudesse prolongar este livro de forma indefinida e extrair de forma indefinida significados variados do gesto de Suárez sem esgotar o seu significado ou sem tocar ou vislumbrar o seu significado real. Não sei. Às vezes acho que tudo isto é uma ilusão, mais uma fantasia entre as inúmeras fantasias que cercam o 23 de fevereiro, a última e a mais insidiosa: o realmente enigmático não é aquilo que ninguém viu, mas aquilo que todo mundo viu e ninguém consegue

entender por completo, porém talvez o gesto de Suárez não tenha nenhum segredo nem significado real, ou não tenha mais que qualquer outro gesto, todos inesgotáveis ou inexplicáveis ou absurdos, todos flechas disparadas em infinitas direções.

Mas outras vezes, na maioria das vezes, penso que não é bem assim: os gestos de Gutiérrez Mellado e de Santiago Carrillo são diáfanos, são exauríveis, explicáveis, inteligíveis, ou pelo menos é o que sentimos; o gesto de Suárez, não: se você não se pergunta o que significa, entende o que significa; no entanto, se você se pergunta o que significa, não entende o que significa. Por isso o gesto de Suárez não é um gesto diáfano, é um gesto transparente: um gesto que significa porque não significa nada em si mesmo, um gesto que não contém nada, mas através do qual, como através de um vidro, sentimos que poderíamos ver tudo — poderíamos ver Adolfo Suárez, o 23 de fevereiro, a história recente da Espanha, quem sabe um rosto que talvez seja o nosso verdadeiro rosto —, um gesto muito mais perturbador na medida em que seu segredo mais recôndito é que não tem segredo. A menos, é claro, que mais do que um erro ou um acerto tudo isso seja um mal-entendido, e que indagar o significado do gesto do Suárez não seja formular uma pergunta correta ou uma pergunta equivocada ou uma pergunta sem resposta, mas sem uma pergunta essencialmente irônica, cuja verdadeira resposta é a própria pergunta.

A menos, quero dizer, que o desafio que aceitei ao escrever este livro, tentando responder por meio da realidade o que não soube e não quis responder por meio da ficção, seja um desafio perdido de antemão, e que a resposta a esta pergunta — a única resposta possível a esta pergunta — seja um romance.

Capítulo 4

“A transição já é história”, escreveu em 1996 o sociólogo Juan J. Linz. “Não é algo que atualmente seja tema de debate ou luta política.” Uma década depois Linz já não poderia dizer a mesma coisa: de um tempo para cá a transição não apenas é tema de debate, como também — às vezes implícita, às vezes explicitamente — tema de luta política. Tenho a impressão de que essa mudança é consequência de pelo menos dois fatos: o primeiro foi a chegada ao poder político, econômico e intelectual de uma geração de esquerdistas, a minha, que não tomou parte ativa na passagem da ditadura para a democracia e que considera que ela foi malfeita, ou que poderia fazê-la melhor; o segundo foi a repetição, nos centros de poder intelectual, de um velho discurso de extrema esquerda segundo o qual a transição foi obra de um embuste combinado entre franquistas desejosos de se manter no poder a qualquer preço, capitaneados por Adolfo Suárez, e esquerdistas claudicantes capitaneados por Santiago Carrillo, um embuste cujo resultado não foi uma verdadeira ruptura com o franquismo e deixou o poder real do país nas mesmas mãos que o usurparam durante a ditadura, configurando uma democracia obtusa e insuficiente, defeituosa.¹

Em parte frutos de uma vontade tão férrea quanto a dos golpistas de 23 de fevereiro, de uma nostalgia irreprimível da clareza do autoritarismo e às vezes do simples desconhecimento da história recente, ambos os fatos ameaçam entregar o monopólio da transição à direita — que rapidamente o assumiu glorificando essa época até o ridículo, ou seja, mistificando-a —, enquanto a esquerda, cedendo à chantagem combinada de uma juventude narcisista e de uma esquerda ultramontana, muitas vezes parece querer se desligar da transição como quem se desliga de um legado irritante.

Acho que é um erro. Mesmo sem a alegria do desmoronamento instantâneo de um regime de horrores, a ruptura com o franquismo foi genuína. Para consegui-la, a esquerda fez muitas concessões, mas fazer política consiste em fazer concessões, porque consiste em ceder no secundário para não ceder no essencial; a esquerda cedeu no secundário, mas os franquistas cederam no essencial, pois o franquismo desapareceu e eles tiveram que abrir mão do poder absoluto que

exerceram durante quase meio século. É verdade que não se fez uma justiça completa, que não se restaurou a legitimidade republicana transgredida pelo franquismo, não se julgaram os responsáveis pela ditadura nem se ressarciram a fundo e imediatamente as suas vítimas, no entanto também é verdade que em troca se construiu uma democracia que seria impossível construir se o objetivo prioritário não fosse fabricar o futuro, e sim — *Fiat iustitia et pereat mundus* — corrigir o passado: em 23 de fevereiro de 1981, quando parecia que o sistema de liberdades não estava mais em perigo após quatro anos de governo democrático, o Exército tentou dar um golpe de Estado que quase deu certo, de modo que é fácil imaginar quanto tempo a democracia teria durado se quatro anos antes, quando mal estava nascendo, um governo tivesse decidido fazer justiça completa, mesmo que o mundo perecesse. Também é verdade que o poder político e econômico não trocou de mãos de um dia para o outro — coisa que provavelmente tampouco aconteceria se, em vez de uma ruptura negociada com o franquismo, tivesse havido uma ruptura frontal —, mas é evidente que ele logo começou a submeter-se às restrições impostas pelo novo regime, o que provocou em cinco anos a chegada da esquerda ao governo e desde bem antes o início de uma reorganização profunda do poder econômico.

De resto, afirmar que o sistema político surgido naqueles anos não é uma democracia perfeita é incorrer na obviedade: talvez exista uma ditadura perfeita — todas elas aspiram a ser, de algum modo todas sentem que são —, contudo não existe uma democracia perfeita, porque o que define uma democracia de verdade é o seu caráter flexível, aberto, maleável — ou seja, permanentemente melhorável —, de forma que a única democracia perfeita é aquela que é perfectível até o infinito. A democracia espanhola não o é, porém é uma democracia de verdade, pior que algumas e melhor que muitas — em qualquer caso, aliás, mais sólida e mais profunda que a frágil democracia que o general Franco derrubou pela força. Tudo isso foi em grande parte um triunfo do antifranquismo, um triunfo da oposição democrática, um triunfo da esquerda, que obrigou os franquistas a entenderem que o franquismo não tinha outro futuro a não ser sua extinção total. Suárez entendeu logo a situação e agiu em consequência; tudo isso devemos a ele; tudo isso e, em grande parte, também, o óbvio: o período mais longo de liberdade que a Espanha gozou em sua história. Foram exatamente isso os últimos trinta anos. Negar esse fato é negar a realidade, vício inveterado de certa

esquerda para a qual a democracia continua a ser um incômodo e de certos intelectuais cuja dificuldade para se emancipar da abstração e do absoluto os impede de conectar as ideias com a experiência. Enfim, o franquismo foi uma história ruim, mas o final dessa história não foi ruim. Poderia ter sido: prova disso é que em meados dos anos 1970 muitos dos mais lúcidos analistas estrangeiros previam uma saída catastrófica da ditadura; provavelmente a melhor prova disso é o 23 de fevereiro. Poderia ter sido, mas não foi, e não vejo nenhuma razão para que nós, que pela idade não participamos dessa história, não possamos celebrar esse fato; nem para pensar que, se tivéssemos idade, teríamos cometido menos erros do que nossos pais cometeram.

¹ A esses dois fatos um filósofo poderia acrescentar outro, menos circunstancial e provavelmente mais profundo: a crescente capacidade de insatisfação dos seres humanos, fruto paradoxal da crescente capacidade das sociedades ocidentais de satisfazer as nossas necessidades. “Quando os progressos culturais são realmente bem-sucedidos e eliminam o mal, raramente despertam entusiasmo”, escreve Odo Marquard. “São vistos com naturalidade, e a atenção se centra nos males que continuam existindo. Assim age a lei da importância crescente das sobras: quanto mais negatividade desaparece da realidade, mais irrita a negatividade que sobra, justamente porque diminui.”

Capítulo 5

Em 17 de julho de 2008, na véspera do dia em que Adolfo Suárez apareceu nos jornais pela última vez, fotografado no jardim de sua casa em La Florida na companhia do rei — quando já fazia muito tempo que parecia morto ou quando já fazia muito tempo que todo mundo falava dele como se estivesse morto —, eu enterrei o meu pai. Tinha setenta e nove anos, três a mais que Suárez, e havia morrido na véspera em casa, sentado na sua poltrona de sempre, de uma forma mansa e indolor, talvez sem perceber que estava morrendo. Como Suárez, ele era um homem comum: vinha de uma família de ricos depauperados radicada desde tempos imemoriais em um povoado da Extremadura, havia estudado em Córdoba e nos anos 1960 emigrou para a Catalunha; não bebia, tinha sido um fumante inveterado mas já não fumava, quando jovem pertencera à Ação Católica e tinha sido falangista; também tinha sido um rapaz bonito, simpático, presunçoso, mulherengo e jogador, um bom bailarino de verbena, mas eu juraria que nunca foi um galo de briga. Foi, isso sim, um veterinário competente, e suponho que poderia ter feito dinheiro, porém não fez, ou não mais do que o necessário para sustentar a família e dar um curso superior a três dos seus cinco filhos. Tinha poucos amigos, não tinha passatempos, não viajava, e durante seus últimos quinze anos viveu da aposentadoria. Como Suárez, era moreno, magro, arrumado, frugal, transparente; ao contrário de Suárez, procurava passar despercebido, e acho que conseguiu. Não vou incorrer na presunção de afirmar que não cometeu nenhuma das trapaças daquela época trapaceira, mas posso garantir que, até onde sei, não havia uma pessoa que não o tivesse por um homem decente.

Sempre nos demos bem, menos, talvez, pessimamente, durante a minha adolescência. Acho que naquela época eu me envergonhava um pouco de ser seu filho, talvez porque pensava que era melhor do que ele, ou que ia ser. Não discutíamos muito, contudo sempre que discutíamos era por causa de política, o que é curioso, porque meu pai não se interessava muito por política, nem eu, portanto deduzo que aquela era nossa forma de comunicar-nos numa época em que não tínhamos muitas coisas sobre o que falar, ou em que não era fácil fazê-lo. Eu já disse no começo deste livro que naquela altura meu pai era suarista, assim como minha mãe, e que eu desprezava Suárez, um colaboracionista do

franquismo, um mequetrefe ignorante e superficial que na base da sorte e do atrevimento conseguira progredir na democracia; é possível que pensasse algo parecido sobre o meu pai, e que fosse essa a razão de me envergonhar um pouco de ser seu filho. O caso é que mais de uma discussão terminou com gritos, ou com batidas de porta (meu pai, por exemplo, ficava indignado e horrorizado com os assassinatos do ETA; eu não era a favor do ETA, pelo menos não muito, mas considerava que a culpa de tudo era de Suárez, que não dava outra opção ao ETA a não ser matar); o caso também é que, passada a adolescência, acabaram as discussões. Mas nós continuamos falando de política, suponho que porque, de tanto fingir interesse, acabamos nos interessando de fato. Quando Suárez se aposentou, meu pai continuou suarista, porém votava às vezes na direita e outras na esquerda, e nós não deixamos de discordar, mas àquela altura já tínhamos descoberto que era melhor discordar que concordar, porque a conversa durava mais. Na verdade, a política tornou-se o nosso principal, quase único, assunto de conversa; não me lembro de termos falado muitas vezes do trabalho dele, ou dos meus livros: meu pai não era leitor de romances e, embora eu soubesse que lia os meus e que estava orgulhoso por eu ser escritor e que recortava e arquivava as notícias sobre mim que apareciam nos jornais, nunca ouvi nenhuma opinião sua sobre algum deles. Nos últimos anos, pouco a pouco ele foi perdendo o interesse por tudo, incluindo a política, mas seu interesse pelos meus livros aumentou, ou era essa a minha impressão.

Quando comecei a escrever este, fui lhe contar do que tratava (não o enganei: disse que tratava do gesto de Adolfo Suárez, não do 23 de fevereiro, porque eu quis imaginar desde o início que o gesto de Adolfo Suárez continha uma espécie de código do 23 de fevereiro); meu pai olhou para mim: pensei por um instante que ia fazer algum comentário ou que começaria a chorar ou rir às gargalhadas, entretanto ele só esboçou uma expressão ausente, não sei se zombeteira. Depois, nos meses finais da sua doença, quando já estava puro osso e mal podia se mexer ou pensar, eu continuei lhe contando coisas deste livro. Falei dos anos da mudança política, do 23 de fevereiro, de fatos ou personagens sobre os quais anos antes tínhamos discutido até cansar; ele me ouvia de forma distraída, se é que de fato ouvia, e, para atrair sua atenção, às vezes eu lhe fazia perguntas, a que não costumava responder. Mas uma tarde lhe perguntei por que ele e minha mãe tinham acreditado em Suárez e de

repente meu pai pareceu despertar da sua letargia, tentando em vão se levantar da poltrona; ele me olhou com os olhos esbugalhados e agitou as mãos esqueléticas com nervosismo, quase com fúria, como se aquele rompante fosse lhe devolver por um momento o comando da família ou me devolver à adolescência, ou como se nós dois tivéssemos passado a vida numa discussão sem sentido e finalmente surgia a oportunidade de resolvê-la. “Porque ele era como nós”, disse com a voz que lhe restava. Eu já ia perguntar o que queria dizer com isso quando ele acrescentou: “Ele vinha de um povoado, tinha sido da Falange, tinha sido da Ação Católica, não ia fazer nada errado, você entende, não é?”

Eu entendi. Acho que dessa vez entendi. E por isso alguns meses mais tarde, quando sua morte e a ressurreição de Adolfo Suárez nos jornais formaram uma última simetria, a última figura desta história, não pude deixar de me perguntar se tinha começado a escrever este livro não para tentar entender Adolfo Suárez ou um gesto de Adolfo Suárez, mas para tentar entender meu pai, se havia continuado a escrevê-lo para continuar falando com meu pai, se quis terminá-lo para que meu pai o lesse e soubesse que finalmente eu havia entendido — que eu havia entendido que não tinha tanta razão e ele não estava tão errado, que eu não sou melhor que ele e que nunca vou ser.

FIM

Bibliografia

Parte substancial da informação que usei para escrever este livro é proveniente das entrevistas que realizei ao longo de três anos com testemunhas e protagonistas do golpe de Estado e da transição política. Quanto às fontes escritas, é bom lembrar que o Supremo Tribunal não autoriza o acesso à súmula do julgamento do 23 de fevereiro: não o fará até que hajam transcorrido vinte e cinco anos da morte dos processados ou cinquenta do golpe; apesar disso, muitos juristas que intervieram no julgamento possuem cópias das declarações de testemunhas e acusados, e trechos importantes desse documento foram publicados em diversos livros, entre os quais os de Juan Branco (*23-F. Crónica fiel de un golpe anunciado*, Madri: Fuerza Nova, 1995), Julio Merino (*Tejero. 25 anos después*, Madri: Espejo de Tinta, 2006), Juan Alberto Perote (*23-F. Ni Milans ni Tejero. El informe que se ocultó*, Madri: Foca, 2001), Manuel Rubio (*23-F. El proceso: del sumario a la sentencia*, Barcelona: Libros Ceres, 1982) e Santiago Segura e Julio Merino (*Jaque al Rey*, Barcelona: Planeta, 1983).

Além disso, a sentença do tribunal que julgou os fatos de 23 de fevereiro está reproduzida em livros como os de José Luis Martín Prieto (*Técnica de un golpe de estado*, Barcelona: Planeta, 1982, pp. 335-385), de José Oneto (*La verdad sobre el caso Tejero*, Barcelona: Planeta, 1982, pp. 381-406) e o de Manuel Rubio (*23-F El proceso*, pp. 631-704).

Enumero abaixo os títulos de alguns textos que foram especialmente úteis na redação do meu, dividindo-os segundo os temas fundamentais do livro. Depois desta bibliografia mínima, acrescento algumas notas que pretendem apenas especificar a procedência das entrevistas e, de forma excepcional, fornecer alguma elucidação sobre aspectos particularmente duvidosos ou conflitantes.

Obras gerais

Agüero, Felipe, *Militares, civiles y democracia*, Madrid, Alianza, 1995.

Alonso-Castrillo, Silvia, *La apuesta del centro: historia de la UCD*, Madrid, Alianza, 1996.

Attard, Emilio, *Vida y muerte de UCD*, Barcelona, Planeta, 1983, p. 189.

Calvo Sotelo, Leopoldo, *Memoria viva de la transición*, Barcelona, Plaza y Janés, 1990.

Colomer, Josep Maria, *La transición a la democracia: el modelo español*, Barcelona, Anagrama, 1998.

Fernández Miranda, Pilar y Alfonso, *Lo que el Rey me ha pedido. Torcuato Fernández Miranda y la reforma política*, Barcelona, Plaza y Janés, 1995.

Fraga, Manuel, *En busca del tiempo servido*, Barcelona, Planeta, 1981.

Herrero y Rodríguez de Miñón, Miguel, *Memorias de estío*, Madrid, Temas de Hoy, 1993.

—, ed., *La transición democrática en España*, Bilbao, Fundación BBVA-Fundação Mario Soares, 1999.

Guerra, Alfonso, *Cuando el tiempo nos alcanza. Memorias*, Madrid, Espasa Calpe, 2004.

Juliá, Santos, Javier Pradera y Joaquín Prieto, coord., *Memoria de la transición*, Madrid, Taurus, 1996.

—, *Los socialistas en la política española, 1879-1982*, Madrid, Taurus, 1987.

Linz, Juan J., y Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America, and Post Communist Europe*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1996.

Osorio, Alfonso, *Trayectoria de un ministro de la Corona*, Barcelona, Planeta, 1980.

Prego, Victoria, *Así se hizo la transición*, Barcelona, Plaza y Janés, 1995.

—, *Diccionario de la transición*, Barcelona, Debolsillo, 2003.

Sánchez Navarro, Ángel J., *La transición española en sus documentos*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1988.

Sartorius, Nicolás, y Alberto Sabio, *El final de la dictadura. La conquista de la democracia en España (noviembre de 1975-junio de*

1977), Madrid, Temas de Hoy, 2007. Serra, Narcís, *La transición militar*, Barcelona, Debate, 2008.

Sinova, Justino, ed., *Historia de la transición*, 2 vols., Madrid, *Diario 16*, 1984.

Tusell, Javier, y Álvaro Soto, *Historia de la transición, 1975-1986*, Madrid, Alianza, 1996.

—, *La transición a la democracia (España, 1975-1982)*, Madrid, Espasa Calpe, 2007.

VV.AA., *Tiempo de transición*, Madrid, Fundación Pablo Iglesias, 2007.

Obras sobre o 23 de fevereiro

Aguilar, Miguel Ángel, Julio Busquets e Ignacio Puche, *El golpe. Anatomía y claves del asalto al Congreso*, Barcelona, Ariel, 1981.

Armada, Alfonso, *Al servicio de la Corona*, Barcelona, Planeta, 1983.

Blanco, Juan, *23-F. Crónica fiel de un golpe anunciado*, Madrid, Fuerza Nueva, 1995.

Calderón, Javier, y Florentino Ruiz Platero, *Algo más que el 23-F*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2004.

Cernuda, Pilar, Fernando Jáuregui y Miguel Ángel Menéndez, *23-F. La conjura de los necios*, Madrid, Foca, 2001.

Colectivo Democracia, *Los ejércitos más allá del golpe*, Barcelona, Planeta, 1981.

Cuenca Toribio, José Manuel, *Conversaciones con Alfonso Armada*, Madrid, Actas, 2001.

Fernández López, Javier, *El Rey y otros militares. Los militares en el cambio de régimen político en España (1969-1982)*, Madrid, Trotta, 1998.

—, *Diecisiete horas y media. El enigma del 23-F*, Madrid, Taurus, 2000.

Fuentes Gómez de Salazar, Eduardo, *El pacto del capó*, Madrid, Temas de Hoy, 1994.

García Escudero, José María, *Mis siete vidas. De las brigadas anarquistas a juez del 23-F*, Barcelona, Planeta, 2005.

Martín Prieto, José Luis, *Técnica de un golpe de estado*, Barcelona, Planeta, 1982. Palacios, Jesús, *23-F: El golpe del CESID*, Barcelona,

Planeta, 2001.

Pardo Zancada, Ricardo, *23-F. La pieza que falta*, Barcelona, Plaza y Janés, 1998.

Prieto, Joaquín, y José Luis Barbería, *El enigma del Elefante. La conspiración del 23-F*, Madrid, Aguilar, 1991.

Urbano, Pilar, *Con la venia... yo indagué el 23-F*, Madrid, Argos Vergara, 1982.

Sobre Adolfo Suárez

Abella, Carlos, *Adolfo Suárez*, Madrid, Espasa Calpe, 1997.

García Abad, José, *Adolfo Suárez. Una tragedia griega*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2005.

Herrero, Luis, *Los que le llamábamos Adolfo*, Madrid, La Esfera de los Libros, 2007.

Melià, Josep, *Así cayó Adolfo Suárez*, Barcelona, Planeta, 1981.

—, *La trama de los escribanos del agua*, Barcelona, Planeta, 1983.

Morán, Gregorio, *Adolfo Suárez. Historia de una ambición*, Barcelona, Planeta, 1979.

Powell, Charles, y Pere Bonnin, *Adolfo Suárez*, Barcelona, Ediciones B, 2004.

Suárez, Adolfo, *Fue posible la concordia*, ed. Abel Hernández, Madrid, Espasa Calpe, 1996.

Sobre Manuel Gutiérrez Mellado

Gutiérrez Mellado, Manuel, *Un soldado de España*, conversaciones con Jesús Picatoste, Barcelona, Argos Vergara, 1983.

Puell de la Villa, Fernando, *Manuel Gutiérrez Mellado. Un militar del siglo XX (1912-1995)*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1997.

Sobre Santiago Carrillo

Carrillo, Santiago, *El año de la peluca*, Barcelona, Ediciones B, 1987.

—, *Memorias*, Barcelona, Planeta, 1993.

Claudín, Fernando, *Santiago Carrillo. Crónica de un secretario general*, Barcelona, Planeta, 1983.

Morán, Gregorio, *Miseria y grandeza del partido comunista de España. 1939-1985*, Barcelona, Planeta, 1986.

Sobre o rei

Powell, Charles T., *El piloto del cambio. El Rey, la monarquía y la transición a la democracia*, Barcelona, Planeta, 1991.

Preston, Paul, *Juan Carlos. El Rey de un pueblo*, Barcelona, Círculo de Lectores, 2006. Vilallonga, José Luis de, *El Rey*, Barcelona, Plaza y Janés, 1993.

Sobre os serviços de informação

Cernuda, Pilar, Joaquín Bardavío y Fernando Jáuregui, *Servicios secretos*, Barcelona, Plaza y Janés, 2000.

Díaz Fernández, Antonio M., *Los servicios de inteligencia españoles: desde la guerra civil hasta el 11-M. Historia de una transición*, Madrid, Alianza, 2005.

Perote, Juan Alberto, *23-F. Ni Milans ni Tejero. El informe que se ocultó*, Madrid, Foca, 2001.

Agradecimentos

Este livro está em dívida com muito mais gente do que posso citar, mas não quero deixar de agradecer a Miguel Ángel Aguilar, Óscar Alzaga, Luis Alegre, Jordi Amat, Luis María Anson, Jacinto Antón, José Luis Barbería, Josep Anton Bofill, Javier Calderón, Jaime Castillo, Diego Camacho, Santiago Carrillo, Jordi Corominas, Carme Chacón, Javier Fernández López, Manuel Fernández-Monzón Altolaguirre, Felipe González, Jordi Gracia, Manuel López, Lúdia Martínez (e também Gemma Caballer e às demais bibliotecárias do Pavelló de la República), Carles Monguïlod, Joaquim Nadal, Alberto Oliart, Ángel Quintana, Ricardo Pardo Zancada, Javier Pradera, Joaquín Prieto, Francisco Rico, Narcís Serra, Carlos Sobrino, Luis Miguel Sobrino, Mariano Torcal, David Trueba, Miguel Ángel Valladares e Enrique Zapata.

ESTE LIVRO, COMPOSTO NA FONTE FAIRFIELD E
PAGINADO POR ALVES E MIRANDA EDITORIAL LTDA.,
FOI IMPRESSO EM PÓLEN SOFT 80G NA IMPRENSA DA FÉ.
SÃO PAULO, BRASIL, JUNHO DE 2012.

Digitalização: Virgínia Vendramini
Revisão: Carlos Gomes
Março de 2013

Table of Contents

[Rosto](#)

[Contracapa](#)

[Orelhas](#)

[Prólogo](#)

[1](#)

[2](#)

[3](#)

[Primeira parte](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Capítulo 6](#)

[Capítulo 7](#)

[Capítulo 8](#)

[Capítulo 9](#)

[Capítulo 10](#)

[Capítulo 11](#)

[Segunda parte](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Capítulo 6](#)

[Capítulo 7](#)

[Capítulo 8](#)

[Terceira parte](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Capítulo 6](#)

[Capítulo 7](#)

[Quarta parte](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Capítulo 6](#)

[Capítulo 7](#)

[Capítulo 8](#)

[Quinta parte](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Capítulo 6](#)

[Capítulo 7](#)

[Capítulo 8](#)

[Epílogo](#)

[Capítulo 1](#)

[Capítulo 2](#)

[Capítulo 3](#)

[Capítulo 4](#)

[Capítulo 5](#)

[Bibliografia](#)

[Agradecimentos](#)